

VIII SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA

Porto, Baião, Chaves
28 a 31 de Outubro 2019

Livro de resumos e comunicações
(versão provisória)



Título:
Livro de resumos e comunicações VIII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica (versão provisória)
Local:
Porto, Baião, Chaves
Data:
28 a 31 de Outubro, 2019

Organizador:
Mário Gonçalves Fernandes

Produção Gráfica:
Claudia Manuel

COMISSÃO ORGANIZADORA:
Mário Gonçalves Fernandes (Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Helder Marques (Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
João Carlos Garcia (Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Rui Paes Mendes (Câmara Municipal de Baião)
Francisco Chaves de Melo (Câmara Municipal de Chaves)
Rui Passos Mealha (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto)
Vasco Cardoso (Departamento de Desenho da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto)

COMISSÃO CIENTÍFICA:
Ana Regina Teles (Universidade Federal da Bahia)
Antônio Gilberto Costa (Universidade Federal de Minas Gerais)
Beatriz Bueno (Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo)
Francisco José Corrêa Martins (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
Helder Trigo Gomes Marques (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Joaquim Alves Gaspar (Universidade de Lisboa)
João Carlos Garcia (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Jorge Pimentel Cintra (Universidade de São Paulo)
Luís Miguel Moreira (Universidade do Minho)
Manuel C. Teixeira (Universidade Técnica de Lisboa)
Manuel do Couto Fernandes (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Márcia Maria Duarte do Santos (Universidade Federal de Minas Gerais)
Maria Angélica Silva (Universidade Federal de Alagoas)
Maria Dulce de Faria (Biblioteca Nacional do Brasil)
Maria de Fátima Costa (Universidade Federal do Mato Grosso)
Maria Joaquina Feijão (Biblioteca Nacional de Portugal)
Mário Gonçalves Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Miguel Sopas Bandeira (Universidade do Minho)
Paulo Márcio Leal de Menezes (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Renata Araújo (Universidade do Algarve)
Walter Rossa (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra)

ORGANIZAÇÃO:
U.PORTO FLUP FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE DO PORTO
MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA NADIR AFONSO
MUNICÍPIO DE CHAVES
BAIÃO vida natural

APOIOS:
CEGOT Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
CARTOGRAFIA HISTÓRICA
Centro de Informação Geoespacial do Exército
MINISTÉRIO DA CIDADANIA Fundação BIBLIOTECA NACIONAL
dgTerritório
BNP BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL
GeoCart

Ordem alfabética dos primeiros autores com resumos/comunicações que estrutura a organização do índice:

ALMEIDA, André Ferrand de
BARBO, Lenora de Castro
BLANCO-ROTEA, Rebeca
CÂMARA, Jorge Ricardo Cardoso de Carvalho Raposo da
CARDOSO, Vasco
CONCEIÇÃO, Rúben
CORRÊA-MARTINS, Francisco José
COSTA, Antônio Gilberto
COSTA, Antônio Gilberto
COSTA, Graciete Guerra da
COSTA, Graciete Guerra da
FERNANDES, Manoel do Couto
FERNANDES, Mário Gonçalves
FERREIRA, Lohanne Fernanda Gonçalves
FRANCISCHETT, Mafalda Nesi
GARCIA, João Carlos
GLAD, Leniza Faria Lima
GLAD, Leniza Faria Lima
GOMES, Marianna de Franco
LOUREIRO, Juliana Coelho
LOUREIRO, Nuno de Santos
MARQUES, Hélder
MARTINS, Luis
MENEZES, Paulo Márcio Leal de
MENEZES, Paulo Márcio Leal de
MESQUITA, Mário
MONGE, Maria de Jesus
MOREIRA, Luís Miguel
MOREIRA, Luís Miguel
MURILLO-ROMERO, María
NETA, Francisca Maria
OLIVEIRA, Rafael Henrique de
OLIVEIRA, Roseline
RIOS, Lucas da Costa Machado
RIOS, Lucas da Costa Machado
RIVERO-LAMELA, Gloria
SANTOS, Márcia Maria Duarte dos
SANTOS, Márcia Maria Duarte dos
SCARATO, Luciane
SILVA, Maria Angélica da
SILVA, Carlos Fabrício Assunção da
SILVA, Alice Soares da
TAVARES, Domingos
TEIXEIRA, Manuel C.
VALE, Daniel
YAMAKI, Humberto

Índice:

O reconhecimento da costa ocidental de África na cartografia portuguesa e veneziana durante o século XV

André Ferrand de Almeida
CIUHCT – Departamento de História e Filosofiada Ciência, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, andreferrand@gmail.com

Resumo:

Pouco se sabe sobre o início do fabrico de cartas náuticas em Portugal no século XV. As três cartas náuticas portuguesas conhecidas que são datáveis do último quartel do século XV são já reveladoras de uma produção cartográfica consolidada e não permitem, por si só, ter uma ideia clara dos começos da cartografia portuguesa. Encontramos referências ao traçado de cartas de marear por iniciativa do Infante D. Henrique a partir de 1443, numa carta do Infante D. Pedro, a que se juntam as menções na *Crónica dos feitos da Guiné* de Zurara de c. 1453. O mais provável, portanto, é que, pelo menos a partir da década de 40 do século XV, já existisse uma produção de cartas náuticas associada à exploração do Atlântico e ao reconhecimento da costa ocidental africana para sul do Cabo Bojador, ultrapassado por Gil Eanes em 1434.

Para aceder a informação cartográfica de origem portuguesa mais antiga, é preciso recorrer a outras tradições cartográficas. É assim que podemos encontrar na cartografia maiorquina a primeira representação realista dos arquipélagos atlânticos (Canárias, Madeira e Açores) com a indicação dos topónimos respectivos: trata-se da carta portulano de Gabriel Vallseca de 1439. Mas é na cartografia veneziana, que vamos encontrar mais dados que nos permitem entender a evolução da primitiva cartografia portuguesa. A carta náutica de Andrea Bianco, que representa o Atlântico Norte e a linha de costa desde o Mar do Norte até Cabo Roxo, na costa africana, é a mais antiga que se conhece, datável de cerca de 1448. Nesta carta encontramos mais de trinta topónimos novos ao longo da costa africana entre o Cabo Bojador e o Cabo Roxo, sendo também a primeira vez que é figurado o traçado desta linha de costa. O interesse pelo reconhecimento da costa africana teve continuidade nos atlas deGraziosoBenincasa, sobretudo nos de 1468 e 1469, elaborados em Veneza. Aqui encontramos já representadas as principais ilhas do arquipélago de Cabo Verde e a costa africana até Cabo Mesurado, ou mesmo um pouco mais a sul, até ao Cabo de Santa Maria. Isto corresponde, grosso modo, à extensão máxima do reconhecimento da costa africana durante a vida do Infante D. Henrique e tem, provavelmente, por base informações fornecidas por Alvise Ca da Mosto que regressou a Veneza a partir

de 1462. Mas Benincasa terá tido acesso a um roteiro ou mesmo a cartas náuticas portuguesas. Só assim se poderia explicar a correcção no desenho da costa e na distribuição dos topónimos, que são em maior número do que os mencionados no relato de Cadamosto.

É, no entanto, no chamado Atlas Cornaro, que pertenceu à família Corner, uma das mais importantes de Veneza nos séculos XV e XVI, que vamos encontrar mais informação sobre o reconhecimento da costa africana. Este atlas, actualmente na BritishLibrary, terá sido compilado por Benedetto Pesina em 1489.Numa das cartas do atlasatribuídas normalmente a CristoforoSoligo, encontramos figurado, pela primeira vez, o golfo da Guiné desde o cabo Roxo até ao cabo de Santa Catarina e as ilhas de São Tomé e Príncipe e de Fernando Pó. Outra carta abrange a costa africana entre o cabo Formoso e o cabo de S. Braz, tendo marcados os padrões de S. Jorge (a sul da foz do rio Zaire) e de S. Agostinho (no cabo de Santa Maria) colocados por Diogo Cão em 1483.

Para entender o processo de reconhecimento da costa africana e da sua representação cartográfica, procedemos a uma comparação entre as cartas portuguesas e as cartas venezianas tendo em conta a toponímia, o traçado das linhas de costa e os acidentes naturais, mas também as escalas de representação, a orientação da costa e a localização dos topónimos no que toca à latitude. Apesar de não estarmos perante cartas que incorporam uma graduação em latitudes, o que só irá acontecer na cartografia portuguesa a partir do século XVI, isso não significa que não tenham sido feitos cálculos de latitudee que essa informação não tenha influenciado a construção das cartas. A análise cartométrica de algumas destas cartas, sobretudo das cartas venezianas, permite entender melhor a sua construção, nomeadamente pela comparação com as cartas portuguesas a que esta metodologia já foi aplicada com resultados importantes.

Palavras-chave:

Cartas náuticas, costa africana, cartografia portuguesa, cartografia veneziana

E afinal, quem é o real autor de um mapa?

Lenora de Castro Barbo
Câmara Legislativa do Distrito Federal, lenorabarbo@gmail.com

Resumo:

O *corpus cartográfico* que reunimos na tese *Cartografia Histórica: território, caminhos e povoados em Goiás, 1722-1889* pretendeu fornecer uma visão expressiva da manifestação cartográfica que acompanhou os sucessivos acontecimentos de conquista, exploração e organização do território goiano. Reuniu uma exemplar variedade de tipos de mapas, testemunhos das marcas coloniais e da Província de Goiás. Para alcançar o objetivo de investigar Goiás por meio da cartografia histórica, nos séculos XVIII e XIX, para além da fronteira atual do Estado, tivemos, de pronto, de lidar com as lacunas de registro da história do território, a escassez de inventários, a grande diversidade de critério de classificação dos mapas e a dispersão dos dados. Optamos por trabalhar com fontes primárias e começamos por realizar exaustiva pesquisa dos documentos nos arquivos de memória e trabalhamos na checagem de dados, de referências e de autoria. O desafio era, a partir daí, superar uma visão fragmentada da formação do território. Para contextualizar ainda mais as informações dos séculos XVIII e XIX sobre a Capitania e depois Província de Goiás, sempre que possível, os mapas foram conectados aos documentos administrativos portugueses a que se referiam ou do qual eram o resultado direto, em especial os que fazem parte do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, pois diversos desses documentos cartográficos respondiam na verdade a inquéritos geográficos levantados pela Corte ou seus representantes locais. Na ordenação dos mapas estudados, nos deparamos com duas variáveis significativas: a autoria e a datação de documentos cartográficos. Nesse artigo, vamos nos restringir ao estudo da autoria dos mapas, que não é tarefa de fácil identificação. Somando-se aos responsáveis diretos pela confecção das Cartas, outros nomes apresentaram-se registrados nos mapas, indicando algum tipo de vínculo dessas pessoas nas diversas fases de elaboração dos documentos cartográficos. A conexão pode ser pela determinação de que sejam executados, pela contribuição de informações para o aperfeiçoamento das referências quanto aos fenômenos figurados ou, ainda, como simples homenagem. A decisão de mandar elaborar um mapa, usualmente, era atribuição de quem se encontrava política, administrativa ou militarmente à frente dos territórios. A maior contribuição de novas informações, acerca da localização do relevo, da rede hidrográfica e dos povoamentos, era fornecida por viajantes ou pessoas que tomavam parte em

expedições ou bandeiras. As homenagens, quase sempre, eram feitas por meio de dedicatórias no corpo do próprio mapa. Essas dedicatórias, para além da reverência com o homenageado, costumavam explicitar o objetivo do mapa. Assim, constata-se quão difícil é definir com exatidão quem é o real autor de um mapa, quando sua construção resulta de trabalho que exige a participação de diversos atores. Considerando que de um mesmo mapa podemos extrair diversos dados, nos concentramos no estudo de onze mapas distintos - dez mapas do século XVII e um mapa do século XIX - e realizamos uma nova leitura dos dados, cujo desdobramentos revelaram elementos antes insuspeitos e novas conexões. Como resultado da associação de acontecimentos históricos aos documentos cartográficos, propusemos a alteração de dados referentes à autoria em quatro mapas (três deles resultado de pesquisas em parceria com outros historiadores). A observação sob novos ângulos
trouxe, então, a possibilidade de alterar dados atribuídos por referências especializadas e arquivos de memória. No presente artigo, consideramos como autor do documento cartográfico aquele nominalmente indicado como tal no mapa ou, ainda, o responsável por mandar fazer o documento, desde que essa informação esteja expressa no mapa. Fora isso, seguimos as atribuições apontadas pela bibliografia consultada. Maurício de Abreu, em *Escritos sobre espaço e história*, 2014, reforça a importância de estarmos abertos ao novo e precavidos contra as explicações *a priori* durante nosso esforço de reinterpretação de qualquer vestígio do passado: *Não aceitar como definitiva qualquer interpretação já dada sobre o passado é o passo seguinte. Como já visto, os seus vestígios sempre podem ser relidos e reinterpretados...* Desde o início de nossos estudos sobre a cartografia histórica de Goiás, temos envidado esforços para organizar os dados referentes aos documentos históricos, para que por meio do exercício da pesquisa, descobrindo e revisitando documentos, possamos contribuir para os estudos do território de Goiás, bem como da cartografia histórica.

Palavras-chave:
Goiás, cartografia histórica, séculos XVIII e XIX.

La interpretación de la Raia galaico-portuguesa de época moderna a través de la cartografía histórica y la arqueología

Rebeca Blanco-Rotea
Grupo de Investigación Síncrisis de la Universidad de Santiago de Compostela (España)
rebeca.blanco.rotea@usc.es

Resumo:

Durante la Edad Moderna la frontera que separaba el sur de Galicia y el norte de Portugal sufrió una importante transformación como consecuencia de un proceso de modernización de los sistemas defensivos construidos durante la Edad Media que se basaban en una articulación espacial concreta, con dos poblaciones amuralladas a ambos lados de la misma. Este proceso se modifica como consecuencia de la necesidad de adaptar la defensa al uso de nuevas armas ofensivas pirobalísticas y al desarrollo de nuevas tácticas de guerra. La defensa, las arquitecturas, las poblaciones sufren ahora un intenso impulso constructivo que modifica su fisionomía y, en consecuencia, el paisaje. Pero este ha llegado muy transformado a nuestros días ya que se trata de un elemento en constante mudanza y, sobre todo, en zonas intensamente pobladas y con una importante presión agroforestal, como es el caso de algunas zonas de esta frontera (buenos ejemplos son los valles del Miño y del Támega). A pesar de ello, en los últimos años se han desarrollado una serie de investigaciones encaminadas a documentar y comprender esos procesos de transformación, llevadas a impulsadas desde distintas ramas del saber, como son la geografía (los trabajos de Luis Miguel Moreira para o Alto Minho), la historia de la arquitectura (Jaime Garrido, José Ramon Soraluce Blond, Jorge Correia, Ana Lopes), la historia del arte (Margarida Tavares da Conceição) o la arqueología (Pedro Teixeira). La propuesta que aquí presentamos, se engloba precisamente en este último campo, y se centra en un estudio arqueológico del paisaje fortificado de la frontera galaico-portuguesa, que combina varias fuentes de información, desde la cartografía y la fotografía histórica hasta la documentación en campo de aquellos aspectos relacionados con la defensa que han sido identificados a través de esta cartografía.

Si bien contamos con algunos mapas y representaciones del territorio que nos interesa de época medieval, fundamentalmente bajo-medieval, lo cierto es que a partir del siglo XVII, sobre todo desde el estallido de la Guerra da Restauração en 1640, y fundamentalmente en el siglo XVIII, son varios los autores, muchos de ellos ingenieros militares, que llevan a cabo un importante esfuerzo por representar cartográficamente el territorio, dentro de una política territorial que va aparejada a la construcción e los

estados modernos en toda Europa, y que es especialmente activa en Portugal. En ella, podemos encuadrar las obras de Miguel de Lescol, de Gonçalo Luís da Silva Brandão o de Custodio José Gomes de Villasboas, entre otros. En este momento, se llevan a cabo mapas y cartas topográficas, se dibuja la frontera, las poblaciones y fortificaciones en ellas emplazadas, o se ejecutan cartas náuticas del río Miño (que conforma la frontera en la provincia de Entre Douro e Minho, correspondiente al Alto Miño). Gracias a este tipo de fuentes, podemos hacer una primera aproximación a las estructuras territoriales de la frontera y, a los elementos en ella emplazados y que aparecen dibujados en estas cartografías, que, en muchas ocasiones, no se han conservado en su totalidad o ha desaparecido completamente. Combinando el análisis detallado de la cartografía histórica, la comparación toponímica y la geolocalización de las defensas en ellas representadas, hemos podido desarrollar un interesante trabajo de identificación, primero en laboratorio, gracias al apoyo de las tecnologías geoespaciales, y luego en campo mediante técnicas de prospección arqueológica, de muchas de las estructuras relacionadas con la defensa fronteriza durante el período de la Guerra da Restauração (1640-1668). En algunos de los casos que desarrollaremos, la plasmación de ciertos elementos en la cartografía histórica (baterías, zonas de acampada, reductos, plataformas, fuertes, etc.) ha permitido identificar estructuras que se desconocían; en otros casos, gracias a la combinación de la cartografía y las fuentes históricas escritas, hemos podido llegar a localizar algunas de estas estructuras vinculadas a la defensa del territorio hasta ahora inéditas. En otros casos, no hemos podido corroborar arqueológicamente la evidencia cartográfica. Pero, en todo caso, esta aproximación interdisciplinar ha permitido caracterizar con bastante precisión el paisaje fortificado trasfronterizo de época moderna, como intentaremos mostrar en este trabajo.

Palavras-chave:
Cartografía histórica, Arqueología del Paisaje, Estudios interdisciplinares, Guerra da Restauração, Paisaje fortificado.



Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro reduzida da que se publicou no ano de 1812

Jorge Ricardo Cardoso de Carvalho Raposo da Câmara
Biblioteca Nacional, RJ, jricardocamara40@gmail.com

Maria Dulce de Faria
Biblioteca Nacional, RJ, mariadulcedefaria@gmail.com

Resumo

O trabalho descreve duas plantas da cidade do Rio de Janeiro sob o título “Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Reduzida da que se publicou no anno de 1812, em 1817”, baseadas no primeiro mapa impresso no Brasil, “Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro levantada por ordem de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor no anno de 1808”, gravada na Impressão Régia em 1812. Após a chegada da corte portuguesa a esta cidade, ele ordenou a produção de um mapa bem detalhado do local, para que a corte portuguesa tomasse conhecimento. A primeira foi gravada por Souto no Archivo Militar, e a segunda por Waniek, no Lithographtschen Institut in Wien, e que integra a obra “Nachrichten von den kaiser osterreichischen Naturforschern in Brasilien...” de Karl von Schreibers, editada em 1820. Essa obra foi o resultado da expedição da Missão Austríaca Científica no Brasil (1817-1820) por ele organizada. A missão acompanhou a arquiduquesa Leopoldina da Áustria por ocasião de seu casamento com o herdeiro do Reino Unido de Portugal (Brasil e Algarves) D. Pedro I, o futuro imperador do Brasil. A produção da planta, da então capital do Reino Unido Português, atendia aos interesses das cortes austríaca e luso-brasileira, e estava de acordo com o prestígio do qual gozava a História Natural, no início do século XIX. Ambas as plantas são de grande importância por se tratar de poucos exemplares existentes no mundo, e terem servido de base para futuras plantas, que acompanharam as transformações urbanísticas da cidade do Rio de Janeiro, então em expansão.

Palavras-chave: Cidade do Rio de Janeiro, século XIX; Plantas históricas; Coleções cartográficas.

Abstract

The work describes two maps of the city of Rio de Janeiro intitled “Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Reduzida da que se publicou no anno de 1812, em 1817”,(reduced in 1817from the one published in 1812) based on the first map printed in Brazil, “Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro levantada por ordem de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor no anno de 1808”, engraved in the Royal Press in 1812. After the Portuguese Royal Court arrived in the city, the Regent Prince, D. João VI ordered the production of a well-detailed map of the place for the Portuguese Court to get aquainted with the city. The first map was engraved by Souto at the Archivo Militar, and the second one was engraved by Waniek at the Lithographtschen Institut in Wien, which is part of the “Nachrichten von den kaiser osterreichischen Naturforschern in Brasilien...” by Schreibers, published in 1820. This work was the result of the expedition of the Austrian Scientific Mission in Brazil (1817-1820) organized by him. The Mission accompanied the Austrian Archduchess Leopoldina on the occasion of her marriage to the heir of the United Kingdom of Portugal (Brazil and Algarves) D. Pedro I the future emperor of Brazil. The production of the map of the capital city of the Portuguese United Kingdom at that time was under the interests of the Austrian and Luso-Brazilian courts, and consistent with the prestige enjoyed by Natural History at the beginning of 19th century. Both maps are of great importance because there are few copies of it in the world. Also, they served as a basis for future maps which accompanied the urbanistic transformations of Rio the Janeiro city, which was then expanding.

Keywords: The City of Rio de Janeiro, 19th century; Historic maps; cartographic collections

Intodução

O trabalho se propõe a descrever duas plantas da cidade do Rio de Janeiro que tiveram base no primeiro mapa impresso no Brasil, "Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro levantada por ordem de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor no anno de 1808. Feliz e memoravel época da sua chegada à dita cidade. Na Impressão Régia 1812", a primeira desenhada no Real Archivo Militar e publicada na Impressão Régia, a segunda publicada nos relatórios da Missão Científica Austríaca.

A Planta da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro gravada na Impressão Régia em 1812

A planta da cidade do Rio de Janeiro, gravada em 1812, na Impressão Régia[1], foi desenhada no Real Archivo Militar[2] por J. A. dos Reis, e, sua impressão foi dirigida por João Caetano de Rivara e gravada por Paulo dos Santos Ferreira Souto, dois gravadores que haviam trabalhado anteriormente na Oficina Literária do Arco do Cego, fundada pelo príncipe regente (futuro D. João VI) no final do século XVIII.
Segundo o aviso do Conde de Aguiar, "Havendo chegado a esta Corte os gravadores Romão Eloi Casado e Paulo dos Santos Ferreira, que vieram de Lisboa, com o Padre Frei José Veloso, Vs. Ms. procurarão dar logo algum trabalho a estes oficiais, que podem principiar pela gravura da cidade do Rio de Janeiro, tirada do Arquivo Militar (...)" (TEIXEIRA, 1976, p.14).
Documento emblemático da consolidação da América Portuguesa, pois, além de ser a primeira impressão de um mapa no Brasil, trata-se da primeira representação da capital do império na qual D. João VI se baseou para o planejamento das mudanças e reformas necessárias para a adaptação da sede do governo português. Essa é considerada a melhor planta da Cidade no início do século XIX (figura 1). Conforme informa Isa Adonias:

> A planta abrange a cidade do Rio de Janeiro desde a Praia de N. S. da Glória até ao Saco de S. Diogo. É digna de atenção não só pelos seus detalhes e acabamentos, como pela época em que foi levantada. Sem levar em consideração o que as datas acima representam para a nossa nacionalidade há, contudo, a salientar que foi uma das primeiras gravuras abertas no Brasil, fazendo parte dos primórdios da Impressão Régia." (ADONIAS, 1956, p.60).

Não possuímos informações de quantos exemplares foram impressos, mas sabemos por Francisco Gonçalves de Miranda, que em 1812 a planta já se encontrava a venda na loja de Paulo Martin Filho, na Rua da Quitanda, número 34, por 6.400 réis (Miranda, 1922), informação confirmada pelo anúncio

[1] Fundada pelo decreto do Príncipe Regente, assinado em 13 de maio de 1808.
[2] Criado por decreto em 07 de abril de 1808, o Real Archivo Militar tinha como objetivo produzir, guardar e conservar mapas e cartas do Brasil e do Império Português, reunindo engenheiros militares, desenhistas e gravadores.

publicado na Gazeta do Rio de Janeiro de 13 de maio de 1812 (figura 2). A planta esteve novamente à venda em 05 de maio de 1913 (figura 3).

A gravura sobre papel possui dimensões de 92 cm x 123cm[3], com escala gráfica de 300 braças (= 16,5cm), tendo sido utilizadas duas matrizes de cobre[4], as quais se encontram no Museu da Imprensa Nacional. Francisco Gonçalves de Miranda antigo funcionário da instituição em sua *Memória histórica da Imprensa Nacional*, explica que as matrizes originais de cobre sobreviveram a um incêndio que lá ocorreu em 15 de setembro de 1911 (MIRANDA, 1922, p.60).

Como características esta planta apresenta a legenda dividida em três grupos indicados por letras com as seguintes características: caixa-alta e caixa-alta em itálico, e minúsculas, e um grupo indicado por algarismos. Dentre os itens identificados por letras, com maiúsculas estão palácios, igrejas, capelas, seminários, conventos, freguesias, hospitais, recolhimentos e quartéis, e com minúsculas, os chafarizes, largos, cavalariças, um teatro, a alfândega etc. Os algarismos identificam os logradouros: becos, ruas, travessas e ladeiras. Alguns topônimos, como praias, morros, montes estão indicados na própria planta.

Segundo Bruno Capilé:

> "Neste mapa, que tem o Sul como referência, a área urbana foi enquadrada juntamente com os arredores mais próximos do Manguezal de São Diogo a oeste e o subúrbio da Glória ao sul. O terreno foi representado em distintas categorias: a) árvores alinhadas ao longo de algumas ruas dos arredores menos urbanizados; b) distribuição aleatória da vegetação dos morros; c) os sombreamentos para conferir tridimensionalidade aos morros; d) manchas concentradas nas áreas alagadas, como nos mangues, lagoas e várzeas. Ele apresenta as toponímias da Lagoa da Sentinela, do Mangal de S. Diogo e do Saco de mesmo nome, indicando a área de manguezal (d) que delimitava a cidade (...). Este mapa possui muitas descrições do ambiente biofísico e possivelmente foi elaborado visando os interesses administrativos de expansão urbana futura". (CAPILÉ, 2019, p.12).

A planta apresenta também uma rosa dos ventos, adornada, no canto superior esquerdo, próximas as praias indicadas como do Boqueirão e de Santa Luzia. No canto superior direito encontra-se o cartucho de título, ornamentado com o brasão do reino de Portugal. Já no canto inferior direito é exibida escala

[3] Essas medidas podem variar, uma vez que foi utilizada uma matriz dividida em duas partes e muitas vezes ao sofrerem intervenções, tais como montagem em tela, acabam por apresentar diferenças. Além disso, as duas chapas de cobre originais tem diferentes dimensões.

[4] No século XIX havia dois processos de impressão, a tipografia, para textos, e a gravura em metal para estampas. A gravura em metal foi utilizada para mapas até o início do século XIX, quando foi descoberta a litografia por Aloysius ou Alois Senefelder (1777-1834) em 1796. A litografia foi introduzida no Brasil (1825) pelo suíço Johan Jacob Steinmann, contratado pelo imperador D. Pedro I, com o objetivo de implantar a oficina litográfica, publicar mapas e ensinar a nova técnica de impressão no Arquivo Militar. Embora Steinmann seja considerador o precursor da litografia no Arquivo Militar, D. João VI contratou em 1818, Arnaud Julien Pallière para fazer retratos e paisagens, incluindo uma carta da Baia de Guanabara, trazendo consigo uma prensa litográfica portátil de Senefelder (MAURÍLIO, 2009, p.120).

gráfica que também possui adornos, seguido da identificação do engenheiro responsável pela sua construção no Real Archivo Militar. Por fim, no canto inferior esquerdo, nas proximidades da Ilha das Cobras e Valonguinho, estão disponíveis as explicações e referências aos responsáveis pela gravação (FIGUEIREDO, 2017).

A planta da cidade do Rio de Janeiro em 1817, reduzida da de 1812 no Archivo Militar

Nos anos que se seguiram a gravação da planta de 1812, com o crescimento e alteração da paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro havia a necessidade aumentar a quantidade de mapas disponíveis e ao mesmo tempo torna-los mais acessíveis e fáceis de manusear do que a versão original em duas folhas. Neste contexto foram aparecendo novas plantas derivadas da original de 1812, sejam reduções ou ampliações. A "Planta da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro: reduzida da que se publicou em 1812, em 1817" (figura 4), foi reduzida no Archivo Militar e gravada na Impressão Régia por Souto (ADONIAS, 1966, pág.52).

A planta reduzida de 1817 está assinalada na margem direita "P. S. F. Souto. Sculp. R. de Janr.º" – P[aulo dos] S[antos] F[erreira] Souto Sculp[sit= gravou]. R[io] de Janei[ro].. É o mesmo gravador da planta de 1812 (figuras 5 e 6), mas nessa Souto assinou "gravou". Como visto acima, Paulo dos Santos Ferreira Souto era gravador arquiteto da antiga Tipografia do Arco do Cego (IPANEMA, 2015, p.4), e chegando ao Brasil, foi para a Impressão Régia e gravou a coleção cartográfica do Arquivo Militar[5].

Conhecemos apenas dois exemplares dessa planta, o existente na Biblioteca Nacional de Portugal e outro que integra o acervo da Mapoteca do Itamaraty, o qual foi adquirido pelo Barão do Rio Branco em um leilão de pertences do historiador francês Ferdinand Denis em 1891 (Adonias, 1966, p.52, n.98). A planta mede 29,20 x 28,40cm em folha de 41,30 x 35,40cm, com escala gráfica de 300 braças (= 5,5cm)[6].

A planta apresenta as mesmas legendas da planta de 1812, mas a disposição gráfica é diferente da original, sendo exibidas no lado esquerdo, e a escala gráfica aparece dentro do cartucho de título.

A Missão Científica Austríaca

O decreto de abertura dos portos, promulgado após a vinda da família real portuguesa para o Brasil, teve como efeito a entrada no país de um grande número de estrangeiros não só devido a razões comerciais

---

[5] A planta reduzida de 1817 está reproduzida na obra Mapa: imagens da formação territorial brasileira, de Isa Adonias na página 254, imagem 183. No entanto a legenda não está clara, por informar que as chapas estão no Museu da Imprensa Nacional, na verdade as chapas originais que se encontram no museu são as da planta original de 1812. Conferir o site da Imprensa Nacional, http://www.in.gov.br/

[6] Dados retirados do registro catalográfico da BNP.

ou de Estado, mas também por um interesse artístico e científico sobre o Brasil, em consonância com o interesse científico sobre o Novo Mundo em voga nas monarquias europeias do século XIX (HOLANDA, 1974, p.13). Essas viagens tiveram como resultado vários relatos sobre regiões do Brasil até então desconhecidas. Muitas dessas missões planejadas por academias e sociedades científicas, bem como Museus de História Natural, foram financiadas por monarcas. Este foi o caso, por exemplo, da Missão Artística Francesa de 1816, que levou a fundação da Academia Imperial de Belas Artes, origem da atual Escola Nacional de Belas Artes.

Segundo os mesmos princípios a missão científica austríaca, foi patrocinada pelo Imperador Francisco I que teve como resultado um imenso legado no âmbito das ciências naturais e cartográfica.

A “Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro em 1817, reduzida da que se publicou em 1812”, faz parte da obra organizada por Karl von Schreibers: *Nachrichten von den kaiser osterreichischen Naturforschern in Brasilien und den Resultaten ihrer Betriebsamkeit. Aus den Amtsrelationen der K.K. Gesanschaft am hofe von Rio de Janeiro*..., ou *Notícias dos naturalistas imperiais austríacos no Brasil e o resultado de suas atividades.* Essa obra foi editada por Joseph Georg Trakler, em Brünn, em 1820. A obra apresenta os resultados dessa expedição, planejada por Karl von Schreibers, então diretor do Museu de História Natural de Viena, tendo sido chefiada por Johan Christoph Mikan, naturalista e professor de Botânica em Praga.

A Missão Científica Austríaca acompanhou a arquiduquesa Leopoldina da Áustria por ocasião de seu casamento com o herdeiro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o futuro imperador do Brasil, D. Pedro I, tendo permanecido no Brasil de 1817 a 1820. A comitiva contava entre outros com a participação dos naturalistas alemães Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich Philipp von Martius, o real jardineiro botânico Heinrich Wilhelm Schott, o paisagista Thomas Ender, o assistente do Imperial e Real Gabinete de História Natural Johann Natterer, e o taxidermista Heinrich Sochor, caçador de sua alteza e príncipe herdeiro.

No preâmbulo da obra temos a seguinte informação:

> “É conhecido o amor e zêlo do Imperador pela ciência prática. Para alargar os conhecimentos nesse sentido e ao mesmo tempo transportar ao solo pátrio os tesouros da natureza alienígena aproveitou o ensejo do casamento da arquiduquesa D. Leopoldina para enviar ao Brasil certo número de sábios, entre os naturalistas, com a incumbência de percorrer as principais regiões desse país, e observar in loco a superabundante variedade dos três reinos da natureza, enriquecendo assim a sua pátria com os tesouros de novas observações” (SCHREIBERS, 1969, p. 192).

Além do interesse científico, a missão ao Brasil atendia a outras preocupações de teor econômico e comercial dos governos implicados em sua realização. No campo científico, a mineralogia, especialidade desenvolvida por Alexandre von Humboldt na Academia de Minas de Friburgo, tinha grande destaque. As disciplinas de Geologia e a Botânica também foram contempladas, sendo os especialistas que vieram

a bordo das fragatas Augusta e Áustria dos mais credenciados a nível europeu. A primeira fragata zarpou de Trieste a 10 de Abril de 1817 e chegou ao Rio a 16 de Julho do mesmo ano, levando a bordo a Arquiduquesa e a sua comitiva. A fragata Áustria trouxe a bordo o maior grupo de pesquisadores e naturalistas, Mikan, acompanhado de sua esposa, e o pintor Thomas Ender, que gozava do apoio e admiração do grande Chanceler da Áustria e Príncipe Merternich-Winnenburg, tendo sido por ele indicado (CUNHA, 1968, p.7).

A Missão Científica Austríaca, interessada na investigação do cenário geográfico e ecológico do Brasil, ainda grandemente desconhecido à luz das ciências naturais dos séculos XVIII e XIX, contribuiria para engrandecer o ambiente cultural do Rio de Janeiro em específico, e do Brasil em geral.

A planta da cidade do Rio de Janeiro, gravada por W. W. Waniek

A planta foi gravada por W.W.Waniek, impressa no *Lithographtschen Institut* em Viena, é possivelmente, derivada da redução feita no Archivo Militar acima mencionada. A planta mede 29,8 x 28,90 cm em folha de 39,5 x 35,5cm, com escala gráfica de 300 braças (= 5,9cm). Como a planta reduzida no Arquivo Militar, esta planta apresenta o título e a escala gráfica inseridos no cartucho de título. O subtítulo contém um pequeno erro de gravação, com a palavra "publicou" junto com a preposição "no": "Reduzida da que se *publicouno* Anno de 1812". As legendas, da mesma forma que a anterior, aparecem no lado esquerdo, com dois índices remissivos, um com os principais nomes das praças, becos e ruas e outro com os principais prédios civis, militares e religiosos dispostos da seguinte forma: na parte superior esquerda legenda com indicações divididas em três grupos indicados por letras, em caixa-alta, caixa-alta em itálico, e minúsculas. Dentre os identificados por letras, com maiúsculas estão palácios, igrejas, capelas, seminários, conventos, freguesias, hospitais, recolhimentos e quartéis, e com minúsculas, os chafarizes, largos, cavalariças, um teatro, a alfândega etc. Os algarismos identificam os logradouros: becos, ruas, travessas e ladeiras. Esse conjunto é sobreposto pelo desenho da rosa dos ventos. Na parte inferior esquerda, um grupo indicado por algarismos faz referência aos logradouros: becos, ruas, travessas e ladeiras. Os topônimos são assinalados somente na zona costeira da cidade, tais como praias, o Saco da Gamboa, o Saco do Alferes, hoje aterrado e o Valongo que hoje abriga a zona portuária recentemente revitalizada.

As linhas paralelas onduladas que mostram o limite da costa, são mais largas na planta de Waniek do que na reduzida por Souto.

A planta mostra a expansão para o Campo de Sant'Anna, que aparece na parte central, e a região da Cidade Nova. Conforme evidenciado na legenda, a planta já mostra as mudanças ocorridas na estrutura urbana da cidade a partir da chegada da corte, incluindo o surgimento de prédios públicos como a Academia Real da Marinha e de Belas Artes, Hospital Militar, Imprensa Régia, Biblioteca Real, do Jardim

Botânico, Museu de História Natural, Arquivo Militar e da Real Casa das Obras. A abertura dos portos levou à dinamização das atividades portuárias da cidade com a transferência do mercado de compra e venda de escravos da Rua Direita (atual 1º de Março) para o Valongo, e o afluxo de imigrantes em direção a Minas Gerais no contexto da atividade mineradora, levou à expansão urbana para o interior da cidade, para oeste do campo de Sant'Anna, que aparece no centro da planta.

Exemplares encontrados

Além do exemplar da Biblioteca Nacional, foram encontrados quatro exemplares completos do relatório de Karl Von Schreibers: quatro na Österreichische Nationalbibliothek, um na Library of Congress, um na Universitätsbibliothek Regensburg. A Biblioteca do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro possui um exemplar sem a planta.

O livro de Schreibers possui também uma vista panorâmica (frontispício) *Einfahrt in den Hafen von Rio Janeiro und Kirche von Nossa Senhora da Gloria mit dem Pao d'Azugar am linken Ufer der Bucht* gravada por J. Blascher, e a planta desdobrada da cidade do Rio de Janeiro, que aparece citada na Bibliographia Brasiliana de Rubens Borba de Moraes como "obra bastante rara" (MORAES, 2010,Vol.2, p.320). Dado às semelhanças e o período em que foi feito, possivelmente, essa edição foi baseada na planta reduzida de Souto.

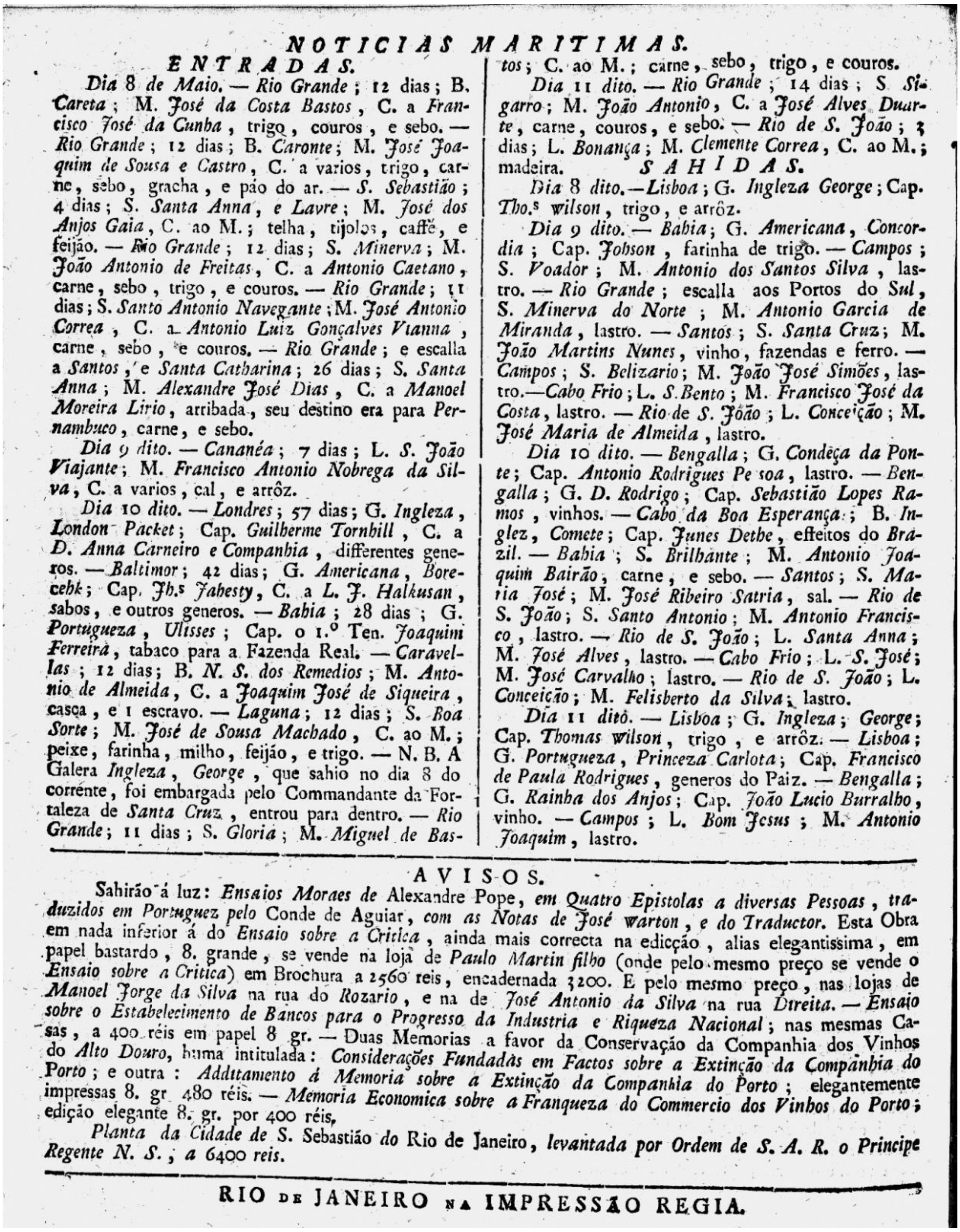
Considerações finais

A importância dessas plantas está em serem derivadas de um documento emblemático para a história do Brasil e de sua imprensa. A planta cuja execução foi solicitada por D. João VI em 1808 e gravada em 1812 é um testemunho de um momento importante de nossa história, a instalação da corte portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, e também das consequências advindas desse acontecimento para o desenvolvimento urbanístico da cidade. Tanto na planta original, quanto em suas reduções, podemos verificar tanto a monumentalização da cidade para atender um novo grupo social, a elite colonial, dado o seu novo estatuto tendo ascendido à condição de metrópole do Império Português, como também o crescimento territorial com expansão para novas áreas de ocupação. A planta de Waniek, por sua vez, está associada para além do reconhecimento geográfico da nova metrópole, ao florescimento da cultura, das artes e da ciência no Brasil, com o desenvolvimento das artes plásticas e das ciências naturais com o conhecimento promovido em nossas terras pela missão científica e artística austríaca.

Ilustrações



Figura 1 A Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro em 1812, Gravada por Souto. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Ex.4 (arquivo digital cart177686).



NOTICIAS MARITIMAS.

ENTRADAS.

Dia 8 *de Maio.* — *Rio Grande*; 12 dias; B. *Careta*; M. *José da Costa Bastos*, C. a *Francisco José da Cunha*, trigo, couros, e sebo. — *Rio Grande*; 12 dias; B. *Caronte*; M. *José Joaquim de Sousa e Castro*, C. a varios, trigo, carne, sebo, gracha, e páo do ar. — *S. Sebastião*; 4 dias; S. *Santa Anna, e Lavre*; M. *José dos Anjos Gaia*, C. ao M.; telha, tijolos, caffé, e feijão. — *Rio Grande*; 12 dias; S. *Minerva*; M. *João Antonio de Freitas*, C. a *Antonio Caetano*, carne, sebo, trigo, e couros. — *Rio Grande*; 11 dias; S. *Santo Antonio Navegante*; M. *José Antonio Correa*, C. a *Antonio Luiz Gonçalves Vianna*, carne, sebo, e couros. — *Rio Grande*; e escalla a *Santos*, e *Santa Catharina*; 26 dias; S. *Santa Anna*; M. *Alexandre José Dias*, C. a *Manoel Moreira Lirio*, arribada, seu destino era para *Pernambuco*, carne, e sebo.

Dia 9 *dito.* — *Cananéa*; 7 dias; L. *S. João Viajante*; M. *Francisco Antonio Nobrega da Silva*, C. a varios, cal, e arrôz.

Dia 10 *dito.* — *Londres*; 57 dias; G. *Ingleza*, *London Packet*; Cap. *Guilherme Tornbill*, C. a *D. Anna Carneiro e Companhia*, differentes generos. — *Baltimor*; 42 dias; G. *Americana*, *Borecebk*; Cap. *Jh.s Jabesty*, C. a *L. J. Halkusan*, sabos, e outros generos. — *Bahia*; 28 dias; G. *Portugueza*, *Ulisses*; Cap. o 1.º Ten. *Joaquim Ferreira*, tabaco para a Fazenda Real. — *Caravellas*; 12 dias; B. *N. S. dos Remedios*; M. *Antonio de Almeida*, C. a *Joaquim José de Siqueira*, casca, e 1 escravo. — *Laguna*; 12 dias; S. *Boa Sorte*; M. *José de Sousa Machado*, C. ao M.; peixe, farinha, milho, feijão, e trigo. — N. B. A Galera *Ingleza*, *George*, que sahio no dia 8 do corrente, foi embargada pelo Commandante da Fortaleza de *Santa Cruz*, entrou para dentro. — *Rio Grande*; 11 dias; S. *Gloria*; M. *Miguel de Bastos*; C. ao M.; carne, sebo, trigo, e couros.

Dia 11 *dito.* — *Rio Grande*; 14 dias; S. *Sigarro*; M. *João Antonio*, C. a *José Alves Duarte*, carne, couros, e sebo. — *Rio de S. João*; 3 dias; L. *Bonança*; M. *Clemente Correa*, C. ao M.; madeira.

SAHIDAS.

Dia 8 *dito.* — *Lisboa*; G. *Ingleza George*; Cap. *Tho.s wilson*, trigo, e arrôz.

Dia 9 *dito.* — *Bahia*; G. *Americana*, *Concordia*; Cap. *Johson*, farinha de trigo. — *Campos*; S. *Voador*; M. *Antonio dos Santos Silva*, lastro. — *Rio Grande*; escalla aos Portos do *Sul*, S. *Minerva do Norte*; M. *Antonio Garcia de Miranda*, lastro. — *Santos*; S. *Santa Cruz*; M. *João Martins Nunes*, vinho, fazendas e ferro. — *Campos*; S. *Belizario*; M. *João José Simões*, lastro. — *Cabo Frio*; L. *S. Bento*; M. *Francisco José da Costa*, lastro. — *Rio de S. João*; L. *Conceição*; M. *José Maria de Almeida*, lastro.

Dia 10 *dito.* — *Bengalla*; G. *Condeça da Ponte*; Cap. *Antonio Rodrigues Pessoa*, lastro. — *Bengalla*; G. *D. Rodrigo*; Cap. *Sebastião Lopes Ramos*, vinhos. — *Cabo da Boa Esperança*; B. *Inglez*, *Comete*; Cap. *Junes Dethe*, effeitos do *Brazil*. — *Bahia*; S. *Brilhante*; M. *Antonio Joaquim Bairão*, carne, e sebo. — *Santos*; S. *Maria José*; M. *José Ribeiro Satria*, sal. — *Rio de S. João*; S. *Santo Antonio*; M. *Antonio Francisco*, lastro. — *Rio de S. João*; L. *Santa Anna*; M. *José Alves*, lastro. — *Cabo Frio*; L. *S. José*; M. *José Carvalho*; lastro. — *Rio de S. João*; L. *Conceição*; M. *Felisberto da Silva*, lastro.

Dia 11 *dito.* — *Lisboa*; G. *Ingleza*; *George*; Cap. *Thomas wilson*, trigo, e arrôz. — *Lisboa*; G. *Portugueza*, *Princeza Carlota*; Cap. *Francisco de Paula Rodrigues*, generos do Paiz. — *Bengalla*; G. *Rainha dos Anjos*; Cap. *João Lucio Burralho*, vinho. — *Campos*; L. *Bom Jesus*; M. *Antonio Joaquim*, lastro.

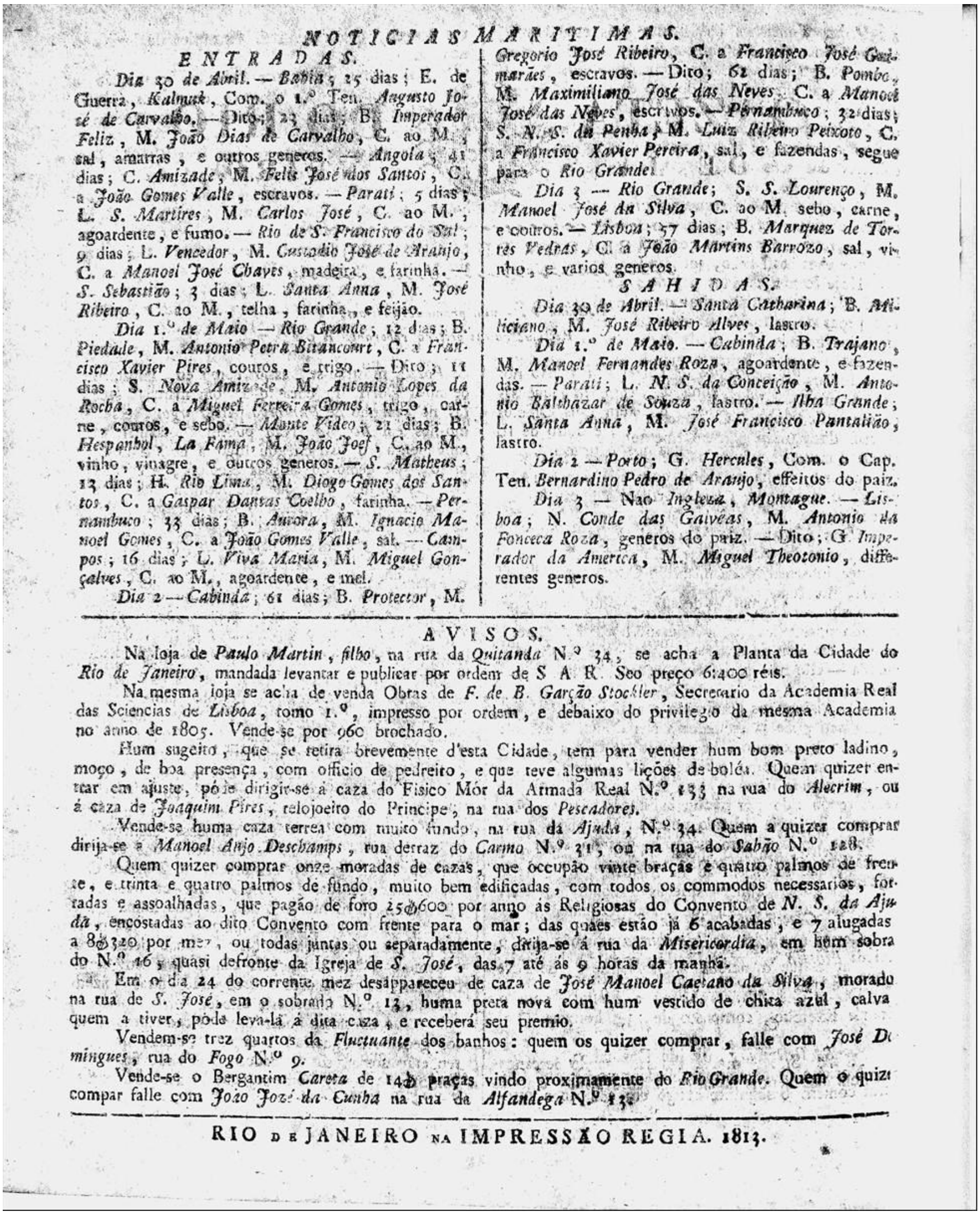
AVISOS.

Sahirão á luz: *Ensaios Moraes de* Alexandre Pope, *em Quatro Epistolas a diversas Pessoas, traduzidos em Portuguez pelo* Conde de Aguiar, *com as Notas de José warton, e do Traductor.* Esta Obra em nada inferior á do *Ensaio sobre a Critica*, ainda mais correcta na edicção, alias elegantissima, em papel bastardo, 8. grande, se vende na loja de *Paulo Martin filho* (onde pelo mesmo preço se vende o *Ensaio sobre a Critica*) em Brochura a 2560 reis, encadernada 3200. E pelo mesmo preço, nas lojas de *Manoel Jorge da Silva* na rua do *Rozario*, e na de *José Antonio da Silva* na rua *Direita*. — *Ensaio sobre o Estabelecimento de Bancos para o Progresso da Industria e Riqueza Nacional*; nas mesmas Casas, a 400 réis em papel 8 gr. — Duas Memorias a favor da Conservação da Companhia dos Vinhos do *Alto Douro*, huma intitulada: *Considerações Fundadas em Factos sobre a Extinção da Companhia do Porto*; e outra: *Additamento á Memoria sobre a Extinção da Companhia do Porto*; elegantemente impressas 8. gr 480 réis. — *Memoria Economica sobre a Franqueza do Commercio dos Vinhos do Porto*; edição elegante 8. gr. por 400 réis.

Planta da Cidade de S. Sebastião *do* Rio de Janeiro, *levantada por Ordem de S. A. R. o Principe Regente N. S., a* 6400 *reis.*

RIO DE JANEIRO NA IMPRESSÃO REGIA.

Figura 2 Anúncio de venda da Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro em 1812, publicado na Gazeta do Rio de Janeiro de 13 de maio de 1812. Biblioteca Nacional do Brasil.



NOTICIAS MARITIMAS.

ENTRADAS.

Dia 30 *de Abril.* — *Bahia*; 25 dias; E. de Guerra, *Kalmuk*, Com. o 1.º Ten. *Augusto José de Carvalho.* — Dito; 23 dias; B. *Imperador Feliz*, M. *João Dias de Carvalho*, C. ao M.; sal, amarras, e outros generos. — *Angola*; 41 dias; C. *Amizade*, M. *Felis José dos Santos*, C. a *João Gomes Valle*, escravos. — *Parati*; 5 dias; L. *S. Martires*, M. *Carlos José*, C. ao M.; agoardente, e fumo. — *Rio de S. Francisco do Sul*; 9 dias; L. *Vencedor*, M. *Custodio José de Araujo*, C. a *Manoel José Chaves*, madeira, e farinha. — *S. Sebastião*; 3 dias; L. *Santa Anna*, M. *José Ribeiro*, C. ao M., telha, farinha, e feijão.

Dia 1.º *de Maio* — *Rio Grande*; 12 dias; B. *Piedade*, M. *Antonio Petra Bitancourt*, C. a *Francisco Xavier Pires*, couros, e trigo. — Dito; 11 dias; S. *Nova Amizade*, M. *Antonio Lopes da Rocha*, C. a *Miguel Ferreira Gomes*, trigo, carne, couros, e sebo. — *Monte Video*; 21 dias; B. *Hespanhol*, *La Fama*, M. *João Joef*, C. ao M., vinho, vinagre, e outros generos. — *S. Matheus*; 13 dias; H. *Rio Lima*, M. *Diogo Gomes dos Santos*, C. a *Gaspar Dantas Coelho*, farinha. — *Pernambuco*; 33 dias; B. *Aurora*, M. *Ignacio Manoel Gomes*, C. a *João Gomes Valle*, sal. — *Campos*; 16 dias; L. *Viva Maria*, M. *Miguel Gonçalves*, C. ao M., agoardente, e mel.

Dia 2 — *Cabinda*; 61 dias; B. *Protector*, M. *Gregorio José Ribeiro*, C. a *Francisco José Guimarães*, escravos. — Dito; 62 dias; B. *Pombo*, M. *Maximiliano José das Neves*, C. a *Manoel José das Neves*, escravos. — *Pernambuco*; 32 dias; S. *N. S. da Penha*, M. *Luiz Ribeiro Peixoto*, C. a *Francisco Xavier Pereira*, sal, e fazendas, segue para o *Rio Grande*.

Dia 3 — *Rio Grande*; S. *S. Lourenço*, M. *Manoel José da Silva*, C. ao M. sebo, carne, e couros. — *Lisboa*; 57 dias; B. *Marquez de Torres Vedras*, C. a *João Martins Barrozo*, sal, vinho, e varios generos.

SAHIDAS.

Dia 30 *de Abril.* — *Santa Catharina*; B. *Miliciano*, M. *José Ribeiro Alves*, lastro.

Dia 1.º *de Maio.* — *Cabinda*; B. *Trajano*, M. *Manoel Fernandes Roza*, agoardente, e fazendas. — *Parati*; L. *N. S. da Conceição*, M. *Antonio Balthazar de Souza*, lastro. — *Ilha Grande*; L. *Santa Anna*, M. *José Francisco Pantalião*, lastro.

Dia 2 — *Porto*; G. *Hercules*, Com. o Cap. Ten. *Bernardino Pedro de Araujo*, effeitos do paiz.

Dia 3 — Nao *Ingleza*, *Montague*. — *Lisboa*; N. *Conde das Galvêas*, M. *Antonio da Fonceca Roza*, generos do paiz. — Dito; G. *Imperador da America*, M. *Miguel Theotonio*, differentes generos.

AVISOS.

Na loja de *Paulo Martin*, *filho*, na rua da *Quitanda* N.º 34, se acha a Planta da Cidade do *Rio de Janeiro*, mandada levantar e publicar por ordem de S. A. R. Seo preço 6:400 réis.

Na mesma loja se acha de venda Obras de *F. de B. Garção Stockler*, Secretario da Academia Real das Sciencias de *Lisboa*, tomo 1.º, impresso por ordem, e debaixo do privilegio da mesma Academia no anno de 1805. Vende-se por 960 brochado.

Hum sugeito, que se retira brevemente d'esta Cidade, tem para vender hum bom preto ladino, moço, de boa presença, com officio de pedreiro, e que teve algumas lições de boléa. Quem quizer entrar em ajuste, póde dirigir-se á caza do Fisico Mór da Armada Real N.º 133 na rua do *Alecrim*, ou á caza de *Joaquim Pires*, relojoeiro do Principe, na rua dos *Pescadores*.

Vende-se huma caza terrea com muito fundo, na rua da *Ajuda*, N.º 34. Quem a quizer comprar dirija-se a *Manoel Anjo Deschamps*, rua detraz do *Carmo* N.º 31, ou na rua do *Sabão* N.º 128.

Quem quizer comprar onze moradas de cazas, que occupão vinte braças e quatro palmos de frente, e trinta e quatro palmos de fundo, muito bem edificadas, com todos os commodos necessarios, forradas e assoalhadas, que pagão de foro 25$600 por anno ás Religiosas do Convento de *N. S. da Ajuda*, encostadas ao dito Convento com frente para o mar; das quaes estão já 6 acabadas, e 7 alugadas a 8$320 por mez, ou todas juntas ou separadamente, dirija-se á rua da *Misericordia*, em hum sobrado do N.º 16, quasi defronte da Igreja de *S. José*, das 7 até ás 9 horas da manhã.

Em o dia 24 do corrente mez desappareceu de caza de *José Manoel Caetano da Silva*, morador na rua de *S. José*, em o sobrado N.º 13, huma preta nova com hum vestido de chita azul, calva quem a tiver, póde leva-la á dita caza, e receberá seu premio.

Vendem-se trez quartos da *Fluctuante* dos banhos: quem os quizer comprar, falle com *José Domingues*, rua do *Fogo* N.º 9.

Vende-se o Bergantim *Careta* de 140 praças vindo proximamente do *Rio Grande*. Quem o quizer compar falle com *João José da Cunha* na rua da *Alfandega* N.º 13.

RIO DE JANEIRO NA IMPRESSÃO REGIA. 1813.

Figura 3 Anúncio de venda da Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro em 1812, publicado na Gazeta do Rio de Janeiro de 05 de maio de 1813. Biblioteca Nacional do Brasil.

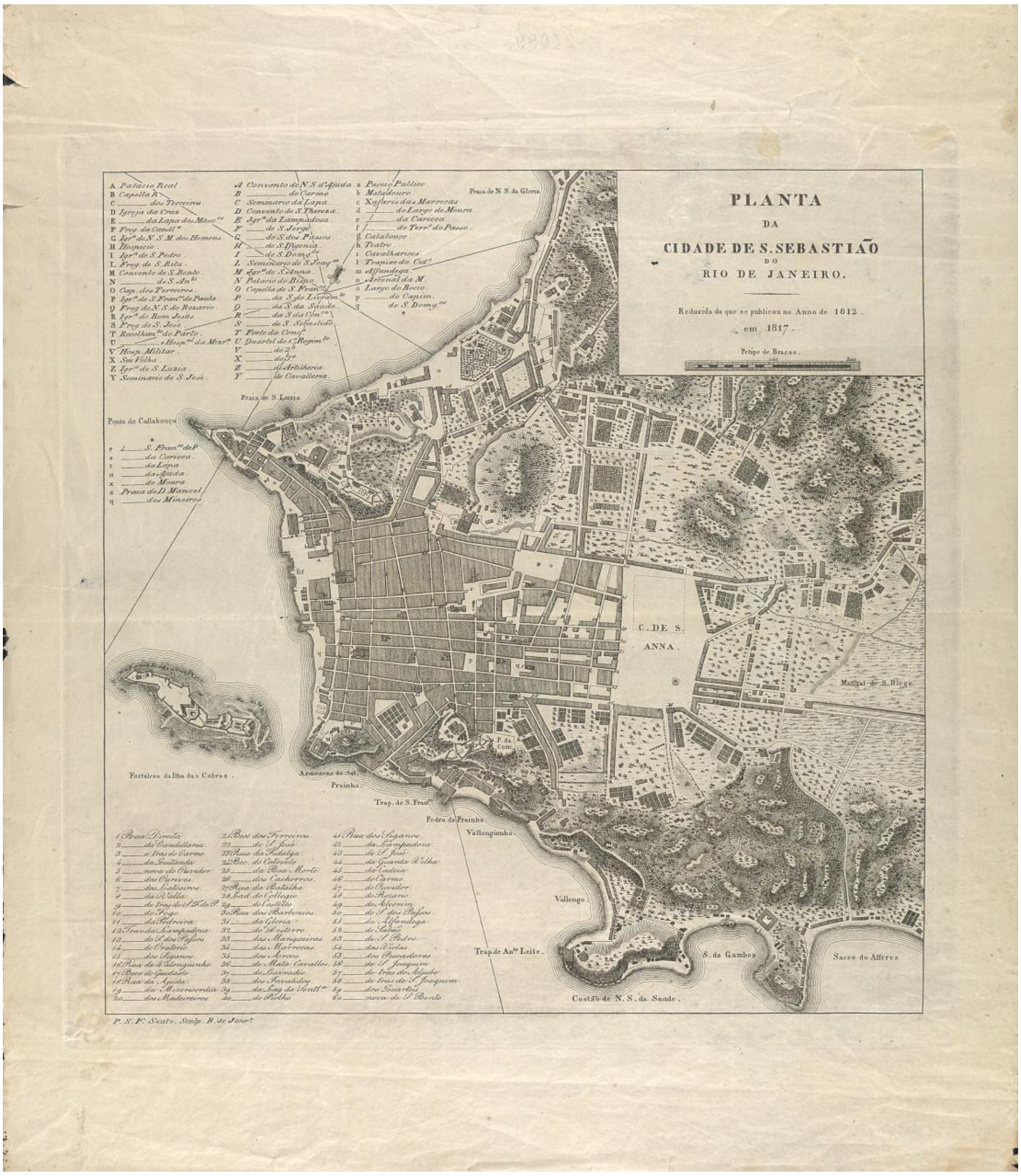


Figura 4 Planta da cidade do Rio de Janeiro em 1817, reduzida da de 1812, gravado por Souto. Biblioteca Nacional de Portugal (arquivo digital http://purl.pt/897/2/).

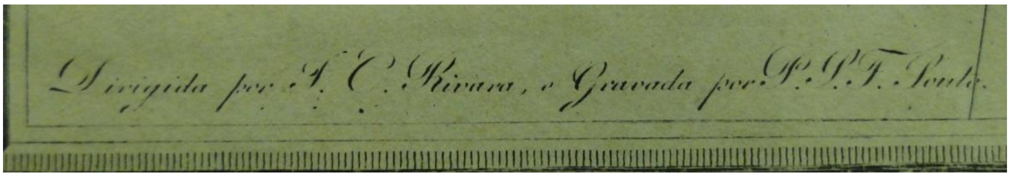


Figura 5 Assinatura de P. S. F. Souto na planta gravada em 1812.



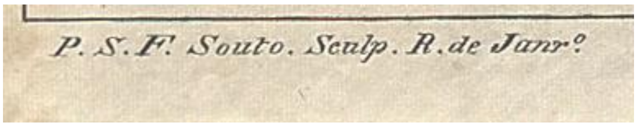


Figura 6 Assinatura de P. S. F. Souto na planta reduzida de 1817.



Figura 4 Planta da cidade do Rio de Janeiro em 1817, gravada por Waniek. Fundação Biblioteca Nacional (arquivo digital cart1561783).

Variações nas medidas das plantas apresentadas

Planta	Medidas
Souto, P. S. F.1812	92 cm x 123 cm
Souto, P. S. F.1817	29,20x28,40 cm em folha de 41,30x35,40 cm
Waniek, W. W.	29,8 x 28,90 cm em folha de 39,5 x 35,5 cm

Referências Bibliográficas

Fontes primárias

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1812, nº39, p.4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749664&pasta=ano%20181&pesq=. Acesso em: 30 set 2019.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 05 de maio de 1813, nº36, p.4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749664&pasta=ano%20181&pesq=. Acesso em: 30 set 2019.

PLANTA da cidade de S.Sebastião do Rio de Janeiro: levantada por ordem de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor no anno de 1808: feliz e memorável epoca da sua chegada á dita cidade. Dirigida por A. C. Rivara, e gravado por P. S. F. Souto, Desenhada no R. A. Militar por J.. A. dos Reis. [Rio de Janeiro]: Impressão Régia, 1812.

SOUTO, P. S. P. grav. metal. **Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro:** da que se publicou em 1812. R. de Janrº. [Rio de Janeiro: Impressão Régia], em 1817,

WANIEK, W. W. **Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro**: reduzida da que se publicouno [sic] anno de 1812. Em 1817. Wien: Litogrphischen Institut, [ca. 1820].

Fontes secundárias

ADONIAS, Isa.. **Mapa**: imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Odebrecht, 1993, 1993.

ADONIAS, Isa.. **Catálogo de plantas e mapas da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Documentação, Mapoteca, 1966.

ADONIAS, Isa. **As peças raras da Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty/MRE, 1956

CAPILÉ, Bruno. Apagando a natureza. O desaparecimento dos ecossistemas alagados nos mapas urbanos do Rio de Janeiro. **Terra Brasilis (Nova Série) Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia** Histórica.11, 2019. Disponível em: https://journals.openedition.org/terrabrasilis/4306. Acesso em: 27 set. 2019
CUNHA, Lygia da Fonseca. Thomas Ender, Catálogo de Desenhos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1968.

FERREZ, Gilberto (org.). **A muito leal e heroica, quatro séculos de expansão e evolução**. Rio de Janeiro: Banco Boavista S.A., 1965.

FIGUEIREDO, Cláudio Chagas *et al*. Avaliação dos diferentes métodos de transformação para georreferenciar documentos cartográficos de 1812 e 1906 do Rio de Janeiro. COFINS, Revista Franco-brasileira de Cartografia. Número 32, 2017.

GODOY, Vanesa Ferraz, MENEZES, Paulo Márcio Leal de; SILVA, Alessandra Ferraz Godoy da...Cartografia Histórica e navegação virtual do centro do Rio de Janeiro. *In*: Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 1. , 2011, Paraty. **Anais** [...]. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/GODOY_VANESSA_F_ET_AL.pdf. Acesso em: 27 set.2019

HOLANDA, Sergio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. *In*: HOLANDA, Sergio Buarque de, org. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, vol.1. São Paulo: Difel, 1974.

INFORMAÇÃO e documentação: referências: NBR 6023. Segunda edição. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/40070/1837975/ABNT+NBR+6023+2018+%281%29.pdf/3021f721-5be8-4e6d-951b-fa354dc490ed. Acesso em: 28 set.2019

IPANEMA, Rogéria de. História das imagens em repatrimonialização de acervos: o Tratado de Gravura do Arco do Cego. *In*: Simpósio Nacional de História, 28., 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434325661_ARQUIVO_2015-ANPUH-XXVIISIMPOSIONACIONALDEHISTORIA-ST-ARTEEPATRIMONIO-TEXTODEROGERIADEIPANEMA-HISTORIASDAIMAGEMEMREPATRIMONIALIZACAODEACERVOS.pdf. Acesso em: 27 set.2019.

A LITOGRAFIA: (1796-hoje). *In*: **Tipografia**. Disponível em: <http://www.tipografos.net/tecnologias/litografia.html>. Acesso em: 27 set.2019.

MAURÍLIO, Rafael Hoffmann. A importância da litografia para o desenvolvimento dos primeiros anos das artes gráficas no Brasil. *In*: Congresso Internacional de Pesquisa em Design, 5., 2009. **Anais** [...] Disponível em: https://www.rafaelhoffmann.com/textos/rafael_hoffmann_litografia.pdf. Acesso em: 24 set.2019

MIRANDA, Francisco Gonçalves de. **Memória histórica da Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

MORAES, Rubens Borba de. **Bibliographia brasiliana**. São Paulo: Edusp - Fapesp, 2010. 2 Vols.

SCHREIBERS, Karl Franz Anton von, ed. **Nachrichten von den kaiserl osterreichischen Naturforschern in Brasilien und den Resultaten ihrer Betriebsamkeit. Aus den Amtsrelationen der K.K. Gesanschaft am hofe von Rio de Janeiro...**: aus den... Herr Karls v. Schreibers... Brunn : Bei Joseph Georg Trakler, 1820.

SCHREIBERS, Karl Franz Anton von. **Notícias dos naturalistas imperiais austríacos no Brasil e o resultado de suas atividades**. Tradução Lavínia Ribeiro da Fonseca. Revista do IHGB, Rio [de Janeiro], v. 283, p.191-254, 1969.

TEIXEIRA, Floriano Bicudo. As primeiras manifestações da gravura no Brasil. In: **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v.96, 1976. pp. 11-19.

A Boa Vista de Gustavo Adolfo Gonçalves e Souza (1818-1899)

Vasco Cardoso
Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território e Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade, vcardoso@fba.up.pt

Resumo:

Em anterior edição deste Simpósio apresentou-se um trabalho em que se destacou a resolução dada pelo engenheiro Gustavo Adolfo Gonçalves e Souza ao difícil traçado da Rua de Oliveira Monteiro, no Porto, uma rua que solucionaria o estreitamento existente num troço irregular da Estrada Real n.º 2, do Porto à Póvoa do Varzim[1], tornando-o urbano. Este ano, candidata-se ao VIII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica uma comunicação onde se procura refletir como, e porquê, Gustavo Adolfo Gonçalves e Souza trouxe para o Porto o que aparenta ser a influência do urbanismo francês de oitocentos, nomeadamente o de Haussmann, e o modo como o pôde integrar face à circunstância da cidade do Porto.

O engenheiro foi o primeiro professor da Academia Politécnica do Porto com formação obtida nessa mesma instituição – Engenharia Civil de Pontes e Estradas.

Enquanto projetista, participou nas mais importantes obras civis que se faziam na cidade, como o Palácio de Cristal, por exemplo. Após a morte do arquiteto da cidade, Joaquim da Costa Lima Júnior, assumiu o cargo de engenheiro-chefe da Câmara Municipal do Porto, ficando responsável pelo urbanismo da cidade, de 1864 a 1873. Foi uma decisão saída da vontade da Vereação, a de não promover qualquer um dos arquitetos da instituição, mas antes confiar no reputado engenheiro, numa altura em que se esperava lei reguladora do projeto de empréstimo para melhoramentos, em construção desde o seu lançamento na Vereação de 18 de agosto de 1863. Por outro lado, e por coincidência, nova legislatura trouxera novo ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, João Chrysostomo de Abreu e Sousa, responsável pelo Decreto de 31 de dezembro de 1864, na resposta à clarificação das circulações, da propriedade, entre outros aspetos por regulamentar, ou regulamentados em legislação dispersa. Neste quadro legal, o município veria o seu projeto de empréstimo aprovado pela Lei de 5 de maio de 1865.

Mas, Gustavo Adolfo Gonçalves e Souza também se dedicou ao ensino industrial, tendo sido docente de Geometria Descritiva e de Desenho Técnico, Arquitetónico, de Ornato e Topográfico na Escola Industrial do Porto. Com a grande reforma do Ensino Industrial em Portugal, Decreto de 20 de dezembro, também, de 1864, promovida pelo Ministro da tutela, o já mencionado João Chrysostomo, a dita escola passaria a

ser o Instituto Industrial do Porto, do qual o engenheiro foi diretor. No Porto havia um conhecimento do percurso do ensino industrial na Europa, nomeadamente em França, atestado, por exemplo, quer na filiação que o reitor da Escola Industrial Portuense – a antecessora da Escola Industrial do Porto declarou no dia da abertura da escola, 22 novembro de 1852, às ações de Jean-Antoine Chaptal e Charles Dupin, quer no inúmero material didático que, mais tarde, o mencionado diretor do Instituto Industrial do Porto, encomendaria desse país, com verbas disponibilizadas pela tutela das Obras Públicas.

Neste enquadramento, procurar-se-á descobrir, sobretudo a partir das Atas da Vereações e do Conselho Municipal, e das Atas do Conselho Escolar do Instituto Industrial do Porto, as possíveis influências francesas no urbanismo da cidade do Porto de então. Para tal, tomar-se-á com maior atenção o traçado da “Rotunda da Boavista”, apoiado em alguns pontos de partida que lançarão este texto, ficando, no entanto, sujeitos a questionamento permanente.

Indagar-se-á se a “Étoile” poderá ter tido alguma influência no desenho da “Rotunda”. A primeira nasceu sobre uma via de traçado paisagístico barroco, no prolongamento do eixo do jardim das Tulherias e tomando uma das direções estruturantes de Paris – o eixo das *Rue du Faubourg Saint-Honoré* e *Faubourg de Saint-Antoine*. A “Rotunda” nasceria sobre uma via – praticamente com a mesma direção (curiosamente) do eixo atrás referido – resultante de um desafio estratégico de ligar duas fundamentais instalações militares. A referência “Étoile” aparece num projeto de 1702 desenhada com um limite circunferencial, de onde radiam 8 braços. Contudo, no *Plan de Roussel*, de 1730, o perímetro é octogonal. E, os trabalhos de Haussmann, pela pena do arquiteto Hittorf, fizeram da “Étoile” um cruzamento de novas avenidas, dandolhe 12 braços a partir da circunferência perimetral. Já a “Rotunda” do Porto, posterior, foi projetada como dois semicírculos a ladear uma via principal, radiando 3 braços de cada um daqueles, num total de 8 braços, aspirando promover daí, uma futura expansão da cidade.

Se houve, de facto, aprendizagens, importa saber em que medida seriam aplicáveis e o que revelam da circunstância da cidade do Porto.

Palavras-chave:

Urbanismo; Porto; Século XIX; Engenheiros; França

A evolução da rede de estradas em Trás-os-Montes (séculos XIII-XIX): uma análise comparativa

Rúben Conceição
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, filipe.rtc@gmail.com

Resumo:

Através do estudo comparativo entre cartografia antiga e algumas fontes textuais produzidas entre os séculos XIII e XIX, pretendemos realizar uma análise temporal de longa duração, de forma a aferir a evolução da rede de estradas e caminhos na região de Trás-os-Montes, no Norte de Portugal. Paralelamente, procuraremos identificar as diferentes estruturas que compunham esta rede, entre povoações, pontes, barcas de passagem e estruturas militares, onde se incluem as principais fortificações e atalaias, bem como compreender a sua importância e o seu impacto nos espaços em que se inseriam, à escala local e à escala regional.

Podemos pensar nas vias de comunicação como um conjunto de camadas que se foram acumulando ao longo do tempo, construídas com objetivos específicos, de forma a cumprirem determinadas funções: por um lado, para colmatarem as necessidades daqueles que à escala local mais delas necessitavam no dia-a-dia; por outro, das autoridades centrais, que precisavam destas para obterem um controlo mais efetivo do espaço sob a sua direta administração, sobretudo daquelas mais afastadas da sua esfera de ação imediata.

Ao longo deste estudo teremos que ter em atenção algumas questões. Primeiramente, por se tratar de um espaço com características muito próprias, pelo seu isolamento geográfico face ao restante território português. A autoridade régia sempre teve dificuldades em assumir um controlo efetivo, sobretudo nos primeiros séculos em análise, período esse em que a nobreza portuguesa e leonesa tiveram uma maior expressão, tendo conseguido a Coroa, paulatinamente, invertido essa tendência. Em segundo lugar, por se tratar da análise de um período cronologicamente tão dilatado. As variações demográficas e as consequências que estas tiveram na ocupação do território e na exploração dos recursos naturais, ou outros de ordem política, como é o caso dos conflitos militares, certamente tiveram impacto na definição do traçado a seguir pelas vias de comunicação terrestres.

Assim, o tempo e o espaço provam-se mais uma vez fulcrais, guiando-nos no desenvolvimento de uma metodologia: começando pelas fontes cartográficas mais recentes em análise, nomeadamente os mapas do início do século XIX, como a *Carta das principais estradas militares de Portugal*, de Lourenço d'Eça e

de Romão Almeida, impressa em Lisboa, em 1808, iremos «recuar no tempo», até chegarmos às fontes históricas do século XIII, nomeadamente as Inquirições Gerais do Reino realizadas no reinado de D. Afonso III, entre 1257-58, que tinham como objetivo registar, prioritariamente, o património régio, mas sem deixar de passar pela cartografia regional manuscrita e impressa do século XVIII, como são os

Palavras-chave:
Trás-os-Montes; Rede de estradas.



O Brigadeiro de Infantaria e engenheiro prático João Massé: um herege ao serviço del Rey

Francisco José Corrêa-Martins
Departamento de Geociências – Instituto de Agronomia , Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
correa_martins@ufrrj.br

Resumo:

Há trezentos anos o Brigadeiro João Massé retornava para Portugal, após o fim de sua missão no Brasil. Enviado por el Rey em 1713, após o saque realizado pelas forças do corsário francês ReneéDuguay-Trouin na cidade do Rio de Janeiro em 1711, sua tarefa era examinar e reparar as fortificações, além de planejar outras que julgasse necessárias no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, indo também, com a mesma finalidade à vila de Santos e à Cidade da Parahyba, atual João Pessoa. Assim, seu nome é citado com frequência nos documentos luso-brasileiros das primeiras décadas do século XVIII, referentes às questões de defesa, especialmente de fortificações. Porém, uma análise minuciosa da documentação atribuída ao brigadeiro mostra que apenas um relatório, que ele não escreveu, contém sua assinatura. Com relação ao material cartográfico, nenhum deles tem a menção expressa de autoria. Portanto, conclui-se que nenhuma das cartas ou plantas atribuídas ao João Massé foi por ele desenhada, sendo trabalho de seus auxiliares no Brasil. Mas João Massé tem outras facetas. Seu nome era Jean Destremau, nascido por volta de 1660 em Le Houga, no sudoeste da França, cedo ingressando na carreira militar. Sendo huguenote, emigrou para a Inglaterra, lutando como mercenário láe também na Irlanda no final do século XVII. Com a eclosão da Guerra de Sucessão da Espanha, acompanhou às tropas enviadas por solicitação do soberano português, tendo se destacado na defesa do cerco de Campo Maior, onde seu tino como engenheiro prático se destacou. Estasforam as credenciais que recomendaram sua vinda para o Brasil. Após seu retorno, atuou como consultor do Conselho Ultramarino, sendo em 1735 promovido a sargento-mór de batalha. Ele constituiu família e, até o fim de seus dias, vivendo em um Estado onde a Inquisição estava presente, não abjurou de sua fé protestante.

Palavras-chave: Fortificações, Brasil, Cartografia Histórica, Exército Português, História Militar

Abstract:

Three centuries ago, Brigadier JoãoMassé returned to Portugal after the end of his mission in Brazil.In 1713 the King ordered his departure, after the French privateers attack on Rio de Janeiro in 1711, to examine and repair the fortifications, and to plan others he deemed necessary in Rio, Salvador, and Recife, with the same purpose going to the village of Santos and the City of Parahyba, now João Pessoa.Thus, his name is often cited in the Luso-Brazilian documents of the first decades of the eighteenth century, concerning defense issues, especially fortifications. However, a close analysis of the documentation assigned to the brigadier shows that only one report, which he did not write, contains his signature. Regarding the cartographic material, none of them has the express mention of authorship.Therefore, it is concluded that none of the charts or plans attributed to JoãoMassé was designed by him, being the work of his assistants in Brazil. But JoãoMassé has other facets. His name was Jean Destremau, born around 1660 in Le Houga, in southwest France, early in his military career. Being a Huguenot, he emigrated to England, fighting there as a mercenary and also in Ireland in the late seventeenth century.With the outbreak of the Spanish War of Succession, he accompanied the troops sent at the request of the Portuguese sovereign, having excelled in defending the siege of Campo Maior, where his prowess as a practical engineer stood out. These were the credentials that recommended his coming to Brazil. Upon his return, he served as a consultant to the

ConselhoUltramarino, and in 1735 was promoted to camp-marshal. He constituted a family and, until the end of his days, and living in a State where the Inquisition was present, did not abjure his Protestant faith.

Key words: Fortifications, Brazil, Historical Cartography, Portuguese Army, Military History

Introdução

Na consulta aos documentos luso-brasileiros das primeiras décadas do século XVIII, referente às questões de defesa, especialmente de fortificações, um nome que aparece com frequência é o do Brigadeiro João Massé[1]. Segundo a Carta Régia de 17 de junho de 1712, "por ser conveniente a meo serviço o fortificarse o estado do Brasil em forma que fique com toda a defensa necessaria", Massé iria para as capitanias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco "para examinar e reparar as fortificações" existentes e "e fazer [sic] as maes que forem necessarias"[2] (VITERBO, 1904, p. 154).

Como consequência, é natural que seu nome e ações fossemreferidos por aqueles que tenham examinado essas questões, seja do ponto de vista memorialístico ou acadêmico. Contudo, o que se ressalta nesses textos é a escassez de informações sobre esse personagem, gerando informações imprecisas, quando não contraditórias, como é o caso de sua nacionalidade.

Para os membros do Conselho Ultramarino em 1718, ele era francês[3]. Mas ele também foi considerado florentino (VILHENA, 1801, np), português (SOLOMON, 2003, p. 150) ou deorigem "inglesa" (OLIVEIRA, 2004, p. 212[4], 2011, p. 162).

Em consequência, esta pesquisa se desenvolveu buscando alcançar mais informações sobre João Massé, ao mesmo tempo em que os projetos de fortificações e documentos cartográficos atribuídos tradicionalmente ou não ao brigadeiro são aqui revistos, posto que, como já demonstrado em trabalho anterior, o Plano de Defesa do Rio de Janeiro e as plantasque eram considerados como obras suas, de fato não o eram[5].

1. João Massé, aliás, Jean Destremau:oficial de infantaria, engenheiro prático e huguenote

---

[1] A grafia do nome apresenta variações na documentação examinada, tais como João de Massê e João Massê.

[2] Ou seja, ele não veio "à Colônia como especialista em castramentação (sic)", como equivocadamente afirmou Felipe Eduardo Moreau (2007, p. 229). Partindo-se da definição de castrametaçam ou castrametação então vigente (BLUTEAU, 1712, V.2, p. 192), verifica-se que tal coisa era uma parte ínfima das tarefas de João Massé no Brasil.

[3] Consulta do Conselho Ultramarino sobre a communicação que fizera o Brigadeiro João Massé ..., 17 de janeiro de 1718. *Anais da Bibliotheca Nacional*, de ora em diante *An. Bibl. Nac.*, V.39, 1917, D. 3551, p. 86-87. –Arquivo Histórico Ultramarino – Conselho Ultramarino, de ora em diante AHU_CU_017-01, Cx. 17, D. 3551.

[4] Deve-se registrar que a nota 173 feita por Mário Mendonça de Oliveira (2004, p. 138-139), foi transcrita de forma praticamente integral por Filipe Eduardo Moreau em sua nota 747 (2007, p. 229-230), mas sem indicar o fato devidamente.

[5]A respeito, ver o trabalho de CORRÊA-MARTINS (2014).



Em uma obra referencial (VITERBO, 1904, p. 154)[6], João Massé é identificado como “capitão de engenheiros [que] serviu no exercito alliado que marchou de Portugal sobre Madrid em defesa dos direitos e aspirações de Carlos III. Vemo-lo figurar em 1705 na rendição de Albuquerque, tendo vindo do sitio de Gibraltar”, indicando a respeito um livro sobre o Conde de “Galloway”. Este oficial-general, o Conde de Galway,recebera do soberano português a patente de mestre de campo general naquele mesmo ano,por indicação do embaixador extraordinário da Inglaterra(CHABY, 1872, V.3, p. 379)[7].

Essa nomeação era consequência da aliança feita entre Portugal e a Inglaterra contra a Espanha e a França, na Guerra da Sucessão da Espanha, que previa o envio de tropa desde as ilhas britânicas para as terras lusitanas. Assim

> Havendo o Embax.ºextra.º de Inglaterra proposto os officiaesp.ªo meu exercito, e mais gente p.ª o trem de Artilharia, na forma, q. he obrigado pello articulo 14 da liga, os quais vaõ declarados na lista junta: hey por bem de acceitalos e ordeno ao Cons.º lhes mande passar as patentes, e nobramentos, conforme os seus postos Lix.ª 23 de Jan.^{ro} 1705 – Com a rubrica de sua magestade. – P.ª O Cons.º de Guerra

e na “Lista dos off.^{es}Inglezes, q. o Plenipotenciario de Inglaterra propôs em Virtude do Tratado, e S. mag.^{e}acceitou” aparece o nome de “JoaõMasse” como um dos cinco “Ingenheiroz” enviados (CHABY, 1872, V.3, p. 391-392).

A partir destas transcrições, parece não haver dúvidas que Massé era inglês e engenheiro. Porém, as coisas não são tão simples como aparentam ser. O próprio Conde de Galway, não era inglês, mas francês, cujo nome de batismo era Henry de Massue, 2º Marquês de Ruvigny, e fora oficial-general nos exércitos de Luís XIV antes de passar para a Inglaterra[8]. E os sobrenomes dos outros engenheiros que vieram junto com Massé, João Monclere, Jayme Pellit, Lucas Boitout e Pedro de Gualyrevelam também sua origem francesa[9]. A explicação para que franceses estivessem lutando junto com os ingleses contra

---

[6] Mas que contém equívocos, tal qual colocar João Massé em outra entrada, “582 - Mallé [sic] (João). Exerceu a engenharia no Brasil, no primeiro quartel do século XIX, tendo attingido o grau de brigadeiro” (VITERBO, 1904, p. 131-132). Tal equívoco é oriundo de ele ter reproduzido sem atenção a informação equivocada constante de um catálogo organizado por RAMIZ GALVÃO (1881, p. 241), onde “2413. - Planta Ydrografica da Bahia de Todos os Santos com a maior parte do seu reconcavo, tendo situada pouco dentro da sua entrada a Cidade do Salvador... Lisboa anno de 1802. Planta da Cidade da Bahia tal qual a elevou no tempo do Vice Reinado do Marquez de Angeja D. Pedro de Noronha, o Brigadeiro Engenheiro João Mallé. Prospecto da Cidade da Bahia, ou do Salvador, situada na costa do Brazil”. Grifos nossos.

[7]Claudio Bernardo Pereira de Chaby (1872, p. 379) registrou, equivocadamente, o nome do oficial-general como “Galvay”.

[8]Para maiores esclarecimentos sobre Henry de Massue, 2º Marquês de Ruvigny, Visconde e Conde de Galway (ou Galloway), recomendamos David C. A. Agnew (1864). É evidente que, com sua passagem para à Inglaterra, Henry de Massue perdeu tanto suas propriedades na França, como seu título de nobreza lá.

[9] Na relação, além de Massé, há outros 51 nomes, cujas funções ou especialidades deixam entrever que havia aqueles que são equivalentes aos oficiais nos dias atuais, enquanto outra parte, as relativas aos ofícios como o de ferreiro, serralheiro ou tanoeiro são claramente de praças, embora não sejam soldados. São o que, à época, eram denominados “oficiais inferiores”, e que hoje equivaleriam aos sargentos. Os nome e sobrenomes da lista indicam que eram ingleses, franceses, holandeses e germânicos (CHABY, 1872, V.3, p. 391-392).

seus compatriotas, que estavam aliados aos espanhóis, é que eles eram refugiados religiosos[10], eram huguenotes. Para entendermos este ponto temos que voltar um pouco no tempo.

Segundo Gilles Destremau (2017), Jean Destremau, o nosso João Massé, nasceu em Le Houga, na região de Armagnac, no atual Departamento de Gers, sudoeste na França, por volta de 1666[11], e era filho de MathieuDestremau, *sieurde Massé*, um pequeno proprietário de terras, e de Marthe de Sariac. Em 1688 há o registro de que Jean tinha o posto de *sous-lieutenant* no regimento de infantaria de Vivonne[12]. Pouco antes, em outubro de 1685, Luís XIV havia assinado o Edito de Fontainebleau, revogando assim Edito de Nantes, de 1598, onde o Rei Henrique IV, após uma série de conflitos entre católicos e protestantes, garantira por um lado que o catolicismo seria a religião do Estado francês, mas estabelecendo a liberdade de culto para os huguenotes. Com a revogação, reiniciaram-se as perseguições e violências contra os calvinistas franceses. De acordo com Samuel Smiles (1868, p. 230), cerca de meio milhão de huguenotes se exilaram nos Estados vizinhos, dos quais mais de 120.000, de todas as classes e condições buscaram refúgio na Inglaterra, que se beneficiou com a vinda, entre outros, de oficiais-generais, como o já citado Marquês de Ruvigny, além de outros oficiais e veteranos que haviam lutado em diversas campanhas no exército francês, sob o comando de Turenne (Jules Michelet*apud* AGNEW, 1871, p. 35), com destaque para o Marechal de Schomberg. E foi o caso também de Jean Destremau, que lá chegou em 1689 (DESTREMAU, 2017), mas que parece não ter ido sozinho, como veremos adiante.

Esses militares franceses lutaram nos conflitos conhecidos como Levantes Jacobitas,apoiando Guilherme de Orange,tanto na Inglaterra como na Irlanda[13], onde inclusive foram estabelecidas colôniaspara acolhê-los como refugiados, tal como Portarlington, fundada por Ruvigny (LEE, 2001, p. 138 e 139). Mas outros permaneceram nas lides militares. Na revista feita ao regimento de infantaria do Major-General de laMeloniére, em 14 de agosto de 1698, unidade constituída quase integralmente por franceses emigrados[14], e que atuou como força inglesa na Irlanda e nas Flandres na década de 1690 está

---

[10]Mário de Mendonça Oliveira (2011, p. 162) pautou-se na sinopse do decreto de 23 de janeiro de 1705 (CHABY, 1872, V.3, p. 391) para afirmar que Massé era inglês, embora admitisse que "Pode ser até que fosse um exilado francês na Inglaterra, mas foi este país que indicou o seu nome a Portugal, destacando-o das fileiras do seu exército", desconhecendo que os exércitos europeus tiveram, entre o século XVI e princípio do XIX, tropas militares de outras nações integrando suas forças.

[11] Gilles Destremau (2017) informa que a data de nascimento que apresentou é uma suposição, já que os registros foram destruídos.

[12] DESTREMAU (2017). O posto é equivalente, no exército português, ao alferes, e no brasileiro, ao segundo-tenente. A idade de admissão de oficiais subalternos no exército francês na época, como nas demais forças europeias era bastante baixa, com alguns mal saindo da infância (CORRRÊA-MARTINS, 2015, p. 289-290). Portanto, acreditamos que Jean Destremau, ou João Massé deve ter nascido na década de 1670.

[13] Brian G. Scott (2015, p. 208) reporta que, em 19 de julho de 1689, durante o cerco de Londonderry, na Irlanda, um projétil de canhão, disparado da cidade, causou a morte do "engineerSieur de Massé". Foi provavelmente com este parente (irmão mais velho?), pouco conhecido até agora que, ainda na França, João Massé começou a aprender sobre a engenharia militar e operações de cerco.

[14] Naquele mesmo ano, quando se discutiu na Câmara dos Lordes sobre a desmobilização dos cinco regimentos franceses estacionados na Irlanda, verificou-se que seus efetivos somavam mais de 4.000 homens (AGNEW, 1864, p. 85).

relacionado como tenente entre os "Oficiais reformados" um Masse[15], um dos "Oficiais da França" ali listados (AGNEW, 1886, p. 86, 90 e 91). Ao que tudo indica, Jean Destremau de Massé passou a usar um nome mais curto, Jean Massé, talvez visando proteger os familiares que ficaram na França. E acreditamos que é ele que aparece relacionado, juntamente com mais de 500 nomes, em sua grande maioria franceses, em uma lista de pensionistas do soberano inglês na Irlanda, que entrou em vigor em 1º de maio de 1699, recebendo 1shilling e 6 pennyspor dia (SHAW, 1933, p. 144).

Outro aspectoque confirma ser este o João Masséé a presença de outro francês que foi com ele para Portugal como engenheiro, Lucas Boitout[16], que aparece relacionado como integrante do *Royal RegimentofArtillery*, em 1º de maio de 1698, na função de *sub-engineer* (CLEAVELAND, 1892, p. 146).

Aliás, Christovam Ayres de MagalhãesSepulveda (1923, p. 277) não escapoudos equívocos sobre a nacionalidade daqueles engenheiros jáque, no verbete sobre João Masse (sic), incluído entre os engenheiros “ingleses”, ele escreveu somente que “Como se pode ver no que dissemos ao tratar de Lucas Boitout, foi-lhe mandado passar patente, juntamente com outros oficiais. Vid. Lucas *Boitout*”. Ocorre que aquele autor se esqueceu de inserir o verbete relativo aoBoitout, algo que passou despercebido, ao que parece, até agora[17]. O equívoco foi sanado anos depois quando foi publicado um volume somente com os engenheiros militares franceses ao serviço de Portugal[18], com verbetes contemplando Lucas Boitut (sic) e João Massay (sic), além dos oficiais citados e relacionados como engenheiros no já referido decreto de 23 de janeiro de 1705[19].

Com a deflagração da Guerra da Sucessão espanhola, o Conde de Galway foi nomeado pela Rainha Anne da Inglaterra, em junho de 1704, “General de nossas Forças em Portugal”, seguindo para Lisboa com 4.000 homens em julho daquele ano[20].A retirada do Duque de Schomberg, filho do marechal anteriormente mencionado, que se demitira do comando das forças portuguesas, permitiu ao embaixador extraordinário inglês já referido, que era John Methuen, o mesmo que negociara o “Tratado dos Panos e Vinhos” de 1703, sugerir que Galway assumisse as funções de Schomberg, o que foi aceito (CHABY, 1872, V.3, p. 379). Deste modo, aquela proposta feita em janeiro de 1705, já antes referida, era de autoria de Galway, que escolheu para receberem patentes de oficiais do exército português homens dos quais

[15] Não há registro do nome.

[16]Segundo G. Parnell (1995 apud ANDERSON, 2013, p. 160), Lucas Boitout foi o primeiro desenhista contratado em caráter permanente pelo BoardofOrdnance em janeiro de 1694, tendo como tarefa “construir, desenhar ou preparar cartas ou esboços ... tal como exigido e dirigido pelo Master[-General ofOrdnance] ...ou [seus] oficiais de maior escalão”. Tradução nossa.

[17] Tal qual Robert C. Smith (2010, p. 61), que simplesmente escreveu “Sepúlveda acha-o inglês (op. cit, 9, Coimbra, 1923, 277)”.

[18] Cumpre notar que apresentou também um verbete sobre Allain Manesson de Mallet, o que Francisco Marques de Souza Viterbo (1904) não fez, e parece também não ter sido notado.

[19]De acordo com Christovam Ayres de MagalhãesSepulveda (1926, p. 47-48 e 391-392). Cabe registrar que ele consultou a documentação relativa, depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

[20] Henry de Massue recebeu o título de Conde de Galway em 1697 (AGNEW, 1864, p. 72, 109 e 110). Tradução nossa.

conhecia a capacidade. Por isto não surpreende que, dos que foram nomeados oficiais, como entendemos hoje, de um total de 12, pelo menos oito eram refugiados franceses como o referido conde[21].
Nas operações militares que ocorreram em 1705, o Conde de Galway submeteu a praça de Albuquerque, na Estremadura espanhola, ao cerco, bombardeando seus muros e conseguindo abrir uma brecha na muralha, através da qual buscaria invadir a cidade. E foi nesta situação que em 19 de maio daquele ano, o “Capitão e Engenheiro Massé, chegado há pouco de Gibraltar”, recebeu ordensde Galwaypara aproximar-se e alargar a brecha, o que foi feito com um trabalho de minagem a partir de uma casa próxima à fortificação, resultando na ruína da mesma[22], tornando a defesa insustentável e levando a guarnição à capitulação no dia 20 do mesmo mês[23].
Anos mais tarde, em fins de setembro de 1711, vamos encontrar João Massé[24] envolvido nas operações de defesa perante às forças espanholas sob o comando do oficial-general francês Marquês de Bay,que se aproximavam de Elvas, preparando-se para investir a cidade de Campo Maior. Na noite de 23, apesar do cerco posto à cidade de Elvas, Massé foi enviado àquela praça “porque do seu valor, e sciencia militar, tantas vezes manifestada em sítios e campanhas, se promettia grande utilidade na presente occasião”. Na noite de 28 saiu d’Elvas, buscando chegar a Campo Maior passando entre as linhas inimigas, mas não conseguiu. Após várias tentativas, sendo que em uma delas “cahio em huma cova, a quem os companheiros [o] tirarão ferido em huma perna” conseguiu, afinal, chegar ao seu destino. E logo Campo Maior era submetida ao sítio pelas forças do Marquês de Bay, que possuía mais recursos que os defensores. Apesar de bombardeada e atacada por mais de 30 dias, a praça portuguesa suportou o assédio. Massé participou ativamente da defesa, onde “delineou varias obras, que forão mui uteis” e esteve responsável por um setor defensivo, “com dois Regimentos”. Ao final, os espanhóis se retiraram e os defensores foram premiados pelo rei, inclusive João Massé[25], a quem “mandou dar huma joia”[26].

---

[21]Essa conduta ficaevidente quando Earl ofGalway (1711, p. 152-153) comentou que, após sofrer com a deplorável conduta da cavalaria portuguesa na Batalha de Caia, teve que recrutar novos regimentos, “que foram comandados por oficiais experimentados, *Ingleses* ou *Franceses* refugiados”.Grifos no original. Tradução nossa.
[22]Ou seja, o capitão João Massé aplicou muito bem o que aprendera na Irlanda.
[23] Segundo o Earl of Galway (1711, p. 15). Tradução nossa. Embora Roland Francisque-Michel (1882, p. 55-56) credite a autoria do livro a ManessonMallet, julgamos isso improvável porque este último falecera em 1706. Na realidade, Henri de Massue, o Conde de Galway, escrevera o texto para se defender das críticas que recebera na Câmara dos Lordes sobre sua atuação na Península Ibérica, fazendo-o publicar de forma anônima, como se fosse obra de algum defensor seu.
[24] Mas não o já citado Lucas Boitout. Em requerimento à rainha da Grã-Bretanha, Mary, sua viúva, relatou que “seu marido havia servido 18 anos como engenheiro na Irlanda, e Flandres, e em Portugal e Espanha, onde fora feito capitão pelo Conde de Galway, e que perdera a vida no último verão [de 1706], após ter perdido toda a sua equipagem quando ia para Coria [na Estremadura, Espanha]”, e “implorando pela subsistência dela e de três crianças”.(REDINGTON,1874, p. 566), Letter signed Pierre Duval to Monsieur Poultney in favour of a poor widow [M^{rs}Boitout], dated 19 April 1707 (REDINGTON, 1874, p. 502). E ela não ficou desamparada, pois seu nome aparece em uma relação do natal de 1713, junto com “diversas pensionistas francesas”, recebendo 30 libras esterlinas por ano (SHAW, SLINGSBY, 1957, p. 211 e 215). Em 12 de agosto de 1715 foi publicada uma relação nominal de pessoas que recebiam ou passariam a receber pensões do soberano britânico, sendo “pessoas de diversas categorias, [como] viúvas e filhos de oficiais mortos em serviço, que são refugiados franceses por motivos religiosos e alguns outros”, entre eles “Mary Boitou” (sic), com 30 libras esterlinas anuais, pagas em duas parcelas semestrais (SHAW, SLINGSBY, 1957, p. 679 e 680). Grifos nossos. Traduções nossas.
[25]Segundo Gilles Destremau(2017

Ao abordar a atuação dos engenheiros nos conflitos onde lutaram os portugueses, Manoel de Azevedo Fortes (1729, p. 431) afirmou que a valorização que tiveram “os Engenheiros em França” resultou que os oficiais que tinham frequentado academias militares, se não eram

> Engenheiros consummados, para o poderem ser de profição, saõ ao menos bem instruidos na Arte de fortificar, e de attacar, e defender as Praças, como mostrou a experiencia neste Reyno na guerra passada [i.e., da Sucessão da Espanha], na qual passaraõpraça de Engenheiros, (e o herão com effeito de boa nota) algunsofficiaes das Tropas dos nossos alliados, que atèalli só tinhaõ servido na Infantaria, comoMonsieur Carle que pela sua muita Siencia, e pratica da guerra, o honrou Sua Magestade como posto de Mestre de Campo General: o Brigadeiro de Infantaria JoaõMassé, a quem pela sua grande capacidade o mesmo Senhor confiou a visita das nossas Praças da América, e actualmente está servindo a esta Coroa com a mesma occupação de Engenheiro:[27] Monsieur la Grave, e outros muitos exercitarão na mesma guerra as funções de Engenheiros, sem o serem de profição

o que ratifica que João Massé era francês, oficial de infantaria e que, embora não fosse engenheiro de formação, tinha bons conhecimentos práticos de engenharia militar[28], fazendo com que por várias vezes ele fosse qualificado como engenheiro na documentação de época[29], confirmando ainda que era comum a presença de oficiais estrangeiros nas tropas portuguesas, mesmo que fossem oriundos de uma nação inimiga[30].

---

[26]Antonio Caetano de Souza (1741, p. 142, 146, 147, 151, 153, 157, 158, 161 e 176), que foi reproduzido integralmente por Claudio da Conceição (1820, p. 51, 57, 58, 60, 64, 67, 71, 74 e 102). O Conde de Galway havia deixado o comando em 1710 (AGNEW, 1864, p. 150 e 151).

[27] Essas referências feitas em relação à Carle e Massé explicam a gravura do cerco de Albuquerque, onde eles tiveram atuação destacada, publicada no segundo tomo da obra de Manoel de Azevedo Fortes, e que tinha despertado a curiosidade de Francisco Marques de Souza Viterbo (1904, p. 154).

[28]Ângela Domingues (2012, p. 7) referiu corretamente o exílio de Massé na Inglaterra, tal como de Henry de Massue, após a revogação do Edito de Nantes. Acrescenta, porém, que Massé serviu primeiro como um coronel e depois como brigadeiro de LordGalway na Guerra de Sucessão, sem indicar onde obteve essas informações. Também Deonísio da Silva (2014, p. 209) escreveu que ele “era calvinista e se refugiou na Inglaterra”, mas também sem explicar onde havia encontrado tais informações.

[29]E assim referido por pesquisadores posteriormente, mas de maneira alguma como arquiteto e nem como mestre de obras, como escreveu Alexandre Passos (1962, p. 78).

[30]Ou seja, as afirmações de Mário Mendonça de Oliveira, de que João Massé era “de origem inglesa (possivelmente batizado John Massey)”, ou sobre “um aportuguesamento do nome Massey, que o próprio militar assumiu na sua assinatura”(OLIVEIRA, 2004, p. 138-139 e 212, 2011, p. 162), pautadas somente no resumo do decreto e na relação de janeiro de 1705 publicadas (CHABY, 1872, V.3, p. 391-392), já referidos anteriormente, não se sustentam, como já demonstramos neste trabalho. A afirmação de que “Aliás, um personagem de origem francesa seria suspeitíssimo naquela quadra!” (OLIVEIRA, 2004, p. 212), queda totalmente invalidada pelo testemunho contemporâneo de Manoel Azevedo Fortes. No seu afã de provar a “origem inglesa” de João Massé, referiu de forma inadequada o Decreto de 4 de novembro de 1720, “sobre licença de Massé ir a Inglaterra, sua pátria” (OLIVEIRA, 2004, p. 138-139), quando no resumo que há consta ”Concedendo licença para ir a Inglaterra a um brigadeiro inglez [sic] ao serviço de Portugal” (CHABY, 1874, p.152), que só foi identificado como sendo Massé muito posteriormente (SANTOS, 1959, p. 103). Não temos dúvida em apontar que houve erro de designação de nacionalidade, feito pela equipe de Claudio Bernardo Pereira de Chaby (1874, p.152), e que Horácio Madureira dos Santos (1959, p. 103) consultou a documentação original, notadamente o decreto de 4 de novembro de 1720, do Maço 79, para escrever “O brigadeiro a quem foi concedida licença por quatro meses para ir a Inglaterra foi João Massé. Na capa do mesmo decreto indica-se que o tempo de

E, por uma coincidência histórica, no mesmo mês e ano em que João Massé se empenhava em chegar a Campo Maior, para participar de sua defesa, um compatriota seu, René Duguay-Trouin, no comando de uma esquadra, atacava e tomava a cidade do Rio de Janeiro, obtendo um rico butin[31].

2. O Brigadeiro João Massé no Brasil

Após o término daquele conflito, e credenciado por suas ações, o então tenente-coronel de infantaria João Massé recebeu a patente de brigadeiro para "servir no Brazil"[32]

> por ser conveniente a meo serviço o fortificarse o estado do Brazil em forma que fique com toda a defensa necessaria, e na pessoa de João Massé concorrerem os requisitos que ao requerem para darem boa conta desta incumbencia; Hei por bem que elle passe com o posto que tem de brigadeiro de infantaria ao Rio de Janeiro para examinar e reparar as fortificações daquella capitania e fazer as maes que forem necessarias para defensa e conservação della; e feita esta deligencia passará a fazer a mesma na Bahia e Pernambuco e enquanto estiver no Brasil vencerá noventa mil reis de soldo por mez, que he dobrado do que lhe compete com o dito posto de brigadeiro; (...) Pello que mando ao meu governador e capitão geral do estado do Brasil, etc. Dada na cidade de Lisboa aos 17 dias do mes de junho Manoel Gomes da Sylva a fez no anno de N. S. J. C. de 1712. O secretario Andre Lopes de Lavre a fiz escrever. ElRei.[33]

É possível ter uma ideia a respeito das expectativas sobre João Massé a partir de uma resposta ao Vice-Rei em relação às fortificações no Brasil, na qual dizia esperar que ele fosse "um tão grande engenheiro e de tão conhecida ciência e suposição"[34]. Ou seja, não há dúvida que se esperava muito dele.

Porém o brigadeiro só chegou ao Rio de Janeiro em junho de 1713[35], após uma viagem complicada, em que uma tempestade dispersou a frota em que vinha[36]e o que o deixou adoentado por alguns meses. Na

---

licença foi de um ano". Estas observações são extensivas a Filipe Eduardo Moureau (2007, p. 229-230), pelos motivos já expostos anteriormente.

[31] Sobre esse ataque há o relato do próprio René Duguay-Trouin (1746), além de outras obras mais recentes (p.e. FRAGOSO, 2004, CASTRO, 2009, CORRÊA-MARTINS, 2013). Embora tenha sido pago um resgate, a cidade do Rio de Janeiro não foi "sequestrada pelos franceses em 1711", como erroneamente afirmou Deonísio da Silva (2014, p. 209).

[32] Decreto de 8 de maio de 1712, "Mandando passar patente de brigadeiro com soldo dobrado, sem gratificação, a um tenente coronel de infanteria, para servir no Brazil" (CHABY, 1874, p. 80). Portanto, é um equívoco José Pessôa e Maria Fernanda Bicalho (2007, p. 37) afirmarem que o rei "contratou o engenheiro militar Jean [sic] de [sic]Massé", desconhecendo que o mesmo já estava ao serviço dePortugal desde 1705.

[33]Archivo do Conselho Ultramarino, liv. 12 de Officios, fol. 236 v (*apud* VITERBO, 1904, p. 154). Portanto, ele fora enviado para "examinar e reparar as fortificações", e não para ser "'consultor' (sic) dos projetos de fortificações" (OLIVEIRA, 2004, p. 138, MOREAU, 2007, p. 229), nem para "ajudar a combater as invasões francesas", como escreveu em seu livro Deonísio da Silva,no verbete "Fortaleza" (2014, p. 209).

[34]Consulta ao Conselho Ultramarino – Carta do Governador Geral do Estado do Brasil Pedro de Vasconcelos, e relação do estado em que se achavam as fortalezas daquele Estado, feita pelo tenente general engenheiro Miguel Pereira da Costa. *Documentos Históricos – Consultas do Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro – Bahia, 1710-1716*, V. 96, 1952, p. 63.

[35] Ele foi registrado no Rio em 9 de junho, de acordo com Mário Mendonça de Oliveira (2004, p. 138). Portanto, ele não foi "enviado ao Rio de Janeiro" em 1712 como erroneamente escreveu Marlon Salomon (2003, p. 150).

mesma ocasião já se ordenava que Massé seguisse para a Bahia[37], aonde chegou em fins de maio de 1714 (OLIVEIRA, 2004, p. 138).

Portanto, verifica-se que, o período entre junho de 1713 e maio de 1714 foi o tempo de que dispôs o Brigadeiro João Massé para analisar e projetar os sistemas de defesa das praças do Rio de Janeiro[38] e de Santos, com a construção de novas fortificações e reparos daquelas que já existiam e que fossem úteis. Ressalte-se que o período citado abarcatanto aquele decorrido para sua recuperação da viagem transoceânica que fizera, bem como o dos deslocamentos entre as cidades acima citadas.

De suas atividades relativas à Capitania do Rio de Janeiro, até recentemente, os pesquisadoresarrolavam como sendo de sua lavra, em relação à urbe carioca, a "Rellaçaõ de todas as fortificaçoens e reparaçoensnecessarias para a conseruaçaõ e defensa da Cidade de SaõSebastiaõ do Rio de Janeiro e de seu Porto, referidas as plantas que vaõ a parte"[39], datado de 1º de maio de 1714, a "Planta da cidade do Rio de Janeiro'"[40],a "Planta da Cidade de SaõSebastiaõ do Rio de Janeiro, Com súasFortifficaçoins"[41](Figura 1),que, embora catalogada junto com a "Rellaçaõ ..." que ao final tem o nome de João Massé, planta esta que só foi atribuída ao brigadeiro posteriormente por GilbertoFerrez (1959, p. 390), e a "Plantas [sic] dos Fortes de Nossa Senhora da Conceição e S. Sebastião do Rio de Janeiro. 1714 [?]"[42], título e data atribuídas, já que esse documento cartográfico não apresenta nenhuma dessas informações, sendo-lhe imputada a autoria por Gilberto Ferrez (1972, Estampa 26), que a intitulou de "Planta inédita de João Massé, mostrando como pretendia defender a cidade pelo lado interior, em 1713", em desacordo, portanto, com a catalogação acima transcrita.Ocorre que, após uma análise minuciosa, Francisco José Corrêa-Martins (2014) comprovou que o plano de defesa não tinha sido escrito nem assinado pelo Brigadeiro João Massé e que o mesmotambém não era o autor das plantas relativas ao Rio de Janeiro que lhe eram atribuídas até então.

Com relação à cidade de Santos existem a "Relaçaõ das obras mais precizas e necessariasp.ª a Segurança da villa de Santos e de SeoPorto", não datada, mas devidamente assinada por Massé[43] e a "Planta da Villa de Santos E de seu Porto, com suas Fortifficacoensdessinadas de novo"[44], a "Planta de

---

[36] "As duas charruas que aqui [em Salvador] vieram arribadas, suponho têm já chegado a êssePôrto, e que Vossa senhoria estará entregue do seu fato e mais trastes que nelas iam".Carta que se escreveu ao Brigadeiro João Massé, 21 de julho de 1713, pelo Vice-Rei Pedro de Vasconcelos. *Documentos Históricos – Portarias 1721-1722, Cartas de Ofício 1704 -1717*, V. 70, 1945, p. 157.

[37] Em agosto ele ainda estava doente (CORRÊA-MARTINS, 2014).

[38] Adler Homero Fonseca de Castro (2009, p. 215)afirma que ele "permaneceu na cidade [do Rio de Janeiro] somente quarenta dias, boa parte dos quais doente e acamado", porém ser referir onde obteve essa informação.

[39]*An. Bibl. Nac.*, V.39, p. 334-335 - AHU_CU_017-01, Cx. 16, D. 3323. Há uma transcrição integral em Gilberto Ferrez (1972, p. 210-215).

[40]*An. Bibl. Nac.*, V.39, 1917, p. 331, D. 3295, anexa ao D. 3287. - AHU_CU_017-01, Cx. 16, D. 3295, anexa ao D. 3287.

[41]*An. Bibl. Nac.*, V.39, 1917, p. 335, D. 3324, anexa ao D. 3317. - AHU_CU_017-01, Cx. 16, D. 3324, anexa ao D. D. 3317.

[42]*An. Bibl. Nac.*, V.39, 1917, p. 335-336, D. 3325, anexa ao D. 3317 - AHU_CU_017-01, Cx. 16, D. 3325, anexa ao D. 3317.

[43]*An. Bibl. Nac.*, V.39, 1917, p. 344, D. 3390, anexa ao D. 3385. - AHU_CU_017-01, Cx. 16, D. 3390, anexa ao D. 3385. Mas a relação que não foi escrita por ele.

[44]*An. Bibl. Nac.*, V.39, 1917, p. 344, D. 3391-3392, anexa ao D. 3385. - AHU_CU_017-01, Cx. 16, D. 3391-3392, anexa ao D. 3385. Ressalte-se que há dois exemplares, algo que passou despercebido até agora. E nenhuma delas tem assinatura, ao contrário do que afirmou Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2009, p. 125).

hua Fortaleza dessinada de novo na villa de Santos, cuja explicaçaõvay em hum papel a parte"[45], plantas estas que foram atribuídas ao brigadeiro francês por Eduardo Castro e Almeida, responsável pela catalogação dos documentos relativos ao Brasil do AHU na década de 1910.Porém,Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2009, p. 125) afirmou categoricamente que a "Planta da Villa de Santos E de seu Porto, com suas Fortifficacoensdessinadas de novo" está "assinada pelo brigadeiro João Massé", o que é um completo equívoco. Também atribuiu ao francês a autoria dos projetos relativos às "Planta da Fortaleza dessinada de novo na Barra gr.de de Santos cuja explicação vay em hum papel a parte" e "Planta de huaFortaleza dessinada de novo na Villa de Santos : cuja explicação vai em hum papel a parte"[46]. Com relação à planta da "Fortalesa de Itapema, no Rio defronte da Villa de Santos"(Figura 2), afirma que é "datado de c. 1714 [sic] e, provavelmente, também atribuível ao brigadeiro João Massé", mas sem explicitar com que base fez tais afirmações.

No que concerne às obras que teriam sido projetadas no Rio de Janeiro pelo Brigadeiro Massé, juntamente com o Governador Francisco Xavier de Tavora, houve o início da construção, ainda em 1713, do muro, bem como da Fortaleza da Conceição[47], esta que seria um dos baluartes do mesmo, junto com a Fortaleza de São Sebastião, no Morro do Castelo[48]. Já com relação à praça de Santos, segundo Victor Hugo Mori (2003, p. 83), apenas o Forte do Crasto ou Estacada, projetado para se erguer em frente do Forte da Barra Grande de Santos, teria sido construído parcialmente.

Como exposto anteriormente, no final de maio de 1714João Massé chegou em Salvador, capital da colônia, para continuar o exame das defesas.Assim, em agosto de 1715, oMarquês de Angeja,então Vice-Rei, enviou para Lisboa "a planta das fortificações que o Brigadeiro João Massé achou serem precisas para a defensa daquela praça, e o papel que fizeram os engenheiros a quem ouviu sôbreêste particular [i.e. o Mestre de Campo Miguel Pereira da Costa e o Capitão Gaspar de Abreu], com o seu parecer à margem dêle". Contudo, o parecer do Conselho Ultramarino foi de que as fortificações projetadas para Salvador não só necessitariam "de um dilatadíssimo tempo mas[também] de uma imensa despesa e de se demolirem uma grande parte dos edifícios dela e de conventos", restringindo então as intervenções à reparação da "trincheira e dique com que os holandeses a cercaram [a cidade de Salvador] pela banda de terra" (o atual Dique do Tororó), ao Forte do Mar (ou Forte São Marcelo) e ao cais na marinha da cidade proposto pelos engenheiros, com o quê o rei concordou[49].Mário Mendonça de Oliveira (2004, p. 130) afirmou que Massé foi responsável pelo projeto de fortificação de Salvador, além

---

[45]*An. Bibl. Nac.,* V.39, 1917, p. 344, D. 3393, anexa ao D. 3385. - AHU_CU_017-01, Cx. 16, D. 3393, anexa ao D. 3385.

[46] BUENO (2009, p. 124-125)não fez a referência correta dessas plantas que são, respectivamente, AHU_CARTm_023, D. 1065 e AHU_CARTm_017, D. 1067.

[47] Diferentemente do que pensouBeatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2009, p. 124 e 125).

[48] Embora a cintura da muralha da Fortaleza da Conceição estivesse terminada em 1715, a construção do muro se arrastou por anos, e nunca foi concluída. A respeito destes aspectos e sobre as fortificações da cidade do Rio de Janeiro naquela época indica-se CORRÊA-MARTINS (2014, 2016).

[49] Sobre a cidadela e defensas da praça de Salvador, 4 de fevereiro de 1716. *Documentos Históricos – Consultas do Conselho Ultramarino – Rio de Janeiro – Bahia – 1710-1716.* Vol. XCVI. [Rio de Janeiro]: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952, p. 210-212.

de ter participado do início da construção do Forte de São Pedro. Contudo, dessa documentação parecia que nada chegara aos dias atuais, a não ser a cópia feita porLuiz dos Santos Vilhena em 1801, de uma planta atribuída ao João Massé[50](Figura 3).Porém é importante registrar que, na Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro, localizamos duas plantas da cidade de Salvador muito semelhantes àquela que Luizdos Santos Vilhena (1801) atribuiuao João Massé[51]e que copiou em seu manuscrito.

Em 1717, o Brigadeiro Massé escreveu de Salvador para o rei[52] informando que, “para findar a minha diligençia de vizitar as praças deste Estado do Brasil sô me faltava a de Pernambuco”. De fato, o engenheiro francês foi até lá em outubro de 1716, permanecendo“pertempo de sincomezes”, desenhando “huáCidadella” para Recife e, por ordem do Vice-Rei “fui vizitar os portos da Parahiba do Norte, Ilha de Tamaracá e PaoAmarello, como taõ bem ao Sul de Pern[co] os do Cabo de Santo Agostinho, e Tamandarâ”, entregando as plantas de fortificações julgadas necessárias, bem como a relação das obras relativas à Paraíba ao seu Capitão Mor, enquanto “aos mais portos comoniqueioqnelles tinha observado ao Gover de Pern.[co]”. E que, ao terminar seus trabalhos, voltara à Bahia, onde entregara ao Marquês de Angeja, “as ditas plantas, [e] Relações”[53]. Das obras do Recife parece que parte da muralha projetada foi construída, mas de maneira muito lenta, pois que, em 1729, era dado o parecer de “Que a grande fortificação delineada pello Brigadeiro JoaõMasse se deve restringir ao novo dessenho”, ou seja, reduzia o que fora proposto anos antes[54].

Massé, além de dar como concluída a tarefa pela qual fora enviado ao Brasil, aproveitava para expor suas queixas ao rei, porque “no discurso [sic] de quatro annos” no desempenho de sua missão tivera que arcar com os custos de embarcações e cavalos para percorrer as praças que devia examinar, contando para tal somente com “os soldos e tença anual q’jatinha em Portugal”, e por isto pedia, além de uma ajuda de custo por aqueles gastos extraordinários, licença para “para passar a Portugal”.

---

[50] Intitulada “[Cartas I. II. e VI] Planta da Cidade da Bahia tal qual a elevou no tempo do Vice Reinado do Marquez de Ángeja D. Pedro de Noronha, o Brigadeiro Engenheiro JoaõMasse, na qual se não So o ambito que entaõ ocupava, Como a muralha, e Dique Com que os Holandeses a haviaõ guarnecido pella parte da Campanha, o que tudo se acha hoje destruido [sic]. Haccedem mais os projecttos das obras com que aquelle Engenheiro queria Se fortificasse a Cidade e Seu Porto”. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1304801_34/mss1304822_26.jpg

[51] Tratam-se dos exemplares 02.02.261 e 02.03.288.

[52] Carta do Brigadeiro João Massé para o Rei, Bahia, 20 de agosto de 1717. *An. Bibl. Nac.*, V.39, 1917, D. 3552, p. 86. - AHU_CU_017-01, Cx. 17, D. 3552.Trata-se de uma rara, se não única correspondência de João Massé que se conservou até nossos dias. Como as imagens do microfilme estão ruins, não conseguimos verificar se a assinatura na carta é autógrafa, pois não está visível.

[53] O que significa que Massé teria produzido dois conjuntos de plantas e relações referentes à Paraíba e Pernambuco. Infelizmente, parece que não chegaram aos dias atuais.

[54]Parecer da Junta [de engenheiros do Reino e da capitania de Pernambuco], Manoel de Azevedo Fortes, João Massé, José da Silva Paes e Diogo da Silveira Veloso, ao rei [D. João V], sobre as obras das fortificações da dita capitania, [Cidadela do Recife] e fortes do Brum, Santo Antônio dos Coqueiros, Nazaré e Quartéis de Olinda. Lisboa, 17 de novembro de 1729. Anexos: 2 docs., AHU_ACL_CU_015, Cx. 39, D. 3541.

Mas o parecer do Conselho Ultramarino sobre a carta de Massé, dado no começo do ano seguinte[55] não deixa de ser surpreendente. Como o mesmo tinha "satisfeito inteiramente a diligencia a q foi mandado por V. Mag.de que era desenhar a fortificação do Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambaco [sic] e Parahiba[56], de que remeteo as plantas", o Conselho opinava que ele podia ser atendido em seu pedido de retorno ao reino. Mas havia outros motivos e, talvez, mais importantes para a sua volta. Considerava-se que a "despeza que se faz com hum tão grande soldo q se lhe arbitrou" era alta[57],

> e porque se tem noticia, e vulgarmente se dis que este Francez tem sido muito prejudicial naquella Conquista pella grande negociação q tem feito e faz nella tendo Logeaspublicaz, e q' naõ só descaminha as fazendas da Alfandega, mas ainda as de Contra bando, tirando as dos Navios Estrangeiros para sua caza[58], com gravissimo prejuízo do nosso Comercio",

e caso Massé não quisesse vir para Portugal, o Vice-Rei devia enviá-lo na primeira frota que saísse do Brasil para o reino, e que depois dele partir, "se tire logo huá devassa do procedimento que teve nessa parte", e que sobre a ajuda de custo pedida, que não devia ser dada, pois que o brigadeiro tinha "soldos tão aventejados, como São os que Logra, Constando ter tirado grandes conveniencias de pois que assiste no Brasil", parecer com que o rei concordou[59].

Em princípio, analisando retrospectivamente, poder-se-ia afirmar que poderia ser possível que o Brigadeiro João Massé fosse autor dos projetos e plantas que lhe foram atribuídos em tempos idos. Porém, a análise tanto da documentação escrita como cartográfica não apoia tal assertiva. Apenas um dos relatórios sobre fortificações, que seriam de sua lavra, traz sua assinatura, e observa-se que a caligrafia é completamente distinta do texto do documento. Pode-se alegar que ele teria rascunhado ou ditado tal documento, como também poderia ser o resultado de um trabalho em conjunto com outros, como no caso do Rio de Janeiro, onde atuou juntamente com o Governador Francisco Xavier de Tavora (CORRÊA-MARTINS, 2014, 2016). E o mesmo provavelmente ocorreu em Salvador, se não com o Vice-Rei, o Marquês de Angeja, seguramente com o Mestre de Campo Miguel Pereira da Costa e o Capitão Gaspar de Abreu, pois, como foi exposto anteriormente, Massé ouviu a opinião destes dois últimos a respeito das fortificações "precisas para a defensa daquela praça" e que estavam na planta que era remetida então ao Conselho Ultramarino.

---

[55] Consulta do Conselho Ultramarino sobre a communicação que fizera o Brigadeiro João Massé ..., 17 de janeiro de 1718. *An. Bibl. Nac.*, V.39, 1917, D. 3551, p. 86-87. - AHU_CU_017-01, Cx. 17, D. 3551.

[56] A Paraíba não constava como local a ser visitado por Massé quando de sua designação em 1712.

[57]Quando de sua designação, o soldo fora em 90.000 réis, o dobro do que ele normalmente recebia.

[58] Suspeitas que devem ter sido reforçadas quando da passagem de um francês por Salvador, entre fevereiro e março de 1718, pois que, autorizado pelo Vice- Rei, ficou alojado da casa de Massé, que o levou a um passeio em Mataripe, no Recôncavo, no começo de março (LA BARBINAIS, 1728, p. 171 e 176).

[59] Ou seja, Massé voltou para Portugal muito provavelmente entre 1718 e 1719, e não em 1727, como pareceu pensar Robert C. Smith (2010, p. 67).

No tocante às plantas e cartasjá se estabeleceu, em relação àquelas relativas ao Rio de Janeiro que Massénão foi o autor das mesmas (CORRÊA-MARTINS, 2014).No que concerne às plantas produzidas durante sua estada em Salvador, muito provavelmente não desenhou nenhuma delas. Fazemos está afirmação com baseno ofício do Conselho Ultramarino, de 15 de dezembro de 1718 onde, ao confirmar o provimento de Gonçalo da Cunha Lima no posto de capitão, se declara que "no decurso de tresannos e meyo que o brigadeiro João Massê [sic] asistionaquella praça dar boa conta das delligencias que lheemcarregou assim na assistencia das fortificações com boa intelligenciadellas, como no tirar das plantas, em que teue grande trabalho", e que embora encarregado de outras tarefas, como a construção de uma fragata, ainda assim "fazendo com toda a certeza e perfeição [as] plantas que pelo brigadeiro João Massélheforãoemcarregadas"[60]. A respeito deste personagem, Francisco Marques de Souza Viterbo afirmou que era "um dos mais applicadosalumnos da aula de fortificação da Bahia [i.e., Salvador], exercitando a sua profissão desde os últimos annos do seculoXVII", sendo nomeado "ajudante engenheiro d'aquella praça" em 1715.

3. O retorno para Portugal

Ao que parece, as acusações contra o Brigadeiro João Masséeram infundadas, porque ele passou a receber, a partir de maio de 1719, uma tença anual de 600$000 rs[61]. Em novembro de 1720 ele teve licença de ir a Inglaterra por quatro meses, prorrogada para um ano (SANTOS, 1959, p. 103). Ao retornar[62], ele passou a integrar o corpo de pareceristas do Conselho Ultramarino, sendo ouvido em questões relativas às obras[63], defesa e fortificações[64], tendo sido um dos censores de *O engenheiro portuguez*[65].

---

[60] VITERBO (1899, p. 264-266). Grifos nossos.

[61]Ou 600.000 réis. João Massé, 2 de maio de 1719, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 3, f.462, Código de Referência: PT/TT/RGM/C/0003/44472, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. E nesse registro consta o nome do pai dele, "Matias Masse", o que mais uma vez confirma que ele era Jean Destremau de Massé. Seu rendimento mensal seria menor do que aquele recebido no Brasil, mas ligeiramente maior do que quando partiu. Contudo, na Correspondance de Portugal (vol. LVII, fol. 294, 384 et LVIII, fol. 32, ann. 1723), Ministéredes Affaires Étrangéres, há referências de que o Brigadeiro Massé "era perseguido por um ou mais credores" (FRANCISQUE-MICHEL, 1882, p. 56).

[62] Quando voltou para Lisboa, Massé trouxe Ana (ou Anne) Pearson, que conhecera e com quem casara durante sua licença. Podemos fazer essa afirmação porque, em carta envida à sua irmã Isabeau, datada de 23 de julho de 1720, e inteiramente transcrita por Gilles Destremau (2017), ele mencionou sua próxima ida à Inglaterra, mas não há qualquer referência à Ana/Anne Pearson. Contudo, segundo Gilles Destremau (2017), ele já havia casado anteriormente em Londres em 1698, com Susannah Berard, com quem tivera dois filhos. Porém, não há registros sobre seus destinos.

[63] Sobre uma nova ponte na Alfândega [de Salvador], 20 de dezembro de 1719. *Documentos Históricos – Consultas do Conselho Ultramarino – Rio de Janeiro – Bahia – 1716-1721*. Vol. XCVII. [Rio de Janeiro]: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952, p. 195; Sobre a construção de uma nova alfândega em Pernambuco, 2 de março de 1733. *Documentos Históricos – Consultas do Conselho Ultramarino – Capitanias do Norte – 1728-1746*. Vol. C. [Rio de Janeiro]: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1953, p. 195, p. 106.

[64]Sobre fortificações em Pernambuco, 16 de dezembro de 1729, e Sobre fortificações na Baía da Traição, Parnaíba, 20 de abril de 1735. *Documentos Históricos – Consultas do Conselho Ultramarino – Capitanias do Norte – 1728-1746*. Vol. C. [Rio de Janeiro]: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1953, p. 47 e 153.

[65] Censura do Brigadeiro de Infantaria JoaõMassé, Engenheiro de Sua Magestade [ao livro de] FORTES (1728).

E, ainda mais uma vez, voltou a desempenhar funções tipicamente militares. Em 1735, ele foi promovido ao posto de Sargento-mor de batalha(SANTOS, 1959, p. 161), provavelmente por integrar o exército mandado formar por D. João V, para enfrentar as forças castelhanas que ameaçavam então invadir o Alentejo, onde ele tinha a função de Quartel-Mestre General, enquanto Manoel de Azevedo Fortes era o "Ingenheiro Mor" (SILVEIRA, 2003, p. 268).

Mas a idade e as atividades profissionais começaram a cobrar seu preço pois, dois anos mais tarde, ele solicitou uma licença para tratar de sua saúde[66]. Parece estar ainda ativo em 1740, pois expressou sua opinião sobre a "pouca pratica dos terrenos comq achou os Engenhe.os dos nossos Brazis"[67]. E, entre os anos de 1740 e 1741, segundo o Rol dos Confessados[68] da freguesia de Santa Catarina, em Lisboa, residiam no Largo do Rato, entre outros, "o Sargento-mór João Massê[sic] (*hereje*, segundo a expressão usada no *Rol*), sua mulher Ana Pearson e seu filho Carlos Massê[69][sic]"[70], demonstrando que, até o fim, ele não abjurou de sua fé, atitude esta que o levara a deixar a França tantos anos atrás.

4. Conclusões

A pesquisa sobre o Brigadeiro João Massé terminou por revelar um personagem bem mais complexo do que inicialmente poderia parecer. Oficial de infantaria francês e huguenote, que por uma questão de política interna, se viu obrigado a emigrar em razão de perseguição religiosa, foi oferecer seus serviços a um Estado que não o discriminava por causa de sua fé. E lá foi ele lutar na Inglaterra e na Irlanda, junto com um parente obscuro, o "*engineerSieur* de Massé", com que muito provavelmente aprendeu, na prática, a ciência de ataque e defesa de praças fortificadas.E nas muitas reviravoltas que a História dá, no âmbito de um conflito europeu, mas com repercussões para além-mar, quando a Inglaterra enviou forças para apoiar Portugal, um aliado católico, o antigo Jean Destremau, agora João Massé, achou-se lutando contra a liga da qual a França, onde nascera, era parte.

---

[66] Concedendo licença para fazer tratamentos nas Caldas, nos termos do decreto nº 1, ao Sargento-mor de batalha João Massé, 3 de junho de 1737 (SANTOS, 1959, p. 211).
[67] Parecer de Manoel de Azevedo Fortes, Lisboa, 19 de agosto de 1740, parte da Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre as cartas do governador da capitania de Pernambuco (...). AHU_CL_015, Cx. 39, D. 3548.
[68] O "Rol dos Confessados" era uma das obrigações do pároco ou padre, que devia fazê-lo anualmente, identificando os habitantes da freguesia, por nome, ocupação, grau de parentesco (no caso de esposa e filhos), idades, além de informações religiosas, sendo que "estrangeiros, vagabundos e presos também [deveriam] ser inscritos como fregueses" (GUERREIRO, 1997, p. 149).
[69] Seu filho também seguiu a carreira militar, e na infantaria, tendo servido na Índia, e atingiu o posto de coronel, tendo sido governador da praça de Juromenha, às margens do rio Guadiana, região do Alentejo, onde morreu, por volta de 1787 (SANTOS, 1963, p. 130 e 418-419.)
[70] SEQUEIRA (1922, p. 378). Grifos no original.

É importante destacar que, nessa época, o sentido de pertencimento das pessoas estava ligado ao local de nascimento, e não ao reino onde se situava o lugar de seu nascimento. Em outras palavras, o nacionalismo ainda não havia nascido. Por isto era muito comum que estrangeiros integrassem os exército e marinhas de reinos que não os seus, como foi o caso dos franceses lutando pela coroa inglesa (GLOUZIER, 2002), dos irlandeses lutando pela coroa francesa (COUDRAY, 2018), e de ingleses, franceses e espanhóis, entre outros, lutando pela coroa portuguesa, como pode se ver, por exemplo, na documentação reunida por Claudio Bernardo Pereira de Chaby (1872, 1874).

E, no caso de Portugal, segundo David Martelo (2012), tanto à aversão pela carreira das armas por parte da nobreza, como o fato de que os mais altos postos ocupados pelos nobres serem transmitidos de forma hereditária, acabaram por afetar a capacidade operacional do exército, o que levou os soberanos portugueses quase rotineiramente a recorrerem ao apoio britânico, que se traduziu no envio de oficiais e tropas para defenderem o aliado lusitano em diversos conflitos.

Há outro aspecto a ser abordado. Naquela época a Inquisição atuava nos domínios portugueses e, entre seus objetivos, estava o combate às heresias. Portanto, todo não católico era considerado herege e deveria ser perseguido e punido. Contudo, com a entrada em vigor do Regimento de 1640, que organizou os processos inquisitoriais, além das mudanças que começavam a ocorrer nos interesses estatais, as ações da Inquisição se restringiram paulatinamente a determinados segmentos, notadamente os cristãos-novos. Desse modo, os militares estrangeiros protestantes (ou seja, hereges), que integravam o exército e a marinha portuguesa, como outros que habitavam as terras do reino,acabaram por ser tolerados (MIRANDA, 1986, p. 119), embora não tivessem liberdade de culto, o que só foi reconhecido no século XIX.

Nesta conjunturafoi que João Massé se distinguiu e acabou chamando a atenção da Administração Real, levando à sua designação para vir ao Vice-Reino do Brasil, para que a colônia ficasse “com toda a defensa necessária”. Mas, afinal, que tipo de engenheiro ele era? Segundo Manoel de Azevedo Fortes (1729, p. 431), mesmosemser engenheiro “de profição“, ele tinha “grande capacidade” e era bem instruído “na Arte de fortificar, e de attacar, e defender as Praças”.

Inicialmente, porém, essa mudança de continente pode ter sido como um choque para ele. Afinal, na viagem de vinda enfrentou contratempos e chegou doente ao Rio de Janeiro. Além disso, o Brigadeiro Massése viu diante de cenários geográficos diversificados e das dimensões brasileiras que ultrapassavam em muito o quê ele conhecia. Mas o francês mostrou seu discernimento ao buscar ouvir quem já estava à frente da administração da capitânia e, por conseguinte, de sua defesa, no caso o Governador Francisco Xavier de Tavora, levando em conta suas opiniões e considerações (CORRÊA-MARTINS, 2014). Ao que tudo indica, repetiu este mesmo proceder quando foi para Salvador. E, com o tempo, adquiriu confiança, a ponto de hospedar um compatriota, o viajante Gentil de laBarbinais e levá-lo

a um passeio no Recôncavo Baiano. Tão à vontade ficou que sofreu até acusação de contrabando que, ao que parece, não foi comprovada.

Seu retorno à Lisboa marcou sua passagem para atividades aparentemente burocráticas, com exceção do susto de 1735. Já casado, Carlos, seu único filho português, e futuro oficial do exército português, nasceu em 1724, recebendo os Santos Óleos em uma igreja católica em Sacavém, ao nordeste da capital do reino. Singularmente, no registro de batismo,o nome da mãe constou claramente, mas não o do pai, figurando "Paÿincognito". Em 6 de agosto de 1746 esse registro foi averbado, tarjando a referência anterior sobre o pai, e acrescentando o nome "João Massé"[71]. Sua mulher havia se convertido ao catolicismo, mas ele, Jean Destremau de Massé, oSargento-morde batalha João Massé, um "herege", manteve-se fiel à sua fé até o fim de seus dias.

No que tange aos projetos de fortificações propostos para as diversas capitanias já mencionadas, verifica-se pela análise da documentação que a administração reinol, através do Conselho Ultramarino, começou a colocar uma série de entraves para sua realização, fosse por sua envergadura, fosse pelos seus custos. O fato é que, com a percepção da cessação do perigo de uma agressão estrangeira, a Coroa portuguesa simplesmente passou a considerar aquelas obras como desnecessárias, restringindo-as a um mínimo necessário. Sendo assim,a maior parte delas não passou de projetos, os quais foram elaborados a partir das colaborações do engenheiro francês com os administradores e responsáveis pela defesa das capitanias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Em relação aos relatórios, projetos e plantas que no passado tiveram sua autoria atribuída ao Brigadeiro João Masséconstata-se que, embora muitas vezes citados, efetivamente foram pouco analisados. O exame dessa documentação revela que apresentam diferenças tanto na caligrafia como nas técnicas de desenho, o que nos permite afirmar, que Massé não escreveu ou desenhou nenhum daqueles documentos que lhe foram atribuídos no passado. E isso já foi demonstrado com relação à documentação relativa ao relatório e aos documentos cartográficos referentes ao Rio de Janeiro, sendo que nesta pesquisa estabelecemos que as plantas feitas em Salvador, durante a estadade João Massé, foram riscadas por Gonçalo da Cunha Lima. E, muito provavelmente, foi de alguma delas que Luiz dos Santos Vilhena (1801) copiou o exemplar que inseriu em seu manuscrito.

Estes aspectos nos levam a recomendar que, no tocante à cartografia histórica, é necessário ter presente que nem sempre os engenheiros militares ou cartógrafos citados na documentação foram de fato os responsáveis pela elaboração de plantas, cartas ou mapas que porventura a acompanhem. Portanto, a atribuição de autoria de um documento cartográfico, caso não seja claramente indicado no mesmo, deve ser feita de forma bastantecuidadosa criteriosa.

---

[71]Imagem do documento enviada pelo Sr Gilles Destremau.

5. Agradecimentos

Ao Sr Gilles Destremau (Paris, França), pelos documentos enviados e que permitiram compreender melhor um personagem muito falado, mas pouco conhecido. À Dra Maria Dulce de Farias, da Seção de Cartografia da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, pela documentação cartográfica figurada nesta pesquisa.

6. Referências bibliográficas

AGNEW, David. C.A. *Henri de Ruvigny, Earl ofGalway.A filial memoir, with a prefatory life of his father, le Marquis de Ruvigny*. Edinburgh: William Patterson, 1864.

AGNEW, David. C.A. *Protestant Exiles from France in the Reign of Louis XV; The Huguenot Refugees and their descendants in Great Britain and Ireland.* Volume I. 2nd ed. London: Reeves & Turner, 1871.

AGNEW, David. C.A. *Protestant Exiles from France, chiefly in the Reign of Louis XV. or, The Huguenot Refugees and their descendants in Great Britain and Ireland. Volume II - Refugees Naturalized in and after 1681.* 3rd ed. [London]: [The Huguenot Society of London], 1886.

ANDERSON, Carolyn J. Military Intelligence: The Board of Ordnance Maps and Plans of Scotland, 1689-c.1760. In: BOYD, Gary A., LINEHAN, Denis John (eds.), *Ordnance: war + architecture and space*. Farnham: AshgatePublishingLimited, 2013.p. 157-178.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabularioportuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, [...] uranologico, xenophonico, zoologico, autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos, e offerecido a El Rey de Portugal D. João V, V.2*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesu[s], 1712.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da capitania de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 111-153, jul./dez. 2009.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, V1, 2009.

CHABY, Claudio [Bernardo Pereira] de (dir.). *Sinopse dos decretos remetidos ao extinto Conselho de Guerra: desde o estabelecimento deste Tribunal em 11 de dezembro 1640, até a sua extinção decretada em 1º de agosto de 1834*. Lisboa: Imprensa Nacional, v.III, 1872, v. IV, 1874.

CLEAVELAND, [Frederick Darby].*Notes on the early history of the Royal Regiment of Artillery*. [With notes by Lieutenant-Colonel William Lambert Yonge]. [Woolwich]: [s.n.], [1892].

CONCEIÇÃO, Claudio da.*Gabinete histórico, que a sua MagestadeFidelissima, o Senhor Rei D. João VI. (...) – Tomo VI - Desde 1710 até 1717.* Lisboa: Na Imprensa Regia, 1820.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. “Jeitinho carioca (?)”: a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e seu sistema defensivo em três momentos distintos do período colonial. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 5, Petrópolis, 2013. Anais, Disponível em: <http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/74/106/Trabalho-FJCM-2013def.pdf>

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. Análise comparativa do projeto e das plantas das fortificações do Rio de Janeiro atribuídas ao brigadeiro João Massé. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 2, 2014. Tiradentes, *Anais*. Disponível em: <http://fortalezas.org/midias/arquivos/3172.pdf>

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. Jogos nada infantis: a participação de crianças e adolescentes nos conflitos, especialmente na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. In: RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes (Org.). *Uma Tragédia Americana: A Guerra do Paraguai sob Novos Olhares*. 1ª ed.Curitiba: Editora Prismas, 2015. p. 291-341.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. A defesa do Rio de Janeiro no início do século XVIII: ou um muro que desapareceu e um morro em conflito. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 97-115, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/666/720>

COUDRAY, Pierre Louis. *Mourir à laguerre, survivre à lapaix: lesmilitairesirlandaisauservice de la France auXVIIIesiècle, une reconstructionhistorique*. Tese (Doutorado). Littératures. Université Charles de Gaulle - Lille III, 2018. Disponível em https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-01997932/document

DESTREMAU, Gilles. *Jean Destremau de Massé (circa 1666 to circa 1745) takes his revenge: the travels and travails of a Huguenot military officer of Le Houga in Lower Armagnac*. Translated from French by Bruce Wannell.In: Lecture Programme 2017-18 ofTheHuguenot Society of Great Britain and Ireland, London, 2017.

DOMINGUES, Ângela. In a world without faith and dominated by ambition: Representations of Brazil and the Portuguese in the First Half of the Eighteen Century European Travel Literature.*Culture&History Digital Journal*, 1(2), December 2012, m104. 1-14. Disponível em <http://dx.doi.org/10.3989/chdj.2012.m104>

DUGUAY-TROUIN, René. *Mémoires de Monsieur Du Guay-Trouin, LieutenantGenéraldesArméesNavales de France &Commandeur de l'OrdreMilitaire de S. Louis*. Amsterdan: Pierre Mortier, 1746.

FERREZ, Gilberto. João Massé e sua planta do Rio de Janeiro de 1713. *Revista do IHGB*, nº 242, Rio de Janeiro, janeiro/março de 1959, p. 388-396 [publicado originalmente no Jornal do Brasil, em 07 de setembro de 1958].

FERREZ, Gilberto. *O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto: 1555-1800*. 2vol.Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972.

FORTES, Manoel Azevedo. *O engenheiro portuguez: dividido em dous tratados. Tomo Segundo, Que comprehende a fortificaçaõ regular, e irregular: o ataque, e defensa das praças; e no Appendice o uso das armas de guerra*. Lisboa Occidental: Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1729.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *Os franceses no Rio de Janeiro***.** 3ª edição, revista, acrescida e anotada por Antônio de Souza Júnior. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

FRANCISQUE-MICHEL, R.[oland]. *LesPortugaisen France, lesFrançaisen Portugal*. Paris: Guillard, Aillaud& Cie, 1882.

[GALWAY, Earl of, Henry de Massüe, Marquis de Ruvigny.] L*a Conduitedu Comte de Galloway en Espagne et en Portugal. Traduite de l'Anglois*. Rotterdam: Chez Fritsch etBöhm, 1711.

GLOZIER, Matthew. *The Huguenot Soldiers of William of Orange and the "Glorious Revolution" of 1688: the Lions of Judah*. Portland: Sussex Academic Press, 2002.

GUERREIRO, Jacinto Salvador. *A diocese de Beja no final do século XIX: A intervenção de D. António Xavier de Sousa Monteiro*. Lusitania Sacra, 2ª série, 8-9, 1996/1997, p. 35-169.

LA BARBINAIS, Le Gentil de. *Nouveau voyage au tour du monde.*Enrichi de plusieursPlans, Vûes& Perspectives desprincipales Villes &PortsduPérou, Chily, Bresil,& de laChine. Avec Une Description de l'Empire de la Chine... Tomo III. Amsterdam: Pierre Mortier, 1728.

LEE, Grace Lawless. *The Huguenot Settlements in Ireland*. 4rt ed. Bowie: Heritage Books, 2001.

MARTELO, David. *Chefes militares estrangeiros nos mais altos postos das Forças Armadas de Portugal: Aspectos específicos no contexto europeu*. Comunicação apresentada ao XXI Colóquio de História Militar da Comissão Portuguesa de História Militar, Novembro de 2012. Disponível em <http://www.aofa.pt/artigos/David_Martelo_Oficiais_Estrangeiros_nas_FA_Portuguesas.pdf>
MIRANDA, Jorge. Liberdade Religiosa, Igrejas e Estado em Portugal. *Nação e Defesa*, 39, Lisboa, Julho-Setembro de 1986, p. 118-136.

MOREAU, Filipe Eduardo. *Arquitetura militar em Salvador da Bahia séculos XVI a XVIII*. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MORI, Victor Hugo. Mapa das Fortificações da Baixada Santista. In: MORI, Victor Hugo;LEMOS, Carlos A. Cerqueira; CASTRO, Adler Homero F.[onseca] de. *Arquitetura militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003. p. 79-84.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As fortificações de Salvador quando cabeça do Brasil*. Salvador: Fundação Gregório de Matos, 2004.

OLIVEIRA, Mário de Mendonça. A defesa da Baía de Todos os Santos. In: CAROSO, Carlos, TAVARES, Fátima, PEREIRA, Cláudio (org.) *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 129-202.

PASSOS, Alexandre. *O Rio de Janeiro no tempo do "onça" (século XVI ao XVIII)*. [2. ed]. Rio de Janeiro: Liv. S. José, 1962.

PESSÔA, José, BICALHO, Maria Fernanda. Rio de Janeiro. In: PESSÔA, José;PICCINATO, Giorgio. *Atlas de centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. p. 36-45.

RAMIZ GALVÃO, B.[enjamin] F[ranklin]. (org.). *Catalogo da Exposição de Historia do Brazil realizada pela Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Lauzinger& Filhos, 1881.

REDINGTON, Joseph (ed). *Calendar of Treasury Papers, 1702-1707, preserved in Her Majesty's Public Record Office*. [V. III]. London: Longman& CO.,andTrubner&Co., 1874.

SANTOS, H.[orácio] Madureira [dos]. *Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra na parte não publicada pelo general Cláudio de Chaby: Reinado de D. João V a D. José I (1ª parte: de Agosto de 1750 a Dezembro de 1758), vol. II*. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1959.

SANTOS, H.[orácio] Madureira [dos]. *Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra na parte não publicada pelo general Cláudio de Chaby: Reinado de D. Maria I (1ª parte: de Março de 1777 a Dezembro de 1793),vol. IV*. Lisboa: Tip. Minerva, 1963.

SCOTT, Brian G. The deployment of mortars in Ireland up to the 1689 Siege of Londonderry.*UlsterJournal of Archaeology*, 73, 2015-16, 204-218.

SEPULVEDA, Christovam Ayres de Magalhães. *História Orgânica e Política do Exército Português - Provas -História da Engenharia Militar Portuguesa - Volume XIV - História da Engenharia Militar Portuguesa - VI - Engenheiros Franceses ao serviço de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

SEQUEIRA, G.[ustavo] de Matos. *Depois do Terremoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa, v. III*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

SHAW, William A.;SLINGSBY, F H. Warrant Books: August 1715, 11-20. In:SHAW, William A., SLINGSBY, F H. (eds) *Calendar of Treasury Books, Volume 29, 1714-1715*.London: HerMajesty'sStationery Office, 1957.p. 671-693.

SILVA, Deonísioda.*De onde vem as palavras: origens e curiosidades da língua portuguesa*. 17. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

SILVEIRA, António Henriques da. Memórias analíticas da vila de Estremoz. Transcritas por Teresa Fonseca. In FONSECA, Teresa. *António Henriques da Silveira e as “Memórias analíticas da vila de Estremoz”*. Lisboa, Colibri, 2003. p. 107-296.

SMILES, Samuel. *The Huguenots: their settlements, churchs, and industries in England and Ireland, with an appendix relating to The Huguenots in America*. New York: Harper & Brothers, Publishers, 1868.

SMITH, Robert C[hester].*Arquitetura colonial baiana: alguns aspectos de sua história*. [2ª ed.]. Salvador: EDUFBA, 2010.

SOLOMON, Marlon [Jeison]. Segurança do território e segurança da população. *Proj. História*, São Paulo, 27, p. 147-165,jul-dez, 2003.

SOUSA, Antonio Caetano de. *História genealógica da Casa Real Portuguesa, desde a sua origem até o presente, com as famílias ilustres, que procedem dos Reis, e dos Sereníssimos Duques de Bragança. Justificada com instrumentos, e escritores de inviolavel fé*.... Lisboa: Regia OfficinaSylviana, e da Academia Real, Tomo VIII, 1741.

[VILHENA, Luiz dos Santos]. *Colecção de Plantas geograficasYdrograficas, Planos e Prospectos. Relativos a algumas das Cartas de Noticias Soteropolitanas e Brasilicas A que precede huma breve analysis Critica sobre a Origem das mesmas Plantas*. [Salvador]: 1801. Manuscrito. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1304801_34/mss1304801_34.pdf >

VITERBO, [Francisco Marques de] Souza (coord.). *DiccionarioHistorico e Documental dos Architectos, Engenheiros e ConstructoresPortuguezes ou a serviço de Portugal. Vol. I A-G*. [1ª ed.]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899.

VITERBO, [Francisco Marques de] Souza (coord.). *DiccionarioHistorico e Documental dos Architectos, Engenheiros e ConstructoresPortuguezes ou a serviço de Portugal. Vol. II H-R*. [1ª ed.]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.



Lista de figuras



Figura 1 – “Planta da Cidade de SaõSebastiaõ do Rio de Janeiro, Com súasFortifficaçoins”.Datas sobrepostas 1712 e 3. Sem marcas de autoria. Manuscrito. Tinta nanquim,colorido. Com duas escalas gráficas e rosa dos ventos. Dimensões:87,0 cm (largura) X 57,5 cm (altura).AHU_CARTm_017, D. 1064.Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

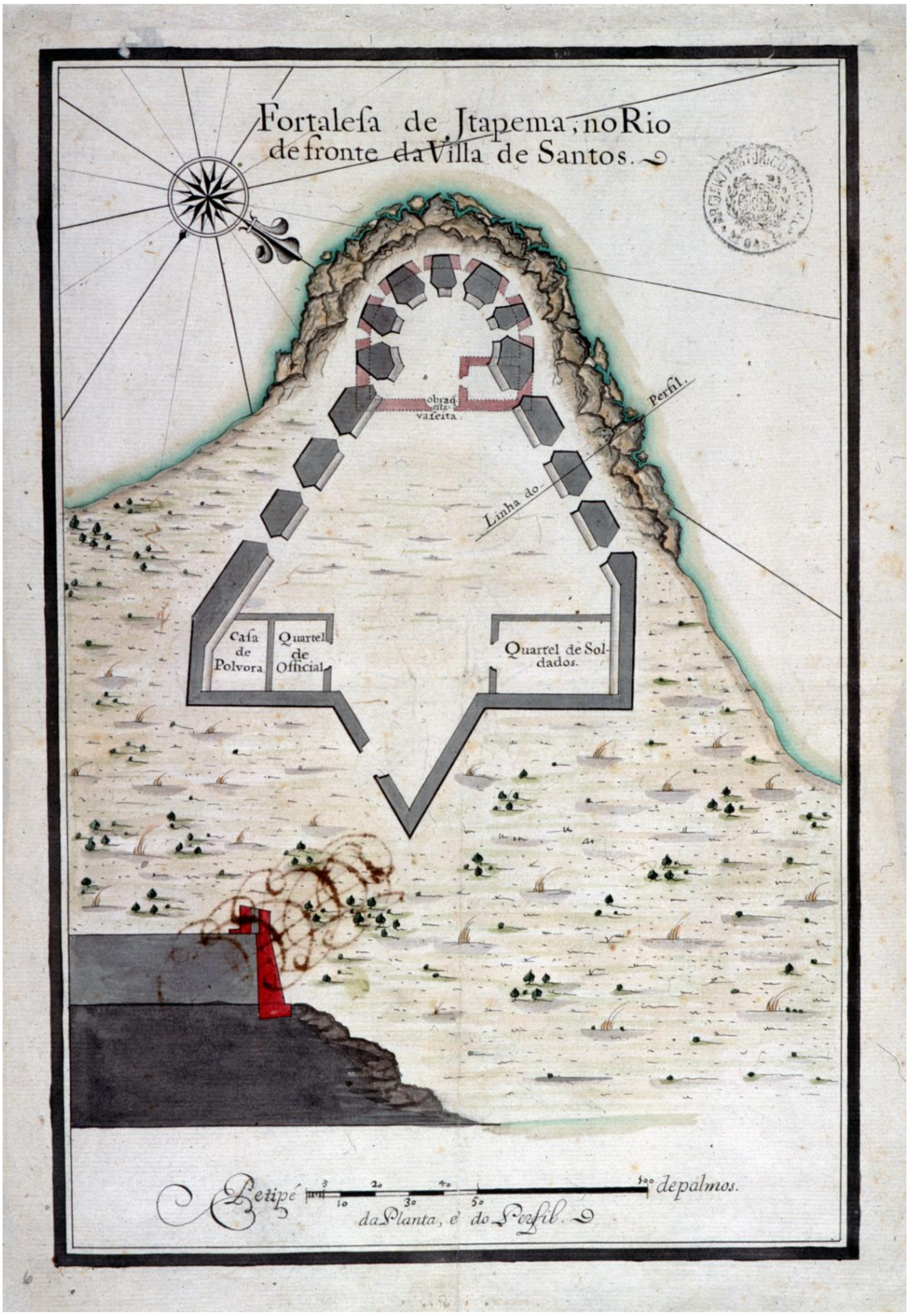


Figura 2 –“Fortalesa de Itapema, no Rio defronte da Villa de Santos [com um perfil]”. Não datada. Sem marcas de autoria.Intervenção não intencional com tinta ferrogálica sobre parte do perfil e da planta. Manuscrito. Tinta nanquim, colorido. Com escala gráfica e rosa dos ventos.Dimensões: 20,9 cm (largura) x 29,9 cm (altura). AHU_CARTm_023, D. 1183.Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

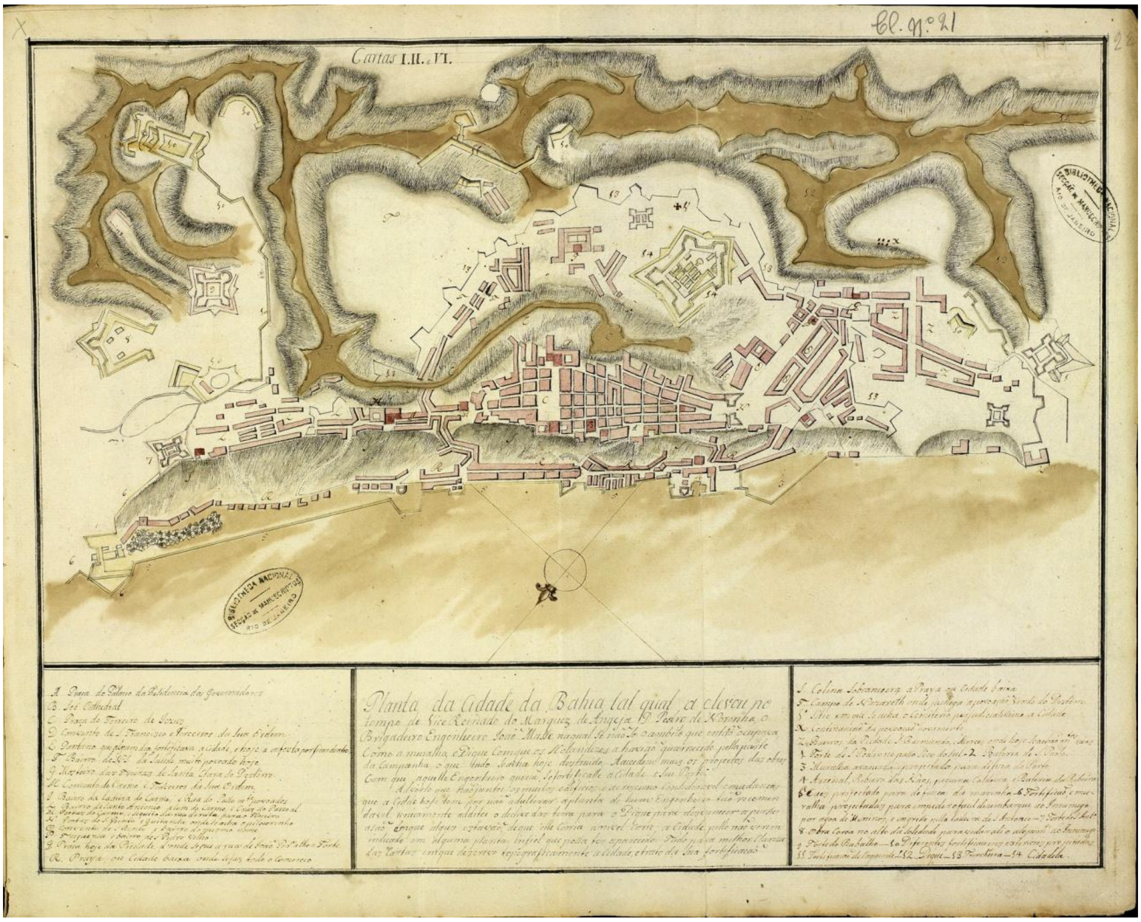


Figura 3 – “[Cartas I. II. e VI] Planta da Cidade da Bahia tal qual a elevou no tempo do Vice Reinado do Marquez de Ángeja D. Pedro de Noronha, o Brigadeiro Engenheiro JoaõMasse, na qual se não So o ambito que entaõ ocupava, Como a muralha, e Dique Com que os Holandeses a haviaõ guarnecido pella parte da Campanha, o que tudo se acha hoje destruido [sic]. Haccedem mais os projecttos das obras com que aquelle Engenheiro queria Se fortificasse a Cidade e Seu Porto”. Não datado.Manuscrito. Tinta nanquim, colorido. Sem escala e com rosa dos ventos. Dimensões: 40 cm (largura) x 34,2 cm (altura). In: VILHENA (1801). 50,05,014 – Manuscritos, mss1304801_34. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional,Rio de Janeiro.

Roteiros e perfis de expedições científicas como fontes importantes para a toponímia de Minas Geraisno Brasil do século XIX

Antônio Gilberto Costa
CRCH-UFMG, ag.costa@uol.com.br

Márcia Maria Duarte dos Santos
CRCH-UFMG, mdsantosy@yahoo.com.br

Resumo:

De modo geral, documentos cartográficos produzidos ao longo dos séculos XVIII e XIX constituem importantes fontes para estudos toponímicos e tem sido objeto de intensas pesquisas. No entanto, alguns desses documentos trazem consigo traçados de itinerários de viagens oficiais ou não, com propósitos administrativos ou de interesse científico, com frequência acompanhados por notas explicativas e perfis ainda pouco explorados. Visando uma contribuição para com esses estudos, algumas dessas notas e perfis com informações sobre regiões remotas do interior do território da América portuguesa ou do Brasil Império encontram-se em processo de pesquisa e resultados preliminares serão aqui apresentados.Seus autores, engenheiros militares, padres jesuítas, cartógrafos amadores, naturalistas ou não, eram quase sempre luso-brasileiros, no período colonial, mas de diferentes nacionalidades, considerando os que aqui estiveram, no período colonial,a partir de 1809, eno tempo do imperial. Os documentos aqui considerados, nesta comunicação, foram produzidos por naturalistas estrangeiros chegados ao Brasilapós 1809 e que apresentavam alguma formação em Geologia,Engenharia de Minas, Geografia, Metalurgia e Botânica. Nesse grupo,destacaram-se naturalistas austríacos e alemães, que deixaram esses registros dos itinerários de suas expedições científicas, normalmente acompanhados por perfis descritivos com rico registro toponímico.Em ordem cronológica, serão considerados documentos produzidos pelo austríaco Johann Emmanuel Poh. Médico, era entomologista, botânico e geólogo e chegou ao Rio de Janeiro juntamente com a Arquiduquesa Leopoldina e os demais membros da missão em 7 de novembro de 1817. Empreendeu uma grande viagem por Minas Gerais e Goiás, entre 1817 e 1821. Contemporâneo de Pohl e de origem alemã, obarão Wilhelm Ludwig von Eschwege, era geólogo e engenheiro de minas, com conhecimentos na área da metalurgia. Deixou vários registros de roteiros e perfis de suas viagens, como o *Roteiro de Rio de Janeiro a Tijuco levantado por Ernesto Barão de Eschwege segundo as medições geométricas e observações astronômicas feitas em differentes viagens pelo seu irmão G. Barão de Eschwege, no ano de 1811. Vila Rica 1º de Janeiro de 1813.* O

documento consiste em um itinerário de viagem resultante dos deslocamentos do barão para a região das minas, até o centro do Distrito Diamantino. Por último serão consideradas as contribuições de um outro engenheiro de minas, austríaco de Zalzburg, Virgil v. Helmreichen. Tendo chegado ao Brasil em 1836, e se mantido com recursos normalmente provenientes de seus trabalhoscom empresas mineradoras, morreu em 1852 vitimado pela febre sem ter conseguido dar andamento ao seu projeto mais ambicioso, que consistia na produção de um perfil geológico entre o Atlântico e o Pacífico. No entanto, Helmreichen, explorou diferentes regiões de Minas Gerais, como os distritos de Serro do Frio e Minas Novas,esteve em regiões próximas aos rios São Francisco e Jequitinhonha e destacou ter sido o primeiro viajante com formação a visitar o distrito diamantífero da Serra de Grão Mogol. Em 06 de maio de 1846, em correspondência ao Sr. BergrathHaidinger e antes de dar início à sua grande viagem para oeste, buscando ultrapassar a cordilheira dos Andes, que acabou apenas alcançando Assunção, no Paraguai, e que acabou por custarasua vida, Helmreichen relatou uma das suas viagens a Minas, destacando a região mineira da Candonga e Morro Velho bem como sua presença na região da *Serrado Grão Magor*.Esses relatos foram levados ao conhecimento da Sociedade Amigos das Ciências Naturais de Viena por J. K. Hocheder, secretário da Real e Imperial Central de Engenharia de Minasda Áustria, na reunião do dia 05 de fevereiro de 1847. A comunicação foi intitulada *Virgil von HelmreichensReise in Brasilien.*Por conta dessas andanças foram produzidos perfis ou seções geológicas que aqui serão detalhadas. Os resultados dessa pesquisa serão posteriormente transformados e apresentados em uma exposição permanente no Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG.

Palavras-chave:

Toponímia Histórica; Cartografia Histórica; Perfis Geológicos; Minas Gerais



Um mapa da América portuguesa e outros para a *Capitania de Minas Geraes* produzidos na Vila Rica dos anos 1760

Antônio Gilberto Costa
Centro de Referência em Cartografia Histórica UFMG, ag.costa@uol.com.br

Resumo

Na busca porentendimentossobre as fronteiras entre as capitanias de Minas Gerais e São Paulo e informações acerca de políticas oficiais visando as suas delimitações, foi possível constatar uma ativa produção de mapas na Vila Rica dos anos 1760. Desse conjunto pesquisado destaca-se um cujo território representado em muito extrapola as divisas e os interesses de Minas.De modo geral, essa produção deu-se em função da determinação de Luís Diogo Lobo da Silva, 4º Governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais, que tinha essas delimitações com um dos principais objetivos do seu governo, mas não só. A partir de 1763, e até o final da sua administração, em 1768, Luís Diogo defendeu as divisas de Minas, determinando que as demarcações e outrasinformações disponíveis sobre a capitania fossem lançadas em documentos cartográficos como a*CARTA GEOGRAPHICA que compreheende toda a Comarca do Rio das Mortes, Villa Rica, e parte da cidade de Mariana do Governo de Minas Geraes*e a *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e Partes Confinantes, Anno de 1767*. Certamente visando outros interesses, que não só os da capitania sob a sua responsabilidade determinou a produção de um documento representando praticamente todo o território português na América e intitulado:*CARTA GEOGRAPHICA da AMERICA MERIDIONAL Dividida em sete principaespartes*(...), apresentada em 1768. Outro documento, como a *CARTA GEOGRAFICA do Termo de Villa Rica, em q' se mostra que os Arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava, e Carijós lhe ficão mais perto, q ao da Villa de S. José a q pertencem, e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras, q toca ao do Sabará, (...)*, produzido em período imediatamente anterior ao início da administração de Luís Diogo, integra esse conjunto de documentos.

Palavras-chave: Cartografia, Limites, Minas Gerais, América Portuguesa

Abstract:

In the search for understandings about the borders between the captaincies of Minas Gerais and São Paulo and information about official policies aiming at their delimitation, it was possible to verify an active map production in Vila Rica from the 1760s.Of this researched set stands out a map whose territory represented in much extrapolates the currencies and interests of Minas. In general, this production was due to the determination of Luis Diogo Lobo da Silva, 4th Governor and Captain General of the Captaincy of Minas Gerais, who had these delimitations with one of the main objectives of his government, but not only. From 1763, and until the end of his administration, in 1768, Luís Diogo defended the borders of Minas, determining that the demarcations and other information available on the captaincy were released in cartographic documents such as the CARTA GEOGRAPHICA that comprises the whole of the region. Rio das Mortes, Villa Rica, and part of the city of Mariana of the Government of Minas Geraes and the Geographic Charter of the Captaincy of Minas Geraes and Confining Parties, Year 1767. Certainly aiming at interests other than those of the captaincy under its responsibility. determined the production of a document representing practically the whole of Portuguese territory in America entitled: GEOGRAPHIC CHARTER of SOUTH AMERICA

Divided into seven main parts (...), presented in 1768. Another document, such as the GEOGRAPHIC CHARTER of the Villa Rica Term, in which it is shown that the Arrayaes of Catas Altas da Noroega, Itaberava, and Carijós are closer to it than that of Villa de S. José, and also that of S. Antonio do Rio das Pedras, which touches that of Sabará, (...), produced in a period immediately prior to the beginning of Luís Diogo's administration, is part of this set of documents.

Keyword: Cartography, Limits, Minas Gerais, Portuguese America

Introdução

Em fins da primeira metade do século XVIII, e em tempos que antecederam ao Tratado de Madrid ou de Limites, assinado entre Portugal e Espanha em 1750, questões envolvendo definições de limites entre as capitanias de Minas e de São Paulo mereceram atenção do governo português, seja em Lisboa ou no Rio de Janeiro (COSTA, 2007, p. 130). Por conta disso foram produzidos documentos cartográficos como aquele do Desembargador Tomas Rubi de Barros Barreto. Enviado ao Brasil por Alexandre de Gusmão em 1743, tinha a incumbência de fixar os limites das Capitanias das Minas e levantar dados geográficos e históricos fora do já conhecido eixo Rio de Janeiro – Mariana, pois segundo Gusmão "isto tenho eu já circunstanciado com toda a costa marítima da nossa América Meridional", conforme transcrito por Mário Clemente Ferreira (2000, p. 185). Tomas Rubi cooperou com o então Governador do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, o Conde de Bobadela, no levantamento de dados para a preparação de cartas geográficas que, posteriormente, foram enviadas a Lisboa, por solicitação do próprio Alexandre de Gusmão. Com base nesses dados, ao final do segundo quartel do século XVIII, foram preparados documentos, entre os quais um mapa regional e intitulado: *Plano da Costa, desde Sancta Catharina, thé a Ilha Grande, em que compreende a Campª. de São Paulo, e huma parte de Minas Geraes, e Goiaz*[1], atribuído a Tomas Rubi.

Além de informações sobre as divisas entre as capitanias de Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro, esse mapa também contém marcações do *Caminho Velho para Minas Gerais* passando por Guaratinguetá e do *Caminho para Goiás*. Os caminhos se encontravam na região da Campanha do Rio Verde e daí em diante seguiam até São João de El Rey. Para os deslocamentos a partir de São Paulo em direção à região das minas, o Marco do Lopo [Serra do Lopo] era uma referência importante. O mapa mostra uma variante através deste Marco, situado na serra de mesmo nome. A serra mencionada e o marco eram já algumas das referências para a delimitação entre as capitanias de paulistas e mineiros.

Mas questões envolvendo delimitações da Capitania de Minas Gerais, em especial com a de São Paulo, persistiram e, já no início dos anos 1760, com a nova separação administrativa entre as capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, que por um tempo tiveram um único governador, essas iniciativas foram

[1] Mapa da Coleção Biblioteca Guita e José Mindlin, São Paulo, atualmente fazendo parte da Coleção Brasiliana da USP.

retomadas visando uma solução para essas demarcações. Por determinações superiores, governadores de Minas e de São Paulo,Luiz Diogo Lobo da Silva e Luiz António de Souza, respectivamente, colocaram em prática ações visando o levantamento de mais dados e, no caso de Minas, essas ações certamente envolveram a produção de documentos cartográficos, em Vila Rica.

A produção de mapas em Vila Rica nos anos 1760

Ainda que não existam documentos que indiquem qualquer tipo de orientação nesse sentido ou mesmo de qualquer estruturação visando a produção de documentos cartográficos na capital da Capitania de Minas Gerais nesse tempo, mapas ou cartas foram produzidas com diferentes propósitos e representando partes ou até mesmo a totalidade do território mineiro daquela época.

Essa produção mineira, tão pouco mencionada,nem sempre pode ser comprovada por informações presentes nesses mapas, pois estes raramente trazem nomes de que os produziu, em que data foram feitos e a mando de quem. Mas por meio de referências em outros documentos, como as correspondências dos anos 1760, trocadas entre governadores e entre o governador de Minas e autoridades portuguesas na cidade do Rio de Janeiro e Lisboa, podem ser aventadas algumas respostas para estas questões.Infelizmente, comprovada a produção desses mapas em Minas, restam sem confirmação ou informação as suas devidas autorias.

A seguir são descritos documentos cartográficos que se encontram disponíveis em diferentes arquivos e que foram produzidos por determinação e como consequência de ações envolvendo os governadores das capitanias de Minas e São Paulo que visavam sobretudo a definição de limites entre elas e considerados decisivos para a história de ambas.

- A *CARTA GEOGRAPHICA que compreheende toda a Comarca do Rio das Mortes*

No período de interesse e em um contexto envolvendo a necessidade de acertos das demarcações de limites entre as capitanias de São Paulo e Minas, lembrando que Minas havia deixado de ser tutelada pelo governador do Rio de Janeiro,um primeiro documento foi produzido,muito provavelmente entre 1763 e 1764. Este documento tinha por objetivo registrar os esforços de um governador no sentido de dar atendimento à orientação que lhe havia sido passada pelo governo central, instalado em Lisboa.

Assim, com o propósito de se inteirar das contendas referentes à divisa entre as capitanias de São Paulo e de Minas, mas também de outras necessidades de parte desta capitania, o 4º Governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais, Luis Diogo Lobo da Silva visitou arraiais, registros e outros lugares da Comarca do Rio das Mortes, retornando à Vila de São João del Rey e em seguida a Vila Rica.

Nessa visita o governador mineiro foi acompanhado de seu secretário Cláudio Manoel da Costa, que já há essa época aparece como geógrafo e cartógrafo. Durante esse giro o governador e sua comitiva percorreram toda a divisa com São Paulo e de acordo com a balizada opinião de Cláudio Manoel, a região em contenda, teve a linha de divisória definitiva: “Uma linha reta que partindo do Morro do Lopo fosse ter à Pedra da Extrema” (LIMA JÚNIOR, 1896, p. 27).

Todo o itinerário dessa sua viagem e outras informações sobre demarcações de limites da Capitania de Minas Geraisforam registrados na *CARTA GEOGRAPHICA que compreheende toda a Comarca do Rio das Mortes, Villa Rica, e parte da cidade de Mariana do Governo de Minas Geraes*[2] (Fig. 01). Segundo registrado por Márcia Maria Duarte dos Santos e Antônio Gilberto Costa (2016, p. 63), “em seu périplo, o governador deixou registros estabelecidos pelas fronteiras e publicou em Jaguari (Camanducaia) e São João-del- Rei bandos que ameaçavam com penas severas as violações das fronteiras”. O bando publicado em São João Del Rey, em 24 de novembro, e outros documentos foram enviados a Lisboa que, por meio do Aviso de 25 de março de 1765, aprovou todos os atos e providências do governador (VASCONCELLOS, 1911, p. 113 e 114).

Um forte argumento para a produção desse mapa em Vila Rica pode ser encontrado na carta do governador de Minas Gerais, Luiz Diogo Lobo da Silva, enviada ao Vice-Rei, Conde da Cunha e datada de 10 de setembro de 1765. Nessa cartaele menciona:

(...) me parece se deve conservar o Governo de Minas Geraes balizando com o de São Paulo, pela demarcação que mandou executar o meu antecessor por Thomaz Ruby, por ser a mais conforme a natureza do Paiz e interesses regios, segundo examinei no giro que fiz e consta da Carta Geographica, que remetti a V. Exa. em companhia dos quintos (...). (DERBY, 1896, p. 213)

Sobre o assunto mapas e em sequência, o Conde da Cunha, vice-rei entre 1763 e 1767, em correspondência encaminhada ao Ministro e Secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e datada de 31 de outubro de 1765, descreve suas ações com relação à questão dos limites das capitanias de Minas e São Paulo e cita o Guarda-Mor das Minas Geraes Pedro Dias Paes Leme como sendo uma fonte de informações e autor de uma carta cartográfica emproduçãono Rio de Janeiro. Mas nessa correspondência o vice-rei faz também referência a um documento cartográfico produzido por ordem do governador do Minas e muito certamente em Vila Rica:

e este é o que tem dado a luz que precizavamos para se fabricarem as cartas geographicas, que eu e o Governador das Minas mandamos fazer; na que eu ordeneie mandei pôr em limpo (que a V. Exa. Remeto) nella trabalho há mais de um anno, não só com as noticias que o mesmo Pedro Dias me tem dado, mas também com todas as mais

---

[2]Mapa sob a guarda da Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. Cópia de 1827.

que adquirir, e dos mesmos sujeitos que à Junta vieram; e ainda que esta carta pouco difere da que mandou fazer Luiz Lobo, que também vae junta sempre me quer parecer que a minha é a mais exacta. (DERBY, 1896, p.222-223)

Outro reforço para essa produção de mapas em Vila Rica também pode ser encontrado em correspondência em data anterior e do mesmo Conde da Cunhapara Francisco Xavier de Mendonça Furtado.Ainda em 1765, mas em 02 de agosto,o vice-rei diante da impossibilidade para a produção local de mapas, já havia efetuado a seguinte cobrança ao governo em Lisboa:

providencia de Engenheiros pois que presentemente não tenho nenhum, o Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim não vi obra sua que regular seja, nem este Official se quer já occupar n'este exercicio; o Coronel José Costodio pareceme que tambem se não aplicou senão á architectura civil, e este está Governando o Rio Grande; o argento mor José Cardozo Ramalho está presentemente na Colonia onde é muito necessario; e as fortalezas como nenhuma dellas está completamente acabada, todas necessitam de professor que risque e veja as muitas obras que de necessidade se lhe devem fazer. (DERBY, 1896, p.210)

Com certeza o pedido do Conde da Cunha foi atendido, pois sabe-se que sob as suas ordens foi produzido um mapa para a Capitania do Rio de Janeiro por volta de 1767. O mapa foi feito pelo Sargento-Mor Manoel Vieira Leão em formato de folhas, que em 1797 constituíram a base para a produção da Carta Geographica da Capitania do Rio de Janeiro.

Por conta do conteúdo dessas correspondências e em especial daquela de outubro de 1765 fica-se com a informação sobre a existência de duas cartas envolvendo território mineiro e certamente a região da Comarca do Rio das Mortes, mas sobretudo com a certeza de que uma delas foi produzida em Vila Rica e outra no Rio de Janeiro. Assim como já sugerido, pode-se supor que um destes dois mapas, semelhantes entre si, foi preparatório para a produção de um outro, abrangendo toda a capitania de Minas e datado de 1767, e que, há esse tempo, já estaria em fase de produção na capital das Minas.

Sobre a existência dessas duas cartas, em princípio entendidas como sendo para a Comarca do Rio das Mortes, ainda que não se tenham informações sobre os originais, mas apenas sobre suas cópias, sabe-se que elas se encontravam sob a guarda do antigo Arquivo Militar. Comparando a cópia fotográfica apresentada na publicação oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo, vol. XI, com a cópia de 1827, da Mapoteca do Itamaraty, constata-se que as duas apresentam diferenças com relação a disposição de inúmeros topônimos, o que poderia indicar serem estas as cópias das duas originais mencionadas pelo Conde da Cunha e com as suas respectivas diferenças de origem.

- A CARTA GEOGRAFICA do Termo de Villa Rica

O documento em questão traz a representação apenas da parte central do território mineiroecertamente foi produzidoem data anterior a 1767. Fazendo parte dos acervos do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, a*CARTA GEOGRAFICA do Termo de Villa Rica, em q' se mostra que os Arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava, e Carijós lhe ficão mais perto, q ao da Villa de S. José a q pertencem, e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras, q toca ao do Sabará, o q se mostra, pela Escala, ou Petipe de léguas*(Fig. 02), pode serconsiderada como um outro documento que reforça a produção de mapas em Vila Rica e que foi importante para a produção de outros documentos nos anos de 1760.O pedido para sua produção teria acontecido por volta de 1758.

Sobre essa cartaLima Júnior (1969, p. 29) menciona a existência de um ofício do Governadorde Minas Luiz Diogo Lobo da Silva, datado de 25 de agosto de 1766, que declara "juntar uma planta mandada levantar há tempos, pela Câmara de Vila Rica", tratando de transferências de jurisdições de diversas localidades. Sobre a autoria desse documento cartográfico o mesmo Lima Júnior (1969, p. 29)também menciona informaçãorepassada porXavier da Veiga eregistrada por este nas Efemérides Mineiras, relacionando Cláudio Manoel da Costa com a produção da carta. No caso, Xavier da Veiga informa sobre um testemunho de Cláudio Manoel da Costa confirmando ter recebido a quantia de meia libra em ouro por sua produção. Nomeado secretário do Governador Luis Diogo Lôbo da Silva, Cláudio Manoel, competente reorganizador da administração da Capitania de Minas, permaneceu até o governo de Dom Rodrigo de Menezes.

Ainda que certamenteproduzida em data anterior ao governo de Luiz Diogo Lobo da Silva e que existam questionamentos se essa carta teria ou não a autoria de Cláudio Manoel da Costa, interessa o fato de ter sido produzida em Vila Rica e de ter sido certamente utilizada para a produção de outros documentos cartográficos na capitania dos anos 1760. Com certeza informações que constam deste documento foram também uteis para a produção da carta de 1767.

- CARTA GEOGRAPHICA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES E PARTES CONFINANTES, omapa de 1767

Segundo Márcia Maria dos Santos e Antônio Gilberto Costa (2016, p. 49), a "Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes de 1767" (Fig. 03) pode ser considerada como sendo a mais antiga representação da Capitania de Minas Gerais, enquanto uma circunscrição político-administrativa independente, dentre as que se encontram sobre a guarda de instituições arquivísticas e museológicas, no Brasil e em Portugal. Segundo estes autores se encontram registrados na carta "os avanços extraordinários do povoamento e do conhecimento das dimensões geográficas físicas e humanas do território que se construiu, com a impulsão dos achados de ouro e diamante".

Referências diretas e indiretas à esta "Carta Geographica ...” e ao seu processo de produção podem ser encontradas em documentos que tratam das divisas de São Paulo e Minas Gerais e que foram reproduzidos na obra publicada pelo Arquivo do Estado de S. Paulo, em 1896, sob o título: Publicação Official de Documentos interessantes para a história e costumes de S. Paulo. Já no índice desta obra, na seção *Mappas*, há a seguinte referência para a carta:

Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e Partes Confinantes, Anno de 1767. - Este mappa é mais ou menos a quarta parte, reduzida à metade da escala original, de um grande mappa conservado no Archivo Militar, que deve ser o original, ou cópia pelo próprio author do mappa que estava sendo confeccionado por ordem de Luiz Diogo em 1767.(DERBY, 1896, p. 288)

Como já mencionado anteriormente, o período entre 1765 e 1775 correspondeu a um dos mais movimentados no que diz respeito aos acertos de limites entre as duas capitanias e segue aquele marcado pelos trabalhos de uma comissão de demarcação sob a responsabilidade do ouvidor Thomaz Ruby de Barros Barreto. Por conta disso, o governador de São Paulo, D. Luiz António manteve extensa troca de cartas com D. Luiz Diego Lobo da Silva, Governador de Minas, com o Vice-Rei Conde da Cunha e com ministros em Lisboa, tratando de questões envolvendo limites entre SP e MG.

A partir da análise destas correspondências, em especial daquelas trocadas entre os responsáveis pelos governos de Minas Gerais e de São Paulo, entre fins de 1766 e o início de 1767, pode-se perceber alguma movimentação do governador de Minas na direção da produção de uma carta geográfica contemplando o território da então capitania sob a sua responsabilidade.

Uma importante referência sobre a produção de mapas nesse período pode ser encontrada na correspondência de 25 de novembro de 1766, onde o governador de São Paulo escreveu ao de Minas:

Por ora não he necessario que V. Ex. se mova, mas ao depois não se sabe o que será. Eu desta Capitania tenho parte das leys do conhecimento dos portos, da sua carta e das correntes, e dispozições dos seos rios adquirida aos pedaços e em toscos dezenhos por não ter quem o ponha em limpo. Porém desse paiz que V. Ex. governa nada sei e estimaria muito se a V. Ex. não serville de incomodo, que houvesse quem ainda que fosse debuxado com lapis me dispozesse os lugares, as comarcas e os rios dessa Capitania, porquecom essa falta não posso discorrer nada sobre o que V. Ex. pode obrar com o auxilio das nossas comuas idéas. (DERBY, 1896, p.285)

Considerando o exposto na mensagem acima fica entendido que o governo de São Paulo tinha informações sobre São Paulo, não dispunha de informações sobre Minas e tão pouco de alguém que pudesse produzir documentos confiáveis. D. Luiz Antóniodá a entender que o governador de Minas talvez tivessee que, portanto, poderia lhe transferir informações sobre Minas nas condições aqui destacadas:“(...) ainda que fosse debuxado com lapis me dispozesse os lugares, as comarcas e os rios dessa Capitania”.

Alguns meses mais tarde, em 10 de abril de 1767, o governador de Minas Gerais Luiz Diogo Lobo da Silva respondeua esta carta do governador de São Paulo, datada de 25 de novembro de 1766, da qual destaca-se:

Bem desejara poder satisfazer a parte das noticias que V.Exa. me pede relativas a configuração e geographia deste Governo; porem para poder reduzir a forma competente de se perceberam sem confusão, e com a distinçam necessária as que tenho adquirido, se faz necessário que V. Exa. me queira confiar as que a sua actividade e reconhecida intelligencia tiver alcançado desse Governo para com humas e outras formar o Mappa Geographico em que se demonstrem quanto for praticável mais conformar a referida configuração e natureza o território que os mencionados dous Governos comprehendem" (DERBY, 1896, p. 287-289).

Dessa forma, fica claro não só o condicionamento para o repasse de informações ao governante de São Paulo: "se faz necessário que V. Exa. me queira confiar as que a sua atividade e reconhecida inteligência tiver alcançado", mas sobretudo se confirma a presença de pessoal com capacidade para a produção de mapas em Vila Rica. Da forma como o assunto foi tratado se entende que estava em curso a preparação em Minas de um mapa ou de uma carta geográfica para essa capitania, que representaria o seu respectivo território.

Em 08 de julho de 1767, Luiz António respondeu a Luiz Diogo Lobo da Silva, tratando de assuntos relacionados com limites e ocupação, mas não fez nenhuma alusão à proposta para o repasse de informações e nem mesmo sobre o mapa mencionado pelo governador de Minas. Este por sua vez, respondeu a Luiz António, em 31 de julho de 1767, mas apenas tratando de limites de Minas, igualmente sem fazer qualquer menção ao seu *mappa geographico.*

Ainda com base nos documentos que constam da publicação que reuniu documentos interessantes para a história de São Paulo (DERBY, 1896, p. 288), D. Luiz António respondeu ao governador de Minas, mencionandosobre um mapa, masem carta de 16 de agosto de 1767. Nessa correspondência ele fez referência a um mapa ou a um esboço certamente para a Capitania de São Paulo, reforçando a ausência de pessoal capacitado na sua capitania e segundo os seguintes termos: "o mappa desta Capitania fica procurando quem ao menos porte médio o possa por em limpo". Sem outras informações pode-se apenas aventar que o governador de São Paulo tinha suas posições sobre os limites entre Minas e São Paulo, certamente não concordava com os limites entre as capitanias proposto para e por gente ligada a Minas e gostaria de encontrar alguém que o pudesse produzir, ou "por em limpo" um documento cartográfico, a partir de rascunhos ou de estudos preliminares feitos pelo mesmo.

Ainda sobre esse"mappageográfico" de Luiz Diogo,Orvilly Derby (1897, p. 83, 223 e 288) comenta ser este um mapa para a capitania de Minas organizado em 1767 e cujo original estaria guardado no extinto Archivo Militardo Rio de Janeiro.

Importante destacar que a produção dessa carta ou mapa geográfico, em período anterior a 1767, foi garantida pela publicação de um Aviso Régio de 25/03/1765, que confirmava os "(...) actos de jurisdição

no território de que tomou posse [o governador Luiz Diogo Lobo da Silva] no seu celebre "giro" [viagem do citado governador, que em 1764 iniciou visita às áreas de fronteira com São Paulo, a partir de São João Del Rey]". Assim sendo, se entende que a carta que registrouo giro do governador de Minas e não outra foi utilizada como base para essa carta de 1767 e representando aproximadamente a quarta parte desta.

Não questionando os limites propostos ou estabelecidos pelo governador mineiro e não questionando bandos publicados a mando de Luiz Diogo Lobo da Silva, que ameaçavam com penas severas as violações das fronteiras, o governo em Lisboa não só aprovou todos os atos e providências do governador (VASCONCELLOS, 1911, p. 113 e 114) como deu o seu reconhecimento para a validade de limites antigos e daqueles representados em documentos cartográficos em produção em Minas Gerais, em especial na Carta de 1767.

A última correspondência entre Luiz Diogo e Luiz António tratando de limites entre Minas e São Paulo data de 31 de julho de 1767. Houve uma correspondência em 25 de fevereiro de 1768, mas não foram tratadas questões relacionadas com limites e assim como na anterior nenhuma menção foi feita a qualquer mapa ou carta. O governador de Minas deixou o cargo em 16 de julho de 1768, substituído pelo Conde de Valadares, mas, há essa época, a sua Carta Geographica certamente já estava pronta.

- A CARTA GEOGRAPHICA da AMERICA MERIDIONAL, em 1768

Durante a pesquisa sobre documentos cartográficos produzidos em Vila Rica nos anos 1760, tomou-se contato com um documento até então praticamente desconhecido e sem nenhuma referência ou publicação nos últimos cem anos.

Fazendo parte do acervo da Mapoteca do Itamaraty, o documento em questão tem a seguinte identificação: *CARTA GEOGRAPHICA da AMERICA MERIDIONAL Dividida em sete principaespartes,subdividas em outras, que no Brazil se denominaõ Capitanias e estas repartidas em outras muitas com o título de Comarcas ou Ouvedorias E Huã pequena parte da America Septentrional (...)mandou delinear e colorir Luiz Diogo Lobo da Sylva, Gov^{or} e Cap^{am} Gn^{al} da Cap^{nia} de Minas Geraes* (...). Como parte das informações que constam do mapa, sabe-se que este foi produzido a partir de muitos outros documentos cartográficos e de várias partes, que foi produzido em Vila Rica, que o seu autor foi António Martins da Silveira Peixoto e o ano era o de 1768.

O documento em questão(Fig. 04)revestiu-se de especial importância no âmbito da pesquisa, pois entende-se que a sua existência confirma não só a já mencionada produção cartográfica em Minas de meados do século XVIII, mas sobretudo lança luz sobre evidentes interesses do então governador Luís Diogo Lobo da Silva, que certamente extrapolavam os limites da capitania sob a sua responsabilidade.

A partir da análise de sua legenda tem-se uma descrição da América Meridional contendo as seguintes informações: "divide-se em sete partes principais, o Brasil, Paraguai, Terra de Magalhães, Chile, Reino do

Peru, o País das Amazonas e Terra Firme. O Brasil pertencente a S. M F. compreende dezessete capitanias, a saber, oito com governo superior, que são Minas Gerais, Rio de Janeiro, S. Paulo, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco e Pará. Com nove subordinadas a aquelas que pertencem conforme as suas divisões, e são S. Vicente, Espírito Santo, Porto Seguro, (...) Ilhéus, Paraíba, Rio Grande, Ceará, Maranhão e a Alagoas. Capital de todas é o Rio de Janeiro onde reside o Vice-Rei. Todas estas capitanias são férteis, e abundantes de diversos gêneros que produzem cultivando-se, e com que enriquecem seus moradores, além de muitas pedras preciosas, e especialmente diamantes de que abunda a Comarca do Serro do Frio na Capitania de Minas Gerais, com o que se faz mais (...) e rica esta Capitania entre as (...), sendo também as suas lavras , e minas de ouro as que com mais grandeza tem dado a S M F riquíssimos tesouros no seu 5º; - Paraguai, cujo país fortifica o Rio da Prata se acha hoje quase todo nos domínios do Rei de Castela estendendo-se as suas povoações por todo o terreno de ambas as partes do mesmo Rio, onde (...) muitas Missões e Aldeias de Gentios Agregados. Por este rio parece natural fazer-se a divisão do s domínios de Portugal e Castela por ser a sua direção pelo meio da América, e de Norte a Sul, porem como os castelhanos se introduzirão com Missões, agregando o Gentio, e povoando grande parte do terreno do Nascente, que lhes não pertencia pela primeira divisão da linha imaginaria determinada também de Norte a Sul no tempo de seu descobrimento, ficarão quase de (...), e foi feita a divisão no presente século por onde se representa nesta Carta. Todo este continente é fertilíssimo de mantimentos, que a terra cultivada produz (...)mente. A sua maior riqueza consiste nas muitas minas de prata, q com abundancia se extrai das suas montanhas, e de que se alimenta a *foria* do comércio, pela boca do rio da prata, donde lhe vem o nome; - A terra de Magalhães, que de todas é a mais Meridional também pertence ao Rei de Castela, é pouco cultivada em razão da sua esterilidade, e muito frio, principalmente na parte mais vizinha ao Polo; - Chile, o Reino do Peru, uma grande parte do País das Amazonas e a Terra Firme, pertencem aos domínios de Castela são terras abundantes e férteis de frutos; - E como se não adquiriu mais exatas notícias destes países se não *apresão* aqui suas qualidades".

A partir da pesquisa envolvendo esta carta e a extensão do território representado, passou-se a trabalhar com a hipótese de que esta não só reforçava as pretensões do então governador mineiro, mas poderia representar o auge para a produção de documentos cartográficos a partir da Capitania de Minas e envolvendo todo o território da América portuguesa. Considerando o período em que o mesmo foi produzido, ou seja logo em seguida à anulação do Tratado de Madrid, ocorrida em 12 de fevereiro de 1761, confirmada pela assinatura do Tratado de El Pardo, e anterior à assinatura do Tratado Preliminar de Limites de Santo Ildefonso de 1777 e com termos definitivos assinado s em 1778, em El Pardo, fica reforçada essa hipótese sobre eventuais pretensões de Luís Diogo Lobo da Silva em alcançar posições mais proeminentes junto à administração colonial portuguesa.

Discussões e Conclusões

No tocante às informações sobre datas e autorias, dos quatro documentos aqui destacados, apenas o de 1768 contem data e nome do autor,António Martins da Sylveira Peixoto, referenciados no documento. As prováveis datas para os dois primeiros são tomadas com base na existência de correspondências que fazem menção aos mesmos. Por conta de semelhanças nos traços e informações que constam no de 1765 e 1767, se acredita terem pelo sido produzidos pelo mesmo autor.

Sobre António Martins da Sylveira Peixoto, autor do documento de 1768, sabe-se, pelas informações que constam da "collecção de mappas organisada pelo Barão do Rio Branco para acompanhar a sua exposição sobre a questão de limites com a Republica Argentina[3]", que esse militar estava em Vila Rica, no ano de 1768. Segundo informações que constam do documento preparado pelo barão e de outras presentes na obra Documentos Interessantes para a História e Costumes de S.Paulo(DERBY, 1896, p. LXI-LXII), esse militar foi descrito como um membro do corpo de dragões da capitania de Minas Gerais e considerado como sendo um "habil geographo" e ainda como "algum degradado que tinha accompanhado a commisão de demarcação ele 1758 cujos trabalhos elle reproduziu no seu mappa geral do continente".

Como não foram encontradas informações sobre quando António Sylveira chegou a Minas, pode-se suportambém ter sido ele o autor do mapa da Comarca do Rio das Mortes sobre a viagem do governador e da Carta daCapitania de 1767.

Sobre autorias, Antônio Gilberto Costa (2002, p. 145), assim como Márcia Maria Duarte dos Santos et al. (2013, p. 13), em trabalhos sobre cartografia da Capitania de Minas Gerais, informam sobre a presença em Vila Rica de um engenheiro militar português de nome José Joaquim da Rocha. Atuando junto à administração da Capitania de Minas Gerais, em parte durante a gestão do governador Luís Diogo Lobo da Silva, ou seja, entre 1763 e 16 de julho de 1768, esse militar é considerado responsável por levantamentos de dados geográficos sobre o território mineiro e pela produção de mapas. No entanto, essa produção comprovadamente como sendo de sua autoria deu-se somente a partir de 1777 e após a sua baixa do serviço militar, em 1778. Desse período, com certeza são conhecidos documentos ou reproduções que levam a sua assinatura. No entanto, considerando a sua presença em Vila Rica a partir de 1763, nada impede de se imaginar sua participação e suas contribuições na preparação ou produção dos documentos dos anos: c. 1765 (Mapa do giro do governador), c. 1766 (Mapa do Termo de Villa Rica), 1767 (Mapa da Capitania) e 1768 (Mapa da América do Sul).

Em período anterior aos anos 1760, o território das Minas ou fez parte de representações regionais ou foi representado apenas em parte com ênfase para a sua porção central. Após os anos 1760 e ao longo dos

---

[3] Na coleção de mapas organizada pelo Barão do Rio Branco o documento (reprodução parcial com o nº. 15 A, vol. VI) é descrito como: Carta Geographica ou Mappa Manuscripto da America Meridional, datado ou construído em Villa Rica, hoje Ouro Preto, por Antonio Sylveira Peixoto, em 1768. O mapa foi reproduzido em parte pelo Barão do Rio Branco na sua exposição para o arbitro da Questão de Limites Brazileira Argentina." (Ref. Itamaraty – Vol II pp. 104 e 174)

últimos 30 anos da segunda metade do século XVIII, foram produzidos mapas, mas que de fato constituem cópias ou melhoramentos de um mapa produzido pelo engenheiro militar José Joaquim da Rocha, que já fazia parte da equipe deLuís Diogo Lobo da Silva.

A despeito de incertezas quanto a certas autorias e datas exatas para documentos cartográficos da Capitania de Minas Gerais ou de suas partes, não restam dúvidas sobre uma expressiva produção de mapas e outros documentos cartográficos ao longo dos anos 1760 e em Vila Rica.

Referências Bibliográficas

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Cartografia da Conquista do Território das Minas. Lisboa: Editora Kapa, 2002.

COSTA, Antônio Gilberto. Dos Roteiros de todos os sinais da costa até a Carta Geral: Um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 83-224.

COSTA, Antônio Gilberto; SANTOS, Márcia Maria dos. Um mapa com os limites da América portuguesa construído em Vila Rica, no ano de 1768. Anais do 3º. Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Belo Horizonte, 2016.

DERBY, Orville A. (Org.). PUBLICAÇÃO OFFICIAL DE DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTORIA E COSTUMES DE S. PAULO Vol. XI - DIVISAS DE S. PAULO E MINAS GERAES. ARCHIVO DO ESTADO DE S. Paulo. São Paulo: Typ. A Vap. Esíndola, Siqueira & Campo, 1896. Correspondência do Governador de São Paulo D. Luiz António de Souza – Com os governadores de Minas Geraes, 1765 – 1775, p. 264 – 313.

FERREIRA Mario Clemente. *Uma idéia de Brasil num mapa inédito de 1746. Oceanos*, v. 43, p.184-195, julho/setembro 2000.

LIMA JUNIOR, Augusto de. Cláudio Manoel da Costa e seu poema Vila Rica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1969.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do). Questão de limites entre o Brasil e a República Argentina, submetida à decisão arbitral do presidente Cleveland, dos Estados Unidos da América do Norte. Nova York: The Knickerbocker Press, 1894. 6 v.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; CINTRA, Jorge Pimentel; RENGER, Friedrich Ewald. Origem das longitudes e precisão das coordenadas geográficas dos mapas de Minas Gerais do período 1767-1821. Anais do V Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica, Petrópolis, p. 1-24, 2013.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; COSTA, Antônio Gilberto. *O mapa de 1767 das Minas Gerais ecoando a questão dos limites da capitania*. Acervo, Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 29, N. 1, p. 48-66, Jan./Jun., 2016.

VASCONCELOS, Diogo de. *A questão de limites*. Revista do Arquivo Público Mineiro. XVI/1(1911): 107-203.

Figuras:

Figura 01: A *CARTA GEOGRAPHICA que compreheende toda a Comarca do Rio das Mortes, Villa Rica, e parte da cidade de Mariana do Governo de Minas Geraes*, trazo percurso da viagem do governador Luiz Diogo eo registro de



parte dos limites entre as capitanias de Minas e São Paulo em meados do século XVIII.Pertence aos acervos da Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.

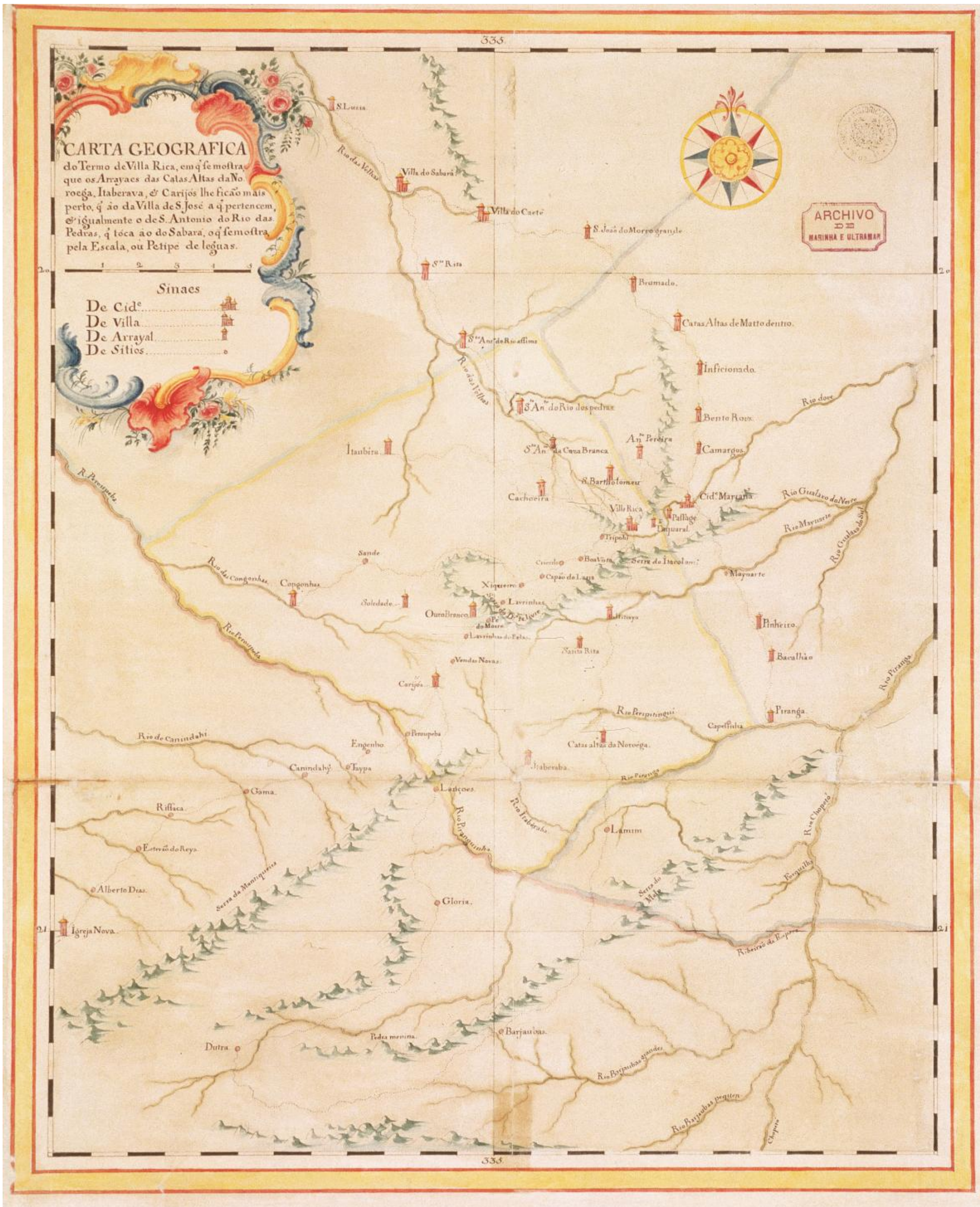


Figura 02: A*CARTA GEOGRAFICA do Termo de Villa Rica (...).*Feita por determinação da Câmara de Vila Rica em fins dos anos 1750, retrata a parte central do território das Minas. Permanece a dúvida se de fato Cláudio Manoel da Costa seria o seu autor.Pertence aos acervos do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.



Figura 03: A CARTA GEOGRAPHICA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES E PARTES CONFINANTES, o mapa de 1767. Feita sob as ordens do governador Luiz Diogo, este documento representa a mais antiga síntese do conhecimento acerca do território mineiro que se tem notícia. Pertence ao acervo do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.



Figura 04: *CARTA GEOGRAPHICA da AMERICA MERIDIONAL, de 1768.* Feita em Vila Rica, esta carta consiste na única representação da América portuguesa de meados do século XVIII produzida por ordem de um governador de capitania. Pertence ao acervo da Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.

O forte São Joaquim do Rio Branco na tríplice fronteira Brasil

Graciete Guerra da Costa
Pós-doutora, Professora da Universidade Federal de Roraima – UFRR, graciete.costa@ufrrl.br

Resumo:

O trabalho estuda as características particulares da Arquitetura Militar produzida na Região da tríplice fronteira, Brasil, Venezuela e Guiana Inglesa em meados do século XVIII. Trata -se do Forte de São Joaquim do Rio Branco no Estado de Roraima situado na porção mais Setentrional do Brasil localizado no encontro dos rios Tacutu e Uraricoera, que se juntam para formar o Rio Branco. A localização escolhida pelos portugueses foi em função das características estratégicas militares, que no caso do Forte São Joaquim do Rio Branco monitorava tanto quem vinha pelo Rio Tacutu, quanto àqueles que navegavam pelo Uraricoera, um grande platô de desenho retangular, parte dele inserido no meio da floresta. O ponto era estratégico porque o rio Tacutu serviu de entrada de espanhóis oriundos da Venezuela, e o Uraricoera era utilizado pelos holandeses vindos do Suriname para chegar ao rio Amazonas. O objetivo desse trabalho é verificar como se encontra atualmente esse forte, valorizar a sua Cartografia Histórica e estudar o engenheiro militar alemão Phelippe Frederico Stürm, que veio ao Brasil na Comissão Demarcadora dos limites da partida Norte enviado pelos portugueses para destruir instalações estrangeiras e garantir a posse da terra. Construiu o forte em 1775. As imagens existentes na bibliografia consultada não refletem a realidade da situação edilícia constatada. As condições de abandono criadas pelo descaso para com a memória nacional, pelo clima inóspito e pela floresta também entram em julgamento. Obedecem a necessida des, que passam por circunstâncias da política e das relações internacionais de então. As Fortificações na Hileia se apresentam como um marco referencial na análise da estratégia e da logística de segurança do colonialismo lusitano na Amazônia. A Política Portuguesa redimensionada depois do Tratado de Utrecht não perdia de vista suas fronteiras e seu domínio colonial. Depois da demarcação de espaços transfronteiriços subsequentes ao Tratado de Madri (1750), a política da Coroa Portuguesa, determinou fortificar, demarcar, ocupar e povoar a Região que lhe cabia, dentre elas a região mais setentrional, com o desígnio de substituir as missões religiosas por freguesias, confiada a militares, representantes do rei, e a alguns membros do clero. A defesa Amazônica, e a questão dos novos

limites do Brasil são exemplos de vigilância no caso do Forte São Joaquim do Rio Branco do passado contra pretensões estrangeiras no arco Norte da fronteira do Brasil.

Palavras-chave:
Amazônia, Forte São Joaquim do Rio Branco, Arquitetura Militar na Amazônia, Fronteira Norte do Brasil.



Cartografia das fronteiras e dos limites na Amazônia setentrional

Graciete Guerra da Costa
Pós-doutora, Professora da Universidade Federal de Roraima – UFRR, graciete.costa@ufrrl.br

Jorge Pimentel Cintra
Professor Titular, Museu Paulista da USP, jpcintra@usp.br

Resumo:

O trabalho estuda as características particulares da formação das fronteiras e dos limites na Amazônia setentrional incluindo alguns mapas produzidos e acontecimentos na Região em meados do século XVIII. O povoamento da Hileia testemunhou o crescer de um dos ricos patrimônios culturais e arquitetônicos do Brasil. O objetivo desse trabalho foi fortalecer a Cartografia Histórica e o estudo da região. As condições criadas pela falta de conhecimento inclui o descaso para com a memória nacional. Esse povoamento se situa próximo às fronteiras em locais de antigos acampamentos de tropas de resgate. A localização escolhida pelos portugueses foi função das características estratégicas militares, em geral grandes platôs de desenho triangular, retangular ou quadrado, parte deles se localiza no meio da floresta. Esse na Amazônia setentrional situa-se às margens dos rios Tacutu e Uraricoera e o próprio Rio Branco. Os principais mapas escolhidos foram: "Mappa Geographico de huma Parte do Império do Brazil", de 1777; e o "Plano da Geographia do Alto Rio Branco, conforme os mapas de Silva Pontes, Gama Lobo, Shomburgk, e o Plano do Pirara levantado em 1843 pela Comissão de que foi Chefe o Tenente Coronel F. Carneiro de Campos", ambos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Os acontecimentos na Fronteira Norte da Amazônia se apresentam como um referencial na análise da estratégia e da logística de segurança do colonialismo lusitano na Amazônia. A geopolítica encarnada nos limites contextualiza a demarcação de espaços transfronteiriços subsequentes ao Tratado de Madri (1750). A política da Coroa Portuguesa, de fortificar, demarcar, ocupar e povoar a Região que lhe cabia, faz parte da decisão pombalina de substituir as missões religiosas por freguesias, confiada a militares, a representantes do rei, e a alguns membros do clero. A nomeação de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, para Governador do Grão-Pará surge para confrontar a Companhia de Jesus e o poderio que ela já representava. Para Pombal a prosperidade da Amazônia estava ligada à liberdade dos índios utilizados como mão-de-obra de exploração aos produtos da floresta, as "drogas do sertão". No meio de tantas

inquietações, que se multiplicavam dia-a-dia venceu o Primeiro Ministro de D. José às últimas hesitações do Rei, e em 03 de setembro de 1759 surgiu o famoso alvará expulsando os Jesuítas do Brasil. Quatro anos depois a Companhia de Jesus foi extinta. A divisão territorial incrustada por propriedades da Igreja passou a contar com o apoio da sociedade civil. Os mapas existentes por todo o vale do Rio Amazonas pontuam as fortificações portuguesas e outras ensaiaram substituir as antigas missões religiosas.

Palavras-chave:

Amazônia Setentrional, Fronteiras e Limites, Cartografia Histórica, Arquitetura Militar



Feições hidrográficas de Koeler e sua correlação com as ocorrências de inundações na área gênese da cidade de Petrópolis (RJ - Brasil)

Manoel do Couto Fernandes[1]
manoel.fernandes@urfj.br

Andressa Karen da Silva Nemirovsky[1]
andressakne@gmail.com

Kairo da Silva Santos[1]
kairo.geo@gmail.com

Fernando de Souza Antunes[1]
fer.souza.antunes@gmail.com

Ursula Borges dos Santos Lima[1]
ursula.borrges@gmail.com

Paulo Márcio Leal de Menezes[1]
pmenezes@acd.ufrj.br

Resumo:

De modo geral, documentos cartográficos produzidos ao longo dos séculos XVIII e XIX constituem importantes fontes para estudos toponímicos e tem sido objeto de intensas pesquisas. No entanto, alguns desses documentos trazem consigo traçados de itinerários de viagens oficiais ou não, com propósitos administrativos ou de interesse científico, com frequência acompanhados por notas explicativas e perfis ainda pouco explorados. Visando uma contribuição para com esses estudos, algumas dessas notas e perfis com informações sobre regiões remotas do interior do território da América portuguesa ou do Brasil Império encontram-se em processo de pesquisa e resultados preliminares serão aqui apresentados.Seus autores, engenheiros militares, padres jesuítas, cartógrafos amadores, naturalistas ou não, eram quase sempre luso-brasileiros, no período colonial, mas de diferentes nacionalidades, considerando os que aqui estiveram, no período colonial,a partir de 1809, eno tempo do imperial. Os documentos aqui considerados, nesta comunicação, foram produzidos por naturalistas estrangeiros chegados ao Brasilapós 1809 e que apresentavam alguma formação em Geologia,Engenharia de Minas, Geografia,

[1] Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Departamento de Geografia– Instituto de Geociências, Laboratório de Cartografia – GeoCart - Av. Athos da Silveira Ramos, 274 – 21941-916 – Cidade Universitária – RJ, Brasil

Metalurgia e Botânica. Nesse grupo,destacaram-se naturalistas austríacos e alemães, que deixaram esses registros dos itinerários de suas expedições científicas, normalmente acompanhados por perfis descritivos com rico registro toponímico.Em ordem cronológica, serão considerados documentos produzidos pelo austríaco Johann Emmanuel Poh. Médico, era entomologista, botânico e geólogo e chegou ao Rio de Janeiro juntamente com a Arquiduquesa Leopoldina e os demais membros da missão em 7 de novembro de 1817. Empreendeu uma grande viagem por Minas Gerais e Goiás, entre 1817 e 1821. Contemporâneo de Pohl e de origem alemã, obarão Wilhelm Ludwig von Eschwege, era geólogo e engenheiro de minas, com conhecimentos na área da metalurgia. Deixou vários registros de roteiros e perfis de suas viagens, como *o Roteiro de Rio de Janeiro a Tijuco levantado por Ernesto Barão de Eschwege segundo as medições geométricas e observações astronômicas feitas em differentes viagens pelo seu irmão G. Barão de Eschwege, no ano de 1811. Vila Rica 1º de Janeiro de 1813.* O documento consiste em um itinerário de viagem resultante dos deslocamentos do barão para a região das minas, até o centro do Distrito Diamantino. Por último serão consideradas as contribuições de um outro engenheiro de minas, austríaco de Zalzburg, Virgil v. Helmreichen. Tendo chegado ao Brasil em 1836, e se mantido com recursos normalmente provenientes de seus trabalhoscom empresas mineradoras, morreu em 1852 vitimado pela febre sem ter conseguido dar andamento ao seu projeto mais ambicioso, que consistia na produção de um perfil geológico entre o Atlântico e o Pacífico. No entanto, Helmreichen, explorou diferentes regiões de Minas Gerais, como os distritos de Serro do Frio e Minas Novas,esteve em regiões próximas aos rios São Francisco e Jequitinhonha e destacou ter sido o primeiro viajante com formação a visitar o distrito diamantífero da Serra de Grão Mogol. Em 06 de maio de 1846, em correspondência ao Sr. BergrathHaidinger e antes de dar início à sua grande viagem para oeste, buscando ultrapassar a cordilheira dos Andes, que acabou apenas alcançando Assunção, no Paraguai, e que acabou por custarasua vida, Helmreichen relatou uma das suas viagens a Minas, destacando a região mineira da Candonga e Morro Velho bem como sua presença na região da *Serrado Grão Magor*.Esses relatos foram levados ao conhecimento da Sociedade Amigos das Ciências Naturais de Viena por J. K. Hocheder, secretário da Real e Imperial Central de Engenharia de Minasda Áustria, na reunião do dia 05 de fevereiro de 1847. A comunicação foi intitulada *Virgil von HelmreichensReise in Brasilien.*Por conta dessas andanças foram produzidos perfis ou seções geológicas que aqui serão detalhadas. Os resultados dessa pesquisa serão posteriormente transformados e apresentados em uma exposição permanente no Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG.

Palavras-chave:
Toponímia Histórica; Cartografia Histórica; Perfis Geológicos; Minas Gerais

A propósito do mercado de levantamentos cartográficos urbanos no Portugal oitocentista (Chaves, 1881)

Mário Gonçalves Fernandes
FLUP e CEGOT, mgfernan@letras.up.pt

Palavras-chave:
cartografia urbana histórica, urbanismo, planeamento urbano, Chaves

Em 2011, em texto redigido para o catálogo da exposição "A Planta Topográfica da Cidade do Porto: Cartografia e Urbanismo", integrada no IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica (IV.SLBCH), onde se delineou um retrato da cartografia urbana contemporânea, com especial incidência na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, afirmamos, a dado passo, o seguinte:

> *"A impossibilidade de resposta dos serviços geodésicos do Estado às crescentes necessidades de cartografia por parte das câmaras municipais, permitiu que começasse a esboçar-se um pequeno mercado para a elaboração de levantamentos cartográficos, onde não falta alguma competição, personificada nas concretizações e nas disputas, conhecidas, envolvendo Augusto Gerardo Teles Ferreira, por um lado, e Carlos Pezerat, João Goullard e Francisco Goullard, pelo outro. O primeiro elaborou as plantas de Viana do Castelo e do Porto e candidatou-se à elaboração da planta de Braga, onde perdeu para os segundos que, em conjunto ou individualmente, elaboraram a de Lisboa, tendo ainda ganho e concretizado as de Coimbra e de Braga, mas sendo relegados nas tentativas para elaborar a do Porto." (FERNANDES, 2011, p. 9).*

Em 2019, procurando motivo ou objeto para comunicar ao VIII.SLBCH assunto que envolvesse a cidade de Chaves, topamos, no Arquivo Histórico Municipal de Chaves (agora devidamente acondicionado, embora a necessitar de cuidados empenhados de tratamento arquivístico e documental), com um singelo documento que, como minúsculo ponto de luz e parecendo sem importância, confirma aquela afirmação e contribui, qual peça de puzzle, para a consolidação de um discurso sobre a história da cartografia urbana e do planeamento urbano em Portugal.

Trata-se de documentação datada de Lisboa e de 1881, composta por uma missiva, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves e acompanhada por uma “Planta da Cidade de Chaves a 1/10.000”, cujo propósito se consubstanciava numa “Proposta à Exª Camara Municipal da Cidade de Chaves, para factura por empreitada da Planta a grande escala da mesma Cidade”. A missiva era assinada pelo Geometro topographo Francisque Goullard e pelo Engenheiro Civil Carlos de Pezerat, sendo presidente do município flaviense Joze Antunes Guerreiro, como grafado na missiva, o qual, segundo a mesma, teria “manifestado o desejo de receber uma proposta minha [de Carlos de Pezerat] para a factura, por empreitada e por um preço em globo, da planta topográfica e do nivelamento da Cidade de Chaves, por conta do Município da mesma Cidade”.

Pela leitura da missiva de Carlos de Pezerat descobre-se um texto com um conjunto de argumentos que aparenta ser uma mescla de publicitação de serviços com uma resposta a quem eventualmente solicitara um orçamento. Atente-se, por exemplo, na referência à divulgação de obra feita com a referência à elaboração da planta de Lisboa (1856/58) e da planta de Coimbra (1874), não constando a referência à de Braga (1884) por razões óbvias. Naturalmente, tenta-se convencer o cliente com alguns sublinhados de uma cartilha que, na época, se ia consolidando:

> “A base de todos os projectos, estudos e melhoramentos d’uma cidade é a planta rigorosa e detalhada d’ella, mostrando não somente a planemetria em grande escala, assim como o relevo do terreno por meio de curvas de nível.
> O Municipio que não possue semelhante planta, não pode estudar convenientemente os melhoramentos que projecta.
> A planemetria só, sem curvas de nível, não é suficiente para o traçado de novas ruas, rectificações d’alinhamentos, nem para encanamentos d’água ou d’esgotos.”
> As vantagens e as economias que um Municipio deve auferir d’uma planta bem elaborada, são tantas que nenhum sacrifício deve custar-lhe para realizar um resultado tam importante.”

No entanto, revelando algumas limitações de conhecimento da realidade flaviense, ambos os elementos, missiva e planta, apresentam evidentes fragilidades, desde logo porque, apesar da manifesta repetição do termo “cidade”, Chaves ainda era uma vila em 1881, apenas adquirindo o título de cidade em 1929. Depois, e principalmente, pela equívoca decisão dos proponentes em relação à área a levantar e a cartografar, expressa na “delimitação da área fixada na proposta” (ver título da planta) e no 2º artigo das condições “A planta completa comprehenderá a área delimitada pela faxa cór de roza da pequena planta que juntamos a presente proposta”. De facto, é surpreendente que, à época, se proponha uma área a cartografar cuja delimitação está referenciada, de forma simplista, por duas linhas de água (o Rio Tâmega e o Ribeiro de Ribelas), deixando de fora o Forte de S. Neutel, a Capela do Calvário e o pequeno arrabalde de Stº Amaro e, principalmente, o hornaveque da Madalena, erroneamente identificado na planta como “Forte”.

Estes equívocos parecem denunciar que os proponentes não conheciam *in-loco* o aglomerado flaviense, o que concorre com a grande probabilidade de a simplificada “Planta da Cidade de Chaves” (anexa à missiva) ter sido elaborada a partir de alguma das plantas militares da Praça de Chaves, datadas de finais do século XVIII ou de inícios do século XIX (por exemplo a de 1797 ou a de 1801 – ver FERNANDES, 2002, Vol. II, p. 68; 2005, pp.379-380) existentes nos arquivos militares de Lisboa.

É provável que não tenha sido pela demonstração de desconhecimento dos proponentes em relação à realidade urbana flaviense que José Antunes Guerreiro, o presidente da câmara, não terá dado continuidade e, ao que sabemos até agora, nem respondido oficialmente, à proposta de Carlos de Pezerat. A descontinuidade do processo pode, com maior probabilidade, estar relacionada com outras razões, nomeadamente: por se tratar de uma cartografia que, como a de Lisboa – “A planta será na escala de um por quinhentos (1 por 500) mostrando os detalhes exteriores e interiores dos quarteirões, a imitação da planta de Lisboa” - não era cadastral; pelo preço apresentado que significava um encargo significativo para o erário camarário que nunca tinha orçamentado para cartografia, nem orçamentou até à Primeira República, valores anuais tão substanciais; porque, afinal, estava demorada a criação das circunstâncias e condições que permitiriam a promoção dos melhoramentos urbanos ansiados, ou seja, a concretização da “concessão e entrega das muralhas e fossos à Câmara de Chaves, anunciada pelo General Comandante da Subdivisão Militar de Chaves” (AIRES, 2000, p. 53), em 1881, mas só confirmada definitivamente em 1887, com todas as plantas a serem aprovadas e seladas apenas em 1906 (FERNANDES, 2005, pp. 126-127).

António José Antunes Guerreiro foi deputado, Par do Reino e presidente da Câmara Municipal de Chaves na maior parte dos anos da década de 1878 e 1888, durante os quais desenvolveu esforços no sentido da posse de parte das “muralhas e fossos” das fortificações militares setecentistas, visando desenvolver uma estratégia de melhoramentos urbanos no âmbito da qual se justificava a elaboração de uma planta

rigorosa da aglomeração urbana. Tendo falecido em finais de 1888 (AIRES, 2000, p. 71), testemunhou a passagem das fortificações para a posse do município e desenvolveu alguns melhoramentos sob o “risco” do Engenheiro Militar Augusto Xavier Teixeira (FERNANDES, 2005, pp.39-40), com cujo apoio foi mitigando e adiando a necessidade do levantamento cartográfico da vila.

Para compreender a dificuldade e talvez alguma relutância em empreender a elaboração da cartografia geral da vila, note-se que o valor orçamentado, em 1881, pelo Engenheiro Civil Carlos de Pezerat, perfazendo um total de 1.210$000 reis, representava no orçamento municipal anual (25.382$469 reis para o ano económico de 1881) cerca de 4,77%, ou seja, um valor excessivo se recordarmos que as verbas orçamentadas pelos municípios, para cartografia, na segunda metade de oitocentos, raramente ultrapassavam os 400$000 reis e quando pesavam entre 2 ou 3% referiam-se às tentativas de fazer levantar a *Planta Geral da Vila* ou a *Planta Geral da Cidade* (FERNANDES, 2005, pp. 48 e 331).

No caso do município de Chaves, as intenções de elaboração de cartografia geral da sede municipal, verificáveis pelos orçamentos anuais (disponíveis aos investigadores em 2000), aconteceram em 1888 e 1889, depois da já referida concessão definitiva das muralhas e fossos à Câmara Municipal, e em 1904, quando se sabia que iriam ser subscritas as plantas que definitivamente o confirmavam. Naturalmente, também se encontram referências a outros valores orçamentados a obras municipais:

> 1867/68: “Pagamento a Antonio Jose Domingos, apontador de obras deste municipio, importancia de oito kilogramas de rapé para oferecer ao Engenheiro Francisco Joaquim da Palma Silva Reis, em rasão de se ter prestado gratuitamente a levantar a planta e fazer orçamento para as obras municipaes”;
>
> 1868/69: “Pagamento a Bartolomeu Achilles Dejante, engenheiro civil, que veio de Lisboa a Vidago para examinar as águas minerais, levantar plantas e fazer orçamentos das obras para melhorar aquele estabelecimento”;
>
> 1869/70: “Gratificação a Julio Cezar Augusto Guedes, por levantar plantas e dirigir differentes obras do municipio”;
>
> 1870/71: “Gratificação a engenheiros pelo serviço de levantar plantas e tirar cotas de nível em terrenos para diferentes obras que a Câmara deseja levar a effeito para melhoramento e aformoseamento desta Villa, compreendendo a formação de um cemiterio municipal, calcetamento de ruas, etc.”;
>
> 1871/72: “Gratificação a Engenheiros ou pessoas praticas no serviço de levantar plantas e tirar cotas de nivel”;

1885: "Pagamento da copia d'uma planta do projectado cemiterio desta Villa, extrahida por Domingos José Lopes Barros, de Villa Real", o restante é, como até aqui, para "Gratificação a Engenheiros ou pessoas praticas no serviço de levantar plantas e tirar cotas de nivel para obras municipais";

1888: "**Para levantamento da planta geral desta Villa**" (350$000 reis)"; o total orçamentado para cartografia foram 890$000 reis **(correspondente a 2,6% do total da despesa orçamentada para este ano;**

1889: Capítulo específico para "Pessoal technico", onde se orçamenta a "Gratificação a um engenheiro pelo serviço de levantar plantas e fazer orçamentos para obras municipais e fiscalização das mesmas"; **o valor orçamentado foi de 540$000 reis (correspondente a 1,4% do total da despesa orçamentada para este ano)**;

1904: "**Para levantamento das plantas desta Villa a fim de sobre a mesma traçar alinhamentos das ruas e orientar os melhoramentos do saneamento e aformoseamento**" (600$000 reis).

(FERNANDES, 2005, pp. 344-347)

Apesar de tudo, foi necessário esperar pela Primeira República para se encontrar uma "Planta Topográfica da Villa de Chaves", ou melhor, para que se encontrassem extensas referências à dita, elaborada em 1915/16, cujo atribulado processo se descreveu, a partir das actas municipais, existindo provas de que foi executada e enviada à Câmara Municipal de Chaves, mas da qual se desconhece qualquer exemplar (FERNANDES, 2005, pp. 52-53). Apesar da extensão, no contexto desta comunicação e numa fase em que o Arquivo Histórico Municipal de Chaves melhora paulatinamente as suas condições de investigação, não conseguimos evitar transcrever o testemunho que decorreu da investigação:

"Procuramos incessantemente qualquer folha das 21, pelo menos, que a planta possuía. Não existem espólios pessoais, quer do engenheiro José Vitorino Damásio (seu autor) quer do engenheiro Mário José Filgueiras. Tentamos localizar, sem sucesso, o processo administrativo intentado contra Nicolau Mesquita que fora presidente da câmara na década de 1920 e com o qual trabalhou o engenheiro Mário Filgueiras, que conterá ao que sabemos pela informação da publicação da defesa (Hermenegildo da Costa PINTO, 1931) alguns documentos cartográficos. Nesta publicação (pág. 57) refere-se que desapareceram, para criar dificuldades a Nicolau Mesquita, muitos

documentos municipais, *antigos e modernos*, podendo estar aqui parte da explicação. O zelador do Arquivo Histórico Municipal de Chaves nunca ouviu falar em tal planta. Resta-nos, apesar de tudo, uma possibilidade: o Arquivo Histórico Municipal de Chaves não está completamente organizado e não existe qualquer catalogação, restando muita documentação por identificar, pelo que, talvez um dia se descubra algum vestígio da planta topográfica de Chaves, de 1915/16. Para já, resta-nos a Planta da vila de Chaves (ca. 1921), que poderá ter sido desenhada a partir da de 1916." (FERNANDES, 2005, p. 197, Nota 133).

Curiosamente, a planta que desconhecemos, de 1915/16, existiu e terá contribuído para servir de base aos projetos de melhoramentos traçados pelo Engº Mário Filgueiras, que de facto aconteceram na Chaves da década de 1920, culminando um processo iniciado por volta de 1881, quando, enquadrada pelo Dec-Lei de 31 de Dezembro de 1864 (sobre a polícia de estradas e os Planos de Melhoramentos) e instigada pela possibilidade de posse das fortificações abaluartadas, a Câmara Municipal de Chaves decidiu tratar de abrir e arejar o aglomerado urbano, para o que terá ponderado a elaboração de uma planta que nunca existiu.

Voltando a ambas, missiva e planta anexa de Carlos de Pezerat, importa sublinhar o seu interesse e pertinência, pois, entre outros aspetos, comprovam e simbolizam a existência de um mercado de serviços de levantamentos cartográficos urbanos, desenvolvido num contexto de existência de recursos humanos com capacidade técnica (com engenheiros militares desde o século XVIII e Manoel de Azevedo Fortes e com engenheiros civis desde as escolas politécnicas de Lisboa e Porto, criadas em 1837) e de necessidade reconhecida pelas câmaras municipais em empreender melhoramentos urbanos, quer porque a realidade o exigia, quer porque a legislação o obrigava e/ou sugeria.

Anexo

"Proposta à Exª Camara Municipal da Cidade de Chaves, para factura por empreitada da Planta a grande escala da mesma Cidade.

(Documento junto Planta da Cidade de Chaves a 1/10.000)

Illmº e Exmº Snr José Antunes Guerreiro, Digmº Presidente da Camara Municipal de Chaves.

Illº e Exmº Snr. Presidente,

Tendo Vª. Exª. manifestado o desejo de receber uma proposta minha para a factura, por empreitada e por um preço em globo, da planta topográfica e do nivelamento da Cidade de Chaves, por conta do Município da mesma Cidade, apreço-me em dirigir a Vª Ex.ª as condições com as quaes promptifico me a executar estes trabalhos, para elaboração doas quaes me associei com o meu cunhado o Snr. Francisco Goullard, author da planta da Cidade de Coimbra.

A base de todos os projectos, estudos e melhoramentos d'uma cidade é a planta rigorosa e detalhada d'ella, mostrando não somente a planemetria em grande escala, assim como o relevo do terreno por meio de curvas de nível.

O Municipio que não possue semelhante planta, não pode estudar convenientemente os melhoramentos que projecta.

A planemetria só, sem curvas de nível, não é suficiente para o traçado de novas ruas, rectificações d'alinhamentos, nem para encanamentos d'água ou d'esgotos.

As vantagens e as economias que um Municipio deve auferir d'uma planta bem elaborada, são tantas que nenhum sacrifício deve custar-lhe para realizar um resultado tam importante.

Os abaixo assignados, Carlos Pezerat, engenheiro civil e Francisco Goullard, geometro topográfico, tendo já executado a planta topográfica da Cidade de Lisboa para a Repartição Geodesica do Reino e para a Camara Municipal da mesma Cidade, veem respeitosamente propor á Exmª Camara Municipal da Cidade de Chaves, executar a planta topográfica da mesma Cidade, nas condições seguintes:

1º - A planta será na escala de um por quinhentos (1 por 500) mostrando os detalhes exteriores e interiores dos quarteirões, a imitação da planta de Lisboa.

2º - A planta completa comprehenderá a área delimitada pela faxa cór de roza da pequena planta que juntamos a presente proposta.

3º - O nivelamento das ruas designará as cotas referidas a um ponto qualquer da Cidade, determinado pela Exmª Camara; Serão as cotas marcadas a tinta nas esquinas das ruas assim como na planta.

4º - O relevo do terreno, tanto nas ruas como nos quarteirões será determinado por meio de curvas de nível estabelecidas de dois em dois metros de altitude.

5º - As dimensões das folhas da planta serão fixadas pelo Municipio.

6º - Os preços em globo serão os seguintes:

a – Para a planemetria, triangulação e desenho, para toda a área acima designada, Oito centos e setenta mil reis, (Reis 870$000)

b – Para o nivelamento, cento e setenta mil reis (Reis 170$000)

c – Para as curvas de nível, cento e setenta mil reis (Reis 170%000)

Total geral Um conto, duzentos e dez mil reis (Reis 1:210$000)

7º - Os pagamentos serão mensais, na importância de cento e oitenta mil reis (Reis 180$000) por mez, começando no fim do primeiro mez dos trabalhos e continuando sem interrupções até o saldo completo.

8º - A planta deverá ser completamente terminada no prazo de seis mezes (6 mezes) da data do começo dos trabalhos.

Na esperança de sermos honrados com uma resposta favorável aceitando esta nossa proposta, asseguramos-nos, com a mais alta consideração e respeito.

De Vª Exª, Lisboa, aos 10 de Maio de 1881.

Muito Attºs Venerºs e Crºs Obrºs

O Geometro topographo Francisque Goullard

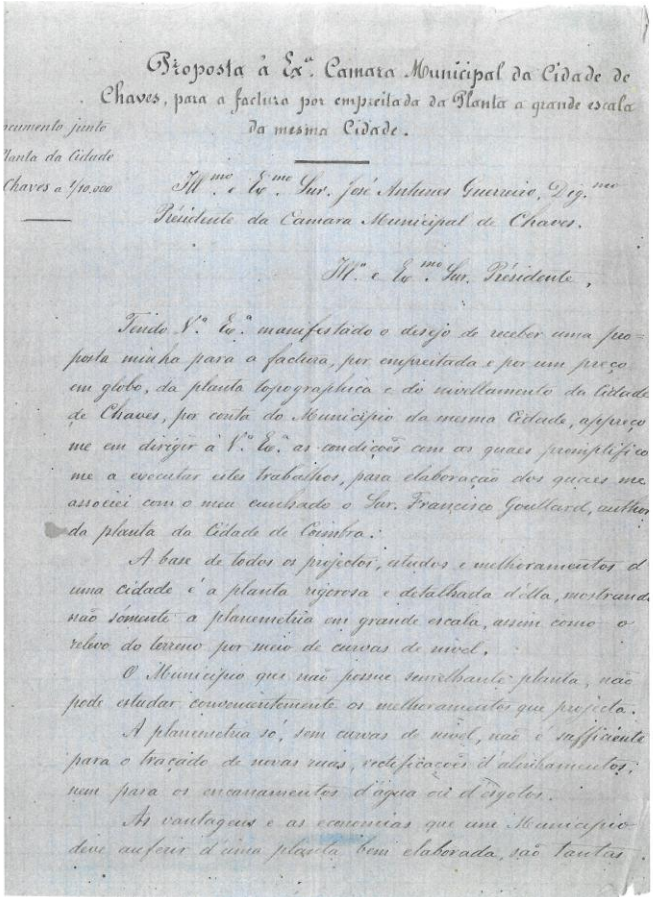
Calçada de Stª Anna, 147

O Engenheiro Civil Carlos de Pezerat

323, calçada do Salitre

Nota – No caso que a área fixada na presente proposta não seja suficiente comprometemos-nos a executar o excedente determinado pela Exmª Camara Municipal por preços proporcionaes.

Cralos de Pezerat



…cumento junto
Planta da Cidade
Chaves a 1/10.000

Proposta à Ex.ª Camara Municipal da Cidade de Chaves, para a factura por empreitada da Planta a grande escala da mesma Cidade.

Ill.mo e Ex.mo Snr. José Antunes Guerreiro, Dig.mo Presidente da Camara Municipal de Chaves.

Ill.mo e Ex.mo Snr. Presidente,

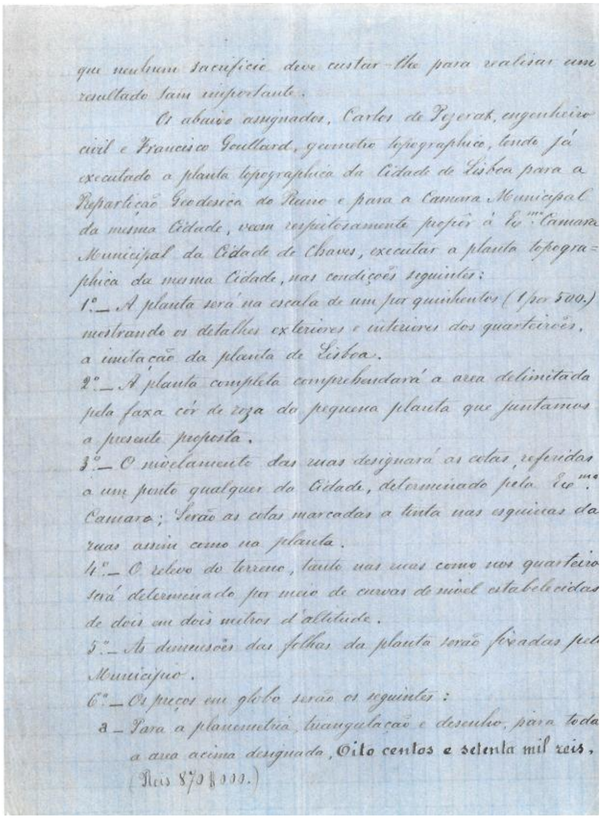
Tendo V.ª Ex.ª manifestado o desejo de receber uma proposta minha para a factura, por empreitada e por um preço em globo, da planta topographica e do nivellamento da Cidade de Chaves, por conta do Municipio da mesma Cidade, apresso-me em dirigir a V.ª Ex.ª as condições com as quaes promptifico-me a executar estes trabalhos, para elaboração dos quaes me associei com o meu cunhado o Snr. Francisco Goullard, author da planta da Cidade de Coimbra.

A base de todos os projectos, estudos e melhoramentos d'uma cidade é a planta rigorosa e detalhada d'ella, mostrando não sómente a planimetria em grande escala, assim como o relevo do terreno por meio de curvas de nivel.

O Municipio que não possue semelhante planta, não pode estudar convenientemente os melhoramentos que projecta.

A planimetria só, sem curvas de nivel, não é sufficiente para o traçado de novas ruas, rectificações d'alinhamentos, nem para os encanamentos d'agua ou d'esgotos.

As vantagens e as economias que um Municipio deve auferir d'uma planta bem elaborada, são tantas



que nenhum sacrificio deve custar-lhe para realisar um resultado tam importante.

Os abaixo assignados, Carlos de Pezerat, engenheiro civil e Francisco Goullard, geometro topographico, tendo já executado a planta topographica da Cidade de Lisboa para a Repartição Geodesica do Reino e para a Camara Municipal da mesma Cidade, veem respeitosamente propôr á Ex.ma Camara Municipal da Cidade de Chaves, executar a planta topographica da mesma Cidade, nas condições seguintes:

1.º — A planta será na escala de um por quinhentos (1/por 500.) mostrando os detalhes exteriores e interiores dos quarteirões, a imitação da planta de Lisboa.

2.º — A planta completa comprehenderá a area delimitada pela faxa côr de roza da pequena planta que juntamos a presente proposta.

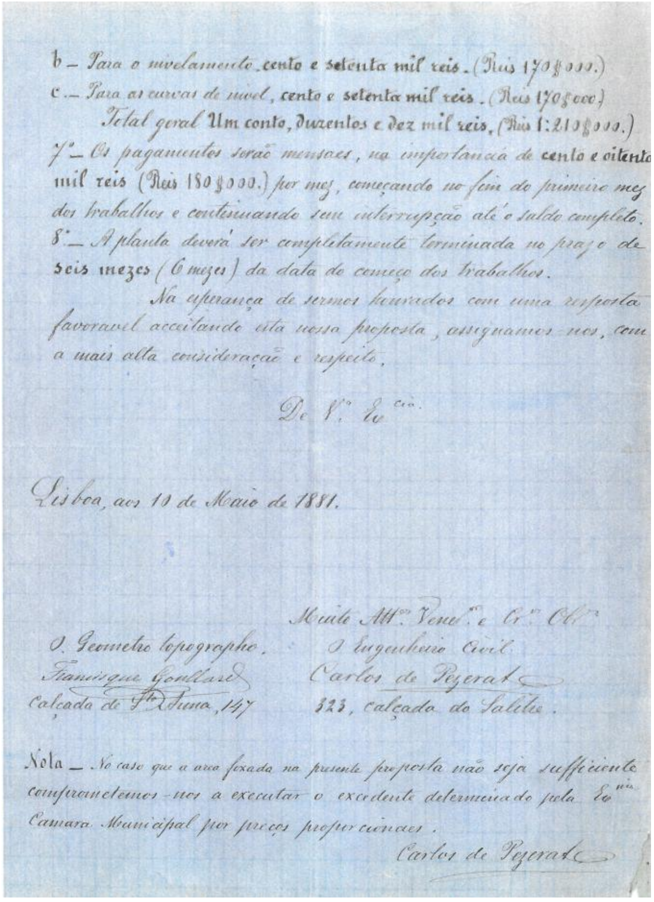
3.º — O nivelamento das ruas designará as cotas, referidas a um ponto qualquer da Cidade, determinado pela Ex.ma Camara; Serão as cotas marcadas a tinta nas esquinas das ruas assim como na planta.

4.º — O relevo do terreno, tanto nas ruas como nos quarteirões será determinado por meio de curvas de nivel estabelecidas de dois em dois metros d'altitude.

5.º — As dimensões das folhas da planta serão fixadas pelo Municipio.

6.º — Os preços em globo serão os seguintes:

a — Para a planimetria, triangulação e desenho, para toda a area acima designada, Oito centos e setenta mil reis, (Reis 870$000.)



b – Para o nivelamento cento e setenta mil reis. (Reis 170$000.)
c. – Para as curvas de nivel, cento e setenta mil reis. (Reis 170$000.)
Total geral Um conto, duzentos e dez mil reis. (Reis 1:210$000.)
7º – Os pagamentos serão mensaes, na importancia de cento e oitenta mil reis (Reis 180$000.) por mez, começando no fim do primeiro mez dos trabalhos e continuando sem interrupção até o saldo completo.
8º – A planta deverá ser completamente terminada no prazo de seis mezes (6 mezes) da data do começo dos trabalhos.

Na esperança de sermos honrados com uma resposta favoravel acceitando esta nossa proposta, assignamo-nos, com a mais alta consideração e respeito,

De V.ª Ex.cia

Lisboa, aos 10 de Maio de 1881.

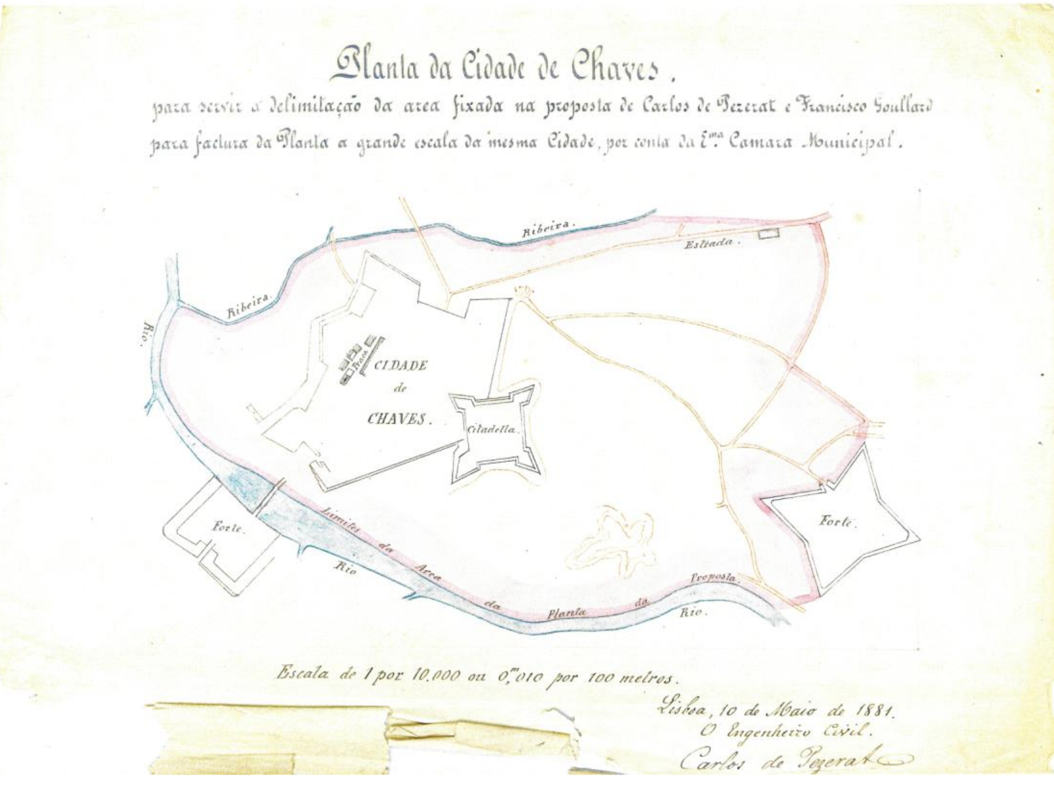
Muito Att.os Vene.es e Cr.os Ob.os

O Geometro topographo, Francisque Goullard, Calçada de S.ta Anna, 147

O Engenheiro Civil, Carlos de Pezerat, 323, calçada do Salitre.

Nota – No caso que a area fixada na presente proposta não seja sufficiente compromettemo-nos a executar o excedente determinado pela Ex.ma Camara Municipal por preços proporcionaes.

Carlos de Pezerat



Bibliografia referida

AIRES, Firmino, *Incursões autárquicas*, Vila Real, Edição Grupo Cultural Aquae Flaviae, 2000.

FERNANDES, Mário G., "A Carta Topographica da Cidade do Porto entre a cartografia e o urbanismo português", in BRAGA, Maria Helena e FERNANDES, Mário (Coord., 2011), *A Planta da Cidade do Porto no século XIX: cartografia e urbanismo*. Catálogo, Porto, Câmara Municipal do Porto e FLUP, p. 7-13, 2011.

FERNANDES, Mário G. (coord.), *Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749): Cartografia, Cultura e Urbanismo*, Porto, GEDES e Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

FERNANDES, Mário G., *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal*. Porto, FAUP Publicações, 2005.

FERNANDES, Mário G., *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança), 1852-1926*, Porto, FLUP, 2 vols., tese de doutoramento (policopiado), 2002.

FORTES, Manuel de Azevedo, *O Engenheiro Portuguez*. Lisboa, Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728: Tomo Primeiro; 1729: Tomo Segundo.

Cartografia balneárias e turismo: construções simbólicas nos mapas históricos do Rio de Janeiro

Lohanne Fernanda Gonçalves Ferreira
Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG UFRJ)
lohannefernanda@gmail.com

Resumo:

O processo que construiu e consolidou os lugares balneários tal qual conhecemos atualmente não foi um movimento espontâneo dado unicamente pela morfologia desses lugares. Ele requisitava, para além de uma série de aparatos urbanos, comportamentos e códigos sociais compartilhados que ditavam os modos de vida no balneário. Essa construção comportamental que regia aqueles espaços tampouco foi espontânea.

A cidade do Rio de Janeiro tem presença assegurada no imaginário mundial. Esse imaginário torna o Rio de Janeiro um lugar multifacetado e imprime na cartografia simbólica da cidade distintas representações sociais, culturais e urbanas. Essa construção teve inicio ainda na primeira metade do século XX, quando se institucionalizou a organização do turismo na cidade do Rio de Janeiro. A praia, ao longo do século XX, se constituiu como um lugar fundamental da cidade por onde ela se identifica e também é identificada. Ora é vista como metonímia do Rio de Janeiro, ora como lugar *suis generis* dentro da cidade.

Existem diversas formas de apresentação das cidades e orientação dos turistas no espaço. Dentre os recursos mais utilizados, temos os aplicativos, os guias turísticos, os incontáveis sites de informações e blogs com dicas de viagens etc. E, inegavelmente, uma das formas de informar e orientar o turista por este espaço é através dos mapas produzidos para o turismo. Nesses mapas estão elencados os principais atrativos da cidade, representados por ícones que os tornam identificáveis. Nesse sentido, a situação de exposição de determinados lugares da cidade que estão localizados nos mapas tornam determinadas coisas visíveis, conferindo-lhes diferentes graus de visibilidade.

No presente trabalho, compreendemos a cartografia produzida para o turismo como uma imagem que pode ser considerada como um produto social e cultural, e, por esse motivo, está sujeita às construções sociais e mudanças culturais que ocorrem, também, a partir das narrativas que se desenvolvem sobre os espaços de determinadas cidades.

A partir da conexão da temática das imagens e do espaço urbano do Rio de Janeiro, busca-se debater os significados dos mapas turísticos na produção e construção dos espaços da cidade do Rio de Janeiro a partir de 1937, ano em que, segundo Freire-Medeiros e Castro (2013), foi produzido o primeiro mapa especificamente turístico pelo governo brasileiro. Especificamente, nos interessamos pela construção do imaginário balneário da cidade do Rio de Janeiro a partir desses mapas que, ao longo do século XX, apresentam grandes modificações. Compreendemo a natureza turística da cidade do Rio de Janeiro como uma construção histórica e cultural (CASTRO, 1999), que teve sua organização sistemática a partir do começo do século passado e possui ainda atualmente importantes reflexos.

Para Castro (1999), essas narrativas turísticas são cristalizadas em determinados momentos a partir de alguns elementos. Sugere-se aqui os mapas enquanto produtores e resultados de narrativas específicas que foram construídas sobre o Rio de Janeiro. Essas narrativas e, consequentemente, as imagens criadas e associadas ao turismo são uma importante via de acesso à geografia e à história de determinadas cidades e sua construção humana, ficcional, física, teórica e real. Esse estudo envolve, portanto, a reconstrução de fenômenos e processos para a compreensão geográfica de determinadas atividades humanas, levando em conta as ocupações turísticas dos espaços da cidade do Rio de Janeiro e as narrativas criadas a partir destas ocupações, tendo como objeto de análise, os mapas produzidos para o turismo.

Entendemos os mapas como instrumentos privilegiados para expressar visões sobre os espaços e que, consequentemente, interferem em nossas ideias e conhecimentos espaciais (HARLEY; WOODWARD, 1987). A produção de mapa para o turismo é uma das formas de maior difusão de representações espaciais na sociedade atual. No entanto, esse recurso não é recente. Desde o começo do século XX, com o desenvolvimento das técnicas de impressão, houve a possibilidade de aumentar a produção de mapas voltados para a atividade e, consequentemente, localizar espacialmente os principais pontos e eventos que a fomentam. Essa pesquisa partilha desse interesse maior.

Palavras-chave:
Rio de Janeiro. Turismo. Cartografia Histórica. Balneário.



A cartografia histórica a desvelar as representações do município para a compreensão da sua geografia

Mafalda Nesi Francischett
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Francisco Beltrão/PR/BR, mafalda@wln.com.br

Resumo:

A cartografia sempre desempenhou um papel importante no trabalho do geógrafo e, em pleno século XXI, bem como os seus feitos científico-tecnológicos vêm sendo apropriados nos processos de pesquisa em geral, na construção de diversas áreas do conhecimento. Diferentemente, o presente artigo enfoca a área do ensino escolar de Geografia, em que a cartografia, com os seus recursos atuais, apresenta um elevado potencial de contribuição. O artigo visa alertar para o fato de que,frequentemente, os professores de Geografia, em sua maioria,ignoram as possibilidades e as perspectivas positivas da cartografia nos processos didático-pedagógicos. Assim, para abordar a problemática da falta de reconhecimento da importância das representações cartográficas no ensino, neste artigo se busca estabelecer relações entre uma teoria pedagógica que explique o processo de ensino e as principais abordagens cartográficas. O objetivo principal é estabelecer estruturas cognitivas ao estudar os aspectos histórico-geográficos dos geônimos do município, neste caso de Francisco Beltrão, no estado do Paraná/Brasil, e analisar a origem etimológica dos nomes geográficos recebidos, a fim de realizar correlações com os padrões das ocupaçõesdemográficasestabelecidos na área e o resgate das suas representações do território. A análise incide nas possibilidades de diálogo entre a teoria do espaço geográfico e o lugar estudado. Parte-se, inicialmente, do entendimento de Mílton Santosao defender que o lugar pode ser o mesmo, as localizações mudam e que o lugar é o objeto ou conjunto de objetos – o que implica cartografia, pois a localização é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar.Em seguida o artigo recorre à semiologia gráfica deJacques Bertine seu conjunto de diretrizes para a elaboração de mapas temáticos com o uso de um sistema de símbolos gráficos/visuaiscom significado e indicado relações de similaridade/diversidade, de ordem ou de proporcionalidade. Então, nesse universo do ensino de Geografia pelas representações cartográficas, o artigo atenta para o entendimento de Marcelo Martinelli, por considerar e constituir a cartografia temática brasileira. O estudo também se apoia em Lev Vygotsky, por trabalhar a formação de conceitos, principalmente por abordar a mediação pedagógica. A associação e a formação de imagens são processosindispensáveis, insuficientes, porém, sem o uso de

signos/palavras para a formulação do conhecimento. Daí provém a importância da compreensãoo ensino de Geografia, no sentido da significação dos lugares, uma vez que os sentidos e os significados das palavras designam objetos vistos e representados. Assim, a elaboração de um mapa temático de um lugar envolve o desvelamento de alguns aspectos históricos do meio geográfico que possibilitam abranger a complexidade que é o estudo desse lugar, sem estar desconectado no contexto global e de onde se originou. Autilidadeda Cartografiano ensino não ocorre somente na formulação sistemática de mapas do lugar, mas também no uso e análise de mapas históricos para explicitar a ocupação demográfica do território em questão. O município de Francisco Beltrão/BR/PR é o local propostopara assim desvelar em conteúdo de estudo na educação básica. Trata-se, no fundo, de um debate fundamentalmente teórico, com postura epistemológica que procura restabelecer a Cartografia na sua importância no ensino da Geografia, como ação imprescindível à educação geográfica contemporânea. Nesse caminho são abordadas as relações epistemológicas na relação pedagógica, procurando trazer aspectos e fundamentos da semiologia gráfica na Cartografia para o ensino na educação básica e a busca e interpretação dos registros cartográficos, especificamente de mapas e textos históricos que tracem, de modo preliminar, a contextualização do território do município e os principais aspectos da ocupação antrópica, elementos naturais da paisagem, identidade territorial, disputas pelo controle de áreas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com levantamento dos mapas do estado e do município com o propósito de que tragam cronologicamente o registro da história do território e que seja um texto de uso didático para o ensino de Geografia.

Palavras-chave:
Cartografia; Espaço geográfico; Ensino.

Joaquim Romero de Magalhães e a História da Cartografia

João Carlos Garcia
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, jgarcia@letras.up.pt

Resumo

A História da Cartografia Portuguesa conheceu um período de franco desenvolvimento durante o Estado Novo, no quadro de uma historiografia nacionalista e defensora dos princípios coloniais. Os mapas antigos foram analisados como provas do papel de vanguarda da ciência portuguesa nos séculos XV e XVI, como testemunhos da prioridade dos descobrimentos portugueses e dos direitos de ocupação e exploração colonial de territórios africanos, americanos e asiáticos. Na sequência da implantação do regime democrático, no início da década de 1990, a situação da História da Cartografia em Portugal, não era a mais auspiciosa. Apenas dois pequenos grupos de investigadores se interessavam pelo tema, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e no Instituto de Investigação Científica Tropical. Os estudos e a divulgação da História da Cartografia Luso-Brasileira ganharam um novo impulso, com a presença de Joaquim Romero Magalhães na Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1996-2002). A principal missão era "comemorar" a chegada oficial dos navegadores portugueses à América do Sul. O "achamento do Brasil" e a relação entre Portugal e o Brasil, não só no período colonial mas também desde a independência do território, foram os grandes temas para a organização de exposições, edições de fontes e estudos históricos, concessão de bolsas de estudo, estabelecimento de projetos de investigação, organização de reuniões científicas, apoio a centros de investigação e a instituições académicas e culturais. Sob a coordenação de Romero Magalhães, em muitas destas realizações estiveram presentes os mapas antigos, com um destacado papel.

Abstract

The History of Portuguese Cartography underwent strong development during the Estado Novo, within a framework of nationalist historiography, supporting colonial postulates. The old charts were presented as evidence of the leading role of Portuguese science during the Renaissance, and as proof of the primacy of the Portuguese geographic discoveries and the rights of colonial occupation and exploration of different territories. With the democratic regime, in the early 1990s, the future of this field of knowledge in Portugal was not quite auspicious. Only two small study groups interested in the History of Cartography coexisted at the University of Lisbon and at the Tropical Institute.

The studies and the diffusion of the History of Luso-Brazilian cartography gathered momentum in Portugal from the mid-1990s, with the presence of Joaquim Romero Magalhães (1942-2018) at the Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, as Commissioner (1999-2002). His mission was to carry out the challenging task of "commemorating" the official arrival of the Portuguese navigators to South America. The "discovery of Brazil" and the relation between Portugal and Brazil, not only in the colonial period but also since the independence of that territory in 1822 to the present, were the major subjects for the organisation of great exhibitions, for publishing historical research works and primary sources, for granting scholarships, for the development of research projects, for organizing scientific meetings, for providing assistance to research centres. Under his supervision old maps and charts were always present in these events and works.

Palavras chave: História da Cartografia, Portugal, Brasil, CNCDP, Romero Magalhães

A História da Cartografia Portuguesa conheceu um período de franco desenvolvimento durante o Estado Novo, no quadro de uma historiografia nacionalista e defensora dos princípios coloniais. Os eventos comemorativos de datas históricas e divulgadores da expansão ultramarina, no País e no estrangeiro, sempre deram especial atenção aos mapas antigos como documentos únicos e privilegiados, como provas do papel de vanguarda da ciência portuguesa nos séculos XV e XVI, como provas da prioridade dos descobrimentos portugueses e dos direitos de ocupação e exploração colonial de territórios africanos, americanos ou asiáticos, nas centúrias seguintes[1].

Uma notável obra de referência coroa então o extenso e diversificado programa sobre a Cartografia portuguesa dos séculos XV a XVII: os *Portugaliae Monumenta Cartographica*, de Armando Cortesão (1891-1977) e Avelino Teixeira da Mota (1920-1982), editados em 5 volumes de grande formato, no âmbito das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, em 1960 (CORTESÃO & MOTA, 1960-1962).

No início dos anos de 1990, com o falecimento de Luís de Albuquerque (1917-1992), o mais reconhecido investigador da História da Ciência, da Náutica e da Cartografia, a situação deste último campo do saber não era a mais auspiciosa. Além de contributos dispersos, apenas dois pequenos núcleos de interessados na História da Cartografia coexistiam. Um no Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, no Instituto de Investigação Científica Tropical (CEHCA-IICT), coordenado por Maria Emília Madeira Santos, continuando o trabalho de A. Teixeira da Mota, essencialmente constituído por historiadores, e outro, no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG-UL), reunindo geógrafos sob a direção de Suzanne Daveau, e com duas ligações importantes: por um lado, à Cartografia temática e à Semiologia Gráfica francesas, das décadas de 1970/1980, por outro, ao Institut Cartogràfic de Catalunya e aos seus seminários de História da Cartografia, desde 1991 (ALEGRIA, 2011).

Os estudos e a divulgação da História da Cartografia Luso-Brasileira ganharam um novo impulso em Portugal, a partir de meados da década de 1990, com a presença de Joaquim Romero Magalhães na Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP). “A cartografia tem sido para a história portuguesa um estímulo e um desafio – descobrir o que nos é mostrado e desvendar o que se oculta por detrás dessa representação.” (MAGALHÃES, 2012, p. 9).

Romero Magalhães foi nomeado Presidente do Conselho Científico da CNCDP, em Janeiro de 1996, recebendo desde logo a tarefa de organizar em Lisboa, no ano seguinte, a XVII International Conference on the History of Cartography (ICHC), a mais reconhecida reunião científica sobre o tema, à escala mundial, sob a coordenação de Imago Mundi Ltd. (HESPANHA, 1999). Como Presidente da Comissão Organizadora, Magalhães contactou as já referidas equipas de investigação do CEHCA-IICT e do CEG-

[1] Este texto foi originalmente publicado, em versão inglesa, na revista *e-Journal of Portuguese History*, Providence, Brown University, 17, 1, june 2019, 13 p. (ISSN: 1645-6432). (https://doi.org/10.26300/d433-x779).



UL e estabeleceu um pormenorizado programa de trabalhos, que incluiu sessões temáticas, exposições, uma saída de campo e diversas atividades culturais.

A reunião mundial dos especialistas de Historia da Cartografia, que decorreu no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foi um êxito, com 162 participantes de 29 nacionalidades, 45 comunicações e 15 posters apresentados e discutidos em 15 sessões: Cartografia Militar do século XVI, Cartografia da Índia, Cartografia do Oceano Índico, Cartografia e Diplomacia, Arte e Representações Cartográficas, Cartografia Oficial dos séculos XIX e XX, Cartografia dos Desertos, Montanhas e Estradas, Cartografia dos Espaços Aquáticos, Cartografia: as Dimensões Moral e Social, O Mundo Medieval e o Paraíso e A Produção de Mapas (EDSON, 1998).

Na memória dos congressistas ficaram também e especialmente as seis exposições de Cartografia Antiga, que decorreram paralelamente: *Cartografia e Diplomacia no Brasil do século XVIII,* sob a direção de Inácio Guerreiro, e *As Fronteiras de África*, sob a direção de Maria Emília Madeira Santos, na Cordoaria Nacional; *Cartografia de Lisboa: séculos XVII a XX*, sob a direção de Ana Cristina Leite, no Museu da Cidade; *Macau: a cidade e o porto*, sob a direção de J.M. Malhão Pereira, no Mosteiro dos Jerónimos; *Tesouros da Cartografia Portuguesa*, sob a direção de José Manuel Garcia, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*, sob a direção de Isabel Cid e Suzanne Daveau, na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora. Foram então publicados os seis correspondentes catálogos, que são hoje obras de referência sobre os universos cartográficos pertencentes aos principais arquivos e bibliotecas de Portugal (MAGALHÃES, GARCIA & Flores, 1997, 1997a, 1997b, 1997c, 1997d, 1997e).

Na “Apresentação” de cada um deles, diz Romero Magalhães sobre a História da Cartografia: “Domínio de estudo fascinante, a que Portugal deu excelentes cultores, que hoje precisa de ser recuperado com gente nova. Que aprenda fazendo, que não carpindo mágoas ou recordando passados gloriosos.” (MAGALHÃES, GARCIA & FLORES, 1997, p. 10). E sobre as mostras: “São seis exibições de conjuntos de belas peças, que no seu todo dizem muito do que fomos e do que somos. Dos nossos êxitos e dos nossos fracassos. Das nossas incúrias e de não pouca falta de perspectivas históricas. Mas também do muito que nós Portugueses contribuímos para a construção da imagem do Mundo.” (MAGALHÃES, GARCIA & FLORES 1997, p. 11).

A XVII ICHC foi um particular momento para os estudos sobre a temática em Portugal, por um lado, por reunir os dispersos investigadores de diversas formações e, por outro, por dar a conhecer à comunidade académica internacional, e aos próprios portugueses, os tesouros cartográficos existentes nas instituições portuguesas e brasileiras, não só do período “áureo” dos séculos XV a XVII, mas também e principalmente, dos séculos XVIII a XX, tão pouco estudados e conhecidos.

Em Fevereiro de 1999, Romero Magalhães tomou posse como Comissário-Geral da CNCDP, sucedendo ao historiador António Manuel Hespanha, que tivera a seu cargo as “comemorações” da viagem de Vasco

da Gama e do estabelecimento dos portugueses no Índico do início do século XVI. A principal e não fácil missão do novo Comissário era agora "comemorar" a chegada oficial dos navegadores portugueses à América do Sul. O "achamento do Brasil" e a relação entre Portugal e o Brasil, não só no período colonial mas também desde a independência do território até ao presente, foram os grandes temas para a organização de grandes exposições, edições de fontes e estudos históricos, concessão de bolsas de estudo, estabelecimento de projetos de investigação, organização de reuniões científicas, apoio a centros de investigação, instituições académicas e culturais, coordenação de espetáculos de teatro, música, dança, cinema e animação cultural… (MAGALHÃES & SALVADO, 2002).

Em algumas das mais importantes atividades desenvolvidas pela CNCDP, entre 1999 e 2001, sob a direção de Romero Magalhães, encontramos a presença dos mapas antigos, como fontes históricas no quadro da História Política e Diplomática, como testemunhos científicos, no âmbito da História da Ciência e da Técnica, como objetos museológicos, com uma forte ligação à História de Arte. Dirá mais tarde o Comissário-Geral: "A Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1987-2002) sempre dispensou uma atenção especial para com a cartografia, e vários estudos e investigações inovadoras, nomeadamente a propósito de exposições, se lhe ficaram a dever." (MAGALHÃES, 2012, p. 11).

Entre as grandes exposições organizadas pela CNCDP, duas dedicaram especial interesse aos documentos cartográficos: *A Construção do Brasil, 1500-1825*, comissariada por J. Romero Magalhães e Tiago C.P. dos Reis Miranda, que decorreu em Lisboa, no Palácio da Ajuda, em 2000, e *Outro Mundo Novo Vimos*, comissariada por J. Romero Magalhães, patente ao público em Lisboa, no Museu Nacional de Arte Antiga, em 2001. Foram oportunidades únicas para observar diretamente os tesouros cartográficos que apenas se conheciam de reproduções, de melhor ou pior qualidade gráfica, sempre presentes na bibliografia internacional.

A título de exemplo, recordaríamos que na primeira mostra foram expostos: a folha do *Atlas Miller* (c.1519), de Lopo Homem / Reinéis, que figura o Brasil e o Atlântico sul, da Bibliothèque Nationale de France, o *Atlas* de Lázaro Luís (1563), da Academia das Ciências de Lisboa, o *Atlas* de Fernão Vaz Dourado (c.1576), da Biblioteca Nacional de Portugal, o *Roteiro de todos os sinaes que há na costa do Brasil*, de Luís Teixeira (c.1590), da Biblioteca do Palácio da Ajuda, a *Descripçam do Continente da America Meridional* (1746), da Coleção Guita e José Mindlin, de São Paulo, e muitos outros do Arquivo Histórico Ultramarino, da Biblioteca Pública de Évora, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, da Casa da Ínsua, da Direção dos Serviços de Engenharia e da Mapoteca do Ministério das Relações Exterior (Itamaraty), do Rio de Janeiro (MAGALHÃES & MIRANDA, 2000).

Na segunda, foi possível ao grande público observar: o Mapa Mundo de Lopo Homem, pertencente ao *Atlas Miller* (c.1519), da Bibliothèque Nationale de France, o Planisfério de Henricus Martelus (c.1470), da British Library, a *Carta Atlântica* de Pedro Reinel (c.1485), dos Archives Départementales de la Gironde

(Bordéus), o *Códice Valentim Fernandes* (c.1507), da Bayerische Staatsbibliothek, e cartas náuticas pertencentes a várias instituições portuguesas, como o *Roteiro do Mar Roxo*, de D. João de Castro (c.1540), da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (MAGALHÃES, 2001a).

Mas, a grande atração de *Outro Mundo Novo Vimos* foi o Planisfério dito de Cantino (c.1502), provavelmente a mais famosa imagem da História da Cartografia, que voltava a Lisboa 500 anos depois de ter sido elaborado por um anónimo cartógrafo português. A negociação para a sua vinda, o seu seguro, o seu transporte por terra desde Itália, a sua chegada a Lisboa rodeado de um aparatoso dispositivo policial, tornaram o mapa, merecidamente, a estrela da exposição. A Cartografia dos Descobrimentos Portugueses não conhecia tal protagonismo desde a Exposição do Mundo Português, em 1940, das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, em 1960, e da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, em 1983.

A divulgação dos mapas antigos também foi feita através de exposições itinerantes de cartazes, como *As Fronteiras de África*, coordenada por Maria Emília Madeira Santos, baseada na grande exposição, já referida, organizada no âmbito da XVII ICHC, e *A Construção Territorial do Brasil*, coordenada por Renata Malcher de Araujo, com 3500 coleções distribuídas pelas mais diversas instituições, em Portugal e pelo mundo.

Muitas foram as fontes e os estudos publicados sob a chancela da CNCDP. Sobre a temática cartográfica recordaríamos especialmente as obras de André Ferrand de Almeida e de Mário Clemente Ferreira, incluídas na Colecção Outras Margens: *A Formação do Espaço Brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa, 1713-1748* (ALMEIDA, 2001) e *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional. Os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica, 1749-1761* (FERREIRA, 2001). Dois fundamentados estudos de jovens investigadores formados na Universidade Nova de Lisboa, com o apoio do historiador Luís Filipe Thomaz e do Almirante Max Justo Guedes.

Também no quadro da CNCDP, um particular veículo de divulgação de imagens cartográficas foi a revista *Oceanos*, de que Romero Magalhães foi diretor, publicando-se 11 números temáticos entre 1999 e 2002. A qualidade científica e gráfica do periódico comprova-se pela reprodução de mapas existentes nos arquivos e bibliotecas, nacionais e estrangeiros, muitos deles de difícil acesso e conhecidos apenas por cópias de fraca visualização, que complementam e ilustram os estudos publicados. Destacaríamos, entre os números dedicados ao Brasil: *O Achamento do Brasil* (39, Julho-Setembro 1999), *A Formação Territorial do Brasil* (40, Outubro-Dezembro 1999) e *A Construção do Brasil Urbano* (41, Janeiro-Março 2000) e ainda *As Ilhas Fantásticas* (46, Abril-Junho 2001).

No que respeita à inventariação de universos cartográficos foram dois os projetos que decorreram quase simultaneamente, sob a tutela ou o apoio da CNCDP e de Romero Magalhães: *A Cartografia setecentista do Brasil nas coleções da Biblioteca Nacional* (1998-2000) e o *Inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua* (1999-2001), onde o Brasil do século XVIII foi o espaço figurado, a diferentes escalas, na

maioria dos mapas que constituem este acervo particular. Partindo do princípio que, na prática, a totalidade da Cartografia manuscrita portuguesa referente ao Brasil dos séculos XVI e XVII, se encontra descrita e estudada nos *Portugaliae Monumenta Cartographica* (CORTESÃO & MOTA, 1960-1962), procurou-se avaliar, com base em duas das mais conhecidas coleções cartográficas existentes em Portugal, a imagem do Brasil de Setecentos, em mapas manuscritos e impressos, portugueses e estrangeiros.

Numa parceria entre a CNCDP e a Biblioteca Nacional, do primeiro projeto resultou: uma exposição de originais, *A Nova Lusitânia: a Cartografia setecentista do Brasil nas colecções da Biblioteca Nacional*, patente ao público em Lisboa, na Biblioteca Nacional, entre Novembro de 2000 e Fevereiros de 2001; um colóquio organizado na mesma instituição, *A Cartografia do Brasil: conhecer as colecções*, em Fevereiro de 2001; um catálogo em papel intitulado *A Nova Lusitânia: imagens cartográficas do Brasil nas colecções da Biblioteca Nacional (1700-1822)* (GARCIA, 2001), e um catálogo on line, *A Cartografia do Brasil nas coleções da Biblioteca Nacional, 1700-1822* (http://purl.pt/103/1/index.html), que continua a ser hoje uma referência, quer pelas descrições detalhadas dos documentos, quer pelas imagens digitalizadas que disponibiliza. Dizia Romero Magalhães na "Apresentação" do primeiro catálogo:

> Por acidentes vários, e quase sempre de acidentes mesmo se tem tratado, os estudos de história da cartografia têm estado um tanto marginalizados em Portugal. Poucos estudiosos, poucos bons resultados na progressão de conhecimentos. Com o óbvio efeito de pouco se ter avançado numa área em que os Portugueses se destacaram ao longo de séculos. Não apenas como cartógrafos, melhorando as formas de representação e de conhecimento da terra, mas também como cartólogos, estudiosos dessa actividade do passado. […] Tentar inverter esta pouca dedicação tem sido uma constante da CNCDP. E porque muitos dos instrumentos de trabalho têm estado em atraso ou paralisados, entendeu-se que havia que promover a inventariação e a catalogação de fundos de cartas existentes em Portugal. Porque tem faltado até isso, uma coisa tão elementar e inicial. (Magalhães, 2001, p. 11).

O segundo projeto surgiu na sequência do empréstimo, por parte da Família Olazabal Albuquerque, da Casa da Ínsua, de dezenas de mapas manuscritos da coleção original do 4º Governador de Cuiabá e Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1739-1797), para a já referida exposição *Cartografia e Diplomacia no Brasil do século XVIII*. Todo o trabalho de inventariação e descrição foi desenvolvido no Arquivo Distrital do Porto e dele resultou a obra, *A mais dilatada vista do Mundo. Inventário da colecção cartográfica da Casa da Ínsua* (GARCIA, 2002). Refere Romero Magalhães na "Apresentação" do volume:

> O precioso conjunto de cartas da Casa da Ínsua – de que se tinha notícia por inventariação sumária de Teixeira da Mota e de que se conheciam algumas peças – merecia especial atenção. Nele se regista o ingente esforço de conhecer e desenhar o Sudoeste do Brasil. […] Fica assim à disposição dos estudiosos um catálogo completo e rigoroso, que merecerá ser considerado como obra de referência para os estudos cartográficos. (Magalhães, 2002, p. 10).

Terminada a missão na CNCDP, o interesse e o apoio do historiador à História da Cartografia Luso-Brasileira continuou. Em Março de 2004 participou no *Workshop A Cartografia da Capitania de São*

Paulo: espaços, imagens e caminhos, organizado pelo Museu Paulista e pela Cátedra Jaime Cortesão da Universidade de São Paulo; em 2006 esteve presente no Colóquio Internacional *Portugal en la Región Platina: Colónia de Sacramento. Homenaje al Prof. Doutor Luís Ferrand de Almeida y su obra*, organizado pela Embaixada de Portugal em Montevideu, que contava com uma importante exposição de cartografia militar portuguesa, dos séculos XVIII-XIX (ALMEIDA & GARCIA, 2006); e em 2011, no *Seminário Internacional 'Formas e Representações do Império: ciência, tecnologia e política, séculos XVI ao XIX'*, no Rio de Janeiro, no Museu de Astronomia e Ciências Afins, com uma comunicação sobre Astronomia, Cartografia e História Política.

Em 2009 foi publicada a *Historia do Brasil nos Velhos Mapas*, de Jaime Cortesão, na coleção das obras completas do autor, sob a chancela da Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Era um antigo projeto que Romero Magalhães finalmente terminava: a republicação de uma obra de um dos seus autores de referência, há muito esgotada e de difícil acesso, obra que Cortesão deixara parcialmente preparada no Brasil, em 1957, e que apenas conhecera uma edição no Rio de Janeiro (1965-1971). Para o apresentador, não é um livro de História da Cartografia:

> […] trata-se de privilegiar uma espécie documental, os mapas, para por eles (e por outras fontes) se reconstituir a história brasileira […] trata-se de uma construção histórica em que a lição que quer ler nos mapas vem abonar as teses mais gerais do autor sobre a formação espacial do Brasil." E acrescenta: "Jaime Cortesão partia do princípio de que os mapas exprimiam antes de mais as vontades políticas dos governantes. Apesar de transmitirem uma visão codificada da realidade, reflectiam sobretudo os propósitos dos que mandavam. (MAGALHÃES, 2009, p. 15).

Apesar do seu interesse pelos mapas antigos, a extensa bibliografia de Romero Magalhães conta apenas com escassos textos sobre História da Cartografia publicados em números temáticos de revistas ou na sequência de participação em reuniões científicas ocorridas no Brasil, como é o caso de "Mundos em miniatura: aproximação a alguns aspectos da cartografia portuguesa do Brasil (séculos XVI a XVIII)", difundido em *Anais do Museu Paulista* (MAGALHÃES, 2009a) e, posteriormente, na coletânea *Labirintos Brasileiros* (MAGALHÃES, 2011, p. 35-49), ou "Saberes e política: os astrónomos em Mato Grosso, 1782-1789", divulgado em *Formas do Império* (MAGALHÃES, 2014) e, mais tarde, em *Avulsos de História Moderna* (MAGALHÃES, 2017, p. 431-444). A primeira e a última palavra deixava-a aos que mais demoradamente se dedicavam ao tema.

> [Cartografar] não é mais que reduzir os espaços reais para os apreender através de minúsculos desenhos. Pretende-se ver a amplitude do mundo real numa dimensão que os olhos dos humanos possam abarcar. Olhar que nos diga onde estamos e qual o caminho pelo qual queremos caminhar. […] Para quem não é especialista, a tarefa é muito complicada, já que há que ter nos olhos a chave, a convenção ou o código que permita a interpretação do desenho. E isso não é intuitivo nem imediato. Tem uma história." (MAGALHÃES, 2011, p. 35).

Na comunidade académica luso-brasileira, entre os poucos especialistas de Cartografia antiga encontrava-se o Almirante Max Justo Guedes (1927-2011), um dos últimos discípulos de Jaime Cortesão

(1884-1960), que sempre foi amigo e conselheiro de Romero Magalhães para os assuntos cartográficos, fossem eles a organização de exposições e congressos, a edição de fontes e estudos, os contactos científicos, diplomáticos, académicos ou políticos a estabelecer (MAGALHÃES, 2011a). O Professor Romero consultava mapas:

> Medir, calcular, representar. Miniaturizar o Mundo para o apreender. O progresso da Humanidade para alcançar o domínio dos espaços, estimando e dominando as distâncias, passa pelo engenhoso artifício da cartografia. […] A forma final de uma carta é em si mesma uma lição de história de uma enorme riqueza, a requerer a argúcia de análises várias em que inúmeros dados e múltiplas disciplinas têm de ser trazidos para a compreensão de um fenómeno complexo que resultou objectivado num suporte manejável. Concreto. Material. Muitas vezes opaco na sua aparência actual. Porque o código de decifração pode faltar ou apresentar-se obscuro. (MAGALHÃES, 1997, p. 10).

A última notícia que temos do seu interesse pelos mapas antigos prende-se com a oferta que fez ao Arquivo Municipal de Loulé, pouco tempo antes de falecer, da *Carta Corográfica do Reino do Algarve* (1842) de J. B. da Silva Lopes, na escala de 1/200.000 (LOPES, 1842). É o mapa que deveria acompanhar cada exemplar da *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve* (LOPES, 1841), do mesmo autor, o que muito raramente acontece. Romero Magalhães tinha-o adquirido num conhecido alfarrabista de Lisboa e considerava-o um dos tesouros da sua biblioteca. Está agora onde deve estar, ao dispor de todos, como era seu desejo.

BIBLIOGRAFIA

ALEGRIA, Maria Fernanda. A História da Cartografia no Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, 2000-2010. Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia, Lisboa, 46, 92, 85-97, 2011.

ALMEIDA, André Ferrand. A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ALMEIDA, André Ferrand; GARCIA, João Carlos. Portugal en la Región Platina, siglos XVIII y XIX. Mapas de la Colección de la Dirección de Servicios de Ingeniería (Lisboa, Portugal). Exposición. Montevideo: Embajada de Portugal. 2006.

CORTESÃO, Armando; MOTA, A. Teixeira da. Portugaliae Monumenta Cartographica. Lisboa: Comissão das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960-1962.

EDSON, Evelyn. The 17th International Conference on the History of Cartography: Report. Imago Mundi, Londres, 50, 1, 189-192, 1998.

FERREIRA, Mário Clemente. O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional. Os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

GARCIA, João Carlos. (Org.). A Nova Lusitânia: Imagens Cartográficas do Brasil nas Colecções da Biblioteca Nacional (1700-1822). Catálogo. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

GARCIA, João Carlos. (Org.). A Mais Dilatada Vista do Mundo. Inventário da Colecção Cartográfica da Casa da Ínsua. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

GARCIA, João Carlos. Joaquim Romero Magalhães and the History of Luso-Brazilian Cartography. E-Journal of Portuguese History, Providence, 17, 1, 1-13, 2019.

HESPANHA, António Manuel (ed.). Há 500 anos. Balanço de três anos de Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996-1998. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

LOPES, João Baptista da Silva. Corografia ou Memória Económica, Estatística, e Topográfica do Reino do Algarve. Lisboa: Typ. da Academia, 1841.

LOPES, João Baptista da Silva. Carta Corográfica do Reino do Algarve, que faz parte da Corografia do mesmo reino. Escala 1: 200.000. Lisboa: Off. Lith. de M. Luiz da Costa, 1842.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Apresentação. In GARCIA, João Carlos. (Org.). A Nova Lusitânia: Imagens Cartográficas do Brasil nas Colecções da Biblioteca Nacional (1700-1822). Catálogo. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. 11.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. (Org.). Outro Mundo Novo Vimos. Lisboa: Inapa e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001a.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Apresentação. In GARCIA, João Carlos. (Org.). A Mais Dilatada Vista do Mundo. Inventário da Colecção Cartográfica da Casa da Ínsua. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002. 7-9.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Apresentação. In CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos Velhos Mapas. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, I, 2009. 13-17.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Mundos em Miniatura: aproximação a alguns aspectos da cartografia portuguesa do Brasil (séculos XV a XVIII). Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material, São Paulo, 17, 1, 69-94, 2009a.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Labirintos Brasileiros. São Paulo: Alameda, 2011.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Rumando a História. Anais de História de Além-Mar, Lisboa, XII, 345-348, 2011a.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Prefácio. In DAVEAU, Suzanne; ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francesc. História da Cartografia Portuguesa. Séculos XV-XVII. Porto: Fio da Palavra, 2012. 9-13.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Saberes e política: os astrônomos em Mato Grosso, 1782-1789. In GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel Carolino; MARINHO, Pedro. (Org.). Formas do Império. Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX. São Paulo: Paz & Terra, 2014. 71-92.



MAGALHÃES, Joaquim Romero. Avulsos de História Moderna. Instituições, pessoas e conflitos. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017 (Miunças, 4).

MAGALHÃES, Joaquim Romero; GARCIA, João Carlos; FLORES, Jorge Manuel. (Org.). Cartografia de Lisboa. Séculos XVII a XX. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

MAGALHÃES, Joaquim Romero; GARCIA, João Carlos; FLORES, Jorge Manuel. (Org.). Cartografia e Diplomacia no Brasil do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997a.

MAGALHÃES As Fronteiras de África, Joaquim Romero; GARCIA, João Carlos; FLORES, Jorge Manuel. (Org.). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997b.

MAGALHÃES, Joaquim Romero; GARCIA, João Carlos; FLORES, Jorge Manuel. (Org.). Lugares e Regiões em Mapas Antigos. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997c.

MAGALHÃES, Joaquim Romero; GARCIA, João Carlos; FLORES, Jorge Manuel. (Org.). Macau: a cidade e o porto. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997d.

MAGALHÃES, Joaquim Romero; GARCIA, João Carlos; FLORES, Jorge Manuel. (Org.). Tesouros da Cartografia Portuguesa. Lisboa: Inapa e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997e.

MAGALHÃES, Joaquim Romero; MIRANDA, Tiago C.P. dos Reis (Org.). A Construção do Brasil, 1500-1825. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

MAGALHÃES, Joaquim Romero; SALVADO, João Paulo (Org.). Relatório de Actividades, 1999-2001. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

O acervo cartográfico da Biblioteca da Marinha do Brasil

Leniza Faria Lima Glad
Marinha do Brasil, leniza@marinha.mil.br

Terezinha de Fatima Puppim dos Reis
Marinha do Brasil, terezinha.reis@marinha.mil.br

Resumo:

O objeto deste trabalho consiste em apresentar o acervo de cartografia histórica da Biblioteca da Marinha do Brasil, com o objetivo de incentivar as pesquisas neste acervo de fontes primárias de alto valor científico. Os documentos cartográficos estão reunidos em coleções nas Seções de Mapoteca e Obras Raras, da Divisão de Materiais Especiais. A Biblioteca da Marinha do Brasil guarda um acervo cartográfico histórico raro e precioso, com origem na Biblioteca da Academia Real dos Guardas-Marinhas, criada em 1802 em Lisboa e transferida para o Brasil em 1808. A criação da biblioteca foi resultado de um lento renascimento da Marinha portuguesa, depois de férreo domínio espanhol, com o surgimento do ensino com orientação designadamente científica das Ciências Navais, inaugurando o celeiro de seus próprios oficiais, e que dentre avanços e retrocessos, reformulou os planos de estudos e criou um Depósito de Escritos Marítimos para facilitar a aprendizagem dos alunos aspirantes à Guardas-Marinhas, também conhecido por Biblioteca para uso da Academia Real de Guardas-Marinhas. Em 17 de outubro de 1846, pelo decreto nº 479 do Império do Brasil, mudou sua finalidade para atender não somente aos aspirantes à oficial, mas passou a ministrar os meios de uma instrução variada para todos os oficiais da armada, aos de artilharia de Marinha naval a e aos oficiais empregados nas repartições anexas, assim criou-se a Biblioteca da Marinha que atualmente é um Departamento da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), cujo propósito é preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da Marinha.Em fevereiro de 1999, a Biblioteca foi transferida para o prédio (tombado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) para que pudesse acondicionar melhor o seu acervo e prover um atendimento mais abrangente e eficiente aos seus usuários.

O presente trabalho visa dar luz ao acervo de cartografia histórica da Biblioteca da Marinha, mostrando os tesouros que foram acumulados no processo de desenvolvimento da excelência da navegação luso-brasileira, que reflete a construção do conhecimento científico almejado pela Marinha Real portuguesa, seja para prover melhor defesa dos Estados, seja para melhor conhecer seus domínios, ou para elevar-se

a um melhor estado de cultura. As coleções contemplam as obras dos cartógrafos que influenciaram as navegações portuguesas, como a destacada família dos Teixeira, com maior número de obras de João Teixeira Albernaz II, do século XVII. Assim como obras do período em que a cartografia portuguesa atingiu seu auge, na segunda metade dos quinhentos, e serviu aos famosos Gerard Mercator e Abraham Ortelius, para imprimir seus tão preciosos atlas. O acervo também conta com as ricas coleções cartográficas que as invasões francesas fizeram canalizar para o Brasil. Adicionalmente, possuimateriais do século XVIII, com destaque para a cartografia francesa sobre o Brasil, de autoria de Bellin, além dos trabalhos dos cartógrafos luso-brasileiros que desbravaram o gigantesco território da Nova Lusitânia e deram ao grande Barão do Rio Branco as bases necessárias para as defesas dos interesses brasileiros, que garantiram os milhões de quilômetros quadrados sempre almejados por Portugal para o Brasil. Do século XIX com a cartografia renovada, conta com obras de Roussin e Mouchez, assim como os mapas do século XX, que registram o desenvolvimento do serviço de hidrografia da Marinha brasileira.

Dentre as coleções mais importantes, destaca-seaColeção do Arquivo Histórico do Exército, oriunda da Sociedade Real Marítima e Geográfica para desenho, gravura e impressão das cartas, hidrográficas, geográficas e militares, criada em 1798, em Lisboa. Mais de mil cartas e planos, com os estudos sobre navegação do Brasil e relativos a vários mares da Europa, Ásia, Américas e África, foram entregues ao Arquivo Militar, comum as forças de terra e mar por ocasião da transmigração da Corte para o Brasil. Além das obras relacionadas na área de Ciências e Artes Navais, a Biblioteca da Marinha possui o facsímile do manuscrito original do Catálogo da Biblioteca daAcademiaReal dos Guardas-Marinhas, localizado no acervo da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil, pelo Almirante Max Justo Guedes.

Cabe salientar o zelo e processamento técnico do acervo, que foi preservado ao longo dos séculos, com o registro em catálogos, listas, inventários, de acordo com as tecnologias e métodos disponíveis em cada tempo, até as formas de acesso atuais.

Palavras-chave:

Cartografia, Coleções cartográficas, Marinha do Brasil, Biblioteca da Marinha

Digitalização e estudo das obras cartográficas de 1700 até 1822 da Biblioteca da Marinha: a cartografia na construção do Brasil independente

Leniza Faria Lima Glad
Marinha do Brasil, leniza@marinha.mil.br

Terezinha de Fatima Puppim dos Reis
Marinha do Brasil, terezinha.reis@marinha.mil.br

Resumo:

A aproximação dos 200 anos da independência do Brasil desperta o desejo de comemorar tão importante data. A análise da trajetória histórica incita a reflexãosobre como o País foi construído, como as fronteiras foram criadas e os percursos e percalços ocorridos ao longo dos séculos. O intuito é instigar a reflexão sobre concepções preestabelecidas a respeito dessa data histórica e evidenciar a participação da Marinha na construção do Brasil independente. O programa apresentado neste trabalho objetiva se aprofundar no processo de territorialização brasileira por meio do estudo da cartografia do século XVIII, destacando papel estratégico que os mapas cumpriram na mediação, projeção e legitimação da soberania sobre o espaço. Ocerne deste trabalho consiste em apresentar o programa de atividades coordenado pela Biblioteca da Marinha do Brasil para comemorar o bicentenário da independência do Brasil, que engloba quatro ações divididas em dois projetos. O primeiro projeto terá como primeira ação a digitalização do acervo de mapas do século XVIII e início do século XIX sobre o Brasil, que estão sob a guarda da Biblioteca da Marinha, assim como, a disponibilização das obraspara consulta nas bases de dados digitais da Diretoria do Patrimonio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), aRede de Bibliotecas Integradas da Marinha (RedeBIM) e o Repositório institucional da DPHDM; a segunda ação será o estudo desse acervo, assim como a discussão sobre a cartografia do período, fomentando o conhecimento e culminando no Seminário de Cartografia Histórica (SCH) para discutir, através da representação cartográfica, a construção territorial do Brasil no período entre 1700 a 1822, explorando os usos políticos da cartografia em negociações internacionais e o processo de coleta, sistematização e elaboração de mapas. Já no segundo projeto, as discussões científicas produzidas pelo SCH subsidiarão a promoção de duas ações culturais de divulgação do acervo e da produção científica: a primeira ação será a edição de um livro impresso sobre a cartografia do Brasil setecentista, que reunirá o catálogo ilustrado dos mapas digitalizados e artigos sobre a formação territorial do Brasil sob a luz da ciência

cartográfica; a segunda será a exposição no Museu Naval “A cartografia na construção do Brasil independente”. Tornar esse rico acervo histórico disponível para consulta virtual trará diversos benefícios para a sociedade, como a ampliação do acesso para um público vasto, nacional e internacional, fomentando a produção intelectual e neutralizando barreiras físicas de acesso. Além disso, preserva o documento original, visto que, o manuseio frequente de obras antigas pode acarretar em danos ao papel muitas vezes frágil e quebradiço, além da utilização da tecnologia de *Optical Character Recognition* (OCR) nos topônimos, estendendo e facilitando a recuperação da informação e a capacidade de resposta nas pesquisas. A digitalização das obras tornam acessíveis à ampla consulta virtual, documentos cartográficos históricos que hoje só podem ser consultados *in loco.* A disponibilização das publicações no formato digital amplia o acesso para usuários detodo do mundo, favorecendo a pesquisa e preservando a memória do país, além de fomentar o desenvolvimento intelectual, o conhecimento e a consciência marítima brasileira. No entanto, mais do que a digitalização a disponibilização *on-line*, se faz necessário fomentar ações para discussão e aprofundamento sobre a história do território Brasileiro, tão bem contada pelas obras cartográficas. Tendo isso em vista, o projeto contempla ações culturais e científicas criando espaço para a discussão de assuntos como a formação do território Brasileiro, o uso político da cartografia no século XVIII e XIX, a importância da cartografia na disputa por territórios, os tratados entre Portugal e Espanha do século XVIII, a iconografia das obras cartográficas e a participação da Marinha nas comissões de reconhecimento e demarcação. Segundo Iris Kantor em seu artigo “Território em rede: cartografia vivida e razão de Estado no Século das Luzes” de 2009, os mapas vertebram o conhecimento sobre o espaço, dando corporeidade ao território. Selecionam, recortam, nomeiam uma natureza descontínua e ilimitada, dando-lhe tangibilidade e legitimando a soberania do Estado. Sob a luz da cartografia, é possível trazer a discussão sobre a formação do Estado Brasileiro desde a era colonial até Independência analisando sua trajetória histórica. A fim de executar o programa idealizado, empenha-se em obter patrocínio por meio da Lei Rouanet, além de estabelecer parcerias com outras instituições públicas.

Palavras-chave:
Cartografia histórica.Digitalização de obras cartográficas. Marinha do Brasil. Biblioteca da Marinha.



Os mapas do Rotep – Roteiro Turístico e Económico de Portugal – a propaganda municipal e as escalas regional e local em representações cartográficas do Estado Novo

Luis Martins
FLUP e CEGOT, lmartins@letras.up.pt

Mário Fernandes
FLUP e CEGOT, mgfernan@letras.up.pt

Resumo:

A relação entre a cartografia e o turismo está distintamente estabelecida na bibliografia disponível e, tentando estender alguns dos contributos anteriores sobre a temática, são tratadas neste texto com a profundidade possível algumas das dimensões julgadas mais relevantes nessa relação, a exemplo do contributo para a afirmação identitária dos territórios. Conhecer a publicação dos mapas da Rotep – Roteiro Turístico e Económico de Portugal – contribui manifestamente para ampliar a discussão sobre estas temáticas por variadíssimos motivos entre eles um que constituiu um dos motes da publicação: "Com a Rotep O TURISTA SABE O QUE TEM A VER NO LOCAL QUE VISITA…".

Entre 1945 e 1977, tendo como referência o acervo da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) consultado através do "Catálogo Geral" disponível em linha – será desnecessário sublinhar que decorre do serviço de "depósito legal" – foram publicados 169 roteiros referentes a 136 concelhos.

Pode ser lido no roteiro do "Entre Douro e Minho", um dos roteiros "regionais" publicado em Março de 1959, que a "publicação [seria] constituida por 273 mapas" produzidos a um ritmo de três mapas por mês, o que permitiria em menos de oito anos completar a cobertura proposta. Acresce que a lista de cinquenta roteiros disponíveis no catálogo da Biblioteca Municipal do Porto não estende aquela existente na BNP. Inclusivamente a "caixa 19" que surge identificada no catálogo da Biblioteca da Universidade de Toronto com cerca de cem mapas turísticos da Rotep, não acrescenta novos municípios aos que constam da lista da Biblioteca Nacional de Portugal.

A publicação destes roteiros de âmbito e escala local, ainda que possam ser encontrados uma dúzia de documentos supra concelhios ou regionais – a exemplo do Algarve, Entre Douro e Minho, já referido, Mapa dos arredores de Lisboa ou Viseu e Serra da Estrela, produzidos a escalas compreendidas entre 1:100000 e 1:200000 – reflete a organização administrativa saída da revisão do Código Administrativo de 1936. O processo de consolidação do Estado Novo baseado na renovação das principais instituições

públicas e da respectiva imagem, levada a cabo depois da aprovação da Constituição de 1933, integrou diversas dimensões entre as quais avulta o conjunto de acções e iniciativas idealizadas e levadas a cabo no âmbito do Secretariado de Propaganda Nacional – SPN – que arrancou também em 1933.

De qualquer forma, parece existir uma contradição insanável, ou no mínimo uma forte divergência de perspectivas, entre a estruturação da administração pública implementada pelo Estado Novo que assentou na base do concelho, ainda que agrupados em “distritos e provincias”, e o discurso de dominante regionalista, assente em orientações cientifico-académicas filiadas, em particular, na escola possibilista de geografia e veiculadas quer por Amorim Girão quer por Orlando Ribeiro. Esta inclinação regional condicionou, inclusivamente, algumas das criações do SPN nomeadamente de âmbito cartográfico incluídas na revista Panorama e que mais tarde serviram igualmente de inspiração a alguns dos mapas incluídos no “Portugal País de Turismo” de finais dos anos cinquenta do século passado.

Nesse sentido o envolvimento de Amorim Girão validando a pertinência e reconhecendo a utilidade dos roteiros, introduz uma dimensão de credibilidade à iniciativa que eventualmente não teria sem a chancela do “Ilustre Autor da 'Geografia de Portugal" e Director da Faculdade de Letras de Coimbra”. Num texto em que enaltece a observação direta e indireta Amorim Girão refere-se a um “*filósofo antigo*” que advertia para as vantagens do conhecimento direto – «*vale mais a coisa conhecida por si que pela imagem dela*» [ainda que] “*com frequência a representação gráfica de um objecto* [possa] *entrar melhor no nosso espírito do que a sua realidade nos entra pelos olhos. A imagem das coisas, quando bem escolhida e bem traduzida, torna-se deste modo um poderoso auxiliar da visão directa, reduzindo por assim dizer a multiplicidade à unidade. Fazendo avultar nas suas linhas gerais os factos dominantes da superfície terrestre”.*

Finalmente, os roteiros criados e publicados pelo ROTEP assentam dominantemente na escala 1:50000 ou seja, entre as referências bibliográficas dos mapas consultados é possível verificar que mais de um terço foram efectivamente produzidos a esta escala ainda que no total mais de noventa tenha sido produzido entre 1:40000 e 1:75000.

Palavras-chave:

Turismo; roteiros; “Estado Novo”; cartografia; “Rotep”

Os geomorfotopônimos em mapas históricos de Minas Gerais

Marianna de Franco Gomes
UFMG, marianna.de.franco@hotmail.com

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra
UFMG, candidaseabra@gmail.com

Márcia Maria Duarte dos Santos
UFMG, mdsantosy@yahoo.com.br

Resumo:

A pesquisa toponímica revela-se produtiva ao resgatar o significado do topônimo como forma de conhecimento, pois não se limita apenas aos traços linguísticos, conforme apresenta Dick (1990b, p.47): “Sua carga significativa guarda estreita ligação com o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida”. A Cartografia Histórica, por sua vez, é contemplada como importante fonte de informação linguística para a investigação toponímica, uma vez que reúne nomes de lugares - registros históricos - que são valiosos objetos de estudo. O projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino*[83], realizado entre 2014 e 2016 no Centro de Referência em Cartografia Histórica (CRCH/UFMG), permitiu estudar topônimos históricos retirados de quinze mapas que compõem as Comarcas da Capitania de Minas Gerais nos Setecentos e Oitocentos Colonial e Joanino: Paracatu, Rio das Mortes, Sabará, Serro Frio e Vila Rica. Coordenado pela Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra e pela Profa. Dra. Márcia Maria Duarte dos Santos, o projeto desenvolvido possibilitou a criação de um banco de dados em que os 2.341 topônimos levantados foram organizados, explicitando informações linguísticas, históricas e geográficas. Desde 2017, é possível ter acesso ao banco de dados por meio do Repositório de Dados[84], que constitui um dos produtos do projeto, acessível pela *internet*. Neste estudo, pretende-se apresentar o trabalho de Dissertação intitulado *Geomorfotopônimos Históricos,* defendido em fevereiro de 2019, na Faculdade de Letras da UFMG. Como desdobramento do projeto citado anteriormente, o trabalho objetivou estudar os geomorfotopônimos, ou seja, topônimos associados aos traços do relevo, segundo a classificação toponímica proposta por Dick (1990b), retirados do banco de dados do projeto. Utilizando-se os

---

[83] Financiado pelo CNPq (Processo nº 408869/2013-5).
[84] Repositório de dados. Disponível em < http://repositoriotoponimia.com.br/home> Acesso em Jun. 2019.

pressupostos teóricos e metodológicos de Dick (1990 a,b, 1999, 2006) e Seabra (2004, 2006) sobre a Onomástica e a motivação toponímica, partindo-se da hipótese de que o topônimo esteja associado ao ambiente que nomeia, a pesquisa objetivou investigar, diacronicamente, a evolução dos geomorfotopônimos em Minas Gerais, evidenciando a importância dessa taxe no período Colonial e Joanino. Para realizar o trabalho fichas lexicográficas foram usadas, que compreendem o procedimento metodológico desenvolvido por Dick (1990) e adaptado por Seabra (2004), assim como incluiu-se algumas adaptações para a pesquisa, que possibilitaram sistematizar os topônimos coletados além de evidenciar a evolução toponímica dos objetos de estudo. Desse modo, 101 geomorfotopônimos foram estudados, considerando todas as ocorrências verificadas, ou seja, representando aproximadamente 4% do Repositório de Dados. A análise dos dados revelou o interesse do homem pelos traços topográficos, já que serviram como fator motivacional no ato denominativo dos locais contemplados na pesquisa. De modo geral, é possível afirmar que o estudo realizado cumpriu os objetivos propostos e confirmou algumas hipóteses, como o interesse por traços do relevo que remontam à apreciação da paisagem, como “Campo Bello”. Pistas da relação entre os topônimos estudados e o ambiente nomeado foram explicitadas, inclusive, por meio da representação do relevo nos mapas em que os topônimos foram coletados, lançando luz sobre tais interpretações. Além disso, verificou-se que as formas de relevo eram importantes referências no período de povoamento do território que hoje figura “Minas Gerais”, como revela a produtividade do topônimo “Morro” na nomeação dos acidentes geográficos, principalmente, os primitivos povoados. A permanência dos traços do relevo na toponímia atual, verificados por meio dos topônimos históricos estudados, valendo-se de variações e mudanças parciais na nomeação, indicam a importância da preservação toponímica, tratando-a como patrimônio imaterial de um povo. Nos casos dos geomorfotopônimos verificados, mantêm viva a presença dos morros que desde o período de povoamento de Minas Gerais revela a sua importância. Quanto ao resultado relacionado à origem linguística dos topônimos, indica-se a presença majoritária de topônimos de origem portuguesa, 79% do total, revelando-se compatível ao período de povoamento da Colônia, tendo em conta o domínio da Coroa portuguesa. Por meio de análise quantitativa e qualitativa, a pesquisa possibilitou, portanto, averiguar a relação entre os geomorfotopônimos e o ambiente inserido no contexto histórico estudado, revelando um patrimônio linguístico que contribui à memória histórica e cultural de Minas Gerais.

Palavras-chave:

Geomorfotoponímia mineira, Léxico toponímico, Cartografia Histórica

Referências:

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira.* São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/ USP, 1990b.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. In: *Investigações Linguísticas e Teoria Literária.* Recife: UFPE, 1999. p.119-148.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos teóricos da toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (Variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p.91-117.

SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de; COSTA, A. G. (Org.). *Repositório de Dados*: Toponímia Histórica de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino – Registros em Mapas da Capitania e das Comarcas. Belo Horizonte, MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB/UFMG); Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHG/MG), 2017. Disponível em: <http://repositoriotoponimia.com.br/home> Acesso em: jun. 2019.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais:* a Toponímia da Região do Carmo. 2004. 368 f. Tese (Doutorado, Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. 2 v.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES J. S. D.,

TRAVAGLIA, L. C. (Org.). *Múltiplas perspectivas em Linguística*. Uberlândia/MG. EDUFU, v.1, 2006. p. 1953-1960.

Entre ruas e caminhos – Um breve estudo sobre o “Tratado de Ruação” de José de Figueiredo Seixas (ca. 1763)

Juliana Coelho Loureiro
Universidade Federal de Alagoas, julianacloureiro75@gmail.com

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo investigar o sentido do *fazer cidades* e divisão territorial presentes no, ainda pouco conhecido, “Tratado de Ruação”, escrito pelo arquiteto portuense José de Figueiredo Seixas em meados do século XVIII. Esta análise demonstra que o autor não concebe a povoação de modo isolado, mas que sua reflexão se movimenta em diversas escalas de atuação, seja no traçado do lugar seja em sua conexão com as diversas partes do território.

O documento foi elaborado no momento em que a cidade de Lisboa era reconstruída após o terremoto de 1755. Este evento mobilizou os principais oficiais do Reino no debate sobre a feição da metrópole, processo capitaneado pelo engenheiro-mor do Reino, Manuel da Maia. Na mesma época, Portugal e Espanha rediscutiam seus limites nas conquistas ultramarinas, motivando um movimento de ampliação da rede urbana em direção ao interior do território e, desse modo, reestabelecendo as fronteiras entre as conquistas portuguesas e espanholas.

Nesse processo, destaca-se a atuação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão Pará e Maranhão e primo de Sebastião José de Carvalho e Melo – primeiro-ministro durante o reinado D. José I. Ele intensificou a fundação de vilas ao Norte na intenção de expandir domínios lusitanos e garantir a posse territorial dessas ocupações.

Em meados do século XVIII, os diversos engenheiros militares do Reino foram enviados ao Rio de Janeiro com o objetivo de planejar a proteção da praça contra novas invasões inimigas. A jovem cidade passa a constituir-se um importante objeto de investigação. E, além das fortificações construídas, os documentos da época relatam maior preocupação com os acessos, limites, edificações, drenagem, usos e, especialmente, com o arruamento.

Do outro lado do Atlântico, a cidade do Porto também passou a ser palco de diversas intervenções urbanas promovidas pelos engenheiros militares a serviço da Coroa. Destaca-se a atuação de João de Almada e Melo que, assim como Francisco Furtado, também era parente do Secretário de Estado de D. José I.

Atento ao momento, o experiente arquiteto escreve o *Tratado de Ruação* e o oferece ao poderoso Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, na intenção de criar uma lei geral. A compreensão de Seixas para a *Ruação* é ampla, dinâmica e envolve diferentes escalas e aspectos *do fazer cidades*, como por exemplo, a divisão territorial, administração, justiça, abastecimento, salubridade e circulação. A luz das questões que vinha sendo discutidas no universo urbanístico português, como a manutenção e ampliação da urbanização nas conquistas ultramarinas que, no sentido inverso, promove a crítica e revisão das velhas cidades. É perceptível que muitas das questões levantadas no Tratado, surgem a partir do confronto com as experiências dos portugueses no além-mar, seja relativa a urgência da povoação lusitana nas amplas terras conquistadas seja na otimização das comunicações entre os diversos lugares e a sede do governo. Sua proposta de lei expõe uma reflexão em diversas escalas e nesse movimento revela os desafios e dificuldades de um novo campo do saber: a Ruação.

Palavras-chave:
Ruação, arruar, urbanismo, Império português

As Pranchetas Corográfico-Agrícolas preparatórias da Carta Agrícola e Florestal de Portugal em 1910 relativas ao Algarve: uma fonte fundamental de informação cartográfica para a história da ocupação / uso do solo na região

Loureiro, Nuno de Santos
Departamento de Ciências da Terra, do Mar e do Ambiente – FCT, Universidade do Algarve,
nlourei@ualg.pt

Resumo:

A Carta Agrícola e Florestal de Portugal publicada em 1910 pela Divisão dos Serviços da Carta Agrícola foi impressa à escala de 1:500.000 e apresenta um catálogo de ocupações / usos do solo com oito classes. Recentemente foram redescobertas nos arquivos do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, em muito satisfatório estado de conservação, a quase totalidade das 'pranchetas chorografico-agricolas' originais relativas ao Algarve, que serviram de fonte de informação para a Carta Agrícola e Florestal e que serviriam igualmente de fonte de informação para as folhas cartográficas à escala de 1:50.000. Este extraordinário achado está a permitir o aprofundamento da história da ocupação / uso do solo na região desde o final do século XIX. Na verdade, representa um 'salto atrás' de cinco décadas, já que a Carta Agrícola e Florestal publicada na década de 1950 era, até muito recentemente, a mais antiga fonte de informação detalhada disponível.
Neste momento, as 'pranchetas chorografico-agricolas' estão já digitalizadas com elevada resolução e georreferenciadas no sistema global de referência ETRS89 PT-TM06 (EPSG: 3763). Ficaram, assim, satisfeitos os requisitos mínimos para o seu armazenamento e análise num SIG (sistema de informação geográfica), e para a obtenção de produtos cartográficos que permitam uma nova visão e conhecimento sobre o Algarve agrícola e florestal entre o final do século XIX e o início do XX. Estão igualmente concluídas as tarefas de vectorização da distribuição do sobreiro (*Quercus suber* L.), da azinheira (*Q. rotundifolia* Lam.) e dos pinheiros (*Pinus* spp.). A presente comunicação ao VIII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica apresenta publicamente, pela primeira vez, estas 'pranchetas chorografico-agricolas' e também a cartografia da distribuição da azinheira.

Palavras-chave
Algarve, cartografia histórica, cartografia temática, Carta Agrícola e Florestal de Portugal, ocupações / usos agrícolas e florestais, azinheira, sobreiro, pinheiro

Abstract:

The Agricultural and Forestry Map of Portugal published in 1910 by the Agricultural Map National Service was printed at a scale of 1: 500,000 and presents a catalog of eight land uses. Recently, in the archives of the Ministry of Agriculture, Forestry and Rural Development, were rediscovered almost all of the original 'chorographic-agricultural drawing boards' for the Algarve, which served as the main source of information for the above mentioned Agricultural and Forestry Map, and should also have served as the source of information for another edition of the same map, but at a scale of 1: 50,000. This extraordinary finding is allowing the deepening of the history of land uses in the region since the late 19th century. In fact, it represents a 'backward leap' of five decades, as the Agricultural and Forestry Map published in the 1950s was, until very recently, the oldest source of detailed information available.

At this time, the 'chorographic-agricultural drawing boards' are already digitized and georeferenced in the global reference system ETRS89 PT-TM06 (EPSG: 3763). Thus, the minimum requirements for its storage and analysis in a GIS (Geographic Information System), and for obtaining cartographic products that allow a new vision and knowledge about the agricultural and forestry Algarve between the end of the 19th century and the beginning of the twentieth, are accomplished. The tasks of vectoring the distribution of cork oak (Quercus suber L.), holm oak (Q. rotundifolia Lam.) and pine (Pinus spp.) are also completed. The present communication to the VIII Luso-Brazilian Symposium of Historical Cartography presents for the first time publicly these 'chorographic-agricultural drawing boards' and also the cartography of the holm oak distribution.

Key words:

Algarve, historical cartography, thematic cartography, Agricultural and Forestry Map of Portugal, agricultural and forestry land uses, holm oak, cork oak, pine

Para se compreender a evolução da agricultura
não são precisos números exactos,
basta que não haja grandes distorções.

Mariano Feio, 1998.

Introdução

A primeira Carta Agrícola e Florestal de Portugal (continental) foi publicada em 1910 pela 'Direcção dos Serviços da Carta Agricola', sob a direcção e por ideia e iniciativa de Pedro Romano Folque, Coronel d'Engenharia e Engenheiro Chefe de 1.ª classe (ver Fig. 1). RADICH & ALVES (2000) afirmam que a partir de 1878 o país está 'em busca da exactidão' e a Carta Agrícola é um dos resultados concretos desse esforço. Foi impressa à escala de 1:500.000 nas 'Officinas da Direcção dos Trabalhos Geodesicos e Topographicos, com Litographia de A. A. Martins'.

O Capitão de Infantaria Gerardo Augusto Pery, nomeado em 1886 pelo Ministro Emygdio Julio Navarro para dirigir os trabalhos relativos ao levantamento da carta agrícola do continente e à estatística agrícola geral do reino (MOPCI, 1887), clarifica em 1890 o objectivo da Carta Agrícola: 'É o retrato fiel da superfície de um território, no qual fica representado exactamente o estado de aproveitamento dessa superfície pela indústria agrícola, indicando além disso a parte ocupada para fins sociais, como povoações, caminhos de ferro, estradas construídas, caminhos vicinais e enfim todas as diversas edificações; e bem assim as linhas de água e a configuração do terreno, representada pelas linhas que dão a altura dos pontos por onde elas passam, acima do nível do mar.' (RADICH & ALVES, 2000).



A Carta Agrícola e Florestal de 1910 apresenta um catálogo de ocupações / usos do solo, então designadas de 'Convenções Agricolas', com oito classes:

- ***Culturas arvenses***
- ***Áreas incultas****, abrangendo pousios, charnecas, areiaes, escalvados, cumiadas improductivas, aguas e terrenos applicados a fins industriaes e sociaes*
- ***Mattas diversas***
- ***Olivaes***
- ***Vinhas***
- ***Figueiral, Alfarrobal*** *e* ***Amendoaes***
- ***Sôbro***
- ***Azinho***

Um conjunto de gráficos e uma tabela, impressos no limite direito do mapa, registam os resultados das medições das ocupações / usos do solo, por distritos e para o total do território nacional, oferecendo uma panorâmica muito interessante e esclarecedora sobre a 'face' agrícola e florestal da metrópole portuguesa no início do séc. XX.

A Carta Agrícola e Florestal de Portugal em 1910 (CAFP 1910) foi, e será sempre, um marco fundamental na cartografia temática portuguesa dedicada à ocupação / uso do solo e, simultaneamente, um produto cartográfico que fazia parte de um ambicioso programa de trabalho, infelizmente nunca concluído. O programa previa, por exemplo, a publicação de cartografia mais pormenorizada, com o território continental subdividido em 221 folhas cartográficas, a par de estatísticas agrícolas gerais (MOPCI, 1887). FEIO & ROXO (1991) e FEIO (1998) afirmam que o referido programa de trabalho foi da maior importância e tem 'mérito notabilíssimo' não só a nível nacional mas também europeu, por não existirem quaisquer outros exemplos de cartografia agrícola e florestal detalhada abrangendo territórios vastos.

Os trabalhos preparatórios e que serviram de base à CAFP 1910 foram morosos e minuciosos. Estenderam-se por quase três décadas e deles resultaram as 'Pranchetas Chorografico-Agricolas' à escala de 1:50.000[1], 'levantadas de 1882 a 1905, rectificadas nas áreas das culturas arvenses e das vinhas por novos levantamentos de 1906 a 1907', recorrendo a um catálogo substancialmente mais detalhado de ocupações / usos do solo.

A CAFP 1910 só viria a ser revista cinco décadas mais tarde, com a publicação da Carta Agrícola e Florestal de Portugal nos anos de 1950 (CAFP 1950s), pelo Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário - Ministério da Economia, à escala de 1:25.000. À semelhança do que aconteceu com a CAFP 1910, também o programa de trabalho da CAFP 1950s nunca foi concluído.

---

[1] No Minho, no Douro e na ilha da Madeira as escalas eram diferentes, de 1:25.000 ou 1:20.000 (MOPCI, 1887; RADICH & ALVES, 2000).

Relativamente ao Algarve (distrito de Faro / NUT 2 PT15) e ao momento da transição do séc. XIX para o séc. XX, apenas era possível consultar a CAFP 1910, uma vez que só duas (Folhas 201 e 206) das vinte e uma folhas cartográficas à escala de 1:50.000 foram efectivamente publicadas (ver Fig. 2). LEMOS (1929) refere também a publicação da Folha 205, para além de originais nunca publicados das Folhas 202, 204, 207, 213 e 216. FEIO & ROXO (1991) e FEIO (1998) referem igualmente a publicação, a cores, das Folhas 202, 204, 205 e 207, e, a preto e branco, das Folhas 213 e 214. Algumas dessas folhas estão desaparecidas ou, quem sabe, perdidas para sempre.

Recentemente foram redescobertas nos arquivos do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, em Lisboa, em muito satisfatório estado de conservação, três originais de folhas já finalizadas e prontas para serem impressas (Folhas 204, 205 e 207) e a quase totalidade das 'pranchetas chorografico-agricolas' originais, que terão sido a fonte de informação para a CAFP 1910 e igualmente serviriam para elaborar as folhas cartográficas à escala de 1:50.000 (PR-CAFP 1910). Constatou-se, até, que a totalidade das pranchetas foi em tempos digitalizada pela Faculdade de Arquitectura na Universidade de Lisboa. Este extraordinário achado representará, após estar detalhadamente estudado, uma significativa 'conquista' de cinco décadas na caracterização detalhada da ocupação / uso do solo no Algarve.

São, então, objectivos da presente comunicação ao VIII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica:

1. dar notícia da existência actual das Pranchetas Corográfico-Agrícolas preparatórias da Carta Agrícola e Florestal de Portugal em 1910 relativas à totalidade do território do Algarve;
2. fazer uma breve apresentação das mesmas, destacando o seu interesse e potencial para cartografias da ocupação / uso do solo, toponímia, cadastro rural, etc.;
3. apresentar alguns resultados dos trabalhos em curso relacionados com a ocorrência da azinheira.

O catálogo de ocupações / usos do solo adoptado para as Pranchetas Corográfico-Agrícolas é bastante mais completo e, curiosamente, muito adequado ao estudo do uso agrícola e florestal dos solos no Algarve (ver Quadro 1 e Fig. 3). Na verdade, trata-se de um catálogo elaborado para todo o continente e que reflete as 'Instruções para a Carta Agrícola' publicadas em 1887 seguindo as recomendações de Pery (MOPCI, 1887).

Quadro 1

Convenções da Carta Agrícola

(de acordo com a Portaria de 18 de janeiro de 1887

onde são publicadas as instrucções relativas ao levantamento da carta agricola do paiz)

- ***Culturas arvenses***, ou lavradas. Sob esta rubrica se incluirão as culturas: de cereaes, de legumes, de tuberculos, ou outras que entrem na rotação de um afolhamento, em campo lavrado.
- ***Culturas horticolas***.
- ***Culturas industriaes***.
- ***Hortas e pomares***.
- ***Vinhas***.
- ***Vinha e olival***.
- ***Olivaes***.
- ***Olivaes, ou estacaes novos, sem producção***.
- ***Figueiraes***.
- ***Alfarrobeiraes***.
- ***Amendoaes***.
- ***Chaparraes***.
- ***Montados de azinho***.
- ***Montados de azinho e sobro***.
- ***Montados de sobro***.
- ***Montados de azinho e oliveiras***.
- ***Montados de azinho, sobro e oliveiras***.
- ***Carvalhaes***.
- ***Castanhaes***.
- ***Pinhaes***.
- ***Matas de varias essencias***.
- ***Prados artificiaes***.
- ***Prados naturaes***.
- ***Pousios e pastagens naturaes***.
- ***Charneca***.
- ***Jardins***.
- ***Terreno improductivo***.

Nas pranchetas relativas ao Algarve as convenções estabelecidas nem sempre foram respeitadas mas, salvo em casos pontuais, a interpretação das divergências às normas de trabalho não é complexa.

De forma geral, cada folha era a junção de quatro pranchetas corográfico-agrícolas, identificadas pela adição de uma letra maiúscula ao número da folha. O Algarve foi sub-dividido e está representado em 58 pranchetas (ver Fig. 4), tendo todas elas sido encontradas.

As pranchetas, que usavam como base a 'carta chorographica na escala de 1:50000', seriam usadas nos levantamentos de campo. Depois dos mesmos estarem concluídos, em gabinete, para cada prancheta era desenhada 'a limpo', com tinta-da-china sobre papel vegetal, uma versão com os limites das culturas agrícolas e florestais, anotando-se a proporção entre as mesmas quando ocorriam várias culturas na mesma parcela, e adicionalmente outras informações de interesse cadastral, como 'as divisões da grande e mediana propriedade' (ver Fig. 5A). Era, em seguida, efectuada em papel opaco uma cópia do desenho original, à qual eram acrescentados mais detalhes, nomeadamente novas estrada ou caminhos, novas edificações, a rede hidrográfica permanente e sazonal, os grandes pegos e as nascentes de alguma importância, e os vértices geodésicos. Esse original era colorido a lápis-de-cor respeitando uma tabela cromática pré-estabelecida para as ocupações / usos predominantes (ver Fig. 5B). Adicionalmente eram desenhadas uma ou duas outras versões, onde se registavam informações de outra natureza, nomeadamente pedológica: existia ainda outra informação que não era registada nas pranchetas mas que ficava sistematicamente anotada nos cadernos de campo (MOPCI, 1887; RADICH & ALVES, 2000).

Material e Métodos

'Pranchetas Chorografico-Agricolas'

No intuito de constituir uma sólida base de dados com as Pranchetas Corográfico-Agrícolas que possibilite o seu estudo aprofundado recorrendo a ferramentas informáticas, nomeadamente aos sistemas de informação geográfica (SIG - QGIS 3.6 for macOS), foi georreferenciada a totalidade das pranchetas desenhadas 'a limpo', com tinta-da-china sobre papel vegetal, e das pranchetas coloridas a lápis-de-cor. Adoptou-se o sistema de georreferenciação actualmente em vigor em Portugal continental (ETRS89 PT TM06 - EPSG: 3763) e recorreu-se ao Plugin Georeferencer GDAL (versão 3.1.9) do QGIS. Utilizaram-se os vértices geodésicos assinalados nas 'pranchetas' e a *shapefile* da Rede Geodésica Nacional em ETRS89 PT TM06 disponibilizada no *website* da Direcção-Geral do Território (versão revista, Abril de 2015). Adoptou-se um modelo de transformação (Polynomial 1) conservador sempre com bons resultados (Mean error < 10), embora em situações excepcionais fosse necessário ignorar alguns dos vértices assinalados nas 'pranchetas' por estarem notoriamente mal posicionados.

Concluída a tarefa de georreferenciação, deu-se início à de vectorização dos polígonos desenhados nas pranchetas. Numa fase inicial, todos os polígonos que assinalam a ocorrência de três diferentes espécies florestais (azinheiras, pinheiros e sobreiros) foram vectorizados. Procurou-se, de forma rigorosa, replicar todo o detalhe da configuração dos polígonos existente nas pranchetas originais. A cada polígono foi atribuído um 'id' e estimada a sua área através da funcionalidade '$area', e a verificação na inexistência

de erros geométricos e topológicos foi feita recorrendo a ferramentas específicas do QGIS. Na tabela de atributos da *shapefile* foram criados os campos adequados para o registo completo de toda a informação disponível relativamente aos polígonos que foram sendo vectorizados. Consultaram-se e utilizaram-se autonomamente as duas versões, a do desenho a tinta-da-china e a colorida a lápis-de-cor. Tratando-se de informação redundante procurou-se dessa forma minimizar ou eliminar erros de interpretação nas ocupações / usos do solo registados nas 'pranchetas'.

Carta Agrícola e Florestal de Portugal na década de 1950

A Carta Agrícola e Florestal de Portugal na década de 1950, publicada à escala de 1:25.000, foi consultada e utilizada com o intuito de se proceder a algumas comparações entre a PR-CAFP 1910 e a própria CAFP 1950s, nomeadamente focando a atenção em espécies florestais como a azinheira, muito duradoura no território.

É uma cartografia particularmente detalhada e que permite distinguir com grande pormenor as características dominantes da agricultura e reproduzir a complexidade das formas de ocupação / uso do solo (LEMA, 1971). O território está segmentado em 'folhas cartográficas' e apenas está disponível em suporte convencional. Foi assim necessário levar a cabo a digitalização das 47 Folhas da CAFP 1950s que cobrem o território algarvio, a georreferenciação das mesmas, e a vectorização e registo da informação relacionada com a ocorrência das três espécies florestais acima referidas. Os procedimentos adoptados foram idênticos aos já descritos para as 'pranchetas corográfico-agrícolas'.

Carta de Uso e Ocupação do Solo em 1995, 2007, 2010 e 2015

As Cartas de Uso e Ocupação do Solo em 1995 (COS 1995), 2007 (COS 2007), 2010 (COS 2010) e 2015 (COS 2105) foram produzidas pela Direção-Geral do Território e são disponibilizadas *online* em formato *shapefile*, já georreferenciadas em ETRS89 PT TM06. Os catálogos de ocupações / usos do solo das COS 1995, 2007, 2010 e 2015 têm, respectivamente, 89, 225, 225 e 48 classes, embora se mantenha uma base hierárquica homogénea que assegura um elevado nível de comparabilidade.

Catálogo Simplificado de Ocupações / Usos Florestais e Agro-Florestais do Solo no Algarve

A PR-CAFP 1910 e a CAFP 1950s são duas cartas de ocupação / uso do solo que seguem catálogos distintos e, por esse motivo, não são imediatamente comparáveis. As diferenças entre catálogos acentuar-se-ão ainda mais se a comparação abranger um período histórico mais alargado e incluir as cartografias mais recentes que têm vindo a ser elaboradas e divulgadas pela Direção-Geral do Território.

Assim, para se encontrar uma resposta adequada e que permita contornar tais diferenças, construiu-se um catálogo simplificado, com dois níveis hierárquicos, e chaves de correspondência entre cada um dos catálogos originais e o simplificado. No presente estudo utilizou-se a azinheira (*Quercus rotundifolia*

Lam.), uma espécie florestal particularmente duradoura no território, formulando-se a hipótese de que se existir uma razoável sobreposição entre a distribuição da espécie na PR-CAFP 1910 e na CAFP 1950s então a PR-CAFP 1910 será uma fonte de informação fiável. A hipótese adopta igualmente como válida a premissa de que a CAFP 1950s é uma cartografia correcta e rigorosa, como afirmou LEMA (1971) e corroborou FEIO (1998), que levou a cabo um exercício semelhante ao presente, mas no Alentejo. A comparação foi feita com base na visualização das duas cartografias que foram previamente reclassificadas e simplificadas com base no catálogo simplificado e nas respectivas chaves de correspondência (ver Quadro 2 e Anexo 1).

Quadro 2
Catálogo simplificado de Ocupações / Usos Florestais e Agro-Florestais no Algarve

(Azinheiras - *Quercus rotundifolia* Lam.)

Az - AZINHEIRA

- azinheiras em SAF (sistemas agro-florestais) | 22
  - SAF com azinheira | 241
  - SAF com sobreiro e azinheira | 242
- florestas de azinheira | 32
  - azinhal (florestas de azinheira) | 320
  - azinheiras em florestas com outras folhosas e/ou resinosas | 321
  - azinhal aberto (florestas pouco densas de azinheira, eventualmente com outras espécies florestais) | 322
  - azinheiras em florestas com outras folhosas e/ou resinosas (povoamentos em que a azinheira não é dominante) | 323

Resultados e Discussão

Distribuição da azinheira no Algarve, na viragem do século XIX para o século XX

A distribuição da azinheira no Algarve, na viragem do século XIX para o século XX, de acordo com as pranchetas corográfico-agrícolas preparatórias da CAFP 1910 e adoptando o nível hierárquico superior do catálogo simplificado de ocupação / uso do solo está ilustrada na Fig. 6. O Quadro 3 apresenta as áreas de distribuição, em km^2, para esta fonte de informação cartográfica e para todas as posteriores e disponíveis, detalhadas ao nível hierárquico inferior do mesmo catálogo simplificado.

De notar que segundo a tabela publicada à margem da CAFP 1910 existiam nessa época 85,90 km^2 de montado de azinho. No entanto, segundo cálculos por nós efectuados a partir da digitalização, vectorização e medições na versão digital da própria CAFP 1910 (ver Fig. 7), esse valor é superior, atingindo os 114,07 km^2. Segundo as pranchetas corográfico-agrícolas, a área é, na verdade, muito superior, de 170,87 km^2, resultantes de 47,73 km^2 de azinheiras em SAF (sistemas agro-florestais) somados a 123,13 km^2 de florestas de azinheira.

Distribuição da azinheira no Algarve, na década de 1950

A distribuição da azinheira no Algarve, na década de 1950, de acordo com a CAFP 1950s e adoptando o nível hierárquico superior do catálogo simplificado de ocupação / uso do solo está ilustrada na Fig. 8. A área ocupada é, nesse momento, de 196,97 km^2, resultantes de 112,58 km^2 de azinheiras em SAF (sistemas agro-florestais) somados a 84,39 km^2 de florestas de azinheira.

Comparação entre a distribuição da azinheira na PR-CAFP 1910, na CAFP 1910 e na CAFP 1950s

Tendo em mente que a única representação da distribuição da azinheira no Algarve, no início do séc. XX, que existia até muito recentemente era a proporcionada pela CAFP 1910, publicada à escala de 1:500.000, a possibilidade de se passar a ter acesso à cartografia resultante da PR-CAFP 1910, originalmente elaborada à escala de 1:50.000, proporciona um enorme incremento teórico na qualidade da informação efectivamente disponível.

Numa simples comparação entre as duas cartas (Figs. 6 e 7), mesmo se feita a olho nú, conclui-se de imediato sobre a existência de um elevado grau de simplificação dos polígonos desenhados na CAFP 1910. Tal simplificação, para além das incontornáveis deficiências na representação cartográfica da distribuição de uma espécie agro-florestal, poderá causar erros nas medições das suas áreas de ocupação do solo. Uma segunda conclusão está relacionada com os catálogos de ocupações / usos do solo e as implicações dos mesmos no rigor da descrição da ocorrência de uma espécie agro-florestal de porte arbóreo. Na CAFP 1910 apenas estão representados os 'montados de azinho' e são 'esquecidas' as azinheiras em SAF, enquanto que na PR-CAFP 1910 as duas categorias podem ser cartografadas. Segundo a CAFP 1910 a azinheira só ocorre na metade Este do Algarve, abrangendo solos dos concelhos (actuais) de Loulé, São Brás de Alportel, Tavira, Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António. A PR-CAFP 1910 revela outra realidade: em outros concelhos, nomeadamente os de Silves, Monchique e Portimão, também existem azinheiras, predominantemente não em povoamentos florestais, mas sim em sistemas agro-florestais. Esta realidade antes oculta contribui com uma descrição da distribuição da azinheira no Algarve que é consideravelmente diferente da até muito recentemente conhecida. E, naturalmente, altera de forma significativa as suas áreas totais regionais, que ficam superiores.

A comparação entre a PR-CAFP 1910 e a CAFP 1950s (Figs. 6 e 8), duas fontes de informação em que as diferenças de escala de representação são mais atenuadas, contribui para uma percepção da validade da primeira, enquanto fonte de informação cartográfica de referência, para um determinado momento da história recente do uso do solo algarvio. Observa-se uma coerência nos padrões de distribuição da espécie, com a miríade de pequenos polígonos nos concelhos de Tavira, Castro Marim e parte de Alcoutim, e com os polígonos sempre maiores nos concelhos de Loulé, Silves, Portimão e parte de Alcoutim. E para além de um discreto aumento, na década de 1950, da área total ocupada com azinheira, quando comparada com a década de 1900, o principal contraste está na proporção entre a azinheira em SAF e a em povoamentos florestais.

Comentários finais

É nossa firme convicção que a emergente Cartografia da Ocupação / Uso do Solo no Algarve na viragem do século XIX para o século XX, resultante do estudo das Pranchetas Corográfico-Agrícolas preparatórias da CAFP 1910, é fiável e indispensável para adicionar cinco décadas à 'janela cronológica' até então possível. Com esta cartografia, em vez da 'janela cronológica' começar nos anos de 1950, começa nos anos de 1900. Esta cartografia, pioneira e que nunca será substituível por outra mais rigorosa e/ou antiga, tem méritos e erros que, eventualmente, não são de maior magnitude do que os méritos e erros das cartografias que lhe sucederam.

Por isso, a par das estatísticas agrícolas, da história demográfica e sócio-económica da região, e de outras fontes de informação complementares que se possam juntar, é nossa firme convicção de que o estudo das Pranchetas Corográfico-Agrícolas preparatórias da CAFP 1910 será determinante para aprofundar a história da ocupação / uso do solo no Algarve.

Referências bibliográficas

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DA CARTA AGRICOLA. Carta Agrícola e Florestal de Portugal na escala de 1:500.000. Lisboa: Direcção Geral de Agricultura, 1910. Consultado o exemplar existente na Biblioteca Nacional de Portugal (*Link para o catálogo da BNP*).

FEIO, M. A Evolução da Agricultura do Alentejo Meridional. As Cartas Agrícolas de G. Pery. As difíceis perspectivas actuais na Comunidade Europeia. 1998. Lisboa: Edições Colibri.

FEIO, M. & ROXO, M. J. As Cartas Agrícolas dos finais do século XIX. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa, XXVI(51), 211-214, 1991.

LEMA, P. B. Fontes para o estudo da agricultura em Portugal. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia.* Lisboa, VI(11), 131-141, 1971.

LEMOS, V. H. Trabalhos de topografia e de fotogrametria da Divisão de Agricultura. 2.ª parte - A carta agrícola. Boletim do Ministério da Agricultura. XI, n.º 7-9, Lisboa, 17-22, 1929.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. Carta Agricola e Estatistica Agricola Geral. Organisação e Instrucções. 1887. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.

RADICH, M. C. & ALVES, A. A. M. Dois Séculos da Floresta em Portugal. Parte I - A Floresta no Portugal Oitocentista. CELPA - Associação da Indústria Papeleira, Lisboa.

Figuras:



Figura 1.

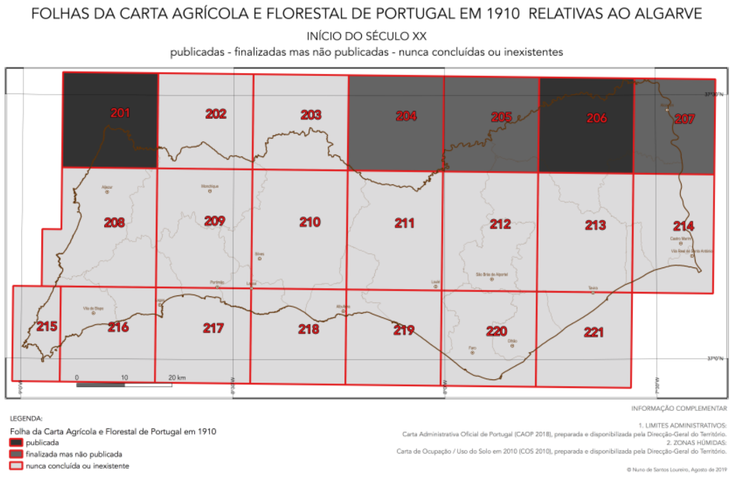


Figura 2.



Figura 3.

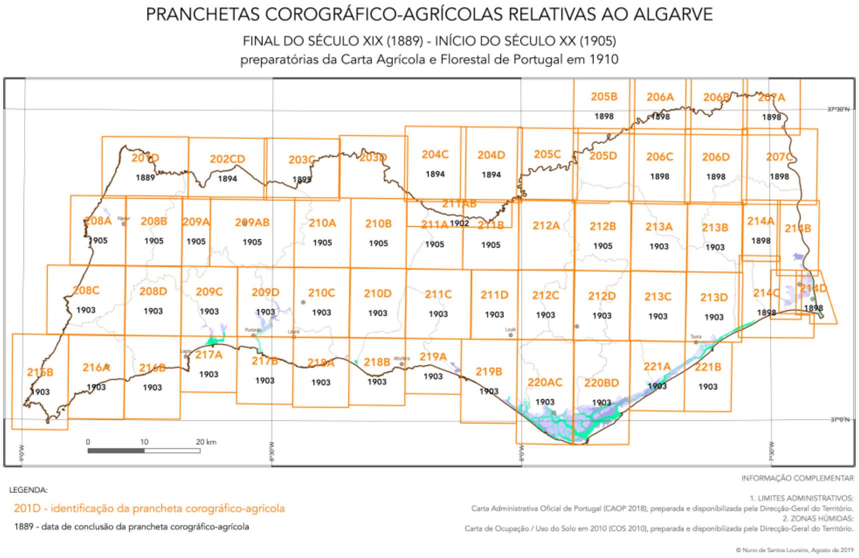


Figura 4.



Figura 5A.

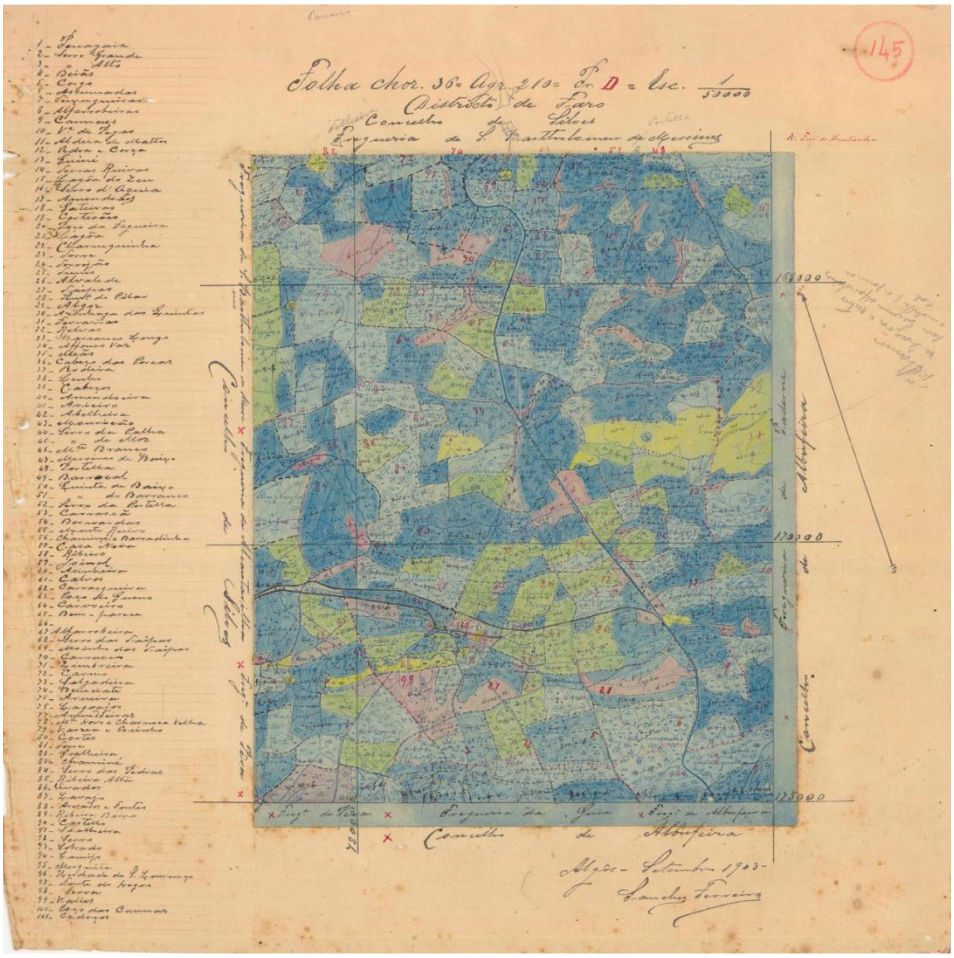


Figura 5B.

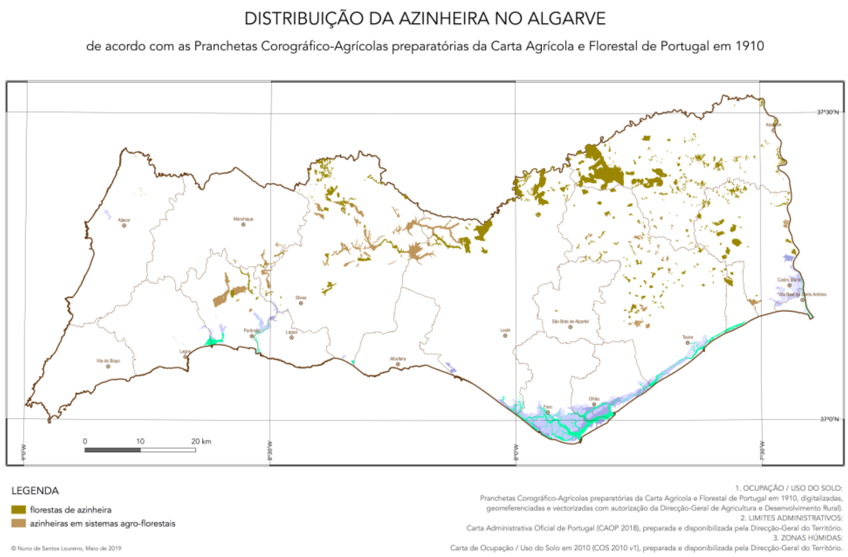


Figura 6.

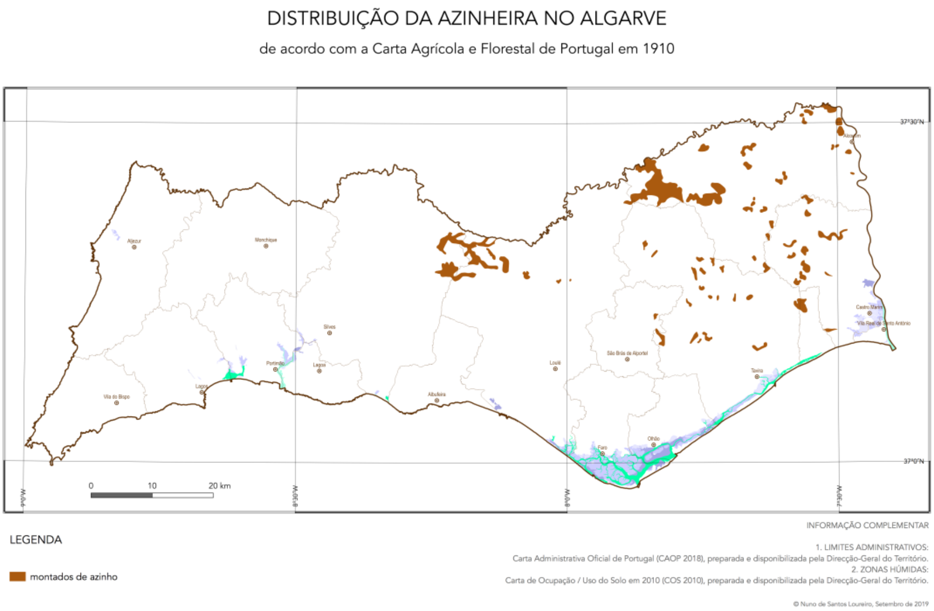


Figura 7.

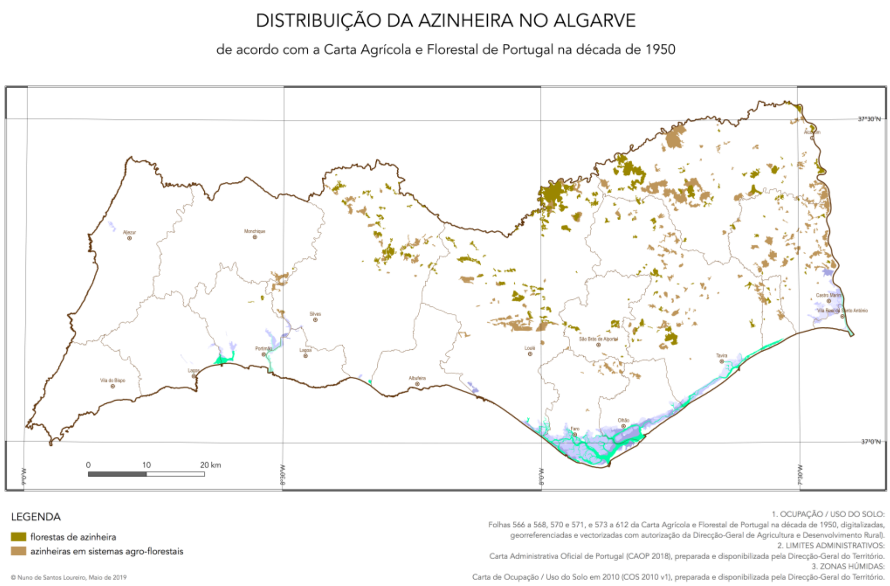


Figura 8.

Quadros:

Quadro 3

ÁREAS (em km2) NO ALGARVE COM DIVERSAS OCUPAÇÕES E USOS DO SOLO COM AZINHEIRAS, ENTRE AS DÉCADAS DE 1900 E 2015

	241	242	**Az SAF**	320	321	322	323	**Az FLO**	**Azinheira**
	azinheiras em SAF (sistemas agro-florestais)	sobreiros e azinheiras em SAF (sistemas agro-florestais)	**azinheiras em SAF (sistemas agro-florestais)**	azinhal (florestas de azinheira)	azinheiras em florestas com outras folhosas e/ou resinosas	azinhal aberto (florestas pouco densas de azinheira, eventualmente com outras espécies florestais)	azinheiras em florestas com outras folhosas e/ou resinosas (povoamentos em que a azinheira não é dominante)	**azinheiras em povoamentos florestais**	**SAF + povoamentos florestais**
PR-CAFP 1910	23.96	23.77	**47.73**	98.48	12.77	4.43	7.46	**123.13**	**170.87**
CAFP 1950s	111.33	1.25	**112.58**	65.26	2.37	0.65	16.11	**84.39**	**196.97**
COS 1995	41.25	14.41	**55.66**	215.83		6.27		**222.10**	**277.75**
COS 2007	94.27	13.82	**108.09**	37.99	15.44	100.03		**153.46**	**261.55**
COS 2010	94.18	13.76	**107.94**	38.59	15.46	99.97		**154.03**	**261.97**
COS 2015	34.54	13.64	**48.18**	209.41				**209.41**	**257.59**

Anexos:

Anexo 1

CHAVES DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE O CATÁLOGO SIMPLIFICADO E OS CATÁLOGOS DAS SEIS FONTES DE INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA UTILIZADAS

	241 **azinheiras em SAF (sistemas agro-florestais)**	**320** **azinhal (florestas de azinheira)**	**321** **azinheiras em florestas com outras folhosas e/ou resinosas**	**322** **azinhal aberto (florestas pouco densas de azinheira, eventualmente com outras espécies florestais)**	**323** **azinheiras em florestas com outras folhosas e/ou resinosas (povoamentos em que a azinheira não é dominante)**	**242** **sobreiros e azinheiras em SAF (sistemas agro-florestais)**
PR-CAFP 1910	a-vi-O-Z a-vi-Z a-Z d-i-vi-Z-O d-i-Z d-i-Z-X-O d-Z f-X-O-Z f-Z f-Z-O O-vi-Z O-X-Z O-Z O-Z-f-th-X O-Z-th-X O-Z-vi p-Z vi-d-Z vi-Z X-z X-Z-O Z-a Z-a-vi Z-c\-p Z-f Z-f-O-X Z-O Z-O-d Z-O-vi Z-O-X Z-p Z-p-d Z-V-O Z-vi Z-w-X Z-X-w	Z	Z-S Z-S-c\	w-Z Z-c\ Z-c\-w Z-w Z-w-c\	S-Z S-Z-c\	S-d-Z S-vi-Z S-Z-vi-O vi-S-Z Z-f-O-S Z-O-S Z-S-d Z-S-f-vi Z-S-f-vi-V Z-S-vi Z-S-vi-a Z-S-vi-V Z-vi-S
CAFP 1950s	Af-Am-Az Af-Az Af-Az-Am Af-Az-Ol Af-Az* Az-Af Az-Af-Am Az-Af-Ol Az-Af* Az-Af+Az-Af Az-Am Az-Am-Sb Az-Am+Ol Az-F-Af* Az-F+Am Az-Ol-Am Az-Ol-F Az-Ol+Az-Ol Az+Am Az+Ca Az+Ca+Am Az+F+Ca Az+Ol Ca/Am-Az Ca/Az Ca/Az-Af Ca/Az-Am Ca/Az-Ol Ca/Az* Ca/Az+Az Ca/Az+Ca Ca/Az+F Ca/Az+Ic Ca/Pnm-Az Ca+Az F-Af-Az F-Af-Ol-Az F-Am-Az F-Az Ht/Ol-Az Ic/Af-Az Ic/Az Ic+Ca+Az Ol+Az *Af-Az *Af-Az* *Am-Az *Az-Af *Az-Af* *Az-Am *Az-Ol *F-Az *Ol-Az	Az Az* Az+Az Az*+Az*	Az-Pnm Az-Sb Az-Sb* Az-Sb+Pnb+Ec	Az+Ic Ic/Az	Md+Az Pnb-Az* Sb-Az Sb-Az-Pnb Sb-Az* Sb-Az+Sb Sb-Az+Sb-Az *Az-Md *Az-Pnb* *Az-Sb *Az-Sb-Md *Sb-Az *Sb-Az*	Az-Sb+Ol Ca/Az-Sb Ca/Sb-Az Sb-Az-Af Sb-Az-Am Sb-Ol+Az
COS 1995	2.4.4.01.2 SAF de azinheira com culturas temporárias de sequeiro 2.4.4.02.2 SAF de azinheira com culturas temporárias de regadio 2.4.4.03.2 SAF de azinheira com pastagens	3.1.1.01.2 Florestas de azinheira		3.2.4.08.2 Cortes rasos de florestas de azinheira 3.2.4.10.2 Novas plantações de florestas de azinheira 3.3.4.02.2 Áreas ardidas de florestas de azinheira		2.4.4.01.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas temporárias de sequeiro 2.4.4.02.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas temporárias de regadio 2.4.4.03.6 SAF de sobreiro com azinheira e com pastagens 2.4.4.04.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas permanentes
COS 2007 v.2	2.4.4.01.2 SAF de azinheira com culturas temporárias de sequeiro 2.4.4.02.2 SAF de azinheira com culturas temporárias de regadio 2.4.4.03.2 SAF de azinheira com pastagens 2.4.4.04.2 SAF de azinheira com culturas permanentes	3.1.1.01.2 Florestas de azinheira	3.1.1.02.2 Florestas de azinheira com folhosas 3.1.3.01.2 Florestas de azinheira com resinosas	3.2.4.01.2 Florestas abertas de azinheira 3.2.4.02.2 Florestas abertas de azinheira com folhosas 3.2.4.05.2 Florestas abertas de azinheira com resinosas 3.2.4.08.2 Cortes rasos de florestas de azinheira 3.2.4.10.2 Novas plantações de florestas de azinheira 3.3.4.02.2 Áreas ardidas em florestas de azinheira		2.4.4.01.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas temporárias de sequeiro 2.4.4.02.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas temporárias de regadio 2.4.4.03.6 SAF de sobreiro com azinheira e com pastagens 2.4.4.04.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas permanentes
COS 2010	2.4.4.01.2 SAF de azinheira com culturas temporárias de sequeiro 2.4.4.02.2 SAF de azinheira com culturas temporárias de regadio 2.4.4.03.2 SAF de azinheira com pastagens 2.4.4.04.2 SAF de azinheira com culturas permanentes	3.1.1.01.2 Florestas de azinheira	3.1.1.02.2 Florestas de azinheira com folhosas 3.1.3.01.2 Florestas de azinheira com resinosas	3.2.4.01.2 Florestas abertas de azinheira 3.2.4.02.2 Florestas abertas de azinheira com folhosas 3.2.4.05.2 Florestas abertas de azinheira com resinosas 3.2.4.08.2 Cortes rasos de florestas de azinheira 3.2.4.10.2 Novas plantações de florestas de azinheira 3.3.4.02.2 Áreas ardidas em florestas de azinheira		2.4.4.01.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas temporárias de sequeiro 2.4.4.02.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas temporárias de regadio 2.4.4.03.6 SAF de sobreiro com azinheira e com pastagens 2.4.4.04.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas permanentes
COS 2015	2.4.4.00.2 SAF de azinheira	3.1.1.00.2 Florestas de azinheira				2.4.4.00.6 SAF de sobreiro com azinheira



Em busca do(s) mapa(s) perdido(s): coalescência e fragmentação das demarcações pombalinas na definição territorial da região demarcada do Douro (1757-1761)

Helder Marques
FLUP e CEGOT, htrigo@letras.up.pt

Mário Gonçalves Fernandes
FLUP e CEGOT, mgfernan@letras.up.pt

Palavras-chave:
cartografia; viticultura; região demarcada do Douro; demarcações vitícolas

1.As demarcações

Na europa, as demarcações regionais vitícolas foram não só diacronicamente as mais precoces como também as que definiram a substancia e essência das atuais indicações de proveniência geográfica e mesmo de designações de origem. Quase todas estabelecidas no período pós filoxérico, no caso de Portugal em 1908, obedeciam a requisitos e propósitos bastante semelhantes.

Possuíam, independentemente da sua maior ou menor dimensão, e em primeiro lugar, uma dada territorialidade, sincronicamente vertida ou não em mapas, o que implicava uma espacialidade concreta, identificável por contornos precisos que delimitavam um espaço mais ou menos homogéneo, o que se consubstanciava numa continuidade territorial, normalmente sem enclaves, não havendo fragmentação e sendo, portanto, a coalescência a regra. Em segundo lugar, o recorte territorial obedecia à individualização de características organoléticas suficientemente distintas e irrepetíveis, dado resultarem, em boa medida, quer de um dado "terroir", quer de condições pedo-climáticas relativamente semelhantes, fatores que somados às castas dominantes utilizadas, conferiam ao vinho a "tipicidade" facilmente reconhecível pelos consumidores. Em terceiro lugar, cada demarcação regional implicava, ou veio a implicar uma moldura e enquadramento jurídico de regulação, com maior ou menor espessura jurídica, consoante os casos.

Tudo o que acima se diz tem que ver com o facto de comummente se aceitar que o Douro foi a primeira região vitícola demarcada, pouco depois da criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756. Majestática e monopolista, tal como o tinham sido as anteriores conotadas com o absolutismo e associadas ao Marquês de Pombal. É evidente que, em bom rigor, não se pode aceitar de forma descontextualizada a associação simplista às verdadeiras demarcações que ocorreram muito posteriormente.

No fundo, as demarcações pombalinas não mais fizeram do que fazer transitar para o território um prática que já anteriormente era corrente sobretudo por parte dos negociantes ingleses que, sem possuir grandes propriedades no Douro, operavam no comércio do vinho a partir da cidade do Porto e que eram recorrentemente acusados de se aproveitar de forma inapropriada do aumento da exportação que dispara a partir do último quartel do século XVII e que se prolonga por quase toda a primeira metade do século XVIII. A queda dos preços a partir dos anos cinquenta apoquenta eclesiásticos e grades proprietários durienses, principais instigadores da formação da Companhia, onde detinham os lugares decisórios e gozavam de prerrogativas recorrentemente vistas como demasiado discricionárias.

Em todo o caso, porque não só territorialmente estabelecida a destrinça entre os vinhos de ramo e de embarque, como também pela abertura da região nos xistos de Barqueiros e Barrô e fecho no canhão da Valeira, os contornos são, de facto, relativamente semelhantes aos que foram definidos em 1908 se se excetuar, como é evidente, o Douro Superior, só há pouco mais de um século incorporado.

Não custa aceitar que as demarcações pombalinas e, posteriormente, as marianas, foram assumidamente fragmentadas e nunca tiveram a coalescência como matriz, a não ser num ou outro caso, mais como discurso retórico do que verdadeiro desígnio ou intencionalidade. Excluíram-se, pelos mais diversos motivos, territórios intercalares ou demasiado afastados dos classificados como produzindo vinho de embarque, argumentando-se, no primeiro caso, não ser evidente a dominância vitícola em termos de ocupação do solo, ou, no segundo, pese embora a qualidade do vinho que poderia ser eventualmente considerado como de embarque, remetendo o motivo da exclusão para a sua excentricidade, o mesmo é dizer para a distancia, em si mesmo, porque aumentava a dificuldade de fiscalização por parte da companhia do transporte e, inerentemente, a eficácia de controle.

2. O(s) mapa(s)

Entre os documentos conhecidos relativosao processo de instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e às demarcações pombalinas existem duas missivasque referenciam um mapa do Rio Douro. A primeiradelas, datada de 28 de Julho de 1757 eassinada por "Sebastião Joseph de Carvº e Mello" refere um "Mappa do Rio Douro" enquanto a outra, datada de 1772 e enviada por Mesquita e Moura ao Marquês de Pombal, referenciaum "Mapa das terras vizinhas ao rio Douro" de 1757 (OLIVEIRA e MARINHO, 1983, entre pp. 48-49). Trata-se do mesmo mapa, uma representação esquemáticae simplificada da posição relativa das "terras vezªs ao R.º Douro", numeradas de 1 a 105, de jusante para montante, começando em "Entre ambos os rios", na margem direita, voltando à foz e terminando em S. João da Pesqueira, na margem esquerda.

É um mapa que, depois de copiado e extraído de junto dos quadros adjacentes que originalmente descrevem aspetos relativos à produção vinícola das terras representadas,foi profusamente publicado e é

sobejamente conhecido, mas não é o único mapa referido na documentação, nem corresponde à representação das demarcações então ordenadas e concretizadas, pelo que a busca cartográfica continua, na senda do labor desenvolvido pelo Engenheiro-Agrónomo Álvaro Moreira da Fonseca, expressado na obra, em três volumes, "As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro", publicada pelo Instituto do Vinho do Porto, em 1949.

Movido pela primordial curiosidadesurgidaao deparar "com os primeiros e autênticos marcos pombalinos" (Vol. I, p. 11),além de publicar o referido "Mappa do Rio Douro" (Vol. I, entre pp. 54-55), Álvaro Moreira da Fonseca transcreveu e comentou os textos coevos relativos às demarcações de 1757, 1758 e 1761, considerando, a partir deles, a existência de um mapa das demarcações eporfiandona respetiva busca, com "pesquisas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo" (Vol. I, p. 12)tendo em vista"encontrar o mapa das demarcações que, pelos documentos compulsados, sabíamos ter existido, mas do qual não havia o menor vestígio" (Vol. I, p. 13).

Na verdade, considerando que,nos textossetecentistas compulsados, as referências à cartografia utilizam recorrentemente a expressão "carta topográfica" é possível que não tenha existido "o mapa das demarcações", mas antes os vários mapas das demarcações, parciais, de grande escala, a qual era, na época, a característica incontornável na aplicaçãodo termo topográfico. Apesar de tudo, com este pressuposto, o potencial aumento do número de documentos cartográficos apenas acrescenta, na mesma medida, a perplexidade face ao desconhecimento do paradeiro de qualquer exemplar levantado pelos"officiaes de Infantaria com exercício de Engenharia que dirigirão as ditas Demarcações, para reduzirem a Carta Topograficadellas aos precisos limites das mesmas Instrucções" (Vol. II, p. 18).

Com infrutíferos resultados no que toca ao achamento do(s) mapa(s), Álvaro Moreira da Fonseca tratou de proceder à reconstituição cartográfica das demarcações, seguindo as informações da documentação setecentista e apoiando-se, segundo as suas palavras, nas "cartas do Estado Maior na escala de 1/50.000"(Vol. I, p. 15), as quais lhe terão sido de "enorme auxílio" apesar das "deficiências graves [que] apresentam", oque exemplifica com alguns casos (Vol. I, pp. 15-17).

De qualquer forma, Álvaro Moreira da Fonseca concebeu três mapas que, de alguma maneira, pretenderam substituir-se aos mapas das demarcações e que são os seguintes:

- "As Demarcações do Ano de 1757", sem escala [ca. 1:80.000], 77 x 56 cm (Vol. I, entre pp. 234.235;
- "As Demarcações do Ano de 1758", 1:80.000, 77 x 56 cm (Vol. II, entre pp. 342-343; contém janela com representação do Rio Douro desde a faz até Mesão Frio, na escala de 1:100.000;
- "As Demarcações do Ano de 1761", 1:80.000, 77 x 56 cm (Vol. II, entre pp. 291-292; contém janela com representação do Rio Douro desde a faz até Mesão Frio, na escala de 1:100.000.

Trata-se de documentos cartográficos cuja base cartográfica aparenta corresponder à série cartográfica 1:50.000, iniciada em finais do século XIX (ALEGRIA e GARCIA, 1995, p. 80) e, aqui, generalizada para a escala de 1:80.000, no caso do Alto Douro e para a escala de 1:100.000 no caso da janela que abarca o tramo desde a foz do Douro a Mesão Frio. Como todas as séries cartográficas, esta também possui folhas com datas de edição bastante diversas, o que explica que a folha 9C, da cidade do Porto, porque tem data de edição de 1915, ainda não apresente na malha urbana a Avenida Marechal Gomes da Costa (cujo processo de abertura decorreu durante a década de 1920 e se concluiu em 1931), enquanto as folhas relativas ao Alto Douro têm datas de edição entre 1934 e 1940 (10A, 1937; 10B, 1934; 10C, 1935; 10D, 1940; 11ª, 1940; 11C, 1940; 14ª, 1940; 14B, 1934; 15ª, 1936).

Para todos os efeitos, a escala 1:50.000 foi desde sempre elaborada pelo Instituo Geográfico e Cadastral e a referência de Álvaro Moreira da Fonseca ao Estado Maior, pode derivar apenas do facto de as ter conseguido através desse organismo que, naturalmente, as poderia possuir. Aliás, apesar de as escalas do Serviço Cartográfico do Exército serem as de 1:25.000 e 1:250.000 e as do Instituo Geográfico e Cadastral serem as de 1:50.000 e 1:100.000, a necessidade de articulação e partilha entre ambas as instituições foi legalmente sublinhadaem 1932, a propósito da criaçãodos Serviços Cartográficos do Exército (revertendo a fusão, em 1929, da Secção de Cartografia do Estado Maior com o Instituto Geográfico e Cadastral), afirmando-se então que todas aquelas cartas “constituirão um sistema harmónico na repartição das fôlhas, escalas, nomenclaturas, quadrícula e sinalização convencional” (Diário do Governo, I Série, nº 276, Artº 5º, alínea c)).

Voltando aos mapas das demarcações concebidos porÁlvaro Moreira da Fonseca, importa sublinhar que a tarefa não terá sido simples, quer por todas as razões que o mesmo explicita, nomeadamente, na interpretação dos textos das demarcações “quando, durante os meses dos anos de 1944 e 1945 a Direcção do Instituto [do Vinho do Porto] nos permitiu percorrer a Região com o fim de identificarmos estas demarcações” (Vol. III, p. 301), quer tecnicamente, já que os mapas tiveram que ser desenhados por generalização a partir das folhas originais da carta 1:50.000, reduzindo-se alguma informação (nomeadamente, a eliminação da simbologia relativa à representação da topografia) e acrescentando-seas cores que identificam as áreas de cultivo dos diferentes vinhos, ou seja“acrescentandosse as individuaçoens que são indispensáveis para se distinguirem os vinhos das cinco diferentes qualidades que vão declaradas na Instrução ou Idêa que ajuntarey a esta carta debaixo do numero primeiro.” (Vol. I, p. 51). Essas ‘individuaçoens’ correspondem, linearmente, à utilização da progressão espectral das cores para a simbolização, ou seja, adequando a variação do preço dos vinhos à variação dos comprimentos de onda na banda visível do espectro electromagnético:

> "E para que as referidas individuaçoens fiquem sempre destintas, e possão ser perpetuadas e publicas assim neste Reino como fora delle se notarão os terrenos que produzem vinhos finos ou de Feitoria com hum banho de vermelho, os que produzem os vinhos de preço de trinta reis, com um banho de amarello, os que produzem o vinho de vintém, com banho verde, os que produzem o vinho de quinze reis com banho roxo, e os que produzem o vinho de doze reis e meyo com banho azul; Ficando todos os mais Terrenos de vinho de dez reis sem algum destentivo, e na cor natural do papel em que se estampar a referida carta." (Vol. I, pp. 51-52).

A utilização da progressão espectral aparenta ser uma prática da época, como, aliás,o exemplifica a posterior utilização no mapa hipsométrico (Wallis, H. M., Robinson A. H., 1987, pp. 145-146) que levaria, inclusivamente, a convencionar-se aquela progressão com a expressão "cores hipsométricas". A aplicação das cores nos três mapas das demarcações é desigual, com um resultado menos conseguido no mapa relativo a 1757 e mais satisfatório no de 1761; aliás, o resultado neste ou o exemplo de utilização da cor no Atlas de Portugal de Aristides de Amorim Girão, de 1941,permitem eliminar as justificações relacionadas com limitações técnicas da impressão a cores em relação ao mapa de 1757 e pensar, antes, num gradual ajustamento das cores, desde a impressão do mapa do volume I até à impressão do mapa do Vol. III.

Entretanto, a sequência de cores aplicadas não correspondem rigorosamente à sequência espectral prevista visto que, ao verificar que as referências das "individuaçoens" apresentavam uma lacunapor não apresentar "a cor destinada à zona produtora de vinhos de 15$000 que haviam de ser vendidos a 25 réis" (Vol. I, p. 52),Álvaro Moreira da Fonseca desvirtuou a subjacente progressão espectral ao acrescentar-lhe um castanho claro entre o amareloe o verde. Além disso, Álvaro Moreira da Fonsecafez "enriquecer" visualmente os mapas, criando nova simbologia (que conjuga cores com tramas e com símbolos de implantação pontual) para representar situações não previstas, normalmente relacionadas com alguma incerteza ou com a associação de tipos de vinhos (por exemplo: "Zona Provável de Feitoria" e "Vinhos Brancos de Feitoria" no mapa de 1757; "Vinho Branco de Feitoria e Tinto de 10$500 Reis" ou "Vinhos de 6$400 Reis e Provenientes de Xantoados, Arvores e Ramadas", entre outros, nos mapas de 1758 e 1761.

Finalmente, apesar de alguma fragilidade patente na escolha da simbologia acrescentada, na ausência de escala no mapa de 1757 e no posicionamento dos poucos elementos de mapa apresentados, importa reconhecer a importância do contributo cartográfico conjetural para o tema das demarcações Pombalinas, o que constituiu o objetivo essencial explicitado por Álvaro Moreira da Fonseca. De facto, foi o próprio Álvaro Moreira da Fonseca quem referiu que "os mapas não deverão ser vistos à lupa, nem poderão traduzir com fidelidade total os factos [mas] representam contudo, e com muita aproximação, as

demarcações levadas a efeito" (Vol. I p. 18), sublinhando ainda que "se algum valor este estudo vier a ter, esse advém-lhe, certamente, quer da inclusão do mapa que representa a Região Pombalina de impossível reconstituição até hoje por falta dos necessários elementos, quer ainda dos materiais que extraímos do pó dos arquivos e que nos permitem recompor tão importante capítulo da história do Douro Vinhateiro" (Vol. I, p. 14).

Bibliografia referida

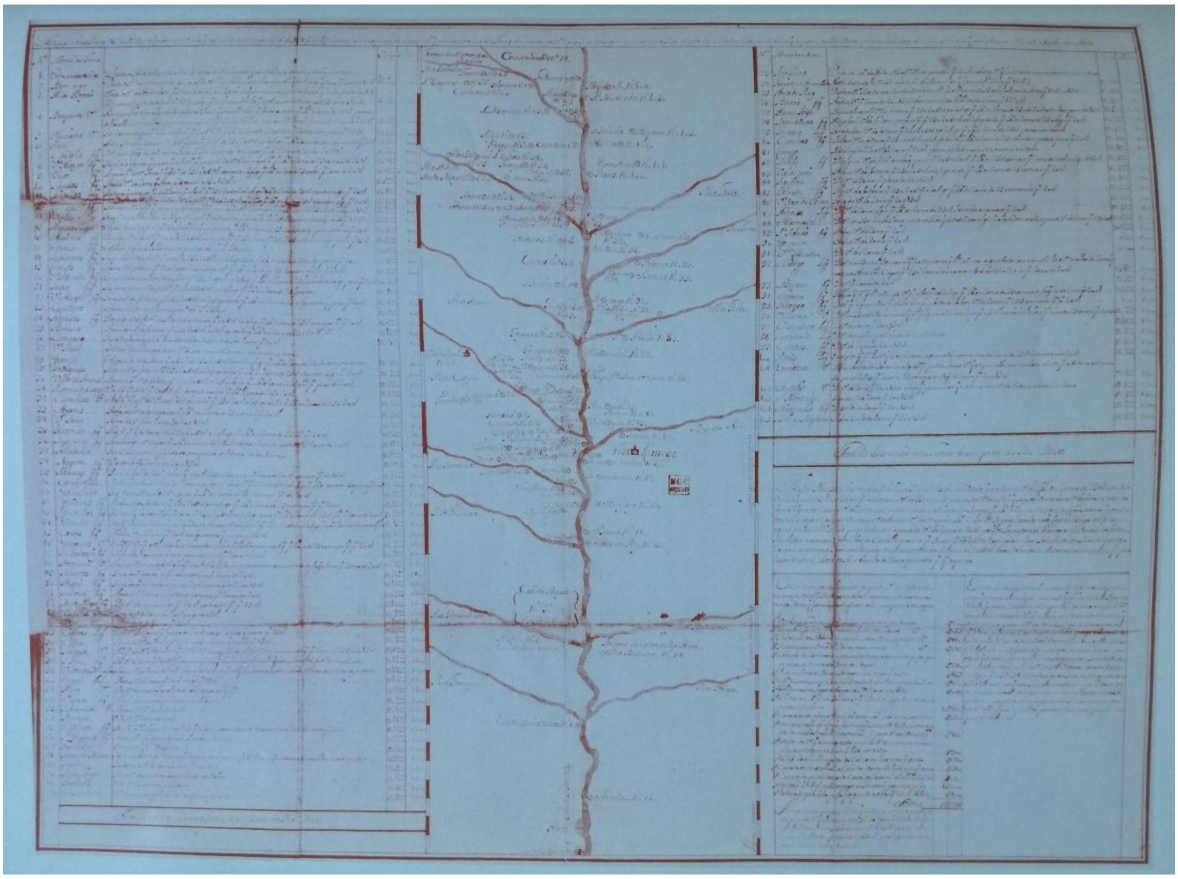
ALEGRIA, M. Fernanda e GARCIA, João C., "Aspectos da evolução da Cartografia portuguesa (séculos XV a XIX)", in Mª Helena DIAS, coord., *Os Mapas em Portugal, da tradição aos novos rumos da cartografia*, Lisboa, Ed. Cosmos, pp. 27-84, 1995.

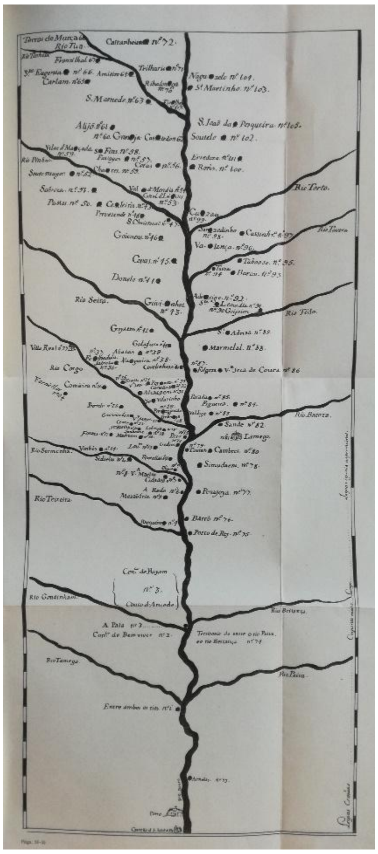
GIRÃO, Aristides de Amorim, *Atlas de Portugal*. Coimbra: Gráfica de Coimbra (texto) e Lito-Coimbra (mapas), 1941(2ª edição 1958).

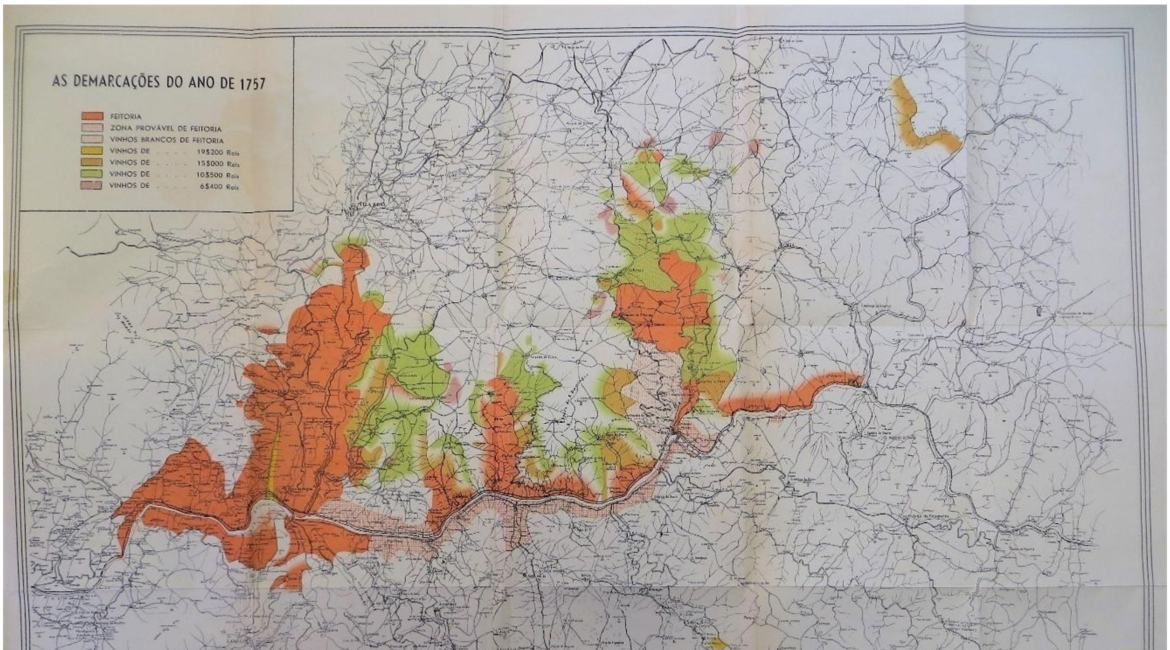
FONSECA, Álvaro Moreira, As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro, Porto, Edição do Instituto do Vinho do Porto, 2 Vols., 1949.

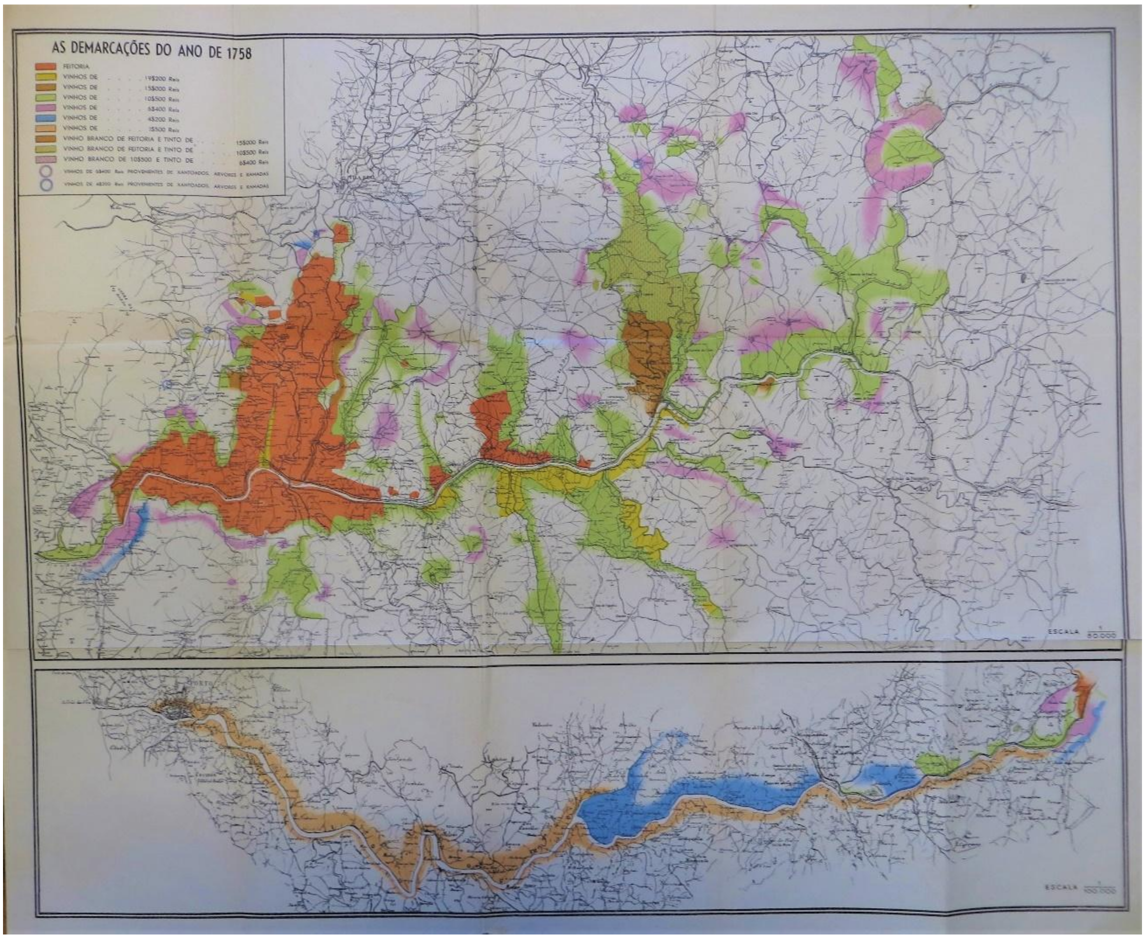
OLIVEIRA António Braz e MARINHO, M. José (Orgs.), *"Devassa a que mandou proceder Sua Magestade no Territorio do Alto Douro pelo Desembargador Antonio de Mesquita e Moura [1771-1775]"*, Lisboa, Ministério da Cultura, Série Documental da Biblioteca Nacional, 1983.

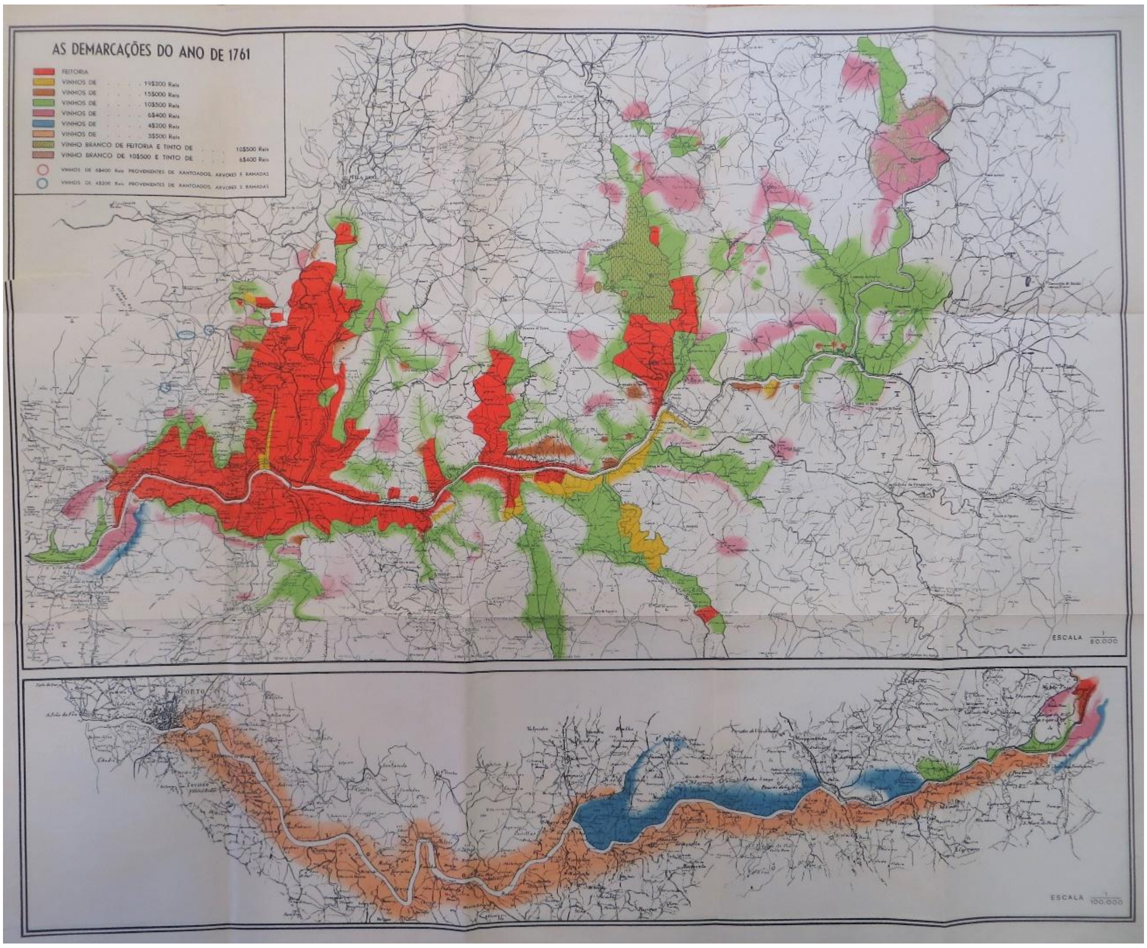
ROBINSON, Arthur H. e WALLIS, Helen M., *CartographicalInnovations, An Internacional handbookofMappingTerms to 1900*. Londres, MapCollector Pub. e ICA, 1987.




Rio Tua
Rio Pinhão
Rio Torto
Rio Seixo
Rio Corgo
Rio Barroza
Rio Teixeira
Rio Tamega
Lamego


AS DEMARCAÇÕES DO ANO DE 1757
FEITORIA
ZONA PROVÁVEL DE FEITORIA
VINHOS BRANCOS DE FEITORIA
VINHOS DE . . . . . 19$200 Reis
VINHOS DE . . . . . 15$000 Reis
VINHOS DE . . . . . 10$500 Reis
VINHOS DE . . . . . 6$400 Reis


AS DEMARCAÇÕES DO ANO DE 1758
FEITORIA
VINHOS DE . . . . . 19$200 Reis
VINHOS DE . . . . . 15$000 Reis
VINHOS DE . . . . . 10$500 Reis
VINHOS DE . . . . . 6$400 Reis
VINHOS DE . . . . . 4$200 Reis
VINHOS DE . . . . . 1$500 Reis
VINHO BRANCO DE FEITORIA E TINTO DE . . . . 15$000 Reis
VINHO BRANCO DE FEITORIA E TINTO DE . . . . 10$500 Reis
VINHO BRANCO DE 10$500 E TINTO DE . . . . 6$400 Reis
ESCALA
ESCALA


AS DEMARCAÇÕES DO ANO DE 1761
FEITORIA
VINHOS DE . . . . . 19$200 Reis
VINHOS DE . . . . . 15$000 Reis
VINHOS DE . . . . . 10$500 Reis
VINHOS DE . . . . . 6$400 Reis
VINHOS DE . . . . . 4$200 Reis
VINHOS DE . . . . . 3$500 Reis
VINHO BRANCO DE FEITORIA E TINTO DE . . . . 10$500 Reis
VINHO BRANCO DE 10$500 E TINTO DE . . . . 6$400 Reis
VINHOS DE 6$400 Reis PROVENIENTES DE XANTOADOS, ARVORES E RAMADAS
VINHOS DE 4$200 Reis PROVENIENTES DE XANTOADOS, ARVORES E RAMADAS
ESCALA
ESCALA

Análise toponímica da carta da Nova Lusitânia

Paulo Márcio Leal de Menezes[1]
pmenezes@acd.ufrj.br

Manoel do Couto Fernandes[1]
manoel.fernandes@urfj.br

Kairo da Silva Santos[1]
kairo.geo@gmail.com

Fernando de Souza Antunes[1]
fer.souza.antunes@gmail.com

Patrick Loss Oliveira[1]
patrickloss.ufrj@gmail.com

José Gomes dos Santos[2]
jgs966@gmail.com

Resumo:

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise da toponímia existente no exemplar de 1798 da Nova Luzitania, bem como levantar questões sobre as diferenças encontradas nas demais versões, principalmente no que tange à diferenças ortográficas, quantidade de topônimos e alterações toponímicas O mapa denominado "*Carta da ProjecçãoGeographicaEsphericaOrthogonal da Nova Luzitania ou America Portugueza e Estado do Brazil*", de 1798, juntamente com as versões, é sem dúvida um dos monumentos cartográficos desenvolvidos pela cartografia portuguesa do fim do século XVIII. Tendo como organizador o geógrafo, astrônomo e capitão de fragata Antonio Pires da Silva Pontes Leme e um grupo listado em sua legenda de 34 personagens, entre astrônomos, geógrafos e engenheiros, que contribuíram para a sua construção. Nas demais versões, 1795, 1797 e 1803, apesar de não citados, acredita-se que a grande maioria dos colaboradores citados em 1798 também lá estivessem. Cabe aqui também citar os desenhadores Jozé Joaquim Freire e Manoel Tavares da Fonceca, citados nas versões de 1797 e 1798. No entanto, o exemplar existentena *BibliothéqueNationale de France* (BNF), apresenta

[1]Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Departamento de Geografia– Instituto de Geociências, Laboratório de Cartografia – GeoCart, Av. Athos da Silveira Ramos, 274 – 21941-916 – Cidade Universitária – RJ, Brasil.
[2] Universidade de Coimbra – Departamento de Geografia.

seu título como *Carte de l'Amériqueéquinoxiale et duBrésil* e é indicada sua autoria para José Lopes dos Santos, pois é o nome que se encontra no encarte da Barra do Pará, em seu canto superior direito.

A metodologia aplicada ao trabalho foi definida pela extração dos topônimos através no exemplar de 1798. É importante salientar que a extração foi desenvolvida sobre uma cópia digital com resolução de 300 dpi. Os topônimos foram extraídos por análise visual em ArcGis, sendo categorizados através da legenda do mapa e de feições geográficas identificadas por seu termo específico. Cidades, vilas, freguesias, sítios, fortalezas, registros e lugares, foram reunidas sob um grande grupo denominado assentamentos. As minas de ouro e de ferro, assim como lavras, foram agrupadas sob extração mineral. Divisas internacionais, divisão de capitanias, foram agrupadas segundo limites. Caminhos, teve uma classificaçãoúnica. As feições hidrográficas, tais como rios, córregos, lagos, lagoas, praias, barras, pontas, cabos, arroios, enseadas, ilhas, cachoeiras, baixios ou baixos, recifes e outras, foram agrupadas sob um grande grupo denominado hidrografia. Serras, morros, campos, vulcões, picos foram reunidos sob o grupo orografia. Finalmente os nomes de tribos, grupos ou famílias indígenas, foram agrupados sob o nome de etnias. Dessa forma criou-se uma visão em árvore, que pode ser densificada quando necessária. Cada uma das feições extraídas teve associada as suas coordenadas de mapa (X,Y), definidas pelo sistema do ArcGis, pois será um elemento comparativo com alguns dos demais exemplares. Nesta fase foram extraídos 4170 topônimos, porém existe ainda um volume relativamente grande, que devido aos problemas de degradação do mapa, dependerãodas fases subsequentes para serem extraídos.

A segunda fase, a qual está em andamento, diz respeito a localização do topônimo e identificação dos topônimos nas demais versões. Está sendo testada para o exemplar da BNF e de Lisboa, uma transformação de coordenadas, tendo em vista os mapas serem de resoluções e dimensões diferentes, não se tendo chegado a uma melhor definição desse processo. Em relação ao mapa de Coimbra, por não haver uma digitalização completa de todo mapa em alta resolução, a análise está sendo elaborada visualmente, através das fotografias digitais tomadas pelo Prof. José Gomes da Universidade de Coimbra.

A terceira fase será definida pela classificação linguística, em espanhol, francês, inglês, português, indígena (procurando a identificação com a família indígena associada) ou híbrida, bem como se ocorreu algum tipo de alteração ortográfica.

Por último serão consideradas as mudanças de posição de topônimos, os quais deverão ser acompanhados de uma figura do local onde ocorreu a alteração. Topônimos faltantes em uma ou outra versão, como também a própria falta da feição geográfica (rios, praias, lagoas, etc), também serão reportados.

A fase final do trabalho será a configuração de um banco de dados, onde todososresultados serão reunidos e disponibilizados para a pesquisa, através de uma página web.



Análise cartográfica da Nova Lusitânia

Paulo Márcio Leal de Menezes[1]
pmenezes@acd.ufrj.br

Kairo da Silva Santos[1]
kairo.geo@gmail.com

Tainá Laeta[1]
tainalaeta@gmail.com

Francisco José Corrêa Martins[1]
correa_martins@ufrrj.br

Manoel do Couto Fernandes[1]
manoel.fernandes@urfj.br

Resumo:

O mapa denominado "*Carta Geographicade ProjecçaõEsphericaOrthogonal da Nova Luzitania ou America Portugueza e Estado do Brazil"*, de 1798, juntamente com suas versões de 1795 (?), 1797 e 1803, é sem dúvida um dos monumentos cartográficos desenvolvidos pela cartografia portuguesa do fim do século XVIII.Seu organizador foi o geógrafo, astrônomo e capitão de fragata Antonio Pires da Silva Pontes Leme, que para tal se apoiou no trabalho de 34 personagens, entre astrônomos, geógrafos e engenheiros, que, embora somente mencionados no espécime de 1798, contribuíram para a contribuíram para a construção dos três exemplares.

Todos as versões são semelhantes em aparência, diferindo em dimensões, e em conteúdo, detalhamento e distribuição de toponímia, o que será objeto de um outro trabalho. A maior semelhança, no entanto, diz respeito a projeção cartográfica definida para a sua representação.

O mapa de Lisboa, sabidamente anterior a 1797, mostra-se incompleto, não apresentando nenhuma informação a respeito de data ou de sua estrutura projetiva. O de 1797 em seu título apresenta-se como a "*Carta Geographicade ProjecçaõEspherica da Nova Luzitania ou America Portugueza e Estado do Brazil*", notando-se a falta da palavra *Orthographica* existente no exemplar de 1798. O exemplar de 1803, existente na Biblioteca Nacional da França, não possuí a legenda devido a existênciade apenas sua metade superior. Ressalta-se

---

[1] Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Departamento de Geografia– Instituto de Geociências, Laboratório de Cartografia – GeoCart, Av. Athos da Silveira Ramos, 274 – 21941-916 – Cidade Universitária – RJ, Brasil.

ainda a existência de uma cópia, na mapoteca do Itamaraty, Ministério da Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, que na realidade é cópia do modelo de 1795 (?), no qual foi adicionada a legenda da Carta de 1798.

O objetivo deste trabalho é apresentar as possíveis hipóteses sobre a projeção cartográfica adotada para todas as versões da Nova Luzitania, através da identificação de características que permitiram inferir e comprovar essa projeção.

A metodologia aplicada consistiu em uma busca bibliográfica, onde verificou-se serem insuficientes as informações sobre a estrutura cartográfica do mapa. Em um artigo apresentado pelo General Djalma Polli Coelho, em outubro de 1950, é afirmado que a projeção sugerida pelo seu título, como esférica ortogonal, parecia ser uma projeção equivalente "*Sanson- Flamsteed*". No entanto, a expressão*carta geographicada projecçaõesphericaorthogonal*, permite inferir também como uma projeção azimutal equatorial ortogonal. Dessa forma, para as duas prováveis projeções foram definidos os seguintes parâmetros: a) Confirmação da escala sobre o Equador;b) cálculo e confirmação da escala estimada por Polli Coelho (1950), de 1:3.865.000; c)definição dos limites físicos do mapa; d) definição da distorção ao longo do Equador nas duas projeções; e) Cálculo e definição do raio da esfera modelo para as projeções; f) definição e cálculo das longitudes referentes ao meridiano de Greenwich;g) georreferenciamento do mapa no esquema projetivo definido; h) definição de pontos de controle, para verificação de seus deslocamentos face ao georreferenciamento.

Calculado o raio da esfera modelo, a escala foi confirmada em valores aproximados, bem como alertado sobre as distorções que podem ocorrer ao longo do Equador e paralelos

Foram estabelecidos todos os elementos necessários para a realização do estudo comparativo entre as duas projeções, permitindo que se fundamente que a projeção adotada para a Nova Luzitania, ter sido uma projeção azimutal ortográfica equatorial, aplicada no meridiano 315°, aplicado em sentido oeste-leste, (anti-horário),a partir da Ilha do Ferro. Este meridiano está referenciado ao meridiano de -62° 39'45,975''Greenwich.

Foi desenvolvido ainda um estudo sobre as demais versões do mapa, para os quais a projeção foi confirmada também, poréma variação das dimensões entre eles caracteriza forçosamente ou uma variação da escala ou uma variação da área geográfica mapeada. Isso é evidente no exemplar de Lisboa e no exemplar de Coimbra, pois os limites são diferentes em relação ao exemplar de 1798. Esta discussão também será apresentada.

Um erro é apresentado no mapa de 1798, e que diz respeito à marcação das longitudes nos seus limites superior e inferior. No limite superior as longitudes estão marcadas e de 5° em 5°, iniciando-se em 295° até 345°. No limite inferior, inicia-se em 290°seguindo-se então até 320°, exibindo a seguir valores de 225°a 250°.

Palavras-chave:

Cartografia colonial portuguesa, Nova Luzitania, Projeções cartográficas, Cartografia histórica

Porto: ainda a cidade das aldeias?
Da Carta de Augusto Telles Ferreira à Porto 2001

Mário Mesquita
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), Arquitecto e investigador (I2ADS, CITCEM), Professor Auxiliar na FAUP, mmesquita@arq.up.pt

Bruno Quelhas
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Finalista do Mestrado Integrado em, Arquitectura (FAUP), b.plasenciaquelhas@gmail.com

Resumo:

A presente comunicação pretende ampliar a reflexão sobre a cidade do Porto e as suas inter-relações sócio espaciais e intersecções cidade/campo. Neste território, cuja expansão polinuclear, preserva algo do "comum" e da "comunidade", o que significa, na contemporaneidade, a herança dos "Lugares" que o compunham no final do século XIX e que foram cadastrados (entre 1860 e 1892), ainda antes da sua delimitação formal, com a estrada da Circunvalação? Se compararmos a cidade contemporânea com a da Carta Topográfica da Cidade do Porto de 1892 (coordenada por Augusto Telles Ferreira) aferimos que são evidentes as permanências que permitem ler espacialidades de resistência da estrutura oitocentista e dos "rasgamentos" que se planeavam, revelando, hoje, outra cidade, a "cidade das aldeias" que foi sobrevivendo à implantação de "outras", como a industrial, a do "trabalho".

Abordando os processos de transformação desses territórios, actualmente instáveis social, espacial e culturalmente, falamos de sítios, em sistema (espacial e humano) e, sobre os quais, há 127 anos, foram traçados planos de expansão ainda por concluir. A empresa a que essa equipa se lançou, não teve como objectivo único o levantamento do território por fins cartográficos, mas sim "a criação de uma ferramenta de gestão/administração do espaço urbano para a Municipalidade" – Telles Ferreira refere-o no Relatório da Comissão Municipal onde admite criar um registo da informação essencial para um conhecimento rigoroso e analítico da cidade e seu planeamento, ao que acrescenta que serviria "para se poder melhor apreciar os novos estudos de ruas que forçosamente se hão-de abrir nas freguesias anexadas", depois de concluída a Circunvalação.

Após o mapeamento dessas espacialidades e sociologias (a partir de cartografia – hoje histórica), tornouse possível revisitar os percursos do Porto do século XIX, verificar a resiliência desses processos físicos/sociais de ocupação do território e compreendê-los na cidade actual. Convocando a dimensão histórica, usando-a na medida das necessidades de compreensão da contemporaneidade, interpretando/bservando/registando o espaço nos próprios "Lugares", repensamos, no presente, as suas idiossincrasias.

Partindo da premissa que o território das cidades é composto por rupturas e continuidades que nos informam do seu processo de transformação (entretecido, arqueologicamente, como camadas, sobrepondo espessuras) como objecto de estudo, não se constitui em realidades estáticas. Pelo contrário: a sua formação/consolidação são processos dinâmicos/sobreviventes, que se alternam, estabelecendo-se como matéria desenhada/cartografada, produzindo evidências históricas materiais, reproduzindo a invenção do território, o desenho do ambiente urbano e a afirmação do ser urbano.

Ao atentarmos na importância da informação e sobretudo da interpretação da cartografia histórica, das várias cartografias que se vão sobrepondo/sucedendo no tempo, observarmos, no caso específico da Carta de 1892, um retrato esclarecedor do tecido urbano portuense do último quartel de 1800 nas vésperas dos limites que hoje conhecemos (conclusão da Estrada da Circunvalação em 1896 e a troca de terrenos com concelhos vizinhos, e.g. zonas da Sr.ª da Hora, Rio Tinto e o leste da freguesia de Campanhã). Se fizermos um exercício de comparação com a cidade contemporânea, especialmente com a que resultou da "Porto 2001", com todo um conjunto de intervenções ligadas à requalificação do espaço público planeadas para a Capital Europeia da Cultura e à sua acção sobre as redes de caminhos oitocentistas (apenas consagradas numa pequena e redutora parte intitulada de "Caminhos do Romântico" – que pressupunham recriar uma rede excêntrica de ligações ao centro da cidade através de uma memória totalmente embebida no centro da mais expandida e consolidada malha urbana, no do interior dos quarteirões), verificamos um conjunto de evidentes permanências que nos permitem perceber a resistência, de facto,de uma estrutura rural, a referida outra cidade no interior da nossa.

Após o mapeamento dessa memória resistente de outros tempos, tornou-se possível revisitar esses percursos herdados do século XIX, verificar a resiliência dessas estruturas de ocupação do território e compreender o seu papel na cidade actual, num campo geográfico que extravasa, por razões de assentamento das populações, fluxos e dinâmicas diárias e substantivas identidades materiais e imateriais, ultrapassando as fronteiras administrativas portuenses e estendendo-se a uma área geográfica que podemos definir como a intersecção dos territórios do troço mais litoral da bacia hidrográfica do rio Douro.

Essa cidade alargada, refundindo a matriz de um território convergente ao Porto, vai ganhando densidade até chegar à foz do rio, alternando ruralidades com urbanidades, salpicando sincopadamente a paisagem com território, tornando obsoletos os limites administrativos, linhas imaginárias tão materiais no quotidiano e na cartografia de há 100 anos.

Reflectindo sobre a cartografia histórica e os processos de planeamento, de que forma a sua conjugação disponibiliza ferramentas de transformação do território e do ambiente urbano?

Palavras-chave:

Território; Cidade; Cartografia histórica; Porto

A colecção de cartografia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança

Maria de Jesus Monge
Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, palacio.vilavicosa@fcbraganca.pt

Resumo:

O acervo do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança é composto essencialmente pelas colecções, fundos arquivísticos e bibliográficos que pertenceram a D. Manuel II, último rei de Portugal e instituidor da Fundação. Entre estes são mais numerosos os referentes ao século XIX, designadamente pertencentes a D. Carlos.

O interesse pela cartografia está presente desde sempre na Casa de Bragança, como instrumento essencialmente para gerir os vastos territórios que detinha e, também, como fonte de informação para acompanhar a evolução da política e da economia nacionais e internacionais. Fruto destes interesses e das funções de que estava investido, o rei D. Carlos tinha um grande conjunto de mapas e cartas.

Palavras-chave:
Casa de Bragança; D. Carlos; Museu-Biblioteca da Casa de Bragança



A cartografia Urbana da Província d'Entre Douro e Minho, em meados do século XVIII: a urbivisão de Braga de André Soares

Luís Miguel Moreira
Departamento de Geografia da Universidade do Minho e Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, lmmgeo@gmail.com

Miguel Sopas Bandeira
Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, sopasbandeira@gmail.com

Resumo:

A cartografia urbana portuguesa conheceu um grande impulso a partir da Guerra da Restauração (1640-1668). Para tal, muito contribuiu a institucionalização do ensino da engenharia militar não só na Academia Militar da Corte, mas, também, nas “Aulas” de fortificação lecionadas nas Províncias. Na Província de Entre Douro e Minho, convertida num dos teatros de guerra com Espanha, deu-se início à construção de uma linha fortificada capaz de assegurar a defesa da fronteira, o que pressupôs a realização de vários levantamentos topográficos e corográficos, incluindo os espaços urbanos requalificados e adaptados às novas necessidades defensivas.Como expressão máxima de toda esta atividade, são conhecidos alguns “álbuns” cartográficos que fixaram a imagem do espaço urbano de algumas das mais importantes povoações litorais e fronteiriças desta Província.
Foi neste contexto regional que foi composto o *Mappa da Cidade de Braga Primaz*, datado de ca. de 1756. Aquilo que torna esta planta especial é facto de não ter servido os interesses militares, mas antes, os eclesiásticos e civis, dado queBraga já não tinha, à época, relevância estratégica no plano defensivo militar.
Neste trabalho, pretende-se apresentar a planta urbana de Braga de André Soares, simultaneamente no contexto regional da evolução da cartografia urbana e no contexto específico da representação da cidade arcebispal. Assim, para além da análise interna do documento, que inclui uma análise cartométrica, será desenvolvida uma comparação entre diferentes plantas urbanas da época, de forma a estabelecerem-se semelhanças e dissonâncias de perspetivas na figuração do espaço urbano, assim como, as técnicas utilizadas, a teoria e a prática dos autores e os objetivos que presidiram à elaboração de cada um dos documentos selecionados.

Palavras Chave: Cartografia urbana; Planta de Braga; André Soares; Cartografia de Entre Douro e Minho

Abstract:

Portuguese urban cartography experienced a major boost from the Restoration War (1640-1668). To this end, much contributed to the institutionalization of the teaching of military engineering not only in the Military Academy of the Court, but also in the Provinces. In the Entre Douro e Minhoprovince, converted into one of the theatres of war with Spain, began the construction of a fortified line capable of ensuring the defense of the border, which required several topographic and chorographic surveys, including urban spaces, requalified and adapted to new defensive needs. As a maximum expression of all this activity, there are some cartographic "albums" a that set the image of the urban space of some of the most important coastal and border villages of this Province.

It was in this regional contextthat was made the*Mappa da Cidade de Braga Primaz*, datedfrom ca. de 1756. What makes this plant special is that it did not serve the military interests, but rather the ecclesiastical and civil interests, since Braga no longer had strategic relevance in the military defensive plan at the time.
This paper intends to present the urban plan of Braga by André Soares, simultaneously in the regional context of the evolution of urban cartography and in the specific context of the representation of the archbishop's city. Thus, in addition to the internal analysis of the document, which includes a cartometric analysis, a comparison will be developed between different urban plans of the time, in order to establish similarities and dissonance of perspectives in the figuration of urban space, as well as the techniques used, the theory and practice of the authors and the objectives in the preparation of each of the selected documents.

Keywords: Urbancartography; Braga plant; André Soares; Entre Douro e Minho Cartography

O início da Guerra da Restauração (1640-1668), transformou a Província de Entre Douro e Minho num dos principais teatros de operações. Este conflito ficou marcado pelas sucessivas e recíprocas incursões e razias a um e outro lado da Raia, pelo que a imediata preocupação por parte das autoridades militares foi o de estabelecer – em muitos casos, atualizar e modernizar - uma linha fortificada ao longo de toda a faixa fronteiriça, à semelhança daquilo que os monarcas da primeira dinastia haviam pensado para consolidar os limites do reino na época medieval[1].

No entanto, desde finais do século XV, a introdução e posterior generalização da pirobalística revolucionou a arte da guerra, deste modo, todas as fortificações raianas se apresentavam obsoletas face às inúmeras inovações tecnológicas, científicas, estratégicas e táticas da guerra moderna. Assim, a planificação da defesa da fronteira, assente na concretização de várias obras militares como redutos, batarias, fortins, fortes e fortalezas, concebidas para serem capazes de resistir a um assédio apoiado na artilharia, caberia a uma nova "classe" de militares: os engenheiros.

Efetivamente, a condução da guerra exigia, cada vez mais, maiores conhecimentos técnicos e científicos, na medida em que a concretização das obras de fortificação pressupunha a realização de vários levantamentos topográficos e corográficos, a partir dos quais foram compostos vários documentos cartográficos de carácter militar, incluindo dos espaços urbanos requalificados e adaptados às novas necessidades defensivas.

A partir dos finais de 1640, perante a urgência da situação política e militar e a falta de técnicos militares nacionais, a Coroa, com o apoio do Conselho da Guerra, promoveu a contratação de vários militares estrangeiros, maioritariamente holandeses e franceses, peritos nas áreas da engenharia, da arquitetura, artilharia, balística e fortificação e que se estabeleceram nas diversas províncias fronteiriças do Reino.

Nas fronteiras das províncias do norte de Portugal, entre vários outros contributos, sobressai a ação e o contributo do engenheiro militar francês Michel Lescolle: projetou várias obras militares, sendo responsável pelo projeto de fortificação de várias praças fortes; participou ativamente em operações

[1] Um bom resumo deste contexto pode ser consultado em Rossa, Conceição e Trindade, 2008, p. 6-21.

militares; elaborou várias plantas das fortificações; compôs o primeiro mapa da Província de Entre Douro e Minho para apoiar as decisões dos decisores militares e fundou uma “Aula de Artilharia e Fortificação” para o ensino militar na vila de Viana da Foz do Lima e que constituiu os alicerces para a futura Academia militar provincial criada no início do século XVIII.

Esta iniciativa enquadrava-se numa ação mais vasta desenvolvida centralmente: compreendendo a necessidade de formar um Corpo técnico nacional de engenheiros militares, capaz de fazer diminuir a dependência face à contratação de mercenários estrangeiros e, simultaneamente, dar resposta às inúmeras solicitações, tanto no espaço ibérico como nos diversos territórios ultramarinos, a Coroa fundou a Academia Militar da Corte e apoiou as “Aulas” de fortificação lecionadas nos governos militares das Províncias, cuja defesa das fronteiras constituía um laboratório prático de arquitetura e de engenharia militar, mesmo após o término do longo conflito pela restauração da independência.

Deste modo, assegurava-se que, pelo menos até meados do século XVIII, a direção das Aulas ou Academias provinciais, bem como os trabalhos de fortificação, ficaram a cargo de técnicos portugueses.Estavam criadas, assim, as condições necessárias para a “renovação” – se não mesmo revolução - da cartografia portuguesa, em particular a militar, mas também a regional e a urbana.

Tomaremos em consideração aquilo que se passouna Província de Entre Douro e Minho.O Tratado de Paz de 1668 veio pôr fim ao conflito bélico, tendo-se assistido à partida de inúmeros militares estrangeiros que regressavam aos seus países de origem ou partiam para outros conflitos, continuando a vender os seus serviços ao preço mais alto. Tal não foi o caso do engenheiro Michel Lescolle, que acabou por se estabelecer em Viana da Foz do Lima.

O término da guerra com Espanha não significou o fim da ameaça sobre a fronteira, pelo que as obras de fortificação, nomeadamente as Praças permanentes, puderam ser planeadas e concluídas com mais tempo. Assim foi o caso das praças e fortes que constituíam a linha defensiva do vale do rio Minho – Ínsua, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Lovelhe, Valença, Monção e Melgaço - onde, para além do engenheiro francês, também adquiriam experiência prática outros técnicos portugueses, alguns dos quais formados na própria Aula de Viana.

Mas o âmbito das intervenções dos engenheiros militares não se esgotava nas obras castrenses. As suas intervenções incluíam, também, o risco de edifícios civis, igrejas, obras públicas como pontes ou intervenções hidráulicas para melhoria das condições de navegabilidade dos rios ou dos portos marítimos.

Após a morte do mestre francês ocorrida em 1686, sucedeu-lhe o discípuloManuel Pinto Vilalobos, cuja formação teórica na Academia Militar da Corte fora completada com o exercício prático na Província de Entre Douro e Minho.

Ainda antes do início de um novo conflito bélico entre Portugal e Espanha, que se sucedeu entre 1703-1715, pelo envolvimento na Guerra da Sucessão espanhola, Vilalobos desenvolveu vários projetos de

arquitetura civil e religiosa na província do Entre Douro e Minho, em especial em Viana e em Braga, onde se crê que teve uma grande influência no desenho urbano da cidade que se renovava nesta época, em particular, por via do complexo do Campo Novo, tendo colaborado de perto com o arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles[2].

Quanto aos trabalhos cartográficos de Vilalobos, destacam-se a elaboração de um “atlas” das plantas das Praças de Guerra da fronteira do Minho, aquando da participação portuguesa no quadro da Guerra da Sucessão de Espanha[3]. Mais recentemente, foi dado a conhecer um mapa do Arcebispado de Braga que se preserva na Biblioteca do Rio de Janeiro, presumivelmente feito entre 1696 e 1728, coincidindo com os governos dos arcebispos D. João de Sousa e D. Rodrigo de Moura Teles[4].

O atlas regional constitui um importante contributo para a cartografia urbana regional. De facto, até ao início do século XVIII, são raras as representações iconográficas ou cartográficas das vilas e cidades do entre Douro e Minho. Contam-se como exceções, a planta de Braga “*Nova Bracarae Auguste descriptio*”,incluída no volume V (1594) do famoso atlas urbano editado por Braun&Hoegenberg, *CivitatesOrbisTerrarum*, e cujos volumes foram publicados entre 1572 e 1617, conheceu ampla circulação pela Europa, até meados do século XVIII; da segunda metade do século XVII, conhece-se uma vista de Viana e outra de Caminha, desenhada por Pier Maria Baldi (circa 1630 - 1686), um pintor florentino que acompanhou Cosme III de Médici (1642-1723), o então príncipe herdeiro do Grão-Ducado da Toscânia, numa viagem a Portugal; uma planta de Valença, atribuída a Lescolles,em 1683 e outra de 1691, de Manuel Pinto Vilalobos, assim como um conjunto de 39 aguarelas de várias vilas e cidades portuguesas, de autor desconhecido, produzido em ca. 1694, onde se incluíam no Minho, para além de Braga, Viana, Ponte de Lima, Caminha e Monção.

O atlas elaborado por Vilalobos num contexto de ameaça de invasão territorial sobre a fronteira norte e, certamente enquadrado na atividade desenvolvida pela Academia Militar de Viana, constituiu o primeiro de vários levantamentos que, de forma mais sistemática, figuraram as várias praças da fronteira do Minho.

Assim, o esforço de Vilalobos, teve continuidade no “álbum” cartográfico da autoria de Gonçalo Luís da Silva Brandão, de 1758, intitulado *Topografia da Província de Entre Douro e Minho*, que inclui 24 desenhos das praças, fortes e vários troços da raia e do litoral da província, oferecido pelo autor, enquanto "discípulo" de engenharia na Província do Minho, ao então Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo.

---

[2]Sobre a obra de Vilalobos, no que respeita à sua vida de engenheiro militar como de arquiteto civil e religioso, ver a dissertação de M. Soromenho, 1991, 3 vols.

[3] Existem várias cópias dos exemplares que compõem este “álbum” nos arquivos portugueses, embora muitos dos exemplares não tenham autoria atribuída. Os exemplares que se conservam na Biblioteca Nacional de Portugal, na Área de Iconografia, estão assinados por Manuel Pinto Vilalobos e datados de 1713; o álbum existente na Sociedade de Geografia de Lisboa permanece anónimo, pelo que se poderá considerar uma cópia do da Biblioteca Nacional de Portugal. Alguns mapas “soltos” podem ser consultados no arquivo da Direção de Infraestruturas do Exército, ainda que sem data ou autoria atribuída.

[4]M. C. Coelho e M. D. Faria, 2011.

A este,junta-se o trabalho de José Martins da Cruz, Ajudante de Infantaria com exercício de engenheiro na Província do Minho, que elaborou um pequeno "atlas" constituído pelas plantas das principais vilas do Alto Minho, bem como dos fortes, ali existentes, no ano de 1759, demonstrando a vitalidade da Academia vianense.

Verifica-se, então que, em meados do século XVIII, já existia uma escola teórica de urbanismo regional, desenvolvida pelos militares, que regula e uniformiza o estilo de representação. Tomemos como exemplo de análise as plantas da Vila de Viana da Foz do Lima, elaboradas por estes três autores. A escolha por esta vila minhota deve-se ao facto de, à época, ser sede de governo militar, mas não constituir uma Praça de Guerra, pelo que os elementos urbanos a representar não eram exclusivamente, nem principalmente, de carácter militar.

A *Planta da Villa de Vianna e sua Barra e Castello*, encontra-se na Sociedade de Geografia de Lisboa e, embora não esteja nem datada nem assinada, está atribuída a Manuel Pinto Vilalobos, em 1713. Todo o espaço urbano, bem como a fortaleza de Santiago da Barra, foram desenhados em projeção ortogonal, vista a partir da margem sul. Com exceção dos edifícios individualizados na planta e devidamente identificados na legenda, o espaço urbano foi generalizado nos quarteirões que compunham a vila (individualizada pelo núcleo muralhado) e respetivos arredores.

Embora não se possa fazer uma análise pormenorizada à organização cadastral do espaço figurado, o desenho é suficientemente rigoroso para se fazer uma leitura da morfologia urbana, constituindo um precioso documento para a evolução urbana de Viana.

A escala de representação escolhida, é suficientemente pequena para enquadrando a vila no seu entorno imediato: figura-se toda a embocadura do rio Lima, com particular destaque para as obras de engenharia hidráulica (a "estacada") no cabedelo, que terão sido projetadas pelos engenheiros vianenses; a norte, a vila estava delimitada pelo Monte de Santa Luzia, desenhado em perspetiva cavaleira, incluindo-se umas manchas de 4 pinhais.

O cuidado na representação planimétrica do edificado e, em especial, do castelo, denunciam a formação militar do autor, contudo, os edifícios identificados são, quase todos, religiosos: igrejas, mosteiros, conventos e capelas e uma via sacra.A estesjuntam-se as fontes e os chafarizes, elementos essenciais para assegurar o necessário abastecimento de água à população.

O segundo documento em análise, intitula-se *Planta de Vianna, Barra e Castelo feita em 1756 e acrescentada na Cerca do convento dos Cruzios em 1758*, e foi delineada por Gonçalo Luís da Silva Brandão, natural de Viana e Sargento de Infantaria da Província do Minho.

Quando comparado com o documento anterior, verifica-se uma imediata semelhança, tanto na perspetiva utilizada, como na escala escolhida, quase parecendo tratar-se de uma cópia melhorada e atualizada. Assim, ao desenho anterior – a mancha urbana quase não sofreu alterações – o autor acrescentou a cerca do convento dos Crúzios, atualizou o edifício da Misericórdia, figurou o Recolhimento dos Mártires

(surgido em 1730).No que respeita ao enquadramento espacial, o espaço cartografado foi estendido até ao litoral norte, de forma a incluir o Forte de Rego de Fontes, que não foi figurado na planta atribuída a Vilalobos, denotando as preocupações militares de defesa litoral da vila. Tudo indica que Brandão terá utilizado a planta de Vilalobos como base para compor a sua planta, o que indicia que fazia parte da aprendizagem a cópia dos modelos[5].

O espaço anteriormente vazio foi, nesta representação, preenchido com uma série de símbolos que indicam a possível ocupação do solo, alternando entre floresta (identificados como "pinhais" na planta anterior), pomares (nas cercas dos conventos e dos mosteiros) e culturas agrícolas nos terrenos próximos do mar.

Todos os outros elementos mantiveram-se figurados. Daqui resultou uma imagem mais atraente, porque mais colorida e cuidada nos acabamentos, o que se compreende, tendo em conta que foi elaborada para constituir uma oferta ao todo poderoso ministro de D. José, o então Conde de Oeiras.

A planta/vista de Viana de 1759, não tem título, mas está datada e assinada pelo "Ajudante de Infantaria e Engenheiro da Província do Minho", José Martins(?) da Cruz, em "Vianna 25 de Março de 1759. anos". O autor oferece uma solução alternativa, preferindo utilizar duas perspetivas diferentes: assim, o principal elemento militar, o forte de Santiago da barra, foi representado, à boa maneira militar, de forma planimétrica na planta, estando o seu interior vazio, embora o autor o tenharedesenhado numa vinheta, em perspetiva oblíqua (denominando-o do "prospeto"), preenchendo-o com mais informação.

Quanto ao espaço urbano, este foi desenhado em perspetiva a "voo de pássaro", substituindo-se a figuração ortogonal dos quarteirões que o compõem, pelo desenho das fachadas dos edifícios, sem que parece existir uma relação direta entre o desenho do casario que se alinha ao longo dos arruamentos e a sua real arquitetura. Talvez a exceção seja os edifícios religiosos que se destacam na paisagem urbana, claramente exagerados na sua dimensão.

Em todo o caso, esta solução não permite uma correta leitura das formas urbanas, pois apresenta inúmeras lacunas quanto à morfologia da vila, desde logo a omissão da figuração da cerca medieval. Seria este um exercício imaginativo da configuração dos arruamentos sem os limites impostos pelas muralhas?[6]O espaço envolvente é semelhante ao das restantes plantas, embora com menos pormenores, ainda que fossem figurados os campos agrícolas e as hortas e os pomares no interior dos quintais urbanos.

Assim, pela documentação existente, sabemos que a Aula ou Academia Militar de Viana da Foz do Lima, continuava em plena atividade em meados do século XVIII, produzindo vários modelos de representação urbana das principais praças militares do Alto Minho. Estes seguiam determinadas regras de desenho, perspetiva, escala e enquadramento, transmitidas pelos mestres e lentes.

---

[5] Esta conclusão foi avançada por M. Fernandes, 2002, vol. I, p. 73-75.
[6] M. Soromenho, 2005, p. 170.

Atendendo à ampla circulação dos engenheiros militares vianenses pela Província de Entre Douro e Minho, projetando e acompanhando obras de natureza diversa, que não a militar, não surpreende que os seus conhecimentos pudessem ser conhecidos por outros técnicos que com eles colaboravam.

As representações do espaço urbano de Braga, séculos XVI-XVIII

Desde os finais do século XVII que alguns destes militares vianenses desenvolveram projetos de arquitetura religiosa na cidade de Braga, pelo que será de admitir uma possível influência sobre os técnicos locais, mestres pedreiros e entalhadores, já que, aparentemente, não haveria arquitetos formalmente assumidos na cidade, com exceção de alguns visitantes, assim declarados.

A cidade de Braga já não tinha, à época, relevância estratégica no plano defensivo militar, pelo que não era nem sede de governo militar, nem Praça de Guerra. No entanto, era a sede de um extenso arcebispado, com o título de "Primaz" por se afirmar como a mais antiga diocese da Península Ibérica (assim como de um Couto e respetivo Termo), um centro de elevado prestígio na hierarquia da Igreja católica, ainda que um pouco mais diminuído desde que, em 1741, se unificaram o Patriarcado de Lisboa Ocidental (criado em 1716) e o Arcebispado de Lisboa Oriental, originando a nova Patriarcal que ultrapassava Braga na hierarquia eclesiástica da Igreja Católica portuguesa.

Devido a esta posição cimeira, ao longo dos tempos, foram sendo construídas inúmeras obras de carácter religioso e implementadas várias intervenções urbanísticas na cidade, muito pela ação de alguns dos seus mais proeminentes arcebispos, desde logo, o renascentista D. Diogo de Sousa (1505-1532).

Deste modo, a cidade atraía e formava vários artistas, locais ou de fora, que aqui demandavam oportunidades e trabalho: desenhadores/debuxadores/arquitetos, pedreiros, entalhadores, ensambladores, pintores, e que levaram a sua arte para além das fronteiras da diocese bracarense. Mas igualmente proporcionava a circulação de ideias e de letrados, que a importância administrativa, comercial e eclesiástica da cidade suscitava, tal como era próprio das urbes do Antigo Regime.

Será, pois, neste contexto geral que se poderá incluir o trabalho de Frei Luís de S. José, ativo entre 1713 e 1755, e que desempenhou o cargo de arquiteto do arcebispo de Braga. Havendo mesmo notícia que, em 1728-1729, terá desenhado uma planta de Braga, considerada de exemplar, ao ponto do rei D. João V o ter incumbido de desenhar outras de várias localidades de Portugal.

A existência de uma planta urbana como o *Mappa da Cidade de Braga Primaz*, sendo Braga uma cidade do "interior", afastada das raias seca e marítima - não estando localizada à beira mar ou no estuário dos rios principais navegáveis, nem na fronteira - constituía uma exceção à escala nacional[7]. No entanto, como vimos, o elevado estatuto eclesiástico e político de Braga tornava-a um caso especial, na medida em que a existência de uma representação do seu núcleo urbano é conhecida desde, pelo menos, os finais do século XVI, altura em que uma "vista geral" (ou urbivisão) intitulada *Nova Bracarae Auguste*

[7] M.Fernandes, 2007.

*descriptio*integrou o volume V (1594) do famoso atlas urbano editado por Braun&Hoegenberg, *CivitatesOrbisTerrarum*, obra publicada em vários volumes, entre 1572 e 1617. Embora não se conheça o protótipo que deu origem à imagem impressa - geralmente atribuído a Manuel Barbosa - esta seria sucessivamente reaproveitada e reeditada com várias modificações até meados do século XVIII[8]. Em todo o caso, trata-se mais de uma representação iconográfica, de forte carga simbólica, do que de uma representação cartográfica de cariz geométrico ou topográfico.

Uma segunda imagem urbana, uma vista mais acentuadamente oblíqua que a anterior, terá sido produzida em finais do século XVII (ca. 1694). Esta nova visão do espaço urbano, manuscrita, faz parte do já aludido conjunto de 39 aguarelas de várias vilas e cidades portuguesas, que deve ter conhecido uma divulgação muito restrita[9]. A imagem resultante é de tal forma distorcida e incompleta cujo valor cartográfico, sendo muito limitado, releva somente o fator iconográfico e toponímico.

É nesta sequência, logo após o terramoto de 1755, que surgiu o *Mappa da Cidade de Braga Primaz*, uma planta manuscrita, não datada e, comummente atribuída ao risco de André Soares, um arquiteto local. Conclui-se que, pelo detalhe do desenho e o cuidado posto na elaborada cartela, se trata de uma imagem de aparato.

Uma vista, uma planta, um mapa, dependendo das suas características, mesmo impresso, continuava a ser um objeto raro, um motivo de deslumbramento para quem o possuía, ou condescendia ao seu vislumbre. Orgulho de quem o executava, gaudio de quem o possuía, privilégio de quem o desfrutava e neste caso, muito provavelmente, o próprio arcebispo, senhor de Braga, Primaz de Espanha.

Assim, se a primeira "planta", concebida nos finais do século XVI, recuperava e realçava a herança romana, integrando-a no movimento renascentista europeu, esta planta assumida do início da segunda metade do século XVIII, pretendia reafirmar o estatuto de "Primaz das Espanhas" atribuído ao arcebispo de Braga, numa época em que a sede Patriarcal de Lisboa reunia cada vez mais protagonismo. Isto é, do mesmo modo que o cadastral "Mappa das Ruas de Braga" (1750) (MRB), cronologicamente próximo, também servia de instrumento de afirmação corporativa do Cabido face ao imponente Arcebispo que limitava os seus privilégios, é plausível, que o *Mappa da Cidade de Braga Primaz* também ostentasse mais senhorial, ou civicamente, o orgulho da cidade de Braga perante a submissão ao barrete cardinalício de Lisboa.

A Planta da *Cidade de Braga Primaz*

---

[8] Primeiro, logo em 1656, por Martin Zeiller e GillisJanszValckenier (ou AegidiusJansoniusValckenier) integrando a obra *HispaniaeetLusitaniaeitinerarium*; seguiu-se a reedição de 1657 do *Civitates…*, por Jan Janszoon (ou Johannes Janssonius), um famoso editor/cartógrafo holandês, seguido da versão de Jansson van Waesberge, seu genro e herdeiro (1682) e depois da morte deste, em 1694, por Frederik de Wit (*TheatrumpraecipuarumtotiusEuropaeurbium*), cujo espólio foi, em parte, adquirido por Pieter van der Aa na primeira década do século XVIII e que perpetuou a "planta" criada no século XVI.

[9] J. Pinto, 2014, p. 75 – 77. O autor procedeu a uma análise individual das três representações iconográficas conhecidas de Braga, entre os séculos XVI e XVIII.

São mais as dúvidas do que as certezas sobre este "mapa" e, ainda que investigações conduzidas recentemente, tenham permitido responder a muitas questões que se levantavam a propósito deste documento, o facto é que as incertezas permanecem enquanto não forem conhecidas novas provas documentais. Deste modo, as conclusões que aqui se apresentam são, de momento, naturalmente, apenas conjeturais. Por outro lado, não podemos deixar de referir que não pudemos dispor da análise direta do documento original, facto que, estamos conscientes, determina condicionantes na análise cartográfica do espécime.

Partindo da análise do edificado foi possível datar a planta de, pelo menos, 1755, contudo, o nome completo do autor inscrito na cartela do mapa, e o facto de se considerar que o mesmo terá feito parte do espólio pessoal do arcebispo D. José de Bragança, permitem estender esta datação até à primeira metade do ano de 1756, altura do seu falecimento[10]. Deste modo, a planta de Braga terá sido elaborada no momento de maior fulgor criativo do seu putativo autor, o riscador/arquiteto local, André Soares (1720-1769).

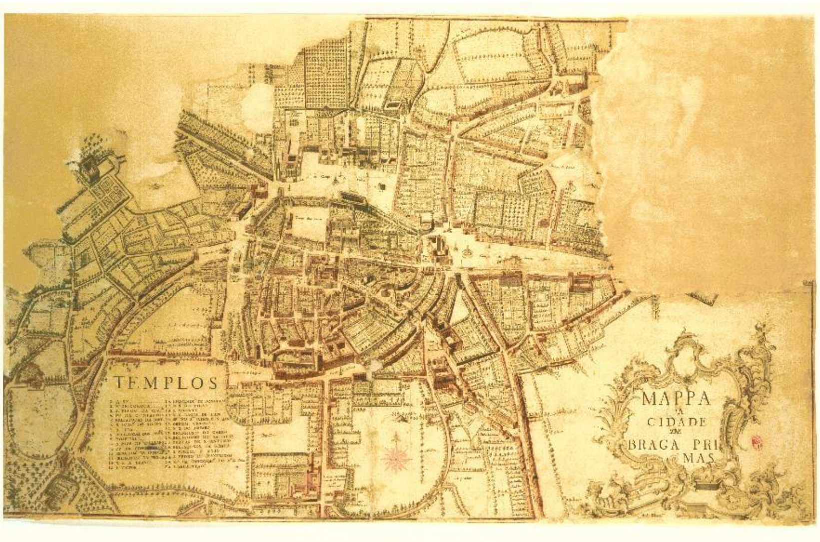


Figura 1 – *MappaCidade de Braga Primaz*, André Soares (?), ca. 1756.

Fonte: Biblioteca Nacional da Ajuda

O exemplar que se conserva na Biblioteca da Ajuda está bastante danificado, faltando-lhe os cantos superiores direito e esquerdo (c. 20% de toda a área delimitada) e, muito embora não tenha prejudicado o enquadramento central e fundamental da representação do espaço urbano, deixou truncado muito do edificado periférico e espaço rural envolvente na parte norte da cidade[11]. Facto este que valoriza ainda

[10] E. P. Oliveira, 2014, p. 141-142.

[11]Ao nível do emolduramento cartográfico, que é delimitado por uma esquadria com tramos interrompidos, suscetibiliza ter sido representados trechos significativos do edificado bordejante às ruas existentes, que se perderam pelos danos perpetrados ao *Mappa*, tais como: na metade noroeste, a extensão da rua da Cónega (atual rua da Boavista) nesse sentido, ou o Santuário dos Sete Passos da Paixão da Cerca do Pópulo (Rui Ferreira, 2015, p.248-250); do lado oposto, a nascente, falta a extensão da *rua de Ínfias* (parte da atual rua Conselheiro São Januário), que integraria a *Casa de Vale de Flores*; mais a sul, a cangosta que antecedeu a atual rua de Stª Margarida, até ao Paúl, onde estaria desenhada a Igreja de Nª Sª a Branca, e o enfiamento da *rua*

mais o espécime em causa, porque o esmero dedicado ao edificado é, nesta época, sempre mais valorizado que a componente cadastral dominada pelo coberto vegetal. Desde logo pela tradição utilitária dominante da cartografia urbana se destinar a fins militares.

Na metade inferior da planta, num espaço vazio localizado no exterior da muralha sul da cidade, o seu autor incluiu a legenda e a orientação – indicada por uma muito bem desenhada rosa-dos-ventos de cor carmim, cujo rumo norte está indicado por uma flor-de-lis[12]. A legenda, identificada como “Templos”, inclui uma lista de 30 edifícios religiosos, respetivamente numerados e indicados na planta, iniciando-se no número 1, a Sé. Seria de esperar a inclusão de uma escala, mas, ou esta estava colocada numa das partes desaparecidas ou, simplesmente, nunca existiu, o que, constituindo uma falha importante, a estar deliberadamente omissa, aumentaria a probabilidade acentuadamente não instrumental da sua conceção e finalidade.

É de notar igualmente a bicromia dominante da cartografia em questão, ainda que não pudéssemos cotejar mais do que as cópias que têm vindo a ser divulgadas. Pelos meios que dispomos detetam-se dois tons de representação. Um avermelhado (carmim) para o edificado, especialmente, os telhados, e um tom mais frio, cinza esverdeado, para as representações dos espaços não edificados e vegetação (bem como a cartela).

No canto inferior direito foi colocada a cartela do “Mappa da Cidade de Braga Primas.”, devidamente assinada: “André Ribeyro S[oares] Sylva”. Fica, no entanto, a dúvida se esta assinatura é válida para todo o documento ou apenas para a cartela, tanto mais porque o autógrafo se encontra fora do espaço de registo do título, o que, geralmente, só acontecia nos casos em que a cartela era desenhada por outra pessoa que não o geógrafo/cartógrafo, autor do mapa. Enfim, a hipótese admissível da obra poder ter sido feita a duas mãos.

Efetivamente, durante o século XVIII a produção cartográfica envolvia várias pessoas que desempenhavam funções diferentes, muitas vezes organizadas num contexto de oficina. Nesta época era muito frequente, se não mesmo habitual, que o autor do mapa não fosse o desenhador da cartela, pois isso requeria outro tipo de competências. Deste modo, quando se preparava um mapa para ser oferecido ou dedicado a uma personalidade importante, ou simplesmente para ser impresso e divulgado por um público erudito, o seu promotor (não necessariamente o seu autor) recorria ao serviço de desenhadores especializados para compor uma cartela, cuja função, para além de estética, era a de chamar a atenção dos utilizadores/leitores do mapa[13].

---

da Régoa (atual rua de S. Vítor); finalmente, e ainda, certamenteque, estariam representadas a rua de Nossa Senhora de Guadalupe, a respetiva capela e toda a armadura de acessos que lhe davam servidão.

[12]A rosa dos ventos é composta por 3 estrelas sobrepostas de oito pontas, indicando, do primeiro nível para o terceiro: na base, os pontos subcolaterais; a do meio, os cardeais e colaterais; e a de cima, sendo redundante à anterior, é um artifício meramente estético.

[13] Ver Mary SponbergPedley, 2005. A escola cartográfica holandesa do século XVII foi a grande percursora na utilização de cartelas profusamente decoradas. A partir do século XVIII, quando Paris e Londres se tornaram nos mais importantes centros editoriais cartográficos da Europa, num contexto de afirmação de cientificidade cada vez maior, a cartelas tornaram-se mais “sóbrias” e menos decoradas.

Sobre o desenho da cartela já muito foi dito, considerando-se um expoente do desenho rococó bracarense, exaltando-se o movimento, a filigrana flamejante, e a assimetria da sua configuração como elemento distintivo. Contudo, há um detalhe que nos chama a atenção: a última palavra do título, "Primas.", está truncada, como se o autor não tivesse calculado o espaço suficiente para escrever o título no tamanho e no tipo certo. Assim, de imediato, três perguntas se levantam: terá sido uma opção intencional, ou acidental, do autor? Será este exemplar uma versão de estudo ou somente um rascunho? Ou terá André Soares composto a cartela e alguém acrescentou o título?

Quantoao espaço urbano, a primeira impressão relacional entre os "cheios" e os "vazios" exibidos pela presente cartografia, sobressai a célebre forma aracnídea, tal e qual ainda seria vislumbrada um século depois por Senna Freitas, nas suas memórias, correspondendo, de um modo geral, ao corpo gótico cintado pelo traçado das muralhas e as tentaculares radiais por onde se processava o crescimento *orgânico* da urbe, que reuniria então cerca de 16 a 17 mil almas. A interromper esse plano radio concêntrico despontava, sobretudo, a geometria regular do Campo Novo, como estrutura urbana do primeiro quartel do século XVIII, e o *anel decampos* externos à muralha, por sua vez indexáveis, dois séculos antes, ao mecenato de D. Diogo de Sousa. Sobre o conjunto do plano urbano, isto é, desde a articulação entre o edificado e os espaços livres, públicos e privados, essa mesma primeira impressão não deixa de sugerir uma similitude formal de representação com a urbivisão de Braun. Isto é, o desenho tipo das massas edificadas, dos seus alinhamentos em fileira, cujos prédios se distinguem entre si a partir das linhas empeno e da individualização dos telhados com duas águas. Os alçados comuns expõem o padrão praticamente uniforme de fenestrações, mais gráfico do que propriamente restituidor do desenho real de fachada, embora, aqui e ali, com alguns elementos de distinção, sobretudo, ao nível de pisos e outros pormenores, surja alguma caracterização. Para além dos complexos edificados mais vetustos, ou institucionais, sobressaem as casas mais elevadas, em particular, as que dispõem de cobertura com quatro ou mais águas, e empena cega.

Igualmente, como na gravura de Braun, os principais edifícios institucionais, pela sua monumentalidade ou vetustez, tendem a sobressair por via do detalhe do desenho e da escala de representação, ainda que sem a desproporção patente no espécime anterior. Porém, relativamente à representação dos interiores dos quarteirões e do tardoz das casas, que vêm omissos no MRB (1750), tal como em Braun, aqui também estão expeditamente representados, ainda que reflitam variações mais significativas. Este tratamento, ao contrário da planta de Goullard, do final do século XIX, que sob este capítulo mereceu um levantamento geométrico exaustivo e rigoroso, indicia que o levantamento mais ou menos informal dos interiores, como veremos adiante, foi captado de pontos altos existentes na cidade (campanários, torres da muralha, edifícios mais altos…)[14]. Os pátios interiores das casas, normalmente as mais vetustas, são representados com maior detalhe, ainda que, em casos mais desconhecidos, deduzidos, ou

[14]Como consta de um pedido expresso de F. Goullard à Câmara Municipal para obter do arcebispo a autorização para entrar nos conventos e igrejas, afim de poder subir aos respetivos mirantes e campanários, Miguel Bandeira, 2015, p. 8.

simbolicamente figurados. A iluminação dominante que faz sobressair a perspetiva tridimensional, e acentua a visão volumétrica da cidade, é assumidamente proveniente do quadrante poente, dir-se-ia, em perspetiva cavaleira, daquilo que era uma prática recorrente das representações urbanas do século XVII, aperfeiçoadas subsequentemente ao *CivitatesOrbisTerrarum*.

O *Mappa da Cidade Primas*, no que concerne à representação dos espaços livres não edificados, demonstra um avanço descritivo notório relativo à vista geral de Braun. Seja quanto à representação do teor interno da cidade amuralhada e dos quarteirões colmatados, como quanto à ampla área intersticial disposta entre os acessos radiais. Veja-se duas referências fundamentais a indiciarem toponimicamente a ocupação de solo, sob dois tipos de zonamento. As “Ortas”, a leste do campo com essa denominação; e, a nascente, entre as ruas dos Granginhos/Ponte de Guimarães e dos Pellames, o sítio de “Prados”, servido pela quingosta do mesmo topónimo. As primeiras indiciam um aproveitamento intensivo do solo em parcelas agrícolas muito fragmentadas e de formato mais irregular; as segundas, mais próximas do rio Este, revelam uma amplitude parcelária maior. No entanto, encontramos uma variabilidade significativa de formas e dimensões. Umas mais geométricas, próprias do desenho inequívoco de jardins, sobretudo, junto à representação dos edifícios mais vetustos, outras mais adaptadas aos sistemas agrícolas praticados na região.

A árvore assume uma representação incontestavelmente iconográfica, embora possa corresponder a uma tentativa de restituição mais próxima da paisagem, quando esta é representada por alinhamentos.

Não passarão também despercebidas as expressões topográficas do relevo. As elevações, aqui representadas iconograficamente por montículos, como o que podemos vislumbrar junto à rosa-dos-ventos; o Monte de Penas, no canto inferior esquerdo do *Mappa*; ou pelos traçados mais ténues dispostos entre as duas igrejas de Maximinos; a colina da Cividade, onde ficavam as termas romanas; junto à casa das Hortas (atual rua dos Irmãos Roby); e, nas imediações da praça do Reduto; bem como outros apontamentos mais subtis querendo localizar acidentes de relevo.

Do ponto de vista da informação toponímica, o autor incluiu uma vasta lista de nomes de ruas, cangostas (“quingostas”), largos, portas, campos, eirados, terreiros e praças, ou de outros locais que já sublinhámos, identificados de forma mais genérica, como “ortas” ou “os prados”. Para além dos edifícios identificados na legenda, foram indicados outros locais diretamente na planta: assim, foram localizados o “Palco das Aulas dos estudos” (seguramente os equipamentos pedagógicos adstritos ao colégio de S. Paulo da Companhia de Jesus), não sendo indicados outros colégios, nem o de Nª. Sª. do Pópulo, de frades Agostinhos, nem o de S. Filipe Nery, de Oratorianos, que se sabem em funcionamento nesta época[15]; indica-se o “seminário” tridentino de São Pedro, no Campo da Vinha; a capela de “Santo António esquecido” - curiosamente não foi incluída na lista dos 30 templos –, o “paço”, e a “fonte do pão trigo”, a única a ser referenciada. Lamentavelmente, as falhas no mapa não permitem verificar se o complexo das Sete Fontes estaria figurado, ainda que por

[15] José Viriato Capela, 2004, p. 345.

representação distorcida ou indicação simbólica, pelo menos, pela importância utilitária que então representava para a cidade. Porque o enquadramento e as proporções apresentadas, ainda que não escorreitamente geométricas, não admitiriam a sua representação cartográfica, por caírem já fora da carta.

Análise cartométrica e comparativa das urbivisões

Com o intuito de se proceder a uma análise cartométrica mais rigorosa, tanto da imagem reproduzida por Braun no século XVI, como pela planta Setecentista, decidiu-se recorrer ao software *MapAnalyst*(versão 1.3.35.), uma ferramenta informática desenvolvida com o propósito de avaliar a precisão planimétrica de mapas antigos[16]. Cada uma das “plantas” foi comparada com um mapa de referência atual - neste caso o *OpenStreetMap*–o que permitiu avaliar as alterações introduzidas.

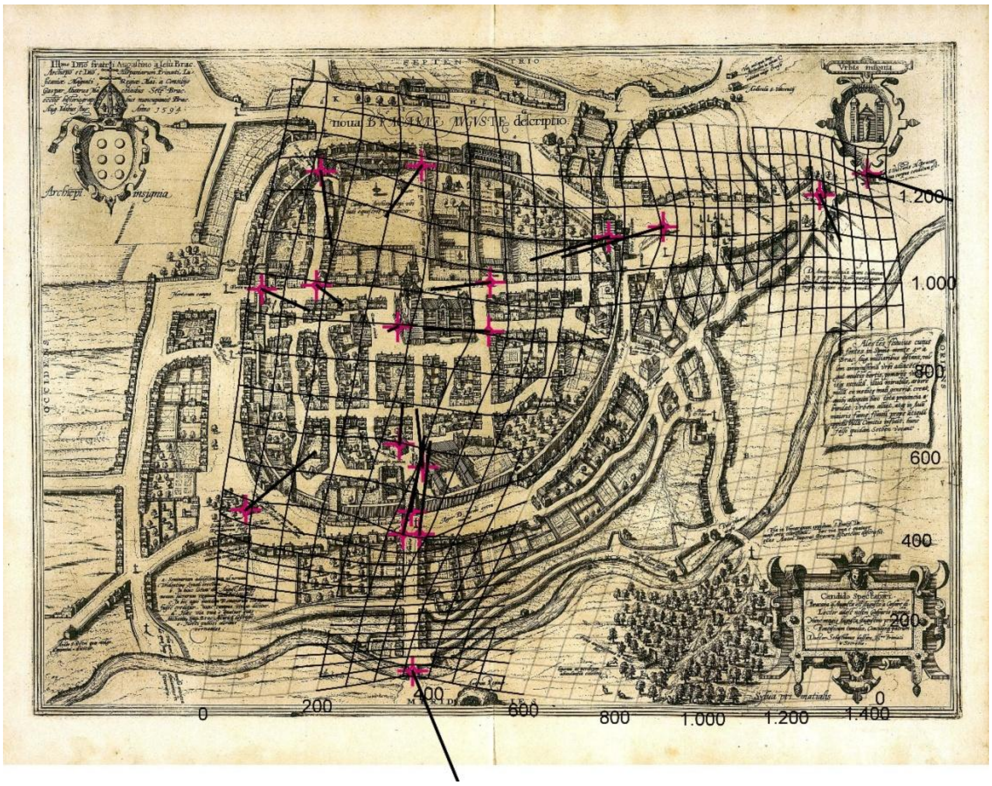


Figura 2 – Análise cartométrica da *Nova Bracarae Auguste descriptio*

Como se constata pela análise da figura2, a gravura do século XVI apresenta um elevado número de distorções e de deslocamentos dos elementos de controlo selecionados (17 pontos). A escala da planta, computada em ca. 1: 2000, apresenta um erro médio de posicionamento de 164 m e o desvio padrão é de ca. 116 m. O núcleo urbano amuralhado ocupa a posição central do documento e foi claramente exagerado na sua dimensão, alargando-se relativamente ao espaço envolvente, o que se comprova pelo deslocamento centrífugo dos pontos selecionados, ou seja, todos os pontos de referência deveriam estar

[16] Bernhard Jenny, 2006 e Bernhard Jenny and Lorenz Hurni, 2011, p. 402-411.

numa posição mais recuada e concentrada do que aquela que exibem. Isto é, como se tivesse sido colocada uma lupa de aumento, sobre o casco amuralhado.

Estas alterações, a terem sido intencionais, são compatíveis com as mais recentes leituras simbólicas associadas a esta imagem: a Sé, claramente colocada no centro geométrico da cidade - é, de resto, o elemento menos deslocado -, cujo perímetro amuralhado se aproxima de um círculo perfeito, permite associar, como notou Portocarrero (2010), a representação da cidade a um *OrbisTerrarum*, ou mapas T em O medievais. Interpretação que, sendo pertinente e criativa, todavia, não se baseia em qualquer suporte documental, acentuando deste modo a finalidade não cartográfica da imagem. Nesta perspetiva, se naquele tipo de mapas, o centro do mundo era a cidade de Jerusalém, aqui, esse papel caberia ao edifício da Sé bracarense, cujo volume e escala se destaca dos demais[17].

Alguns edifícios e construções sofreram importantes desvios, sendo particularmente notórios os casos do castelo, da porta de Santiago e da capela de S. Sebastião. Ao mesmo tempo a malha viária, ainda que denotando uma projeção ortogonal simplificada, exibe um traçado e seccionamento muito informal, sendo a representação do edificado padronizado, mais iconográfico do que literal. Pelo que temos de considerar a distorção não só ao nível das localizações relativas, mas igualmente ao longo dos traçados de circulação.

Por sua vez, todo o espaço exterior envolvente à cerca medieval, sobretudo na parte sul e leste, sofreu uma distorção no sentido contrário, isto é, os vetores de deslocamento denotam uma variação centrípeta, pois os elementos selecionados estão geometricamente mais próximos do núcleo urbano do que aquilo que deveriam estar, como que tivessem sido "puxados" para poderem ser representados na imagem e caber no enquadramento territorial da cidade, nomeadamente a figuração do rio Este, que merece uma descrição própria numa cartela inserta na planta e papel de destaque na localização da cidade, e a "SylvaPrimatialis", ou a mata de S. João da Ponte.

Por sua vez, o mapa do século XVIII (figura3), elaborado numa escala de ca. 2: 600, é planimetricamente mais preciso. O facto de não se observarem grandes deslocamentos na localização de alguns dos edifícios utilizados como elementos de controlo, sobretudo no núcleo urbano central, parece indiciar que o autor terá realizado trabalho de campo para efetuar medições no terreno de forma a minorar erros de escala e de localização. Também nesta planta, como no espécime anterior, os maiores erros posicionais encontram-se no espaço extramuros, em especial na parte oriental da cidade[18].

---

[17] Esta teoria é apresentada por Gustavo Portocarrero, 2010.

[18] A análise cartométrica também revelou uma rotação da grelha de distorções em cerca de 14º, o que é compatível com a variação da declinação magnética, contudo, este seria um valor compatível para os finais da década de 1730 e não para meados da década de 1750. Para este cálculo valemo-nos do software GeoMag, disponível em http://www.resurgentsoftware.com/geomag.html

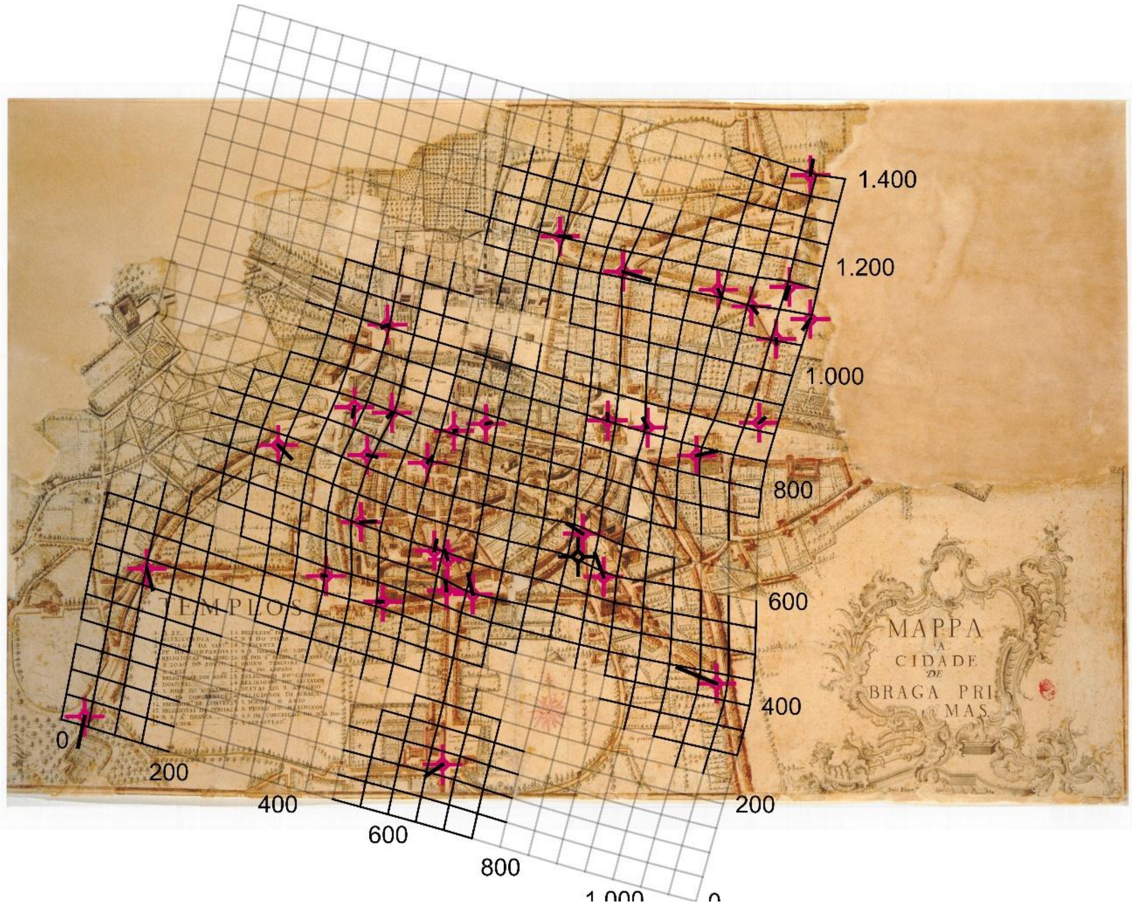


Figura 3 – Análise cartométrica do *Mappa da Cidade de Braga Primaz*

De facto, o erro médio de posicionamento é, agora, de ca. de 30 m e o desvio padrão de 21 m, o que representa uma enorme melhoria comparativamente à representação Quinhentista. A ter sido assim, a planta apresenta um maior rigor cartográfico do que aquele que geralmente lhe é atribuído. Contudo, não podemos considerar como definitivo que André Soares, ou outro executante, usasse de trigonometria como recurso instrumental base de levantamento. É claramente admissível que, tomando como ponto de partida a vista urbana editada por Braun, servindo para estabelecer a estrutura do *Mappa*, este viesse a ser revisto e aumentado pelo virtuosismo do arquiteto bracarense.

As diferenças são notórias e refletem as correções introduzidas pelo autor nas distâncias e nas posições geométricas e relativas entre os objetos figurados, ressaltando a grande deformação espacial fixada na *Nova Bracara Augusta*. Assim, os elementos selecionados na proximidade do núcleo urbano amuralhado estão, agora, mais "recuados", corrigindo-se a sua posição. Por sua vez, é em todo o espaço extramuros da cidade que se verificam as maiores diferenças posicionais e se registam as maiores distorções na representação do território. Repare-se que, nesta planta de meados do século XVIII, não foi possível figurar o rio Este, cuja inclusão na vista da cidade de Braga de Braun, terá sido, muito provavelmente, o principal elemento responsável pela distorção do espaço externo que aí se identifica.

Deste modo, o exercício comparativo que se elaborou, confirma que o *Mappa* não é uma mera cópia da planta que figurou no atlas *Civitates*.

É justamente neste ponto que, de novo, se torna premente as questões levantadas a propósito da formação de André Soares: será que um "simples" riscador autodidata estaria habilitado a fazer este tipo de levantamento? Ou teria tido formação para tal nas "aulas dos estudos" (assim se indica na planta) da Companhia de Jesus? A indicação "pateo das Aulas dos estudos", inscrita no claustro do edifício do Colégio de S. Paulo, pode indiciar uma frequência, mais ou menos informal, ou uma ligação mais forte entre o autor e este local?

Em todo o caso, também se deverá considerar a hipótese do autor (André Soares?) ter partido da gravura quinhentista e, recorrendo às vistas tiradas dos pontos altos envolventes à cidade e, muito provavelmente, aos esquissos colhidos do alto dos campanários e das torres medievais, quiçá, munido de uma bússola como instrumento de auxílio para correção dos ângulos e das posições relativas dos objetos, articulando posteriormente os desenhos sob a ótica experiente da sua vida de arquiteto, tenha procedido às correções necessárias.

A data de elaboração da planta, 1755-56, permite-nos associá-la, no mínimo, ao nível da motivação generalizada, ao terramoto de 1 de novembro de 1755, aqui se registando como a cidade foi poupada ao cataclismo, mantendo os seus edifícios religiosos intactos. Piedosamente intemporalizada na elevação da capela da Nossa Senhora do Oratório.

Apesar de não ter qualquer dedicatória, o título parece indicar que o patrocinador ou, pelo menos, o seu principal leitor, seria o arcebispo D. José de Bragança, seguramente desejoso de se ufanar e salientar o título de "primaz" das Espanhas, mais condizente com o seu estatuto de membro da família real, capaz de rivalizar com a cidade de Lisboa, sede de um patriarcado[19].

Conclusões

Desde o início do século XVIII, conviviam no Minho duas escolas práticas de arquitetura/engenharia urbana: em Viana, juntamente com as praças do Minho, predominavam as intervenções dirigidas pelos militares, muitos deles formados localmente na Academia de Fortificação ali existente desde a Guerra da Restauração; em Braga, ainda que, numa primeira fase, os militares também colaborassem, em meados do século, as obras eram dirigidas por técnicos locais, sem qualquer formação teórica ou técnica formal.

Ambas as escolas produziram plantas urbanas em diferentes estilos, recorrendo a técnicas variadas e procurando, certamente, objetivos diferentes. A análise dos exemplares das plantas urbanas de Viana da Foz do Lima, revelou a preferência pela perspetiva vertical/ortogonal e planimétrica do espaço construído

[19]Por comparação com a cartela do mapa do arcebispado de Braga que Manuel Pinto Vilalobos terá elaborado para D. Rodrigo de Moura Teles – e claramente a ele dedicado, pois exibe os símbolos arquiepiscopais: uma dupla mitra, a cruz arquiepiscopal cruzada com um báculo - esta é de menor dimensão e aparato. Ver Maria Cristina Coelho e Maria Dulce Faria, 2011.

(revelando claramente a visão militar), permitindo uma análise da morfologia urbana, ainda que outras soluções em perspetiva cavaleira também fossem ensaiadas, com escasso efeito prático pelos inúmeros erros de representação associados.

Dado que muitos destes engenheiros militares circulavam por toda a Província de Entre Douro e Minho, acorrendo a diferentes solicitações, podem ter ajudado a divulgar as técnicas de levantamento urbano, fazendo circular os modelos utilizados, geralmente os dos mestres castrenses.

Em meados do século XVIII, em Braga, estavam reunidas as condições necessárias para a produção de uma planta urbana de conceção geométrica e topográfica, muito embora o espécime em consideração ainda não constituísse uma imagem científica, mas antes uma imagem de aparato e de gabinete, muito certamente para ser exibida como símbolo de poder e de domínio territorial por quem a possuísse. Por esta razão, faz todo o sentido considerar que a obra se destinou, a seu pedido ou não, ao arcebispo primaz, senhor do poder espiritual e terreno de todo o arcebispado, couto, termo e cidade de Braga. Um verdadeiro príncipe do Antigo Regime.

No ambiente artístico e arquitetónico que se vivia na época, consubstanciado nos letrados e militares que trilhavam o senhorio, potenciado pelas riquezas minerais que afluíam do Brasil, bem como na tentativa de renovação científica-cartográfica que a Coroa tentou patrocinar, os arcebispos bracarenses promoveram inúmeras intervenções na cidade, diga-se, mais de carácter arquitetónico do que urbanístico, sob a égide de alguns artistas por si protegidos.

Durante o governo de D. José de Bragança, tal era o caso de André Ribeiro Soares da Silva, um riscador bracarense, aparentemente sem educação formal na arte ou engenho, e que ficou conhecido por desenvolver e fixar o estilo rococó na cidade, especialmente através do risco de algumas obras-primas, como retábulos e altares, bem como da fachada de alguns templos e edifícios da cidade e da região.

A ele está atribuída a autoria da planta urbana da cidade de Braga, datada de 1755-56, baseada no autógrafo colocado por baixo da cartela. Mas, será que o debuxador André Soares teria conhecimento técnico para realizar esta obra de pretensão cartográfica? Não o tendo, teria a destreza para superar as dificuldades técnicas pela abstração do desenho e desenvoltura intuitiva?!

Partindo de outros exemplos, como o do ensamblador e arquiteto da cidade do Porto, Francisco José de Paiva, também ele autor de várias plantas urbanas, nomeadamente de Vila de Conde e Azurara, embora em época posterior, a resposta a esta questão será inquestionavelmente sim. Neste caso, não apenas pelos méritos pessoais, mas também pelo ambiente técnico e artístico promovido na cidade pelos arcebispos e o seu ilustre Cabido, enquanto escola prática de riscadores, arquitetos e mestres pedreiros, a exercerem o seu ofício nas inúmeras obras religiosas e civis no espaço urbano bracarense e que se completava e complementava, com os possíveis contributos da Aula de Fortificação de Viana.

Bibliografia

BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo (2015). *Planta Topográfica da Cidade de Braga de FrancisqueGoullard (1883/84) – da engenharia militar do antigo regime à afirmação tecnológica liberal*. Ed. Município de Braga.

CAPELA, José Viriato (2004). "Autores e obras de referência nas *Memórias Paroquiais de 1758* do Distrito de Braga (Elementos para o estudo da cultura eclesiástica portuguesa)". In *Estudos de Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, FLUP,p. 341-352.

COELHO, Maria Cristina e FARIA, Maria Dulce (2011). "O mapa do Arcebispado de Braga" In [Atas do] *IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Porto, FLUP.

FERNANDES, Mário Gonçalves (2007). "Guimarães: Cartografia Urbana Histórica e Morfologia Urbana". In [Atas do]*VI Congresso da Geografia Portuguesa*, Lisboa, APG.

FERNANDES, Mário Gonçalves (2002). *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança) 1852/1926*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, FLUP.

FERREIRA, Rui (2015). "A Paixão de Cristo no imaginário bracarense". Misericórdia de Braga, Nº 11, Dezembro de 2015, pp.229-270

JENNY, Bernhard (2006). MapAnalyst - A digital tool for the analys is of the planimetric accuracy of historical maps, *e-Perimetron*, 1, 3, p. 239-245.

JENNY, Bernhard and HURNI, Lorenz (2011) Studying cartographic heritage: Analysis and visualization of geometric distortions, *Computers & Graphics*, 35, p. 402–411.

OLIVEIRA, Eduardo Pereira de (2011). *André Soares e o Rococó do Minho*. Tese de doutoramento em História da Arte. 3 vols., Porto, FLUP.

PEDLEY, Mary Sponberg (2005) *The Commerce of Cartography: Making and Marketing Maps in Eighteenth-Century France and England*. Chicago, Universityof Chicago Press.

PINTO, Joel Bruno de Sousa Vieira (2014*). A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Arquitectura, Vila Nova de Famalicão, Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão - Faculdade de Arquitectura e Artes.

PORTOCARRERO, Gustavo (2010). *Braga na Idade Moderna: Paisagem e Identidade*. Tomar, CEIP-HAR.

ROSSA, Walter, CONCEIÇÃO, Margarida e TRINDADE, Luísa (2005). Raia e Cidade. *Monumentos*, 28, pp. 6-21.

SOROMENHO, Miguel (2005). O alpendre da Irmandade do santíssimo Sacramento da matriz de Viana. Monumentos, 22: 166-171.

SOROMENHO, Miguel Conceição Silva (1991). *Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia Militar à arquitectura*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna, 3 vols.Lisboa,Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Departamento de História de Arte.



A divisão administrativa nos mapas da Galiza e de Portugal (1750-1835): uma leitura de Geografia Política

Luís Miguel Moreira
Departamento de Geografia da Universidade do Minho e Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. lmmgeo@gmail.com

Alejandro Otero Varela
Departamento de Xeografía da Universidade de Santiago de Compostela. alejandrootero.varela@usc.es

Resumo:

Em inícios do século XIX, a divisão administrativa dos reinos de Portugal e da Galiza caracterizava-se pela existência de um elevado grau de fragmentação política do espaço, referentes a uma ou a várias jurisdições que, frequentemente, se sobrepunham.Deste modo, a administração do territórioestava longe de ser uniforme e as Coroas tinham mesmo de competir com o poder de outros senhores terratenentes, civis e religiosos.
No que se refere ao contexto português,foi apenas após a Revolução Liberal de 1820 (e a Constituição de 1822) e a subsequente Guerra Civil entre Liberais e Absolutistas (1828-1834), que uma nova divisão administrativa seria, finalmente, implementada em 1835/1836, sobrevivendo, em traços gerais até aos dias de hoje.
Relativamente à Espanha, o processo foi muito semelhante.Não obstante alguma tentativa anterior malsucedida, foi no meio do turbilhão causado pela Guerra da Independência e pela Revolução Liberal que, com a aprovação da Constituição de Cádiz em 1812, se pretendia a execução de uma nova divisão provincial. Tal desiderato só foi concretizado em sucessivas fases, entre 1833 e 1836 e quese prolongou para a década seguinte (em relação à sua divisão municipal), reconfigurando a geografia política interna de Espanha.
Neste trabalho, pretende-se analisar a representação/figuração das divisões administrativas nos mapas de Portugal e da Galiza. Para o Antigo Regime, selecionaram-se como documentos de base, os mapas de Tomás López, o mais importante e influente geógrafo/cartógrafo ibérico do século XVIII: *Mapa delReyno de Portugal*, de 1778 e o *Mapa Geográfico delReyno de Galicia*, datado de 1784. A delimitação da nova divisão administrativa liberal será analisada a partir da *Carta de Portugal: divisão administrativa por Districtos e Concelhos*, por E. A. de Bettencourt, em 1863 e do *Mapa de Galicia com las nuevasdivisiones*, da autoria de A.H. Dufour, datado de 1834-1837.

Palavras Chave:
Cartografia administrativa; divisão administrativa; mapas de Portugal; mapas da Galiza;

In the early nineteenth century, the administrative division of the kingdoms of Portugal and Galicia was characterized by the existence of a high degree of political fragmentation of space, referring to one or several overlapping jurisdictions. In this sense, the administration of the territory was far from uniform and the Crowns had to compete with the power of other landlords, both civiliansor religious.
Regarding the Portuguese context, it was only after the Liberal Revolution of 1820 (and the Constitution of 1822) and the subsequent Civil War between Liberals and Absolutists (1828-1834) that a new administrative division was finally implemented in 1835. / 1836, surviving, in its general outlines to this day.
For Spain, the process was very similar. Notwithstanding some unsuccessful earlier attempt, it was in the midst of the turmoil caused by the War of Independence and the Liberal Revolution that, with the approval of the Cadiz Constitution in 1812, the execution of a new provincial division was intended. This desideratum was only realized in

successive phases, between 1833 and 1836 and extended to the following decade (in relation to its municipal division), reconfiguring the internal political geography of Spain.
This paper aims to analyze the representation / figuration of administrative divisions in the maps of Portugal and Galicia. For the AncienRégime, the following were selected as base documents: the maps of Tomás López, the most important and influential 18th century Iberian geographer/cartographer: *Mapa del Reyno de Portugal* from 1778 and the *MapaGeográfico del Reyno de Galicia*, dated from 1784. The delimitation of the new liberal administrative division will be analyzed from the *Carta de Portugal: divisãoadministrativa por Districtos e Concelhos*, by EA de Bettencourt, in 1863, and the *Mapa de Galicia com las nuevasdivisiones*, by AH Dufour, dated from 1834-1837.

Keywords:
Administrative cartography; administrative division; maps of Portugal; maps of Galicia;

A divisão administrativa no Antigo Regime, 1778-1784.
O caso Português

Em finais do século XVIII, a divisão administrativa portuguesa retalhava o país em províncias, comarcas, provedorias e concelhos, a par da divisão eclesiástica, que incluía as dioceses e as paróquias. Em Portugal, as províncias não desempenhavam uma função administrativa, constituíam, antes, a principal divisão militar do reino e forneciam a base geográfica para as principais corografias e outras descrições geográficas e cartográficas.
As comarcas (ou correições) eram a trave-mestra da administração civil, judicial, fiscal e criminal, sendo o corregedor o representante do poder real. Contudo, também existiam comarcas donatárias, ou seja, aquelas que pertenciam a um senhor – denominadas de ouvidorias – e cujo representante era o ouvidor. As suas circunscrições eram muito irregulares, pois tanto podiam cobrir vastas regiões, como serem de pequena dimensão, estarem dispersas por diferentes províncias ou, até, não terem continuidade geográfica. No conjunto do país totalizavam mais de 40, pertencendo a maioria à Coroa, à Casa do Infantado, ao Duque de Bragança e à Casa da Rainha.
As provedorias tinham, sobretudo, uma função financeira, mas nem sempre os seus limites coincidiam com os das comarcas, o que, geralmente, levava a uma sobreposição de limites, atribuições e funções. As comarcas e as ouvidorias eram compostas pelos concelhos e, muito embora estes pudessem ter outras designações e atribuições, em termos administrativos eram equivalentes, apenas se diferenciando na origem e nos privilégios. Assim, para além da designação de concelho, também existiam as cidades ou vilas com o respetivo termo, os coutos, as honras, os julgados e os reguengos[1].

---

[1] Fernando Sousa, 1979, p. 18. Tomemos como exemplo as províncias setentrionais, em finais do século XVIII. Na Província de Entre Douro e Minho, a apertada (e confusa) malha administrativa tinha aqui o seu expoente máximo, caracterizada pelos múltiplos particularismos e por uma elevada fragmentação do espaço. Assim, só neste território existiam sete comarcas, três cidades e respetivos termos, 15 vilas e respetivos termos, 45 concelhos, 67 coutos, 16 honras, nove julgados e 1183 freguesias (Cf. L. Moreira, 2017, p 98-99.). Por sua vez, em Trás-os-Montes, existiam quatro comarcas, duas cidades, 62 vilas, cinco concelhos, 5 coutos, 8 honras e 711 freguesias. Cf. L. Chaves, s/d, p. 33.

Esta grande irregularidade territorial, comum a Portugal e à Galiza, era herdada do sistema administrativo medieval, que assentava em inúmeros particularismos jurisdicionais, o que dificultava não só a ação governativa central, como impedia a consolidação do aparelho do Estado. Muito naturalmente, os principais dirigentes políticos ibéricos, imbuídos de um espírito iluminista, consideravam esta situação anacrónica um dos principais obstáculos à modernização e ao desenvolvimento económico[2].

No caso português, com o intuito de regularizar a divisão administrativa, foi publicada a Lei da Reforma das Comarcas, a 19 de julho de 1790, seguida do Alvará Régio, de 7 de janeiro de 1792, que a complementava. Este dispositivo legal, para além de tentar regularizar e redimensionar as circunscrições comarcais, pretendia reforçar a posição da comarca (e através dela, a do poder central) na divisão administrativa, abolindo as ouvidorias (que passavam a integrar as comarcas existentes) e extinguindo as inúmeras honras e coutos, limitando-se, assim, as exceções e os privilégios senhoriais em favor da Coroa.

O caso galego

No caso galego, o territórioestava dividido em"jurisdiciones" e "coutos redondos", alémdo facto de a Galiza configurar uma das 31 províncias em que se estruturava a Espanha peninsular. A nívelreligioso, tal como no caso português, a divisão era em dioceses e paróquias.

Polo que respeitaà Galiza, esta constitui-se em província no ano 1623[3]. Porém, o território galego tinha já certo protagonismo como província administrativa no âmbitojudicial, ao contar desde 1480 com uma Real Audiênciaprópria (BURGUEÑO, 2011). O reconhecimento da Galiza como província a começos do século XVII supôs dotá-la de Intendência e CapitaniaGeralcom sede na Corunha, instituições que conservará atéàs reformas liberais de 1833. Além disso, internamente, Galiza estava dividida em sete "províncias". Estas não eramdivisões comfunções político-administrativas para o governo, apenas se tratavamde umaextensãojurisdicional abarcada por cada uma das sete cidades e que serviam para a comunicação de ordens procedentes do poder central (GONZÁLEZ-MARIÑAS, 1978; RÍO-BARJA, 1990; BURGUEÑO, 1995).

As jurisdiçõessenhoriais ou senhoriosjurisdicionaisestavam formadas pelas distintas paróquias em que se dividiaa Galiza, o que se traduz numa forte união entre a divisão civil e eclesiástica. Estas jurisdições são entendidas por Gallego (1988: 62) como "anárquicas circunscrições administrativas em canto ao território e àsatribuições, os cales sempre estavamconfigurados á sombra dum mosteiro ou duma fortaleza". Desta forma, estas eram muito variadas e podiam ser de carácter secular, eclesiástico, de abadengo, de

[2] A. Reguera Rodríguez, 1993 e A. C. Silva, 1998.

[3] Em 1623 as capitais das sete "províncias" galegas unem-se para conseguir que Galiza se converta em província de seu. Até este momento, os interesses galegos estavam representados nas Cortes espanholas pola afastada cidade de Zamora.

reguengo, de ordens e, incluso nalgumasocasiões, dependiam dos vizinhos ou concelhos. Adicionalmente, dependendo da autoridade que detivesse o poder,podiam levar distintas denominações como “condado”, “ducado”, “marquesado”, “tenência” ou “meirinho”.

A repartição territorial da Galiza emjurisdiçõestraduzia-senuma complicada trama de domínios que formavamum mosaico irregular e irracional (SAAVEDRA, 1990). O mapa jurisdicionalcarecia de estabilidade política devido ao forte carácter pessoal dos mesmos, condicionados por uma dinâmica de heranças, mercas e doações. As jurisdições e coutos tinham umtamanho muito desigual, havia-as extensas e compactas como Lugo, Pontevedra ou Betanzos, enquanto que outras estavam formadas por dois ou três paróquias descontínuas como é o caso de Mondoñedo. Na obra de Río-Barja (1990), a primeira em que se cartografam de maneira detalhada os limites de cada jurisdição, dá-se um total de 509 jurisdições e 155 coutos redondos na Galiza,nos finais do século XVIII[4].

Deste modo, também em Espanha, pelo menos desde a segunda metade do século XVIII e por ação dos monarcas borbónicos e de seus ministros ilustrados, foram pensadas e implementadas várias reformas territoriais que visavam os mesmos objetivos de unificação político-administrativa e judicial, de centralização do Poder do “Estado” e de racionalidade geográfica (REGUERA RODRÍGUEZ, 1993, p. 51-57).

Estavam, assim, reunidas as condições para a necessidade de se comporem novos mapas administrativos, enquanto instrumentos de administração territorial. Contudo, as particulares circunstâncias políticas, militares e económicas que marcaram os dois países ibéricos, desde os finais do século XVIII até à década de 1830, nomeadamente, a Guerra das Laranjas (1801); as Invasões Francesas e a Guerra Peninsular ou da Independência (1807-1813); as Revoluções Liberais (1810-1812 e 1820-1822) e as Guerras Civis nos dois reinos (1828-1834 e 1833-1840), inviabilizaram a concretização destes projetos de reforma administrativa.

Os antecedentes cartográficos

Perante este cenário de grande confusão política-administrativa, de que forma a cartografia fixava nos mapas da época a divisão administrativa do território português? Que soluções técnicas ou artifícios eram utilizados?

A maioria dos mapas de Portugal, concebidos entre o século XVI e o século XVIII, apenas identificavam as seis províncias inscrevendo o seu nome num tipo e tamanho de letra maior, embora também pudessem figurar os seus limites, mas poucos eram aqueles que arriscavam desenhar os complicados

[4] Por “províncias”, A Coruña contava com 17 jurisdiciones e 7 coutos redondos, Betanzos com 43 e 9, Lugo com 131 e 48, Mondoñedo com 30 e 16, Ourense com 149 e 44, Santiago com 101 e 20, e Tui com 38 e 11 jurisdiciones e coutos redondos respetivamente. A estes dados havia que somar 95 vilas e 7 cidades (as capitais de cada “província”). Cf. Río-Barja, 1990.

limites internos. Tal era o caso daquele que é considerado o primeiro mapa conhecido de Portugal, datado de ca. 1560, da autoria de Fernando Álvaro Seco.

A primeira tentativa de figuração dos limites administrativos surgiu em 1654, num mapa de Portugal composto em duas folhas, tendo por título Parte Septentrional do Reyno de Portugal e Parte Meridional do Reyno de Portugal, de autoria de Nicolas Sanson d'Abbeville. Esta imagem reflete, em boa parte, a reforma ordenada por D. João III na década de 1530 e sintetizada na obra de Duarte Nunes de Leão (1610), Descrição do Reino de Portugal[5].

Nas primeiras imagens cartográficas que aparecem a circular pela Europa nos finais do século XV, Galiza não é representada de uma maneira individual, mas representa-se dentro da península ibérica ou emespaçosmais amplos (MÉNDEZ-MARTÍNEZ, 2000). As primeiras representações cartográficas da Galiza propriamente ditas, datam da passagem do século XVI ao XVII, momento em que a Galiza se começa a representar de maneira separada do resto da península ibérica (LORENZO E SÁEZ DE ANDRÉS, 1989). Desta maneira, o primeiro mapa transcendente de Galiza (e feito na Galiza) é a*DescripciondelReyno de Galizia*, datadode 1603, obra de HernandoOjea. Estemapa será reproduzido de maneira rotineira e sistemática por autores posteriores durante quase dois séculos, o que dará lugar, muitas vezes,àaparição de autênticas cópias[6].

A Obra de Tomás López

Tomás López de Vargas Machuca nasceu em Madrid, em 1730[7]. Entre 1749 e 1751, estudou Matemática e Retórica com os professores jesuítas do Colégio Imperial, e desenho na Real Academia de Belas Artes de San Fernando, em Madrid. Sob a supervisão de Jorge Juan e António de Ulloa, membros da expedição científica coordenada por Charles de La Condamine à América do Sul (1735-44), participou na comissão de trabalhos para o levantamento topográfico do Real Bosque de Viñuelas, em 1752, tendo, deste modo, contactado com as metodologias de trabalho da cartografia topográfica, baseada em levantamentos de campo, medições trigonométricas e geométricas[8].

Nesse mesmo ano partiu para Paris, por proposta do então poderoso Conselheiro de Estado de Fernando VI, o Marquês de la Ensenada, juntamente com Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, outro futuro cartógrafo de renome, como "Pensionistas de Sua Majestade" para se aperfeiçoarem na arte de gravação de mapas, estudar Geografia e preparar um mapa de Espanha. Na capital francesa frequentou o Colégio Mazarino, assistindo às lições do Abade de La Caille, e o estúdio de Jean Baptiste Bourguignon d'Anville

[5] Cf. L. Moreira, 2017.
[6]Destacan as versións que farán famílias editoras neerlandesas como os Hondius ou os Blaeu.
[7] Sobre a vida e obra de Tomás López ver H.Capel, 1982, C.LíterMayayoe F.SanchisBallester, 1998 e 2002, A.LópezGómeze C.Manso Porto, 2006 e A.Hernando, 2007 e 2008.
[8]Ver A.LafuenteeA.Mazuecos, 1987.

onde conheceu outro reputado cartógrafo e geógrafo francês, Guillaume Nicolas Delahaye, aí permanecendo até 1759. As suas primeiras obras cartográficas impressas datam da sua estada em Paris[9].

De regresso a Madrid, no início da década de 1760, recebeu da Coroa uma pensão anual, estabelecendo-se como gravador régio e professor, colaborando com a Real Academia de Belas Artes de San Fernando, primeiro como académico supranumerário e, depois de 1764, como académico de mérito. Nesta altura criou a única casa editorial de mapas da Península Ibérica em todo o século XVIII, intitulando-se "Pensionista de S.M. e membro da Academia de S. Fernando"[10].

Como geógrafo de "gabinete" desenvolveu ao longo de décadas seguintes uma prolífica e eclética produção cartográfica, não só sobre os territórios ibéricos, como também dos domínios coloniais espanhóis, bem como de muitas e diferentes regiões do Mundo[11]. Esta sua vasta obra pode ser classificada em três tipos principais: as obras de Cosmografia, de História, de Geografia e de Corografia; os livros de técnicas e métodos cartográficos; os Atlas e os mapas. Entre toda a sua produção, estes últimos constituem o núcleo principal[12].

Em 1770, Carlos III concedeu-lhe o título de "Geógrafo dos Domínios de Sua Majestade" e alguns anos depois, viu concretizada a sua velha aspiração em tornar-se membro da Real Academia de la História. Até ao final dos seus dias, procurou completar um grande projeto de editar um Dicionário Geográfico de Espanha.

Os métodos de trabalho, a recolha e seleção da informação, a consulta e crítica das fontes e a composição das imagens cartográficas seguiram de perto o modelo da escola francesa de Cartografia e da casa de d'Anville, seu mestre[13]. Faleceu em Madrid, em 1802, sendo os seus filhos os continuadores da grande empresa editorial cartográfica.

A divisão administrativa portuguesa, segundo o *Mapa General delReyno de Portugal*

No contexto da História da Cartografia portuguesa até ao século XVIII, destaca-se o *Mapa General delReyno de Portugal*, por Tomás López, datado de 1778[14]. No seu conjunto, é um documento de grandes dimensões (cerca de 142 x 82 cm) composto por oito folhas impressas e foi publicado em

---

[9] Cf. as notas biográficas deste autor em Juan A.Saez Garcia, 2004.

[10] Cf. J. MartínLópez, 2001.

[11]Para a análise à obra cartográfica de Tomás López, particularmente de Portugal e dos seus territórios ultramarinos, ver o trabalho de J. Garcia e L. Moreira, 2008.

[12]Considerando apenas a primeira edição e não contabilizando os mapas elaborados em parceria com os seus filhos e outros colaboradores, podemos computar em mais de duzentos os mapas editados.

[13] Sobre os métodos de trabalho de Tomás López, ver C. San AntonioGomez, F. ManzanoAguliaro e M. A. León Casas, 2005.

[14] Tomás López de Vargas Machuca (1730-1802). Após completar a sua formação técnica em Paris, enquanto pensionista da Coroa espanhola, a partir de 1760 estabeleceu-se em Madrid, tendo fundado a mais importante casa editorial e comercial de obras geográficas e cartográficas da Península Ibérica.

Madrid, numa escala de cerca de 1:450 000, o que possibilitava uma representação bastante pormenorizada dos fenómenos.



Mapa General del Reyno de Portugal, T. López, 1779
Fonte: Real Academia de la Historia, Biblioteca Digital - C-011-001-72

Esta iniciativa não decorreu, somente, da vontade empresarial do seu autor, mas terá correspondido a um pedido específico da Real Academia de la História, instituição que avaliou e "censurou" a obra final[15]. Assim, o mapa foi composto com todo o cuidado e atenção aos detalhes, como se comprova pela leitura da sua extensa e detalhada legenda, denominada "Explicacion de las Señales", bem como pela inclusão de uma lista dos "autores que se hantenido presentes para la composicion de este Mapa", que se complementa com uma "Nota" ao lado, a propósito da fonte consultada para a composição da rede viária.
A figuração dos limites da divisão administrativa/judicial, foi feita através de uma linha tracejada fina para as seis províncias e, dentro destas, a divisão dos Corregimentos e Ouvidorias, delimitados por uma linha ponteada. Como complemento desta informação, o cartógrafo indicou as localidades sedes de ouvidorias, provedorias, coutos ou concelhos, com o símbolo correspondente, o que, com este grau de pormenor, constitui uma novidade nos mapas de Portugal do século XVIII, mesmo nos de escala semelhante[16].
Tendo em conta que os mapas e os cartógrafos citados por López como fontes e que figuram a divisão administrativa, apresentam as províncias divididas em comarcas ou "territórios" - claramente baseados no protótipo de Nicolas Sanson de 1654 - o autor espanhol ou teve acesso a outras fontes, ou com as mesmas, tentou fixar aquilo que nenhum outro autor antes conseguiu.
Para tal, deve ter-se socorrido de uma leitura atenta da obra *Geografia Histórica…* de D. Luís Caetano de Lima que, a dado momento refere: "esta divisão por *Correiçoens,* e *Ouvidorias*, nos parece mais fácil de perceber, do que a divisão ordinária por *Comarcas*, de que se servem muitos Geografos; pois que huma mesma Comarca, em virtude da jurisdicção, que tem os Provedores (…) se estende a terras de Correiçoens, e Ouvidorias differentes"[17].
Em todo o caso, esta não deve ter sido uma tarefa fácil para López devido à inexistência de protótipos, o que salienta a sua faceta de desenhador/cartógrafo, mas que deve ter sido preparada com base em mapas de escala maior. No entanto, não deixa de ser curioso notar que na legenda do mapa, o autor identifique o significado das linhas tracejadas e ponteadas como "Division de Reinos"; "Division de Provincias" e "Division de Comarcas", o que denuncia a utilização de fontes cartográficas que não foram atualizadas em relação ao conteúdo cartografado.
Efetivamente, apesar da (aparente) novidade, trata-se de uma imagem anacrónica, visto que não leva em linha de conta as inúmeras alterações administrativas realizadas na segunda metade do século XVIII, quando várias comarcas ou correições foram criadas, alterando os limites das províncias e vários concelhos transitaram de umas comarcas para as outras[18].

[15]A. LópezGómez e C. Manso Porto, 2006 p. 349.
[16]Nem Thomas Jefferys, autor de um grande mapa de Portugal (1762), até então a grande referência cartográfica nacional, figurou a divisão administrativa por considerar que não possuía informações suficientes. Este mapa gravado em Londres constituiu a principal fonte cartográfica utilizada por López.
[17] L. C. Lima, 1736, vol.II, p. 4.
[18] J.A. Santos, 1985, p. 36-48.

Tomemos como exemplo de análise a Província de Entre Douro e Minho, começando pelos limites da Província. Embora os seus limites fossem dos mais estáveis, o facto é que os cartógrafos não eram unânimes aquando da sua representação: se a norte não havia dúvidas quanto à fronteira do rio Minho, a sul, a maioria dos mapas estabelecia o rio Douro como limite meridional – afinal a origem da sua designação - ainda que, desde o século XV, por via da integração do concelho de Vila Nova de Gaia nesta província, estes confins se estendessem um pouco mais para sul deste rio. A leste, a linha divisória com a Província de Trás-os-Montes era, habitualmente, estabelecida pelos cumes das serras Gerês, Cabreira, Alvão, Marão, Aboboreira, …, bem como pelo curso médio do rio Tâmega. Contudo, transitoriamente, em meados do século XVIII, vários concelhos transmontanos foram integrados em comarcas minhotas, pelo que, os limites provinciais ultrapassavam estes marcos naturais.

De tudo isto nos dá conta o mapa de López, revelando-se mais atualizado que qualquer um outro mapa da época. Quanto à demarcação dos limites da divisão administrativa, as dificuldades sentidas foram maiores. O mapa delimita e identifica as três comarcas ou correições (“corrigimientos”) de Viana, Guimarães e Porto e as duas ouvidorias, Barcelos e Braga. Contudo, a comarca de Penafiel, criada em 1775 a partir de vários concelhos subtraídos ao Porto e a Guimarães, não foi figurada.

Embora coincidindo, por vezes, com os limites naturais “impostos” pelos rios e pelas montanhas, a configuração dos limites das comarcas denuncia uma generalização e imprecisão, embora permita fazer uma leitura coerente das suas duas características principais: as assinaláveis diferenças de dimensão – compare-se Viana com Braga - e a descontinuidade territorial das comarcas de Valença e de Barcelos, o que tornava a administração mais dificultada e morosa, tanto mais que a sede administrativa ficava, por estas razões, numa posição excêntrica e pouco acessível, especialmente numa época em que as comunicações terrestres eram difíceis.

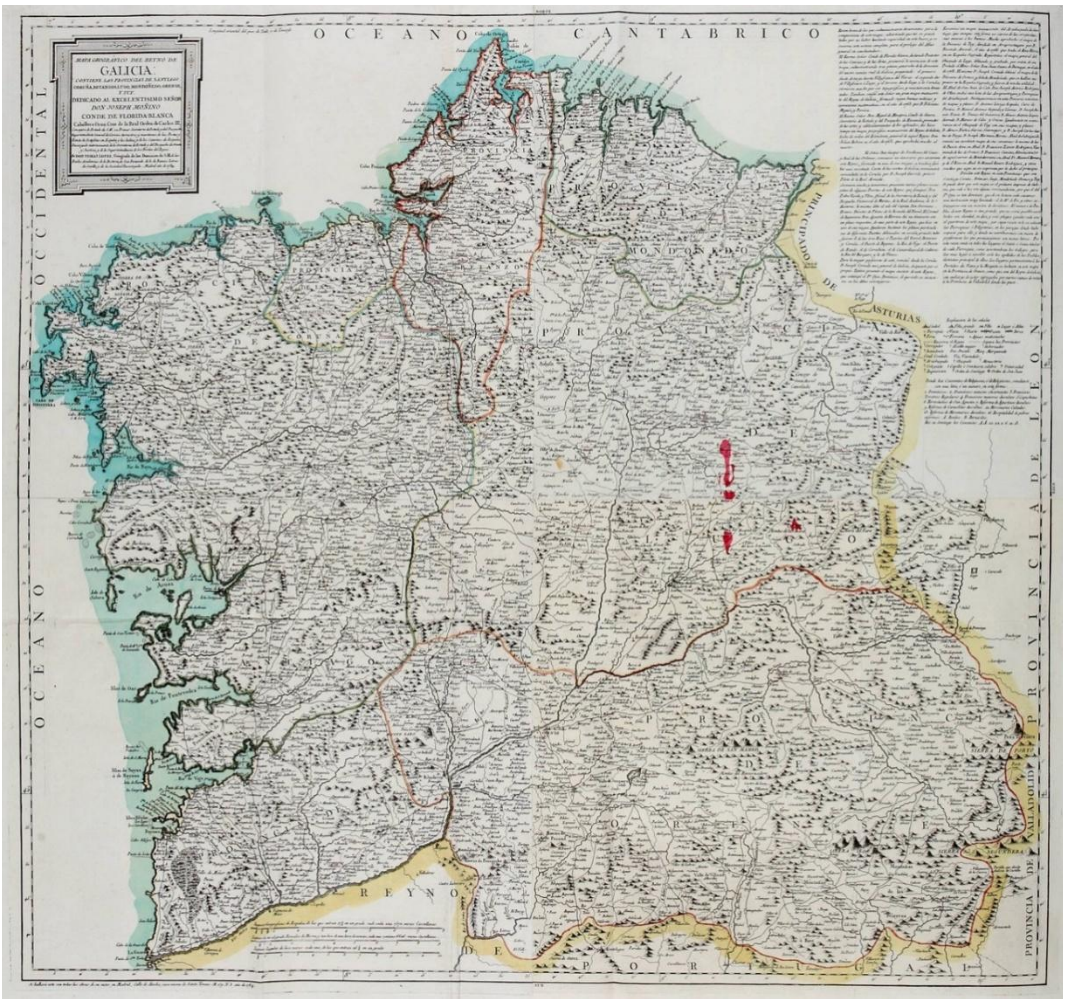
Para as unidades administrativas de menor dimensão, fosse pela falta de informação e de conhecimentos geográficos ou pelas limitações impostas pela escala do mapa, optou-se por uma outra solução técnica. O autor não representou a extensão dos limites destas unidades territoriais, tendo, antes, escolhido uma série de símbolos que distinguem as suas diferentes. Contudo, a escolha pela implantação pontual não tornou leitura do fenómeno facilitada, devido à semelhança entre os símbolos selecionados.

A divisão administrativa galega, segundo o *Mapa Geográfico delReyno de Galicia*

Para Galiza, Tomás López elabora a obra *Mapa Geográfico delReyno de Galicia* publicada em 1784, em quatro folhas impressas, numa escala de ca. 1:330 000. Este mapa é,talvez,um dos de maior difusão da Galiza no passado, e consegue quebrar com a sucessivareprodução de quase dois séculos dos mapas de Galiza que se iniciara a partir da obra de Ojea, em 1603. Tal como no caso do mapa de Portugal,

também este foi elaborado sob o escrutínio da Academia Real de la Historia, tendo o autor solicitado, de novo, uma autorização para usar o título de académico (LÓPEZ GÓMEZ y MANSO PORTO, 2006, p. 318-319). Desta feita, a dedicatória está dirigida ao poderoso ministro e conselheiro de Carlos III, "D. Joseph Moñino, Conde de Florida-Blanca".

O mapa representa os elementosgeográficos com umgrau de detalhe e aprofundamento muito maior que o usado até aquela data. É o primeiro mapa conhecido que representa as mal chamadas sete "províncias" galegas – A Coruña, Betanzos, Lugo, Mondoñedo, Ourense, Santiago e Tui –, para cuja representação se vale de linhas descontinuas que, posteriormente, foram debruadas a distintas cores[19]. Cabe assinalar que as distintas delimitações nãoseguemacidentes de geografia física como cursos fluviais ou elevações montanhosas. Neste sentido, pelo que respeita aos limites entre as sete "províncias", só é salientável que se use o tramo final do rioSil como divisória entre as "províncias" de Lugo e Ourense.



'Mapa Geográfico delReyno de Galicia' de T. López (1784)
Fonte: Real Academia de la Historia, Biblioteca Digital - C-011-001-42

19A grandes linhas, os limites das "províncias" que delimita López som coincidentes coas que Río-Barja (1990) cartografa polo miúdo na década de 1990.

López representa também numerosas entidades de povoação baixo distintas denominações: “ciudad”, “villa”, “lugar o aldea” ou “parroquia”. Aqui, como no mapa de Portugal, o autor valeu-se dos mesmos símbolos, muito embora as categorias administrativas e judiciais reflitam a organização territorial espanhola. Deste modo, ainda que não tenham sido figurados nem os seus limites, nem a sua extensão territorial, foram identificadas as sedes de “Corregidor”; “Alcalde mayor”; “Gobernador” e “Intendente”.Esta solução técnica, tal como já foi apontado, não torna fácil a leitura do mapa e a correta identificação da hierarquia político-administrativa da Galiza.

Porém, era impossível cartografar num mapa toda a realidade galega do momento, como prova a referência que deixa anexa ao seu mapa: “Advirtiendo que no se ponen todos [os núcleos de povoação] por no haber bastante capacidaden este hueco. [...]El número de Pueblos de este Reyno es tan grande, que no sería posible escribirlos con claridad, en diez y seis pliegos iguales cada uno al quarteron de este mapa, por cuya razón solo se colocan las Parroquias ó Feligresías [ainda que nãochega a cartografá-las todas]”.

Em todo o caso, foi quem representou com maior detalhe a fronteira entre Portugal e Galiza, e entre esta e o resto da Meseta, a qual apresentava problemas devido à confusão entre os rios Eo e Navia. Este mapa de López é o primeiro que se conhece que cartografa de acordocom a realidade a fronteira costeira entre Ribadeo (Galiza) e Castropol (Astúrias) a través do tramo final do rio Eo e da foz de Ribadeo.



Detalhe da obra ‘Mapa Geográfico delReyno de Galicia’ de T. López (1784).
Fonte: Real Academia de la Historia, Biblioteca Digital - C-011-001-42

Curiosamente, o mapa de López não foi realizado com base em trabalho de campo, nem com medidas topográficas, já que para a suaelaboração em gabinete, o autor valeu-se de inquéritos que mandou realizar às distintas autoridades civis e eclesiásticas da Galiza. Assim, as autoridades consultadas desenharam e escreveram os principais marcosgeográficos da suaárea, uma circunstância que, dependendo do seu conhecimento e imaginação, levou a respostas muito díspares (MÉNDEZ-MARTÍNEZ, 2000; LORENZO E SÁEZ DE ANDRÉS, 1989). Além do mais, devemos precisar que a confeção do mapa foi feita pelaunião dos diversos mapas eclesiásticos que foram gravados polo próprioLópezalguns anos antes.

As Reformas Administrativas Liberais

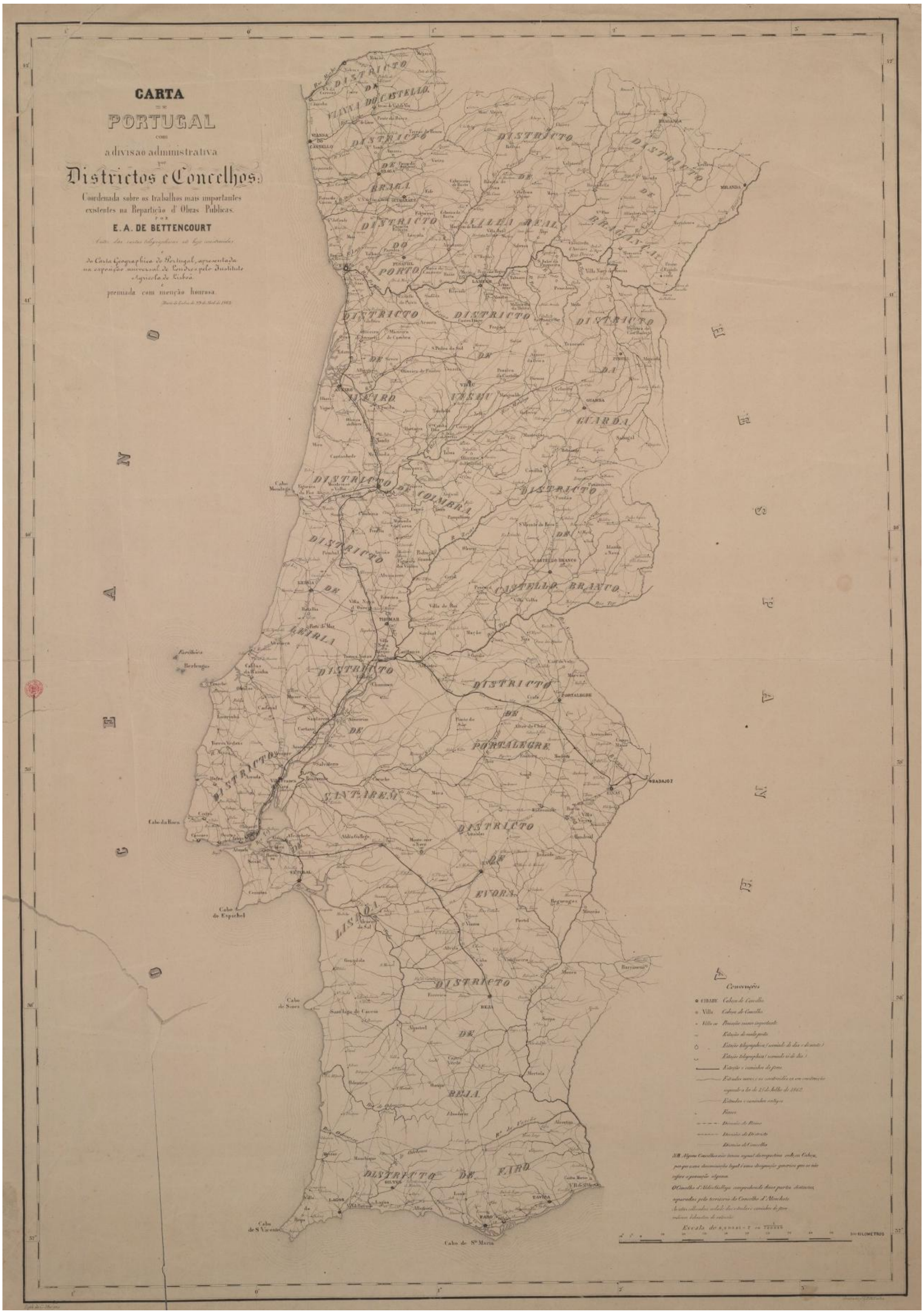
O caso português

Terminada a Guerra Civil portuguesa (1828-1834), restabelecida a Carta Constitucional de 1826 e, pouco depois, por um breve período, a Constituição de 1822, as Cortes Gerais reuniram-se para discutir o estabelecimento de uma nova divisão administrativa, capaz de servir os interesses do novo regime político, que se baseava no princípio da representatividade popular. Retomavam-se, assim, os trabalhos que várias comissões especializadas desenvolveram a partir da implantação do regime liberal, durante a década de 1820.

Após várias tentativas e propostas, a nova divisão administrativa liberal estabelecia novas unidades territoriais e respetivos limites, alterando ou extinguindo muitas outras herdadas do Antigo Regime. No entanto, este novo mapa político do país, previsto no Código Administrativo de 1836, sofreria inúmeras alterações ao longo da segunda metade do século XIX, ainda que, no essencial, definisse as linhas orientadoras que chegaram até aos nossos dias[20].

---

[20] De forma oficial, estas alterações territoriais e administrativas foram registadas na *Carta Geographica de Portugal, construída segundo a novíssima Divisão Territorial Militar, Administrativa, e Judicial*, impressa na "Offic. Lith da rua Nova dos Mártyres, nº 12" e editada em 1837 em, presumivelmente, duas folhas, muito embora apenas tenhamos conhecimento da existência da folha sul. Apenas conhecemos os exemplares que se conservam no Arquivo Nacional Torre do Tombo sob a cota PT/TT/CR/007-019/00540, na Direção de Infraestruturas (D.I.E.), cota 4094-2A-24A-111 e na Direção Geral do Território, sob a cota C.A. 56.. Em todo o caso, trata-se da primeira imagem impressa da divisão distrital e concelhia do conjunto do país, ainda que tenha sido composta a partir de outras exemplares cartográficos coligidos para o efeito.



Carta de Portugal com a divisão administrativa por districtos e concelhos, E.A. Bettencourt
Fonte: Biblioteca Nacional de Portgal – Biblioteca Digital: CC-231-R

Em 1863, Emiliano Augusto de Bettencourt (1825-1886) publicou a *Carta de Portugal com a Divisão Administrativa por Districtos e Concelhos*[21], apresentando-a como uma nova e mais atualizada imagem cartográfica do conjunto do país.

Era um mapa construído na escala de 1:700 000, já com a indicação métrica das distâncias. Uma vez que a Carta Geográfica de Portugal ainda não tinha sido concluída – seria publicada em 1865 – o autor socorreu-se de modelos anteriores para configurar o seu esboço cartográfico, uma solução recorrente dada a falta de mapas de base. Em todo o caso, dados os progressos técnicos e materiais registados nos trabalhos cartográficos que se desenvolviam em todo o país, a imagem composta era mais rigorosa do que as suas antecessoras da segunda metade do século XVIII, sobretudo na localização absoluta e relativa da maioria das localidades representadas.

Assim, sob um fundo onde se figuram as redes hidrográfica e rodoferroviária, com as estações do serviço de malaposta, bem como, a localização das estações telegráficas e os faróis – decorrentes da reutilização de outro material cartográfico da sua autoria[22] - o autor lançou a divisão distrital, figurada por uma linha tracejada de maior dimensão e a divisão concelhia, recorrendo a uma linha tracejada mais fina. A sobreposição de todos estes elementos não tornava fácil a leitura da divisão política, que teria de ser complementada com a localização das sedes administrativas/núcleos de povoamento, distinguidos por cidades e/ou vilas sedes de concelho e "vila ou povoação menos importante".

Contudo, a importante reforma territorial da década de 1830, ao reduzir o estatuto administrativo local aos concelhos, tornou possível simplificar a representação cartográfica das sedes concelhias, bastando dois símbolos e um diferente tamanho da letra para as distinguir entre vilas e cidades, pese embora a configuração dos limites das unidades administrativas ainda ser um pouco generalizada.

O caso galego

Em 1833, sob a regência de María Cristina de Borbón, aprovou-se, por decreto, o atual mapa provincial vigente na atualidade. A obra atribui-se a Javier de Burgos, mas elenão foi maisdo que "o último elo da cadeia" (BURGUEÑO, 2011: 129), já que o que fez foi trabalhar sobre mapas e propostas prévias, como as de Juan AntonioLlorente (1808), Francisco Amorós (1808), José de Lanz (1809), FelipBauzà (1813), FelipBauzà e José Agustín de Larramendi (1821) ou a divisão provincial aprovada pelas Cortes em 1822. Em todos estes projetos, assumia-sejá uma divisão emquatro províncias para Galiza, que levava consigo a partição da histórica "província/intendência/prefeitura/reino" de Galiza (GARCÍA-ÁLVAREZ, 2002; BURGUEÑO, 2011).

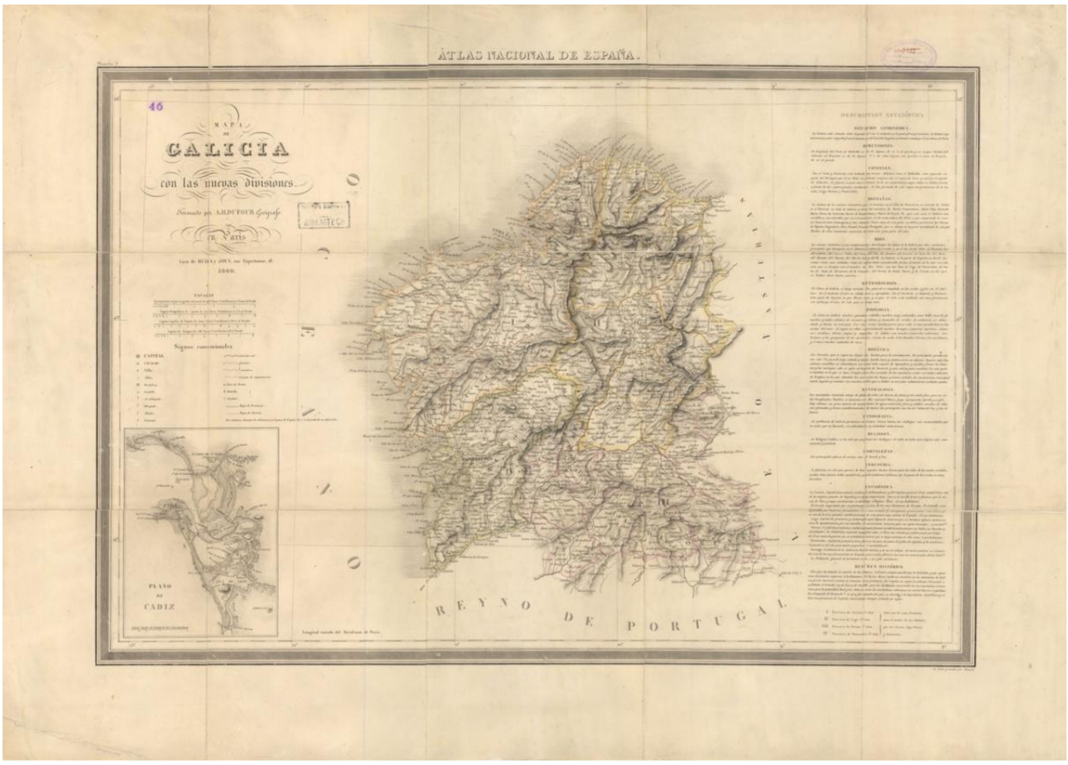
---

[21] Biblioteca Nacional de Portugal, cc-231-r. O autor era arquiteto de formação e trabalhava no Ministério das Obras Públicas.
[22] Em 1861 Bettencourt publicou a *Carta da rede telegraphica de Portugal no fim de Junho de 1861*, utilizando a mesma base.

Outra divisãoà escala infraprovincialaprovada neste período é a dos partidos judiciais. Com a suaaprovação, em 1834,procurou-secriar uma divisãoigualitária em termos demográficos e de superfície e comlimites bem definidos para todo o territórioespanhol. Historicamente desempenharam a função de justiça, mas com opassar do tempo foramassumindo outras emmatéria de educação, saúde ou segurança, já que as suas cabeceiras constituíam a rede urbana oficial do Estado espanhol. Galiza foi dividida em 47 partidos judiciais, o que se traduziunum mapa muitosemelhante ao que já aprovara a Junta Suprema de Galiza de maneira provisória em 1820 (BURGUEÑO, 1995).

O porquêde ser o mapa provincial de Javier de Burgos o que prevalece é uma casualidade, mas o facto é que será este o que se estudará na escola, e por tanto, o que passa a formar parte do imaginário dasgentes (e dos políticos). E uma vez instauradas as províncias, nunca se conseguiram suprimir, pelo menos atéaos dias de hoje.

A obra *Mapa de Galiciacon las nuevasdivisiones*de 1849, obra de Auguste Henri Dufour, é um dos primeiros a recolher a demarcação das novas quatro províncias galegas elaboradas pelo Estado liberal espanhol em 1833, os quais são, naessência, as atuais. O mapa à escala ca. 1:570 000,recolhetambém as divisões em partidos judiciais (que na legenda aparecem como “distrito”), concretamente os 47 partidos criados pelo Decreto de 1834. Porém, este mapa nãoreflete a grandiosa obra publicada uns anos antes por Domingo Fontán, *Carta Geométrica de Galicia* (1834/1845), na qual,duma maneira científica e detalhada, se cartografam os limites das quatro províncias galegas e a praticamente totalidade das paróquias (sem limites).



‘Mapa de Galicia con las nuevas divisiones’ de A. H. Dufour (1849)

A raia fronteiriça entre Espanha e Portugal, apesar de marcar uma fronteira internacional, não aparece desenhada de maneira distinta á da Galiza como resto de Espanha. Cabe assinalar que não se cartografa nem o Couto Misto, nem os povos promíscuos, mas o grau de detalhe na fronteira luso-galega é, pelo geral, bastante bom. Aparecem, contudo, cartografados dentro de Galiza algunsterritórios que durante boa parte da suahistória foram galegos como Abres na atualAstúrias, ou Pías, Lubián ou Hermisende na atual Castela e Leão, apesar de que estes territóriosestivessemjá fora dos limites político-administrativos da Galiza pelo decreto de 1833. Desta maneira, podemos ver como mapas posteriores á obra de Fontáncartografam de maneira errónea, tanto os limites exteriores, como interiores de Galiza.

Conclusões

Em Portugal, até meados do século XIX, a falta de rigor das fontes de informação e a falta de cartografia topográfica de base, não permitia a existência de um mapa do país cientificamente rigoroso, pelo que a representação dos fenómenos estaria comprometida.

No que diz respeito à cartografia pré-científica – isto é, anterior a 1865, data da publicação da *Carta Geográfica do Reino de Portugal*, pela Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, Topográficos, Hidrográficos e Geológicos do Reino – os progressos foram sendo realizados a um bom ritmo, à medida que novos modelos foram sendo compostos a partir de outros mais antigos e nova informação foi sendo acrescentada. A diferença metodológica para os séculos anteriores residia, apenas, na quantidade, qualidade e fiabilidade das fontes utilizadas.

Estes dois mapas testemunham uma parte importante da evolução histórica da cartografia: o desenvolvimento da cartografia temática. Assim, se o mapa de Portugal de Tomás López do século XVIII, é um mapa geral, onde a figuração da divisão administrativa é, apenas, um dos fenómenos representados, pelo que se presta a diversos públicos e utilizações, o mapa de Bettencourt é para um público mais restrito, quase exclusivamente ligado à administração do território.

No caso galego, existem duas obras fundamentais no que respeitaàcartografia galega do Antigo Regime, uma é a*DescripciondelReyno de Galizia*de HernandoOjea, em 1603, e que servirá para fixar a imagem da Galiza durante quase dois séculos, concretamente até a aparição do *Mapa GeographicodelReyno de Galicia* de Tomás López em 1784, que trará consigo umgrau de aprofundamento maior do que qualquer outra imagem cartográfica da Galizados séculos XVII e XVIII. No que respeita àcartografia científica, esta iniciou-se com a *Carta Geométrica de Galicia*, de Domingo Fontán, publicada, primeiro em 1834, e logo completada em 1845.

Bibliografia:

BURGUEÑO, Jesús (1995): "La génesis de la división territorial contemporánea en la España atlántica (Galicia, Asturias, Cantabria y El Bierzo)". *Ería*, nº 36, p. 5-33.

BURGUEÑO, Jesús (2011): *La invención de las provincias.* Madrid: Catarata.

GALLEGO, Olga (1988): *La organización administrativa territorial de la antigua provincia de Ourense a mediados del siglo XVIII.* Ourense: Museo Arqueolóxico Provincial.

GARCÍA-ÁLVAREZ, Jacobo (2002): *Provincias, regiones y comunidades autónomas: la formación del mapa político español.* Madrid: Senado.

GONZÁLEZ-MARIÑAS, Pablo (1978): *Las Diputaciones Provinciales en Galicia: del Antiguo Régimen al Constitucionalismo.* A Coruña: Deputación provincial da Coruña.

LORENZO, Ramón & SÁEZ DE ANDRÉS, Antonio (dirs.) (1989): *Cartografía de Galicia 1522-1900.* Madrid: Instituto Geográfico Nacional / Instituto de Cooperación Iberoamericana.

MÉNDEZ-MARTÍNEZ, Gonzalo (2000): *Cartografía de Galicia. ColecciónPuertas-Mosquera.* Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

MOREIRA, Luís Miguel – *Cartografia, Geografia e Poder: o processo de construção da imagem cartográfica de Portugal, na segunda metade do século XVIII*. Braga :s.n., 2012. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

MOREIRA, Luís Miguel. Divulgar a Restauração do Reino: o Mapa de Portugal de Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 *Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de marzo de 2017,vol. XXII, nº 1.193. <http://www.ub.es/geocrit/b3w-1193.pdf>. [ISSN 1138-9796].

REGUERA RODRÍGUEZ, António (1993). *Territorio ordenado, territorio dominado. Espacios, políticas y conflictos en la España de la Ilustración*. León: Universidad de León.

RÍO-BARJA, Francisco Javier (1990): *Cartografía Xurisdicional de Galicia no século XVIII.* Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.

SAAVEDRA, Pegerto (1990): "Contribución al estudio del régimen señorial gallego". *Anuario de historiadelderechoespañol*, nº 60, p. 103-184.



El paisaje histórico urbano del vino a través de las cartografías industriales a finales del siglo XIX. Una aproximación a los casos de El Puerto de Santa María y Oporto/Vila Nova de Gaia

María Murillo-Romero
Universidad del País Vasco, Escuela de Arquitectura de Donostia-San Sebastián, España.
mariamurilloromero@gmail.com

Clara Pimenta do Vale
Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo,Faculdade de Arquitectura da UniversidadedoPorto, Portugal. clara_vale@arq.up.pt

Resumo:

La investigación que proponemos presentar en este Simposio pretende arrojar luz sobre el fenómeno de los paisajes históricos urbanos de la producción del vino a través del estudio y análisis de las cartografías y planes industriales y comerciales desarrollados a finales del siglo XIX en dos de las principales ciudades vitivinícolas del momento: El Puerto de Santa María (España) y Oporto (Portugal).

Las cartografías y planes industriales se desarrollan, en su mayoría, a partir de la revolución industrial con raíz en las principales ciudades protagonistas, y su fin último es la representación del progreso y desarrollo tecnológico de la urbe a través de sus mapas industriales con claro tinte publicitario. Estas cartografías tomarán, en su diseño, el ejemplo de las planimetrías históricas, pero sustituirán la información de los elementos monumentales que en ellas aparecen por la de las principales empresas comerciales e industriales de la época. Acompañando a la planimetría urbana, y a modo de orla, aparecerán los emblemas, logos y sellos de las principales empresas e industrias de la ciudad.

El principal objetivo de esta comunicación es la identificación y reconocimiento de los elementos que componen los paisajes históricos urbanos de la producción del vino en las planimetrías industriales de las ciudades objeto de análisis, así como el establecimiento de las diferencias y semejanzas existentes en cada una de las cartas industriales, no sólo a nivel gráfico, sino a nivel de conceptualización del vino como industria y a su repercusión en la imagen de modernidad de cada una de las ciudades analizadas a través de sus planos.

Creemos conveniente adelantar que al estudiar el fenómeno urbano del vino en Oporto tenemos que hacer énfasis en que la mayor parte de los elementos de su paisaje se encuentran en realidad en la vecina ciudad de Vila Nova de Gaia, que debido a su proximidad aparece en la gran mayoría de sus

cartografías históricas. En contraste, observamos que la ciudad de El Puerto de Santa María posee planimetrías propias a lo largo de su historia debido a su importancia como puerto comercial.

En primer lugar, y teniendo como base el ejemplo de las guías industriales editadas en España por Calvet y Boix en las últimas décadas del siglo XIX, pretendemos establecer un contexto y un modelo a partir del cual sentar las bases de los casos que son objeto de este estudio: Oporto/Gaia y El Puerto de Santa María. Una vez realizada la contextualización relativa a las cartografías industriales, nuestra comunicación se adentrará en la definición de cada uno de los planos indicados desde el punto de vista de la representación en ellos del mundo del vino, principal motor económico de ambos países con sede en las ciudades mencionadas. En este punto, estudiaremos también cada una de las planimetrías: autoría, edición, publicidad, diseño, fecha, etc.; para poder dar una visión completa de lo que cada una de las ciudades entiende por modernidad. En un siguiente apartado nos enfrentaremos a la comparación de los casos seleccionados para poder extraer, finalmente las conclusiones necesarias sobre la representación de los elementos que conforman el paisaje histórico urbano del vino en las ciudades de Oporto/Gaia y de El Puerto de Santa María.

Por lo tanto, y desde estos objetivos básicos que hemos planteado, nuestra comunicación se estructurará siguiendo los siguientes apartados: 1) Las guías y planes industriales: contextualización del fenómeno y ejemplos, 2) La Planta da cidade Do Porto de 1880: análisis y definición,3)El Plano Anunciador de El Puerto de Santa María de 1889: análisis y definición, 4) El paisaje urbano del vino a través de la cartografía industrial: comparación entre los cosas de El Puerto de Santa María y Oporto, 5) Conclusiones.

Palabras clave:

Cartografía industrial, El Puerto de Santa María, Oporto, paisaje histórico urbano de la producción, paisaje del vino.



Territórios quilombolas e suas representatividades – Os quilombolas da comunidade Tabacaria em Palmeira dos Índios/AL

Francisca Maria Neta
Professora do Curso de História na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UNICAP, francisca.neta@uneal.edu.br

Denize dos Santos
Professora do Curso de Geografia naUniversidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Doutoranda no Programa de Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO/UFS, denize.santos@uneal.edu.br

Resumo:

Os registros das memórias em comunidades tradicionais representam as marcas do uso do território. A comunidade remanescente de quilombos do povoado Tabacaria, no município em Palmeira dos Índios, agreste alagoano, que por longo período perdeu parte desuas memórias e as referências identitárias dos seus ancestrais, refletindo no processo de apropriação e expropriação histórica. O argumento dos quilombos contemporâneos em Alagoas está vinculado ao quilombo de Palmares, reconhecido comopalco da maior revolta de negros no período colonial, representado e discutido na historiografia e na cartografia histórica. Portanto, o processo de formação de comunidades quilombolas foi marcado pela negação de direitos socio-econômicos e culturais de negros escravizados, desde os quilombos coloniais até o processo de demarcação e reapropriação desses território na contemporaneidade; a história dos quilombos, do passado e do presente, constitui-se uma bandeira de luta de um povo que foi invisibilizado no processo histórico do Brasil. Identificar as disputas pelas memórias de negros que foram escravizados a partir das suas representações e ressignificações de elementos da natureza imbrincados de pertencimentos, sejam históricos, culturais ou religiosos é imprescindível para compreender a diversidade do povo brasileiro. O objetivo deste trabalho é mapear as referências históricas da comunidade quilombola Tabacaria, a partir de elementos culturais para entender a representação dos elementos naturais, históricos e os serviços que constituem significados de pertencimento e de manutenção do território como um lugar de construção de suas identidades, ocorre com a análise comparativa de mapas antigos e o atual demonstram a mobilidade do território quilombola. Para instrumentalizar a pesquisa fez-se necessário adentrar nos conceitos de memória, identidade, representação e território através da perspectiva da história cultural e da cartografia histórica. Neste sentido, o estudo está ancorado em autores como Halbwachs (2006), Candau (2012), Hall (2016), Rafestin (1993), Fonseca (2004), Dutenkefer (2016) entre outros. A metodologia parte de fontes documentais (INCRA, Fundação Palmares,

Teses, Dissertações e Monografias) e orais (histórias de vidas, relatos e entrevistas) no sentido dehistoricizar as memórias de povos não letrados que construíram suas histórias no subterrâneo da sociedade, invisibilizados pelos detentores de poder; assim, a pesquisa busca dar voz aos silenciados. O registro dos territórios quilombolas em mapas antigos demonstram a ocupação de serras recortadas por rios e separadas por valesquerefletem nas dinâmicas destes remanescentes;na fuga e na busca por locais que lhes proporcionam alguma proteção. O território e a territorialização podem ser identificados e representados em vários momentos, tanto no passados com na atualidade e os mapas históricos trazem essas representações. O processo de mapeamento da comunidade quilombola foi realizado a partir dos relatos de membros da comunidade acercada riqueza e do vínculo que estes têm com a terra, assim como a consciência de preservação dos elementos da história de seu povo. Na confecção do mapa foram levantadas informações sobre a demarcação das terras e o seu reconhecimento oficial pelo INCRA; a base cartográfica dos limites territoriais vetorizados foramdisponibilizados pelo site desta instituição, além de autorização, entrevista e diálogos com representantes do órgão para entender o processo de demarcação territorial. Outras instituições públicas como, Secretaria da Mulher e Direitos Humanos do Estado de Alagoas, Arquivo Público Estadual Jordão Emenciano - APEJE, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL foram visitadas para levantamento de dados que permitiram consolidar a oralidade dos moradores e seus testemunhos. Outra etapa importante foi o trabalho de campo que possibilitou a coleta dos pontos com o uso do GPS e registro fotográfico. O uso do software QGIS possibilitou a junção dos dados documentais e pesquisa de campo para a confecção do mapa temático. O uso do Google Earth e das imagens possibilitou a delimitação do uso da terra e da área da mata no território quilombola. A partir do conjunto de dados empíricos e oficiais foi possível classificar as informações em três classes: natureza, representando elementos que favoreceram a fuga ou esconderijona área da mata; históricos, pontos de referência que representam fatos históricos de manutenção de práticas de um grupo social, sejam esconderijos, pontos de reza (oração), práticas lúdicas, etc.; serviços, buscou-se discutir a permanência dos quilombolas na comunidade após a demarcação, identificando a adequação da infraestrutura oferecida pelo Estadoà comunidade. Por fim, espera-se reunir subsídios que possibilitem compreender, a partir das memórias coletivas,das representações territoriais e da construção identitária, como os remanescentes de quilombos têm buscado a conquista da posse da terra inspirados na forçados escravizados que lutaram e lutam pela liberdade.

Palavras-Chaves:

Lugar. Mapa. Memória. Quilombo.Território.



A reforma cartográfica de Delisle: comparação entre o manuscrito da Torre do Tombo e a Dissertação publicada pela Academia de Ciências

Rafael Henrique de Oliveira
Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, rafa.oliveira@usp.br

Jorge Pimentel Cintra
Museu Paulista da Universidade de São Paulo, jpcintra@usp.br

Resumo:

O cartógrafo francês Guillaume Delisle (1675 – 1726), nomeado Primeiro Geógrafo Real da França no ano de 1702, é reconhecido como um dos precursores da cartografia moderna. Seu revolucionário e proeminente trabalho é o primeiro esforço metódico de remodelamento da carta do mundo a partir de um conjunto de longitudes observadas ao redor do globo. Dando continuidade aos métodos iniciados por seu mestre, o astrónomo Giovani Domenico Cassini (responsável pela publicação das tábuas de Efemérides, que viabilizaram a medição relativamente acurada de longitudes em diferentes partes da Terra), Delisle desenvolveu escrupuloso trabalho de integração e ponderação, em escala global, de relatos de observações astronômicas, roteiros de viajantes, portulanos e cartas de escala local. Como ápice de seu esforço reformador, apresentou e leu em 27 de novembro de 1720, perante a Academia de Ciências de Paris, uma Dissertação intitulada Détermination géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la terre (Determinação geográfica da posição e da extensão de diferentes partes da Terra), obra na qual apontava os principais desvios da cartografia corrente e indicava as respectivas correções, sempre rigoroso quanto às fontes de tais considerações. O produto cartográfico dessa reforma foi o mapa intitulado Mappemonde à l'usage du Roy (Mapa do mundo para uso do Rei). A Dissertação só seria publicada pela Academia de Paris no ano de 1722, em uma compilação dos trabalhos reunidos até 1720.

Como destacado por Jaime Cortesão, a apresentação dos resultados de Delisle teve grande repercussão em Portugal (leia-se a Coroa) por apontar, de forma explícita no texto e no mapa, os erros recorrentes na cartografia portuguesa. Mostrando ciência de sua responsabilidade política e provavelmente querendo mostrar serviços enquanto Primeiro Geógrafo Real, Delisle apontava com clareza e firmeza os desvios na representação das terras e dos limites do Novo Mundo e suas implicações diplomáticas, principalmente quanto à posição da linha de Tordesilhas, ao norte e ao sul do território da América portuguesa. Dada a clara importância política das conclusões do cartógrafo francês, o rei português D. João V prontamente

solicitou cópia da Dissertação, primeiro movimento no sentido de renovação dos defasados métodos da cartografia lusitana. Como desdobramentos imediatos, o rei solicita a reformulação do ensino e da prática cartográfica em Portugal, encomenda a construção de equipamentos astronômicos e contrata os astrônomos italianos Carbone e Capassi (os chamados padres matemáticos) para a observação de longitudes astronômicas em diferentes localidades de seu reino. Além disso, ordena a construção de novos observatórios e a obtenção de instrumentos mais modernos (astronômicos e de medição de tempo).

Tendo em conta a relevância do trabalho de Guillaume Delisle e seu impacto na cartografia portuguesa, o presente artigo tem como objetivo analisar em profundidade a reforma da Cartografia promovida por Delisle por meio da comparação entre seus produtos textuais e cartográficos e focalizando precipuamente os dados e anotações concernentes aos territórios portugueses.

Inicialmente, o trabalho descreve as diferenças entre duas versões da Dissertação de Delisle. A primeira das versões é manuscrita, localizada na coleção dos Condes de Linhares nos arquivos da Torre do Tombo, Portugal. A segunda versão é tipografada e está localizada nos arquivos da Biblioteca Nacional da França como parte de um compilado de trabalhos apresentados à Academia de Ciências. A partir da tipificação das discrepâncias entre as versões do texto (acréscimos e omissões, inversões de ordem, divergências em valores numéricos, etc.), são estabelecidas hipóteses quanto à natureza e procedência de cada texto e sua correlação com aquilo que seria o texto original de Delisle, que difere da Dissertação, como procuramos mostrar.

Em um segundo momento, faz-se uso de ferramentas de cartografia digital e de técnicas para o estudo de mapas antigos para a análise cartográfico-matemática do Mappemonde de Delisle. De forma complementar à primeira etapa do presente estudo, utiliza-se o documento cartográfico para dirimir eventuais dúvidas e verificar a coerência entre os dados textuais e as informações cartografadas presentes nas duas fontes textuais analisadas. Além disso, discute-se a acurácia dos dados de Delisle para as áreas de domínio português, ratificando e quantificando correções em relação à cartografia da época, bem como identificando possíveis erros na obra do francês.

Palavras-chave:

Guillaume Delisle, reforma da cartografia, cartografia francesa, cartografia portuguesa, linha de Tordesilhas

Pernambuco: cartografias e memórias de uma paisagem pós-colonial

Roseline Oliveira
Universidade Federal de Alagoas-Brasil, roseline@fau.ufal.br

Flávia Cerullo
Universidade Federal de Alagoas-Brasil, flaviacerullo@gmail.com

Resumo:

"Distante, longínquo, inatingível". É com esse significado que a palavra Pernambuco é contemporaneamente utilizada em localidades espanholas. Apesar de seu assento do imaginário popular, é bem provável que não atentem para a idade do termo (que atinge um passado de 500 anos), que sua toponímia tenha origem indígena e que denomine uma das regiões mais importantes no contexto em que se insere o início da construção da paisagem da então chamada Terras Brasílicas.

Esse momento germinal é marcado por inúmeros registros elaborados pelos colonizadores onde arquitetura, natureza e ações humanas compunham a narrativa dessas antigas imagens e textos, indicando que mais que documentos de cunho administrativo, constituem registros culturais. O Nordeste insere-se nessa produção, sendo tema um material cartográfico de excepcional qualidade que foi denominado "cartografia do açúcar" por ter sido gerado devido ao apelo econômico desta atividade. São mapas portugueses, mas também os gerados pela presença holandesa no Brasil. Sabe-se o papel que os Países Baixos tiveram na Europa nesta época, no campo da investigação científica e artística, confluindo para uma produção cartográfica, bibliográfica e artística, que dará razão a este período ser conhecido como a "Idade de Ouro" dos Países Baixo. Consequentemente, a presença no Brasil da WIC (Companhia das Índias Ocidentais) e do conde João Maurício de Nassau com sua comitiva, fizeram com que, de alguma forma, o Nordeste do Brasil fosse incluído nesta produção. Circunstância que hoje possibilita estudos baseados em fontes que ecoam a uma distância de mais trezentos anos. Além do seu conteúdo científico cabe lembrar que parte desta herança apresenta significativo apelo estético.

Esta proposta de artigo trata especificamente dos registros da região correspondente à antiga Capitania de Pernambuco, de seus velhos registros e de remanescentes paisagísticos de seu momento colonial. Além de sua condição de potencial econômico colonial, um outro fator coloca-a em situação de destaque no contexto quinhentista. Ainda na primeira metade do século XVI, Duarte Coelho funda as Vilas de Igarassu (1536), e de Olinda (1537), representando esta última a sede da Colônia. No século seguinte, outras quatro povoações foram elevadas à categoria de vila: Serinhaém (1627), Porto Calvo, Alagoas do

Sul e São Francisco (1636). Pernambuco consistia, pois, na segunda capitania oficialmente mais povoada do nordeste brasileiro no século XVII, seguindo foi doada por D. João III a Duarte Coelho Pereira em 10 de março de 1534, donatário mencionado com tom de orgulho nos textos produzidos na primeira metade do século XX referentes à formação político-urbana de Pernambuco, devido a sua situação enquanto a mais próspera economicamente da região Nordeste, baseada na cultura canavieira, e mesmo do Brasil seguindo apenas a Capitania de São Vicente.

Para a realização desse estudo propôs-se gerar um banco de imagens que permitisse o embate entre fontes imagéticas, o que requereu um minucioso trabalho de informatização, através de programas computacionais. Uma das metas do projeto foi aferir a qualidade destas imagens com relação ao seu caráter de fidelidade representacional, trilhando caminhos facilitados especialmente por trabalhos prévios realizados pelos professores Nestor Goulart Reis Filho e José Luiz Mota Menezes, tentando saber como as manifestações urbanas tomadas no âmbito da pesquisa enquanto objeto de estudo se articulam no processo de formação da paisagem edificada nos dois primeiros séculos de colonização.

As sínteses gráficas, que deram visibilidade às camadas urbanas, permitiram um desenvolvimento mais seguro do cruzamento dos dados paisagísticos, diferente de esforços de identificação e localização dos elementos urbanos baseados em descrições imagéticas realizadas em pesquisas anteriores. Certamente, ter conseguido perceber o conteúdo urbano e suas antigas permanências considerando suas flexibilidades em termos de situação geográfica foi um avanço bastante significativo rumo ao entendimento do universo urbanístico do Brasil Colônia e, especialmente, ao estudo da iconografia histórica ao revelar seu caráter de credibilidade.

Com base em estudos e manipulação de imagens de época, pretende-se apresentar a antiga Pernambuco no presente, percorrida hoje por viajantes que buscam a genuinidade, seja esta da história ou da natureza, expressa por resquícios que compreendem desde edifícios até um desenho de rua, uma planta, um hábito, um percurso ribeirinho, um tema da oralidade ou um fato histórico permanentemente ressignificado na memória – rastros que ultrapassam limites territoriais e temporais.

Palavras-chave:

Capitania de Pernambuco, iconografia histórica, remanescentes paisagísticos, patrimônio material e imaterial

Análise da Carta Geral das Bandeiras Paulistas e suas deficiências

Lucas da Costa Machado Rios
Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, lucas.machado.rios@usp.br

Márcia Maria Duarte dos Santos
Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, jpcintra@usp.br

Resumo:

O mapa elaborado pelo professor e Diretor do Museu Paulista, Affonso de Escragnolle Taunay, denominado *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas,* entre os anos 1921 e 1922, foi a primeira tentativa sistemática de localização do trajeto das entradas paulistas entre os séculos XVI e XVIII. A obra marcou o início de um período de estudos sobre o assunto, empreendido por esse pesquisador, sob o estímulo de Capistrano de Abreu, resultando em um alentado estudo de 11 volumes intitulado *História Geral das Bandeiras Paulistas*, depois resumido em três volumes com o título abreviado de História das Bandeiras Paulistas.

No prefácio a esse mapa Taunay salienta as dificuldades devidas à imprecisão das informações, um tanto genéricas para poder fixar geograficamente os locais por onde passaram os sertanistas paulistas no período citado, e por isso não desenhou traçados, rotas ou itinerários, demarcando somente locais ou zonas por onde as expedições teriam passado. Para isso grafa o nome dos chefes das bandeiras e as datas, em uns poucos locais situados na rota. Devido a essa imprecisão, que aumenta pelo tamanho com que se escrevem os nomes, a obra foi bastante criticada na época, muitas vezes sem o conhecimento das dificuldades. Mas o fato é que nenhum crítico fez uma tentativa de reformulação.

A pesquisa objetivou analisar as dificuldades de legibilidade do mapa, devido ao acúmulo de nomes, bem como as imprecisões referentes à localização das bandeiras, fazendo sugestões para uma melhor leitura cartográfica, utilizando os recursos da cartografia digital para a região correspondente aos atuais Estados de São Paulo e Paraná.

Dentre as dificuldades encontradas para a visualização pode-se citar aquela inerente à escala do fenômeno, abrangendo todo o país, na escala de 1:5.500.000. O mapa original tinha dimensões maiores que uma folha A0, dificultando sua visualização em meio digital, limitado ao tamanho da tela. A presente pesquisa sugere um protótipo de uma região menor, favorecendo a visualização, para num segundo momento, propor a integração das partes num mapa de conjunto, que pudesse apresentar zoom ao clicar

nas regiões de interesse. Assim, elaborou-se um mapa em escala de detalhe para a região supracitada, numa escala compatível com 1:1.000.000.

Outra questão que se estudou foi a incerteza da localização gerada pelo tamanho dos nomes grafados sobre o mapa. Além disso, a fonte dos topônimos é variável em tamanho, coisa que se presume estar relacionada com a importância relativa que Taunay concedeu às diferentes entradas. Elaboraram-se sugestões de traçados (feição linear), identificadas por um número ou variável visual (cor, tipo de traço, espessura e outros), para evitar a poluição de nomes que ocorre em grande parte das regiões do mapa.

Outro ponto que leva à dificuldade de leitura é o fato de todas as bandeiras, das diferentes épocas, estarem presentes no mesmo mapa. Uma opção testada foi a separação por períodos históricos. A opção por expor as informações em único mapa causa a sensação de grande volume de entradas realizadas pelos sertanistas, mas em detrimento da facilidade de analisar as informações apresentadas. A separação por períodos, de 50 em 50 anos permite uma leitura e uma compreensão melhor do fenômeno.

Sabe-se que para determinar a trajetória de uma determinada entrada, os estudiosos, e entre eles Taunay, serviram-se de topônimos mencionados nos testamentos dos bandeirantes que participavam de determinada entrada. Estes se iniciavam com a localização: “Neste sertão do Paracatu...”. Somando-se diversos testamentos, feitos *in articulo mortis,* pode-se determinar alguns pontos por onde a bandeira passou. E, mediante a hipótese de que as bandeiras posteriores para a mesma região utilizaram as mesmas vias, vão-se compondo os itinerários.

Segundo Taunay em seu prefácio a essa obra, na segunda edição datada de 1926, um dos motivos pelo qual não fez a representação dos itinerários deve-se à dificuldade em determinar a localização geográfica correspondente a um determinado topônimo. Por exemplo, o debate em torno do itinerário da Entrada de Nicola Barreto em 1603 levou estudiosos a propor um trajeto em regiões completamente diferentes. E da mesma forma, há diferentes interpretações acerca do topônimo *Paracatú,* que hoje refere-se a uma cidade e um rio, permanecendo as incertezas. Assim, Taunay optou por uma identificação de uma ampla área, em que grafou o nome do chefe da expedição com grandes letras. Outra questão avaliada por Taunay é o grande número de itinerários, cujo desenho resultaria em um emaranhado de linhas, embora já utilizasse cores na época. Parece-nos que os resultados a que chegamos, para regiões menores, são satisfatórios, utilizando os recursos da cartografia digital e dividindo em períodos históricos menores (50 anos).

Palavras-chave:

Taunay, bandeiras, cartografia digital

Princípios para traçado dos itinerários de entradas e bandeiras

Lucas da Costa Machado Rios
Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, lucas.machado.rios@usp.br

Márcia Maria Duarte dos Santos
Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, jpcintra@usp.br

Resumo:

A ocupação e posse da Capitania de São Paulo, através da abertura de caminhos no período colonial, foram determinadas pelas entradas paulistas para o interior do continente, envolvendo interação entre portugueses e índios, aproveitando em muitos casos as trilhas já abertas por estes desde tempos remotos. Essas trilhas determinaram as diretrizes dos caminhos pelos quais passaram depois as tropas de mulas e os carros de bois, e ao longo dos quais foram surgindo povoações, que se tornaram vilas e mais tarde cidades.

O descobrimento da prata em Potosí e a possibilidade desse e de outros metais e pedras incitou a imaginação e fomentou o deslocamento para o sertão, principalmente após o incentivo de D. Francisco de Sousa (ca. 1540-1611), sétimo governador do Brasil e Marques das Minas. Mediante sua organização direta aconteceram as bandeiras de André de Leão e de Nicolau Barreto. A essas seguiram-se muitas outras, particulares, que somaram ao ouro, a busca e o aprisionamento de índios, como escravos para o cultivo da terra.

O aumento do número de deslocamentos foi fixando rotas, e os caminhos se tornaram vias de comunicação com traçado mais definido. A formação escarpada do relevo dessa região que estudamos (atuais estados de São Paulo e Paraná) também contribuiu para essa definição pois a comunicação se dava através de vales fluviais conhecidos como boqueirões em direção ao Oeste, facilitando a transposição de serras como a da Boa Esperança.

Autores como Alfredo Ellis, Orville Derby e Affonso de Taunay tentaram estabelecer o traçado desses caminhos, encontrando-se dificuldades devido a vários fatores como a vaguidão das informações e amplidão geográfica de certos topônimos. O mapa, elaborado por Taunay em 1922 e denominado *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas*, é um exemplo que traduz essas dificuldades. O presente trabalho é uma tentativa de melhorar, em parte e numa pequena extensão, esse ensaio.

A presente pesquisa teve assim como objetivo estabelecer princípios para o traçado dos itinerários das Bandeiras, com sua aplicação prática para a região compreendida entre os atuais Estados de São Paulo e Paraná entre o século XVI e meados do século XVIII, através dos recursos da cartografia digital aliado à

identificação dos pontos obrigados, pontos necessários de passagem, método que é utilizado pela engenharia de estradas na etapa de reconhecimento de uma região e definição das diretrizes para o traçado de novas estradas. Aos critérios atuais somam-se outros apontados na presente pesquisa.

Para tanto, foram tidas em conta informações de caráter geográfico sobre a região estudada, como são a localização das vilas castelhanas existentes desde os primórdios, as regiões ocupadas pelos índios, os rios e as missões jesuíticas, ponto de destino ou passagem das bandeiras. Esses dados constituíram um banco de dados integrado através do Sistema de Informações Geográficas (SIG) o qual permitiu análise de possíveis alternativas de caminhos, confrontando os dados históricos com as informações contidas em mapas históricos diversos dessa região, comparados entre si e com mapas atuais.

O método partiu do estudo e fichamento de topônimos dos relatos e fontes primárias como os Inventários e Testamentos dos bandeirantes, o Registro Geral e as Atas da Câmara da Vila de São Paulo e os relatos dos padres jesuítas, estabelecendo assim referências toponímicas buscadas também em mapas sertanistas. Isso resultou em um conjunto de referências geográficas que foram posteriormente identificadas nos mapas atuais.

Em paralelo, fez-se a análise da topologia dos caminhos nos mapas através do Modelo Digital de Terreno (MDT), segmentando-os por bacias hidrográficas. O estudo da morfologia dessas bacias permitiu a localização de elementos como: linhas de cumeada, contrafortes, espigões, talvegues, vales, gargantas ou colos, rios, afluentes, etc.

Muitos desses elementos constituíram os pontos obrigados de passagem como gargantas e espigões e direção geral de rios que norteavam os deslocamentos. Em nível de detalhe também se dá o fugir de margens e locais alagadiços, principalmente na época de chuvas. Esses critérios funcionam analogamente aos empregados em nossos dias para o traçado de estradas. Após a identificação desses pontos na cartografia, essas informações foram integradas ao SIG e analisadas juntamente com os resultados relacionados à conformação da topografia da região e as referências toponímicas encontradas nos relatos históricos e nos mapas antigos.

Nesse contexto, uma análise dos obstáculos físicos que motivaram determinados traçados de caminhos antigos contribuiu na compreensão das razões para a materialização dos mesmos, norteados também pelo traçado que produz menores distâncias entre pontos obrigados. Nota-se que esses caminhos, com pequenas variantes, persistem até os nossos dias.

Palavras-chave:

bandeirantes, caminhos, topologia, cartografia digital

Representaciones cartográficas para conocer un territoriomolinar: la sierra de Grazalema

Gloria Rivero-Lamela.
Departamento de Proyectos Arquitectónicos. Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Universidad de Sevilla,
grivero@us.es

Resumen

Este texto propone una aproximación al paisaje rural y al estudio y localización de sus arquitecturas productivas a partir del empleo de cartografía histórica, que se presenta como un instrumento cognitivo en las lecturas territoriales y arquitectónicas. Comparar distintas visiones cartográficas de un mismo espacio geográfico permite reflexionar sobre su evolución, sus permanencias y sobre el papel que la arquitectura ha desempeñado en la vertebración del espacio.
El ámbito elegido en esta investigación es la Sierra de Grazalema (Cádiz, Andalucía, España), y como arquitectura de estudio, sus molinos hidráulicos. Aunque en la actualidad se encuentren obsoletos y la mayoría en ruinas, constituyen el conjunto constructivo rural y (pre)industrial más numeroso y característico de la región, clave para entender la estructuración histórica y la lógica funcional de su territorio. Pese a sus cualidades patrimoniales, los molinos no han sido objeto de catalogación, lo que implica su descuido, desestima y riesgo de desaparición. Así, con el objetivo de reconocer este territorio, localizar su red molinar y manifestar la utilidad de la cartografía, se analizan cuatro representaciones cartográficas de determinadas riberas significativas de la región. Ordenadas cronológicamente, se comienza con la visión de este territorio en el siglo XVIII a través de los manuscritos de Tomás López y de sus clérigos colaboradores; continúa con el mapa de la provincia de Cádiz de 1868 de Francisco Coello; vuelve a los manuscritos a través de las Minutas planimétricas de finales del siglo XIX previas al primer Mapa Topográfico Nacional 1:50.000; y finaliza con las últimas actualizaciones del Mapa Topográfico Nacional 1:25.000.
Visiones cartográficas sincronizadas que posibilitan situar los vestigios de estas arquitecturas olvidadas, reflexionar sobre la utilidad de las fuentes consultadas y generar una sinopsis gráfica que desvela la configuración esencial del territorio.

Palabras clave: Molino hidráulico; Sierra de Grazalema; Tomás López; Francisco Coello; Minutas planimétricas.

Abstract

This text proposes an approach to the rural landscape and the study and location of its productive architectures using historical cartography, which is presented as a cognitive instrument in territorial and architectural readings. Comparing different cartographic views of the same geographical space allows us to reflect on its evolution, its permanences and on the role that architecture has played in the structuring of space.
The field chosen for this research is the Sierra de Grazalema (Cádiz, Andalucía, Spain), and as the architecture under study, its hydraulic mills. Although they are currently obsolete and most are ruined, they constitute the most numerous and characteristic rural and (pre)industrial construction complex in the region, and are key to understanding the historical structuring and function allogic of its territory. In spite of their heritage value, the mills have not been subject to cataloging, which implies their lack of preservation and risk of disappearance. Thus, with the aim of recognizing this territory, locating its milling network and manifesting the usefulness of cartography, four cartographic representations of certain significant river banks in the region are analyzed. Chronologically, the vision of this territory begins in the 18th century through the manuscripts of Tomás López and his collaborating clerics; continues with the map of the province of Cádiz of 1868 by Francisco Coello; returns to the manuscripts through the planimetric Minutes of the late 19th century prior to the first National Topographic Map 1:50.000; and ends with the latest updates of the National Topographic 1: 25.000 Map.
Synchronized cartographic visions that make it possible to locate the vestiges of these forgotten architectures, reflecting on the usefulness of the consulted sources and generating a graphic sinopsis that reveals the essential configuration of the territory.

Keywords: Hydraulic mill; Sierra de Grazalema; Tomás López; Francisco Coello; Planimetric surveys.



1.Introducción. Sobre los paisajes rurales y sus arquitecturas.

Los paisajes rurales y sus arquitecturas vernáculas poseen valiosas enseñanzas para la contemporaneidad, fruto de los acuerdos que, a lo largo del tiempo, se han producido entre sociedad y territorio.Refiriendo las palabras de J. B. Jackson (1984, p. 8):

A landscapeisnot a natural feature of theenvironmentbut a syntheticspace, a man-madesystem of spacessuperimposedontheface of theland, functioning and evolvingnotaccording to natural lawsbut to serve a communityforthecollectivecharacter of thelandscapeisonethingthatallgenerations and allpoints of viewhaveagreedupon. A landscapeisthus a spacedeliberatelycreated to speed up orslowdowntheprocess of nature.

Esos acuerdos se han desarrollado desde premisas como funcionalidad, lógica en el diseño de las arquitecturas e infraestructuras, optimización de recursos o aprovechamiento y adaptación a las condiciones naturales (RIVERO-LAMELA; RAMOS-CARRANZA, 2019, p. 6.16).Suponen una muestra de recursos útiles que deberían ser aprehendidos y aplicados junto con los avances científicos y técnicos que poseemos en la actualidad.

Sin embargo, el interés suscitado por estos "paisajes ordinarios" es relativamente reciente[1]; es a partir de los años 60 cuando los estudios sobre aspectos vernáculos ampliaron escalas,espacios, fronteras y conectaron diferentes ámbitos de conocimiento. Fueron claves las obras dearquitectos y geógrafos, como James Maude Richards[2],Bernard Rudofsky[3], Paul Oliver[4], Hassan Fathy[5], Amos Rapoport[6], Donald W. Meinig[7], John B. Jackson (1984)o Paul Groth[8].Su valorización aún no ha calado en todos los sectores de la población, a pesar de que muchos sean considerados *Paisajes Culturales* por la UNESCO o asumidos como patrimonio en el ámbito académico.

Por otro lado, es fundamental tener conciencia de que, en la mayoría de los paísesdesarrollados, la funcionalidad de estos paisajes rurales se ha alterado profundamente a raíz de las transformaciones económicas, sociales e industriales propias de la segunda mitad del siglo XX (ZAMBRANA PINEDA, 2006, p. 27), aunque muchos conserven la esencialidad de su estructuración territorial y espacial. Además, gran parte de sus construcciones productivas inmanentes, antiguas, anónimas y dispersas, que contribuyeron a forjar la forma de subsistencia e identidad de muchos de estos territorios (por ejemplo, molinos, almazaras, cortijos, batanes o lagares), han quedado obsoletas, convertidas en vestigios de su "reciente" pasado (pre)industrial y con riesgo de desaparición.

De acuerdo con Jesús Oliva Serrano (1997, p. 321), se trata de "un nuevo contexto que demanda una reorientación tanto de las políticas como de las estrategias metodológicas con las cuales venía siendo estudiado

---

[1] Aunque el interés por la arquitectura vernácula se remonta al siglo XIX gracias al trabajo de pioneros como George Gilbert Scott, Norman Morrison Isham o FiskeKimball(obras de referencia de estos autores en la Bibliografía final), estos académicos desarrollaron estudios más referidos a la catalogación y clasificación de las construcciones regionales (UPTON, 1990).

[2] RICHARDS, James M. *TheFunctionalTradition in early industrial buildings*. London, UK: TheArchitecturalPress, 1958.

[3] RUDOFSKY, Bernard. *ArchitectureWithoutArchitects: A Short Introduction to...* London: AcademyEditions, 1964.

[4] OLIVER, Paul. *Built to MeetNeeds. Cultural Issues in VernacularArchitecture*. Oxford: Elsevier, 2006.

[5] FATHY, Hassan. *Natural Energy and VernacularArchitecture: Principles and Exampleswith Reference to Hot AridClimates*. Chicago, London: PublishedfortheUnitedNationsUniversitybytheUniversity of Chicago Press, 1986.

[6] RAPOPORT, Amos. *HouseForm and Culture*. EnglewoodCliffs: N.J. Prentice-Hall, 1969.

[7] MEINIG, Donald W. (Ed.). *Theinterpretation of ordinarylandscapes: Geographicalessays*. New York: Oxford UniversityPress, 1979.

[8] GROTH, Paul; BRESSI, Todd W. *UnderstandingOrdinaryLandscapes*. New Haven, CT: Yale UniversityPress, 1997.

el mundo rural".Siguiendo esta línea, ante este panorama de cambio, desconocimiento, incertidumbre y posible desaparición, se requiere un estudio indagatorio de los paisajes rurales y sus arquitecturas que venga a reforzar dos aspectos complementarios: por un lado, profundizar en su conocimiento para adquirir las enseñanzas que encierran y comprender su estado actual, partiendo del conocimiento de su historia; por otro, localizar sus arquitecturas productivas como paso previo y fundamental para su valorización, catalogación y posible intervención.

La localización de estas antiguas arquitecturas (pre)industriales[9] es consustancial al estudio de su territorio, ya que implicar conocer su soporte; no obstante, esta tarea no resulta sencilla, pues su abandono y mal estado de conservación provoca su desaparición de los mapas actuales, como se verá en las páginas que siguen. Por ello, este texto propone una aproximación al paisaje rural y al estudio y localización de sus arquitecturas productivas a partir del empleo de cartografía histórica, que se presenta como un instrumento cognitivo, una herramienta activa en las lecturas territoriales y arquitectónicas. Comparar distintas visiones cartográficas de un mismo espacio geográfico permite reflexionar sobre su evolución, sobre las permanencias que han ido forjando la identidad del lugar y sobre el papel que la arquitectura ha desempeñado en la estructuración del espacio. El ámbito elegido en esta investigación es la Sierra de Grazalema (Andalucía, España), cuyos molinos hidráulicos, aunque inactivos, eran los principales y más numerosos espacios productivos de la región.

2. La cartografía como instrumento para el conocimiento del territorio. Breve reflexión.

Como afirma Rodolfo Núñez de las Cuevas (2012, p. 581), "el mapa es un gran colector de información". Indiscutible aserción, que los convierte en documentos imprescindibles para los estudios territoriales, aún más cuando se realizan desde una perspectiva arquitectónicae histórica. No obstante, tradicionalmente han sido poco utilizados, relegados yconsiderados de menor categoría frente a documentos escritos (HARLEY, 2005, p. 59). Las razones podrían deberse a la dificultad de localización y consulta directa de los documentos y/o a problemas de interpretación derivados de las diferentes convenciones usadas por los cartógrafos (CHÍAS; ABAD, 2012, p. 122).

Estableciendo una correlación con el apartado anterior, los paisajes rurales y sus arquitecturas vernáculas han sido subestimadas frente a los grandes monumentos, al igual que los mapas respecto a los textos.En cualquier caso, hoy son ampliamente valorados y empleados en diversas investigaciones, dada su pertinencia y utilidad para aproximarse al territorio y a la visión del mismo que ha tenido la sociedad en diferentes momentos de la historia.

---

[9] Se utiliza el término "(pre)industrial" para conciliar las diferentes definiciones relevantes que acotan o no temporalmente los bienes considerados industriales, como la proporcionada por *The International CommitteefortheConservation of the Industrial Heritage* (TICCHI), que no establece límites cronológicos (Carta de NizhnyTagil sobre el Patrimonio Industrial, julio 2003) o la del *Plan Nacional de Patrimonio Industrial. Actualización de 2016*, que considera bienes industriales solo a los surgidos a partir de la "revolución industrial" (CRUZ, 2016, p. 7).

Asumidos los postulados más clásicos y empiristas sobre la cartografía, reconocido su valor práctico y su capacidad de representar un espacio geográfico, de situar elementos respecto a otros, coincidimos con las tendencias más críticas en la conveniencia de tener en cuenta, siempre que se aborde el trabajo con mapas, su componente contextual y cultural, entendiéndolos como un producto que sirve y deriva de una determinada ideología.Es fundamental comprender las circunstancias históricas, técnicas y sociales que condicionaron su aparición. Ideas que se encuentran en muchos teóricos recientes como Milton Santos[10], IvesLacoste[11], Horacio Capel[12] o J. B. Harley. John Pickles (1992, 2004) añade, además, la naturaleza simbólica de los mapas, que interpretan y "traducen"el mundo, y su capacidad para generar identidad, para establecer relaciones de poder.

Sin profundizar en estos avances epistemológicos, sí nos parece relevante que unos mapas representen unas arquitecturas u otras, o que utilicen determinados símbolos o colores para definirlas, pues será una muestra de la consideración o relevancia quetenían para la sociedad del momento y, por ende, para la construcción de su paisaje.Los mapas expresan, de esta manera, "la percepción subjetiva del mundo que corresponde a los contextos sociales de un periodo y un lugar concretos" (ACOSTA BONO, 2011, p. 4).

De acuerdo a Joaquín Cortés José (2011, p. 13), superada su mera concepción como objeto de valor, reúnen tres facetas esenciales: valor informativo, expresión artística y aspectos científico-técnicos. Todas ellas, en diferentes mapas, contribuirán aforjar la imagen cartográfica de las riberas de las Sierra de Grazalema, posibilitando conocer e interpretar su paisaje y localizar sus arquitecturas molinares.

3. El territorio molinar de la Sierra de Grazalema.

La Sierra de Grazalema ocupa los terrenos más abruptos, escarpados y con mayores precipitaciones de la comarca de la Sierra de Cádiz[13] (Andalucía, España), y se sitúa al noreste de dicha provincia. Esta región posee circunstancias específicas que han moldeado un carácter propio: la disposición del relieve y su compleja orografía dan lugar a elevadas precipitaciones que han creado un gran número de ríos y arroyos, posicionando a su sistema hidrográfico, de distribución capilar, como el principal de la provincia. Sus valores naturales motivaron su declaración como Reserva de la Biosfera en 1977 y Parque Natural en 1984[14], estableciendo límites precisos y normativas específicas de protección[15] (figura 01).

---

[10] SANTOS, Milton. *Por una nueva geografía*. Madrid: Espasa, 1992.
[11] LACOSTE, Ives. *Diccionario de geopolítica*. Madrid: Síntesis, 1994.
[12] CAPEL, Horacio. Mapas y civilización: Historia de la cartografía en su contexto cultural y social. Barcelona: Serval, 2002.
[13] La Sierra de Cádiz es una de las cinco comarcas agrarias vigentes según el actual Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación; está compuesta por 14 municipios. Dentro de la comarca se identifican dos ámbitos con diferencias hidrográficas, orográficas y litológicas: la Sierra Subbética (al norte) y la Sierra de Grazalema (al sur), cuya división se sitúa en torno al cauce del río Guadalete (figura 01).
[14] Las 53.411 ha del Parque Natural se reparte entren Cádiz (72% de su superficie) y Málaga; ocupa 14 municipios, 9 gaditanos (Benaocaz, Grazalema y Villaluenga en su totalidad, gran parte de Zahara, porciones de Ubrique, El Bosque y Prado del Rey, y una mínima parte de Algodonales y El Gastor).
[15] Los documentos reguladores de este espacio son el Plan de Ordenación de los Recursos Naturales (PORN) y el Plan Rector de Uso y Gestión del Parque Natural Sierra de Grazalema (PRUG), aprobados por Decreto 90/2006, y posterior modificación por Decreto 72/2015.

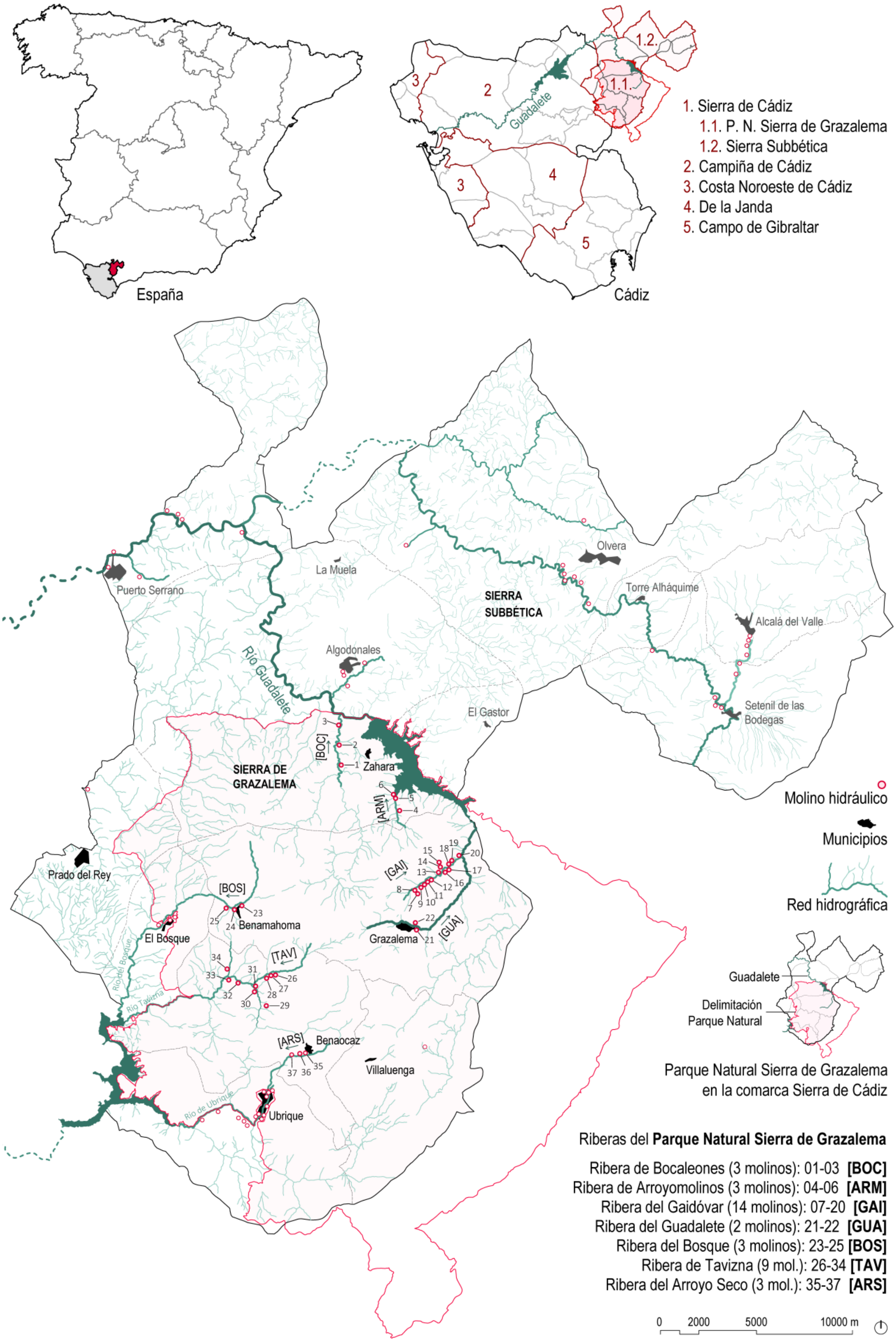


Figura 01. Arriba: situación y comarcas agrarias de la provincia de Cádiz. Abajo: Plano del medio físico de la Sierra de Cádiz: hidrografía y términos municipales. Localización de los molinos hidráulicos según riberas. Área sombreada: Parque Natural Sierra de Grazalema. Fuente: Elaboración propia.

La estructuración arquitectónica y funcional de este espacioproviene de las formas de vida de las sociedades que lo han habitado a lo largo del tiempo. Así, su circunstancia de frontera hispano-nazarí durante más de dos siglos, su compleja orografía y su hidrografía condicionaron el emplazamiento en altura de sus pequeños pueblos y la diseminación de sus arquitecturas, generaron procesos históricos de aislamiento y determinaron, como soporte, un sistema agrario y ganadero yuna industria artesana basada en el aprovechamiento de los ríos: la molienda. La repercusión de esta actividad se evidencia en la cantidad de molinos que existieron y que aún perduran en la región[16] (RAMOS-CARRANZA; RIVERO-LAMELA, 2018, p. 87). Los molinos hidráulicos constituyen el conjunto constructivo rural y (pre)industrial más importante de la región, y son clave para entender la vertebración histórica y la lógica funcional de su territorio. Como afirma Elisa Álvarez Llopis (1989, p. 660), “el molino hidráulico se puede considerar como uno de los primeros factores de intervención humana en el medio ambiente”.

Aunque en la actualidad se encuentren desfasadosy la mayoría en ruinas, sus arquitecturas son partes intrínsecas y explicativas del paisaje en el que se insertan. Sus valores también residenen el diálogo que establecían con su contexto, especialmente, con los cauces activadores, por lo que resulta pertinentes pensarlos como partes de un sistema mayor. En el Parque Natural Sierra de Grazalema existen siete riberas molinares (figura 01): Bocaleones (3 molinos, figura 02), Arroyomolinos (3 molinos), Gaidóvar (14 molinos, figura 03), Guadalete (2 molinetas), El Bosque (3 molinos), Tavizna (9 molinos) y Arroyo Seco (3 molinos).

Al contrario de lo que sucedió en España, donde los molinos tradicionales fueron desapareciendo en pro de las fábricas de harina durante la primera mitad del siglo XX[17], en la Sierra de Grazalema muchos se mantuvieron activos hasta después de laGuerra Civil (1936-1939) (ESCALERA REYES, 1980, p.344); gracias al trabajo de campo sabemos que 5de ellos funcionaron hasta los años 80[18].

[16] En la comarca Sierra de Cádiz hemos contabilizado 85 molinos hidráulicos, de los cuales, 56 se encuentran al sur del Guadalete, en el ámbito de la Sierra de Grazalema (incluye los municipios deBenaocaz [12 molinos], El Bosque [3], Grazalema y Benamahoma [19], Prado del Rey [1], Ubrique [14], Villaluenga [1] y Zahara [6]). De ellos, 37 están dentro de los límites del Parque Natural, que pertenecen a los municipios de Benaocaz, Grazalema y Zahara de la Sierra.

[17] Solo de 1856 a 1900, tras la implantación del sistema de molienda austrohúngaro (a partir de la exposición universal de París de 1878), el número de molinos matriculados en España se redujo un 22%, mientras que el número de fábricas ascendió de 82 a 712 (NADAL OLLER, 1992, p. 161).

[18] Molino Alto (nº 4 Figura 01) y molino de En medio (nº 5) en la ribera de Arroyomolinos, en Zahara; molino del Nacimiento (nº 23) en la ribera del Bosque, en Benamahoma; molino El Rincón (nº 8) y molino el Zurdo (nº 17) en la ribera del Gaidóvar, en Grazalema.



Figura 02. Tramo de la ribera de Bocaleones, en Zahara de la Sierra. Molino harinero (nº 3 Figura 01). Fuente: fotografía de la autora realizada con dron (2018).



Figura 03. Tramo de la ribera del Gaidóvar, en Grazalema. De arriba abajo: Molino El Pero (nº 9 Figura 01), El Portal (nº 10), El Algarrobo (nº 11) y La Pasá de Zahara (nº 12). Fuente: fotografía de la autora realizada con dron (2017).

A pesar de esta singularidad y de sus cualidades patrimoniales inherentes, que abarcan valores *arquitectónicos* y *tectónicos*, *de conjunto*, *funcionales*, *de sostenibilidad*, *estratégicos*, *didácticos*, *de integración en el medio*,*paisajísticos*, *etnográficos* y *de identidad*, los molinos hidráulicos no han sido objeto de catalogación ni protección, lo que implica desconocimiento institucional, falta de valorización y riesgo de desaparición (RIVERO-LAMELA, 2018, p. 65). Por ello, se precisa un trabajo de localización y estudio de estas antiguas construcciones.

Solo el estudio de la cartografía histórica[19]y el posterior e imprescindible trabajo de campo permite conocer su número y distribución en el territorio. Se seleccionan cuatro visiones cartográficas delas riberas más significativas del conjunto serrano que ilustran el proceso: las riberas de Arroyomolinos y de Bocaleones, en Zahara de la Sierra, y la ribera del Gaidóvar, en Grazalema, mostrando, en ocasiones, la región completa.

4. Cuatro visiones cartográficas de las riberas serranas.

El paisaje, pensado como un constructo resultado de las diferentes sociedades que han habitado el territorio, puede abordarse a través de los mapas que dichas comunidades han ido creando a lo largo del tiempo, pues, como se ha ido refiriendo, las cartografías muestran una interpretación del espacio en un determinado momento.
Ordenados cronológicamente para mostrar los progresos técnicos y posibilitar la identificación de posibles relaciones entre ellos, el criterio para la selección de mapas en esta investigaciónparte de su relevancia histórica, comenzando por los más antiguos de que se dispone de manera general para los municipios serranos (y que no son vistas aisladas) hasta llegar a los más recientes mapas estatales; se parte de cartografía manuscrita e impresa hasta llegar a la digital. Así, el apartado se inicia con la visión del territorio de Tomás López y de sus clérigos colaboradores a través de sus manuscritos; continúa con el mapa impreso de la provincia de Cádiz de 1868 de Francisco Coello; vuelve a los manuscritos a través de las Minutas planimétricas de finales del siglo XIX previas al primer Mapa Topográfico Nacional; y finaliza con las últimas actualizaciones del Mapa Topográfico Nacional a escala 1:25.000 a través de imágenes georreferenciadas por medio de rasterización digital.

4.1.*Diccionario Geográfico de España* (¿1770-1800?). Tomás López (1730-1802).

Tomás López de Vargas y Machuca comenzó a solventar la carencia de cartografías territoriales generalesdel territorio español. Su acción principal se dirigió a la realización del hasta entonces inexistente mapa de España. Carlos Sambricio (1991, p. 50) considera clave el estudio de Tomás López para analizar el sentido que tuvo elconcepto “territorio” en la segunda mitad del siglo XVIII, “sencillamente porque en torno a él se concretanalgunos de los temas que gravitaban sobre la cultura española desde hacía casi treinta años”. Por primera vez en el país se editan y comercializan mapas de manera sistemática.
El *Diccionario geográfico de España* fue una de sus contribuciones científicas principales; iniciado principalmente a partir de 1770, se basa en un cuestionario de 15 preguntas que eran enviadas y respondidas por autoridades civiles y eclesiásticas, especialmente por los párrocos de cada población.
Lo que hoy se conoce como *Diccionario Geográfico de España*es, en realidad, el acopio de respuestas al interrogatorio y mapas manuscritos de los curas y los posteriores croquis de López, que se ordenaron alfabéticamente y se agruparon en volúmenes por provincias; se conservan en la Biblioteca Nacional de Madrid.

---

[19] Al que se suman otros documentos históricos escritos.

Además de la realización del *Diccionario*, todos los investigadores coinciden en encontrar un propósito cartográfico en el interrogatorio de Tomás López, quien parece querer completar y elaborar sus mapas a través de él. La doble finalidad se evidencia en sus propias preguntas, que pueden agruparse en 2 según su intención; las 6 primeras cuestiones son de carácter cartográfico; las 9 últimas son geográficas-históricas (LÓPEZ GÓMEZ, 1996, p. 687).

El interrogatorio incluía una nota final que solicitaba la realización de “especies de mapas o planos de sus respectivos territorios, de dos ó tres leguas en contorno de su Pueblo”, y que dio lugar a interesantes y variadas representaciones de los municipios, desde croquis abstractos a detalladas corografías que desvelan la visión del territorio del momento. Estos dibujos de los eclesiásticos eran posteriormente reinterpretados en taller por Tomás López, quien generó una serie cartográfica uniforme, sintética y selectiva, muy sugestiva para los estudios regionales. Algunos de sus mapas incluyen, por vez primera, molinos hidráulicos, como es el caso delos que se muestra a continuación, correspondientes al término de Zahara de la Sierra; para este municipio se conserva tanto el mapa del párroco (figura 04) como la posterior elaboración de Tomás López (figura 05).

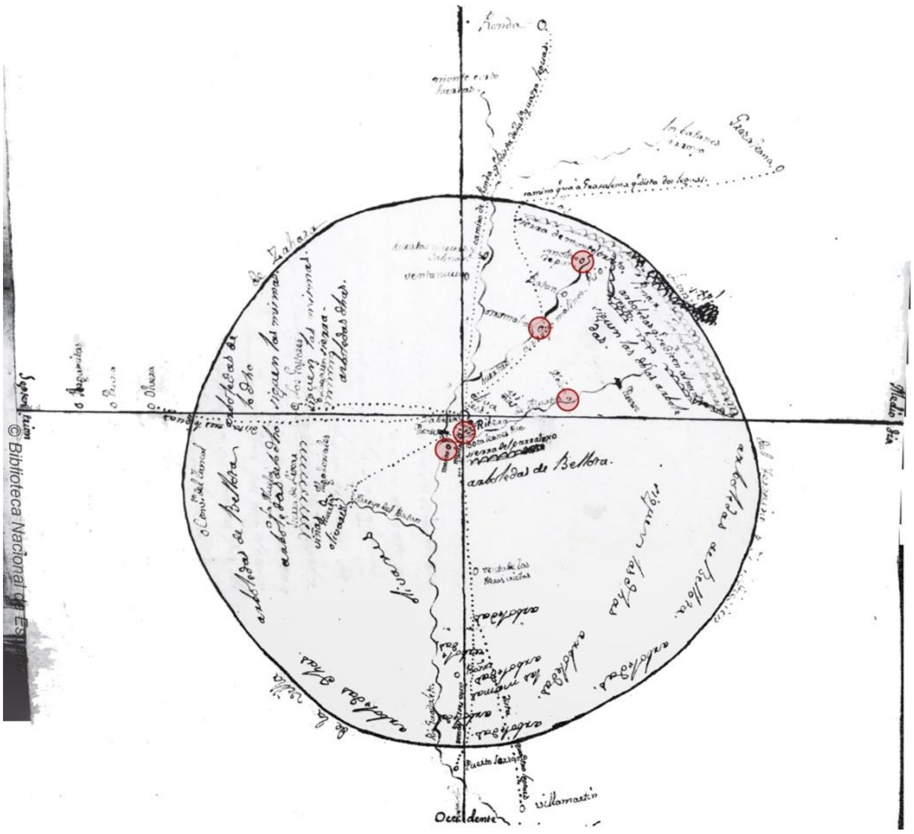


Figura 04. *Mapa que comprende el término municipal de la villa de Zahara en la provincia de Cádiz*. ¿Párroco autor? 1786. Sin escala.1 mapa, ms., 30,1 x 29,1 cm, pleg. en 30,1 x 19,5 cm. Fuente: LÓPEZ, Tomás. *Diccionario geográfico de España: Sevilla*. Folio 474. [Se han localizado 5 molinos hidráulicos. Versión digital disponible en la Biblioteca Digital Hispánica de la Biblioteca Nacional de España (BDH-BNE)].

El mapa dibujado por el párroco sitúa (figura 04), de forma radial, los pueblos colindantes; nombra ydibuja con símbolos las sierras más importantes, los ríos, arroyos y los cultivos principales y, lo que aquí interesa, ciertas

arquitecturas rurales dispersas, como ventas y molinos. Dibuja concretamente 2 molinos y 1 batán en Arroyomolinos (en realidad poseía 3 molinos) y 3 en Bocaleones (coincide). No es usual que los mapas remitidos a López ubicaran molinos hidráulicos[20], lo que da muestra de la relevanciaque estas construcciones poseían entonces en el municipio.

Atendiendo a la clasificación establecida por el profesor Antonio López Gómez (1996, p. 689; 2002, p. 5), este mapa podría considerarse “4. Representación más veraz (…), recordando al tipo segundo [disposición en sentido radial]”, y como “1) Disposición radial o en aspa irregular según los rumbos”.

En la interpretación del mapa de Zahara (figura 05), López simplifica la realidad, manteniendo la ubicación de las villas con distintos símbolos dependiendo de su importancia, líneas discontinuas para indicar las distancias en leguas, los ríos con el trazo más continuo y ondulado, sierras “con típicos dentellados en disposición simbólica” (LÓPEZ GÓMEZ, 2002, p. 7), a veces vegetación y algunas de las arquitecturas dispersas. Solo sitúa los 2 molinos de Arroyomolinos, obviando los 3 que el párroco situara en la ribera de Bocaleones.

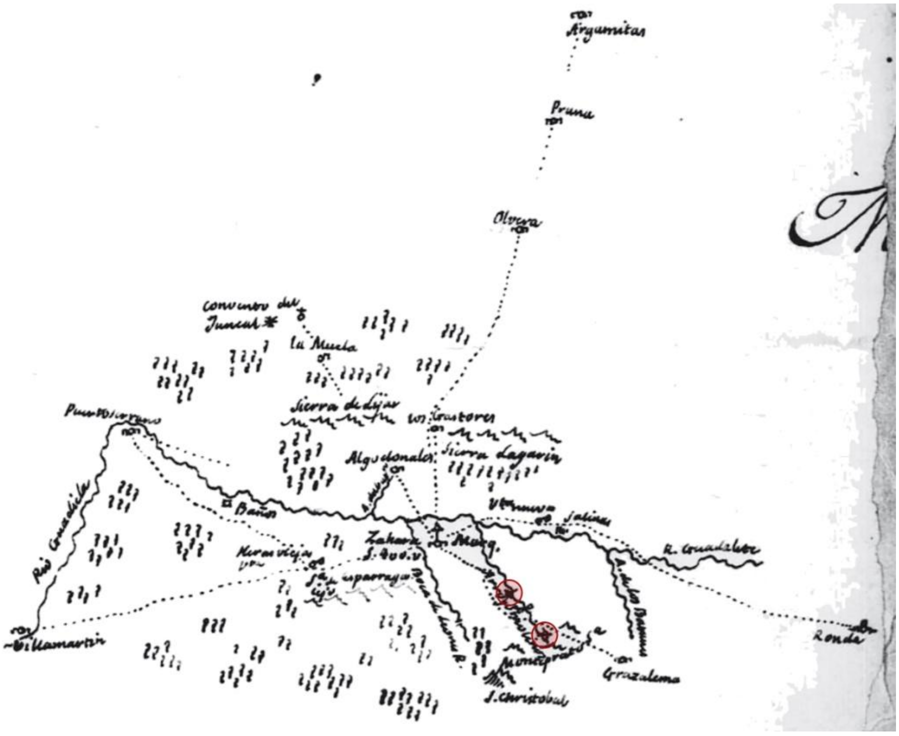


Figura 05. Mapa de Zahara de la Sierra. *Mapa que comprende parte del partido judicial de Arcos de la Frontera en la provincia de Cádiz y que partiendo de Zahara, se extiende hasta Olvera, Villamartín y Grazalema*. Tomás López. 1786. Escala [ca. 1:295500] Escala gráfica 5 leguas [= 9,4 cm]. 1 mapa, ms., 20,8 x 15,4 cm. Fuente: LÓPEZ, Tomás. *Diccionario geográfico de España: Sevilla*. Folio 475. [Se han localizado 2 molinos hidráulicos. Versión digital disponible en BDH-BNE].

Tomás López sigue este método selectivo en todos sus croquis, utilizando los mismos criterios gráficos. El de Zahara, donde predominan ríos y montañas, da muestra de la naturaleza serrana del municipio y de la importancia de su hidrografía y de sus molinos harineros.

[20] Se han consultado, al completo, los manuscritos originales de los tres volúmenes (Diccionario geográfico de España: Almería, Cádiz y Córdoba; Málaga y Granada; Sevilla) en los que podrían aparecer los municipios objeto de estudio, ten iendo en cuenta las provincias antiguas a las que pertenecían estas localidades (Granada y Sevilla), y para los municipios de la Sierra de Cádiz, solo se dibujan molinos hidráulicos en el caso de Zahara.

4.2. *Atlas de España y sus posesiones de Ultramar* (1847-1870). Francisco Coello (1822-1898).

El *Atlas* complementa gráficamente al *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar* de Pascual Madoz (1846-1850), y representa la nueva estructura territorial del Estado. Ambos fueron iniciativas privadas, aunque con carácter de proyecto estatal, contando, además, con apoyo gubernamental.

Esta obra quedó inconclusa, publicándose solo 46 de las 65 hojas proyectas, entre ellas la referente a la provincia de Cádiz, editada en 1868 (figura 06). Los motivos fueron el tiempo requerido y, fundamentalmente, las dificultades económicas (QUIRÓS LINARES, 2010, p. 65).

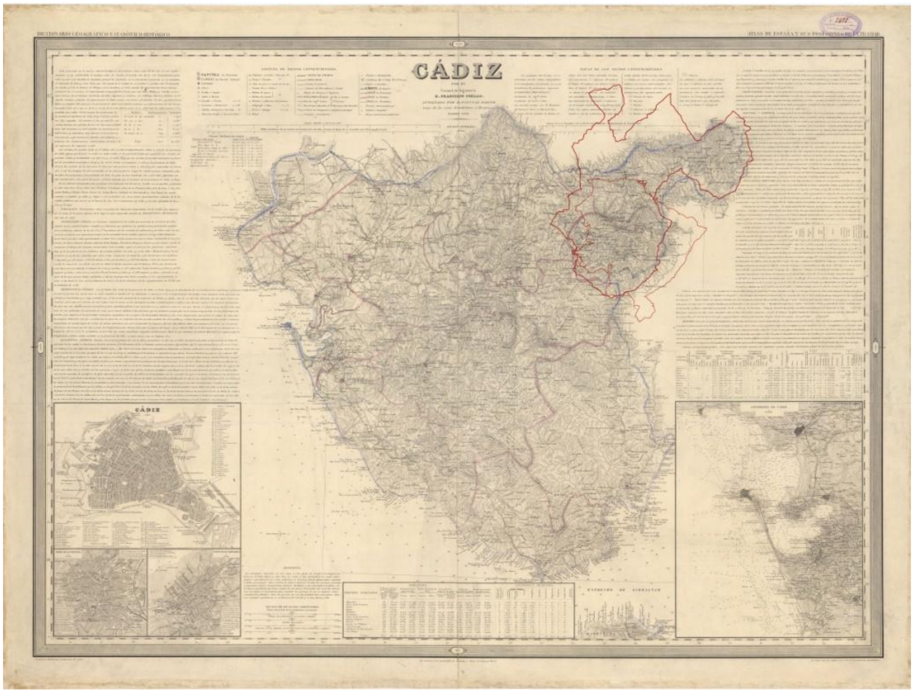


Figura 06. *Atlas de España y sus posesiones de Ultramar: Cádiz*. Por el Coronel de Ingenieros D. Francisco Coello; Auxiliado por D. Pascual Madoz Autor de las notas Estadísticas e Históricas; El contorno y la topografía por Leclercq y Pérez; La letra por Bacot. 1868. Escala: 1:200.000. Madrid: [s.n.]. 1 mapa: grab., col.; 74 x 101 cm, pleg. a 21 x 14 cm en caja de 22 x 15 cm. [Se ha superpuesto el contorno de la Sierra de Cádiz y del Parque Natural Sierra de Grazalema. Versión digital en BDH-BNE].

Como hiciera Tomás López, Coello recolectó toda la cartografía precedente para elaborar sus nuevos mapas; también se trata, por tanto, de una "obra de gabinete", aunque realizó trabajos de campo cuando fue preciso, como ocurrió con la provincia de Cádiz; en el mismo mapa se expresa, en el apartado *ADVERTENCIA*, que "Dos de nuestros comisionados han recorrido también unas 150 leguas, en la provincia, para completar las porciones de que no teníamos datos completamente fidedignos". Esto se aprecia, como se verá en las siguientes figuras, en la mayor precisión a la hora de localizar molinos hidráulicos y de situar los municipios. Realizó sus mapas a escala 1:200.000, lo que le permitió una mayor calidad gráfica, información toponímica y acierto en la localización de los elementos y pueblos. De hecho, en la Sierra de Cádiz se ubican por primera vez los 14

municipios, incluyendo los hasta entonces descuidados El Gastor, Prado del Rey y las pedanías de Benamahoma y La Muela (figura 07).

Se utilizó la proyección cónica de Bonne y como meridiano de origen, el del Observatorio Astronómico de Madrid. La elaboración de los mapas se iniciaba con el trazado del croquis de la provincia y la colocación de los vértices de las triangulaciones, aprovechando las existentes o completándolas con las propias cuando era necesario. A continuación, se dibujaba la red hidrográfica, la red de comunicaciones y por último la topografía (QUIRÓS LINARES, 2010, p. 81). Para representar el relieve, y por la ausencia de datos altimétricos suficientes, se usaron curvas configuradas. A diferencia de sus predecesores, denominó los sistemas montañosos, también ríos y arroyos, más importantes.Para la leyenda, Coello utilizó signos convencionales (figura 07). Los primeros aluden a las jerarquía y categorías administrativas de las poblaciones; los siguientes son los que más interesan, referentes a las arquitecturas dispersas, entre ellas “Molino de agua”, sin embargo, no resulta fácil diferenciarlos por la similitud y el pequeño tamaño de sus símbolos, aunque en el caso de los molinos harineros, su ubicación junto a los cauces facilita su localización. El siguiente grupo de signos se refieren a la red de caminos y, por último, los símbolos de la red hidrográfica y de los límites administrativos. Se representaron asimismo 6 usos del suelo diferentes, apareciendo en la Sierra de Cádiz exclusivamente *Bosque ó monte*. Al examinar esta región, se pueden encontrar numerosos molinos hidráulicos adjuntos a sus ríos; se cartografía de esta manera la información que el *Diccionario* de Madoz ofrecía en sus artículos. Se muestran a continuación zooms de las riberas más significativas, las de Zahara (Bocaleones y Arroyomolinos, figura 08) y la del Gaidóvar en Grazalema (figura 09) destacando lo que, con mucha probabilidad, represente molinos harineros.

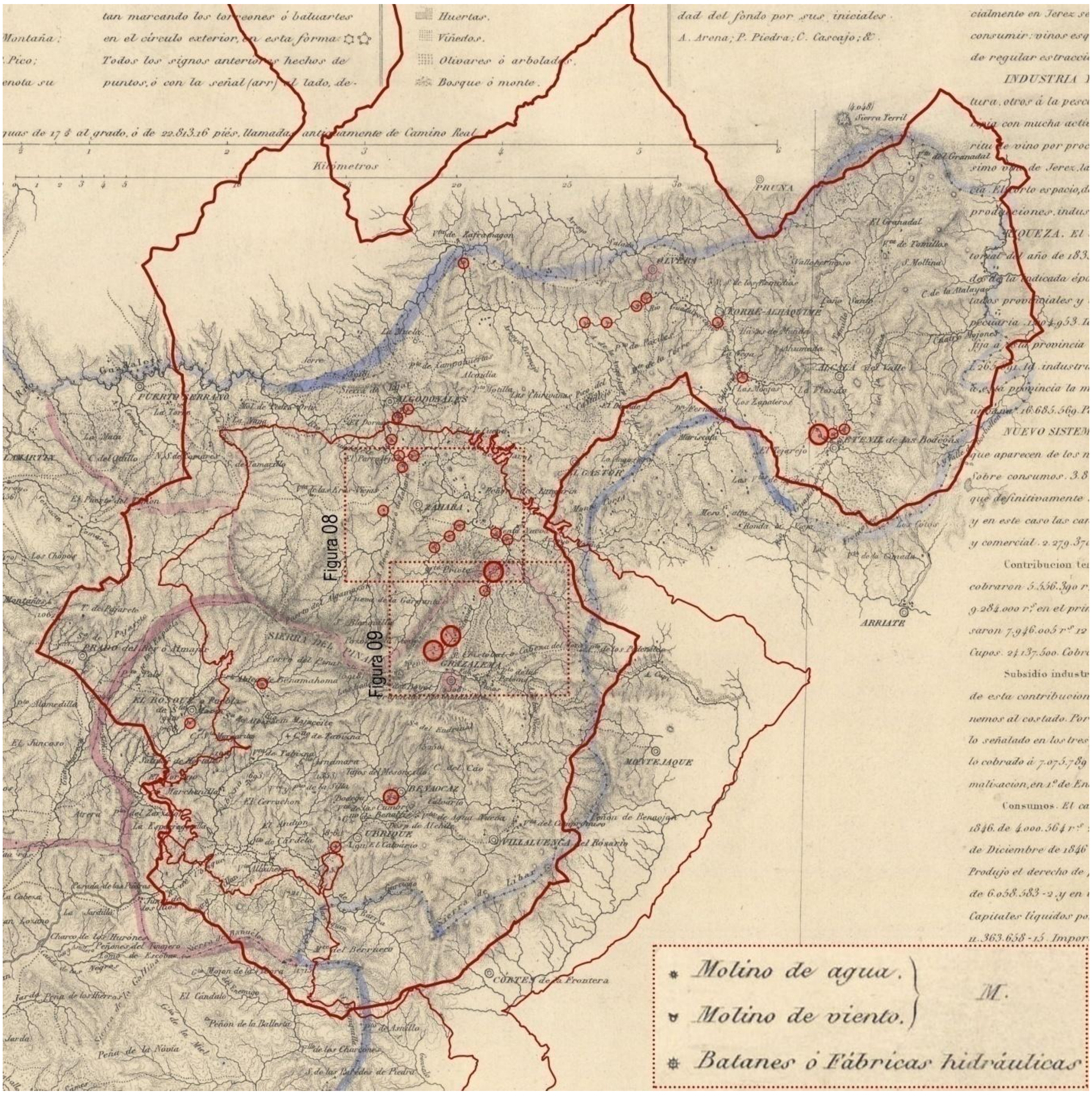


Figura 07. Fragmento del *Atlas de España y sus posesiones de Ultramar: Cádiz* [F. Coello, 1868] correspondiente a la Sierra de Cádiz. Localización de molinos hidráulicos, contornos regionales y fragmento de leyenda de molinos. Ver pie de Figura 06.



Figura 08. Fragmento del *Atlas de España y sus posesiones de Ultramar: Cádiz* [F. Coello, 1868] correspondiente a las riberas de Bocaleones y Arroyomolinos, en Zahara de la Sierra. Localización de los posibles molinos hidráulicos. Ver pie Figura 06.



Figura 09. Fragmento del *Atlas de España y sus posesiones de Ultramar: Cádiz* [F. Coello, 1868] correspondiente a la ribera del Gaidóvar, en Grazalema. Localización de los posibles molinos hidráulicos. Ver pie de Figura 06.

La cantidad de información que ofrece este mapa dificulta la clara distinción de las arquitecturas dispersas; tampoco existe una coincidencia rigurosa entre lo que se expresa en el *Diccionario* y lo que se dibuja en el mapa (figura 07), que muestra un mayor número de molinos en el sector norte de la comarca, a pesar de que se ha

comprobado que es en la Sierra de Grazalema donde existen más ejemplares. No obstante, pese a las incoherencias o imprecisiones, el valor de este mapa para valorar estos artefactos hidráulicos es incuestionable, pues es la primera vez que se dibuja un esquema aproximado de su número y localización en la Sierra de Cádiz.

<u>4.3. Minutas planimétricas (1870-1950). Instituto Geográfico y Estadístico/ 4.4. Mapa Topográfico Nacional a escala 1:25.000 (última actualización). Instituto Geográfico Nacional.</u>

Las dos últimas visiones cartográficas aparecen juntas porque, a diferencia de las anteriores, ambas pueden considerarse científicas, precisas y rigurosas, y permiten, al presentar el mismo espacio a la misma escala, su inmediata comparación.

Las Minutas planimétricas[21]anteceden a la elaboración del primer Mapa Topográfico Nacional (MTN) de España a escala 1:50.000, que se abordó definitivamente tras la creación del Instituto Geográfico (y Estadístico en 1873) por Real Decreto de 1870.

Son los primeros mapas "sin nombre" de España, un producto institucional "imprescindible para entender las complejas relaciones entre el desarrollo de la cartografía a gran escala y la construcción del Estado moderno" (NADAL & URTEAGA, 1990).

Se trata de mapas manuscritos en papel, a escala 1:25.000, realizados para cada municipio mediante redes de triangulación e inspección directa del territorio. No siguen, por tanto, la división en hojas del MTN. Para la Sierra de Grazalema se elaboraron entre 1873-1874. Constituyen la primera serie cartográfica que dibuja todo el territorio español de manera científica y regular gracias a los avances técnicos y al establecimiento previo de criterios[22]. Para su ejecución "se adoptó una proyección poliédrica sobre planos tangentes al elipsoide de Struve" (NADAL & URTEAGA, 1990). Se usaron un total de 138 símbolos convencionales para representar los distintos elementos[23], todos en negro exceptuando los componentes hidráulicos que se dibujaron en azul (figura 10).

La necesidad de control fiscal y militar por parte del nuevo Estado Liberal determinó que las Minutas mostrarantodos los elementos esenciales para el conocimiento dela nación, describiendo física y económicamente el territorio de finales del XIX: red hidrográfica, accidentes topográficos notables, infraestructuras de comunicación, cultivos, poblaciones y, con especial atención, arquitecturas rurales dispersas, tanto productivas –importantes porque generaban beneficios, entre ellas los molinos hidráulicos-, como civiles o religiosas. Las Minutas suponían, por tanto, una herramienta de gobierno. Además, ofrecen una extensa información toponímica (RIVERO-LAMELA; RAMOS-CARRANZA, 2019, p. 6.4).

Por todo ello, las Minutas planimétricas se convierten en el instrumento cartográfico más útil para localizar los molinos hidráulicos y aproximarnos a este territorio molinar, a su proceso de *antropización*. Gracias a estos

---

[21] Se complementaban con las Minutas altimétricas, que representaban el relieve del terreno. En alguno ocasiones –ningún caso en la Sierra de Cádiz-, existen Minutas conjuntas de altimetría y planimetría.

[22] Plan General aprobado en 1870 e *Instrucciones para los trabajos topográficos* editadas en 1878.

[23] Definidos en el *Formulario número 5* de las *Instrucciones para los trabajos topográficos*.

mapas se han contabilizado 49 molinos hidráulicos en la región Sierra de Grazalema[24], que han ascendido a 52 con el posterior trabajo de campo.

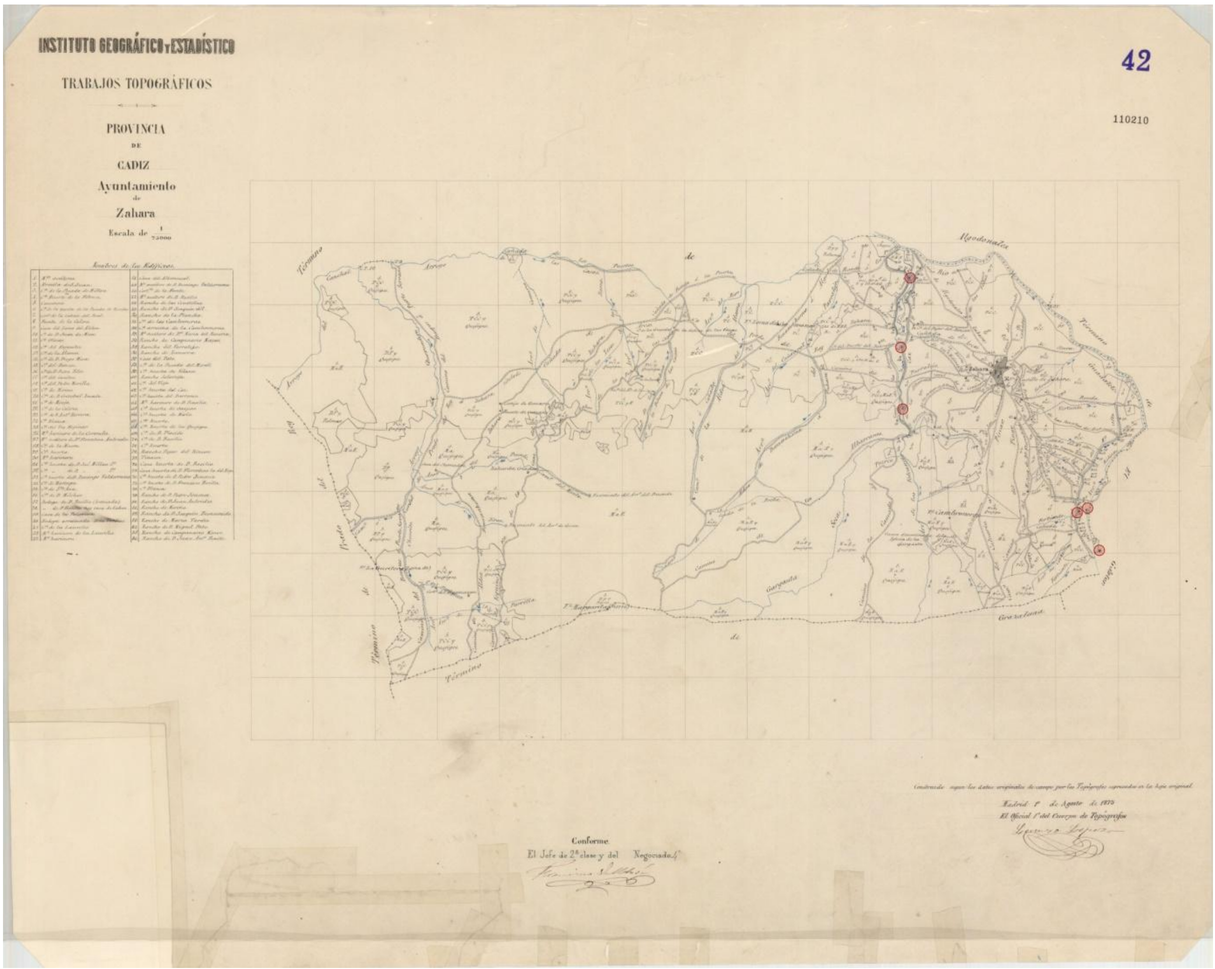


Figura 10. Minuta planimétrica del término de Zahara de la Sierra. Construido según los datos originales de campo por los topógrafos expresados en la hoja original.Instituto Geográfico y Estadístico. 1873. Escala 1:25000. 1 mapa, ms., col., en h. de 62 x 78 cm. [Se han localizado 6 molinos hidráulicos. Versión digital en Centro de Descargas del Instituto Geográfico Nacional (CD – IGN)].

Cabría preguntarse si las minutas, al ser “borradores”, son menos rigurosas en la información que las hojas del primer MTN. La comparación entre ambos demuestra lo contrario. Son repetidas las ausencias molinares, al menos los territorios estudiados, que se dan en el MTN y que sí aparecen señalados en las minutas (figura 12).

Por su parte, las representaciones cartográficas actuales procedentes del Instituto Geográfico Nacional (últimas actualizaciones del Mapa Topográfico Nacional a escala 1:25.000), nos sitúan en el momento presente y ofrecen una visión comparada de las cartografías históricas y contemporánea.

---

[24] Nos referimos específicamente a los molinos localizados en los municipios situados al sur del Guadalete más netamente serranos: Benaocaz (11 molinos), Grazalema-Benamahoma (17 molinos), Ubrique (14 molinos), Villaluenga del Rosario (1 molino) y Zahara de la Sierra (6 molinos).

Se presentan, a continuación, fragmentos de estas visiones para las riberas de Bocaleones y Gaidóvar, señalando los molinoshidráulicos que contienen (figuras 11 a 16).Estas cartografías sincronizadas permitenuna aproximación a la evolución territorial, detectando qué molinos o caminos se mantienen o han desaparecido, y evidenciando, de manera objetiva, la notable preterición a la que estas antiguas y relevantes arquitecturas, están expuestas en los últimos mapas oficiales.

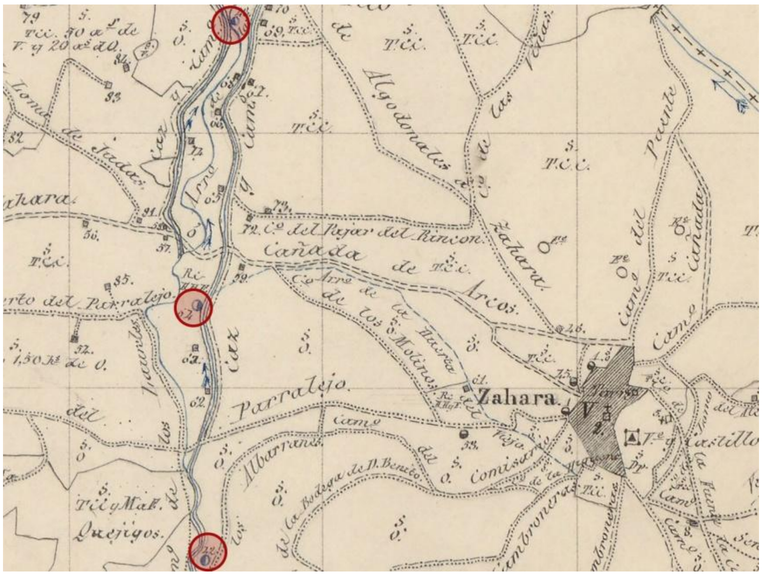


Figura 11. Fragmento de Minuta planimétrica del término de Zahara de la Sierra [Instituto Geográfico y Estadístico, 1873] correspondiente a la ribera de Bocaleones. Localización de 3 molinos hidráulicos. Ver pie de Figura 10.

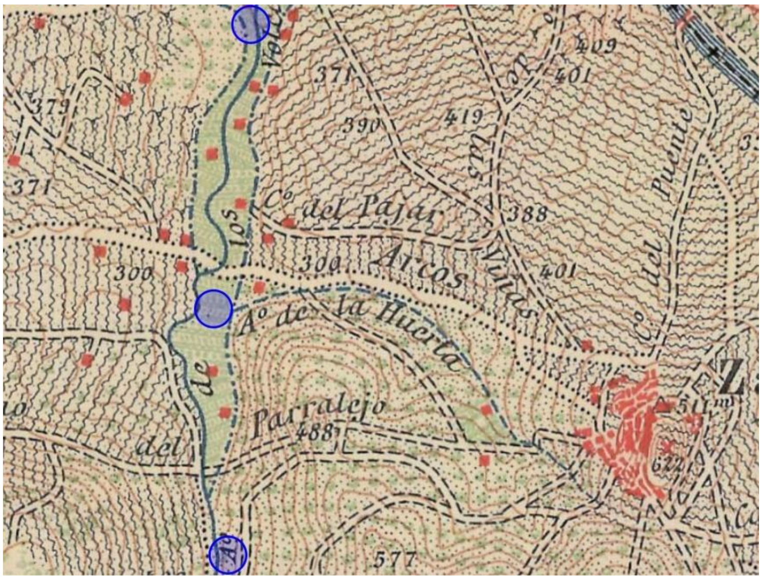


Figura 12. Fragmento de la Hoja 1036 de la primera edición del Mapa Topográfico Nacional 1/50.000, correspondiente a la ribera de Bocaleones, en Zahara. Instituto Geográfico y Estadístico. 1918. Heliograbado en cobre. 50 x 70 cm. No se representa ningún molino. [Versión digital en CD-IGN].

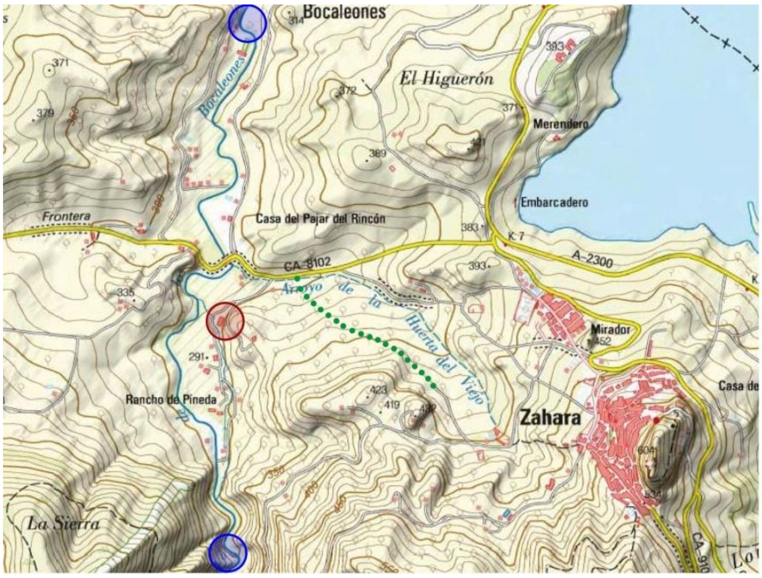


Figura 13. Fragmento de la última actualización del Mapa Topográfico Nacional 1/25.000, correspondiente a la ribera de Bocaleones, en Zahara. Instituto Geográfico Nacional. Imagen georreferenciada. Solo se representa un molino (nº 2 figura 01) con el símbolo de Edificio aislado. [Versión digital en CD-IGN].

Molino hidráulico
Molino no dibujado
Camino desaparecido

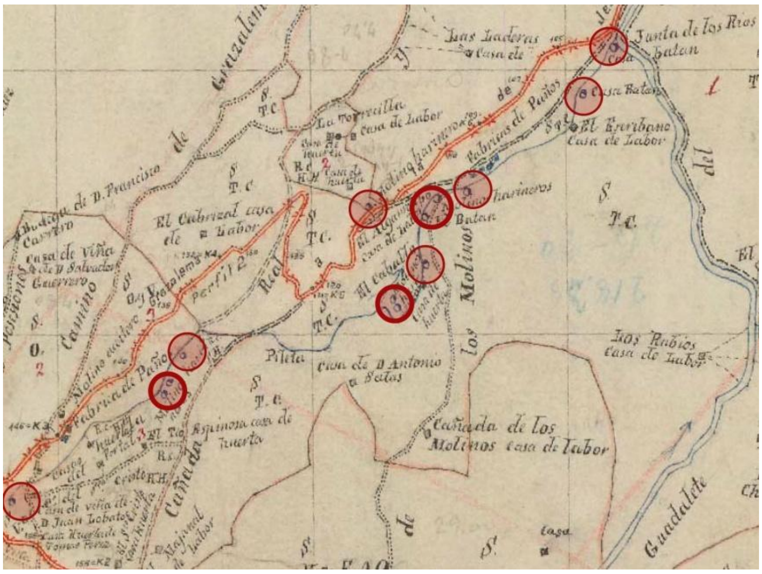


Figura 14. Fragmento de Minuta planimétrica del término de Grazalema [Instituto Geográfico y Estadístico, 1873] correspondiente a la ribera del Gaidóvar. Localización de 13 molinos hidráulicos. Ver pie de Figura 10.

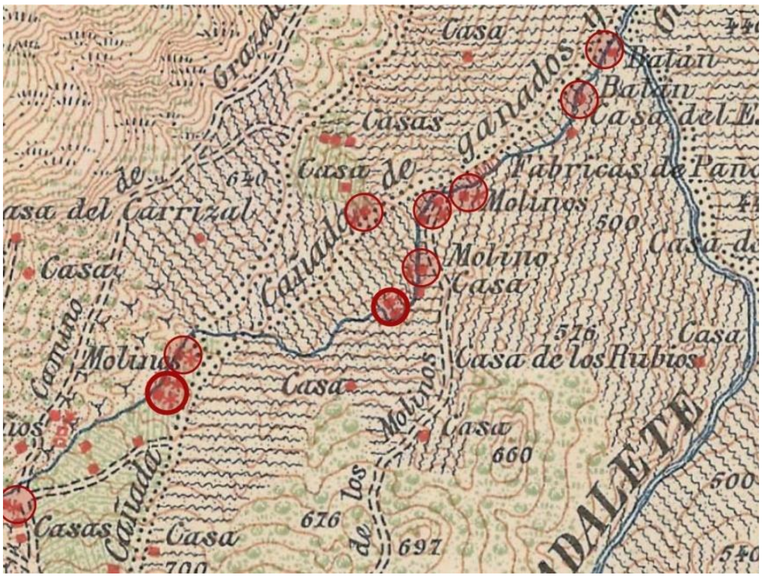


Figura 15. Fragmento de la Hoja 1050 de la primera edición del Mapa Topográfico Nacional 1/50.000, correspondiente a la ribera del Gaidóvar, en Grazalema. Instituto Geográfico y Estadístico. 1918. Heliograbado en cobre. 50 x 70 cm. En este caso se representan todos los molinos que aparecen en la Minuta, excepto uno. [Versión digital en CD-IGN].

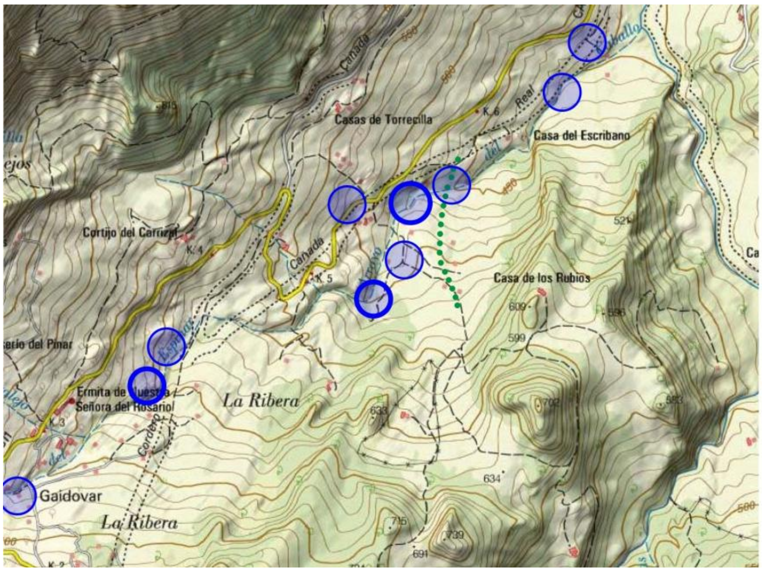


Figura 16. Fragmento de la última actualización del Mapa Topográfico Nacional 1/25.000, correspondiente a la ribera del Gaidóvar, Grazalema. Instituto Geográfico Nacional. Imagen georreferenciada. No se representa ningún molino. [Versión digital en CD-IGN].



5. Conclusiones.

Los mapas son una potencial fuente de información, que permiten recomponer los procesos de *antropización* del territorio, expresando diferentes etapas culturales e ideológicas a través de su simbología, morfología y de la selección de elementos representados.

Como puede comprobarse, el uso de cartografía histórica posibilita conocer la ubicación de los molinos hidráulicos en la Sierra de Grazalema, a la vez que revela las diferentes representaciones que se han elaborado de este territorio. Se verifica que, desde hace siglos, estos ingenios han sido arquitecturas de referencia y control del territorio, presentes desde las primeras expresiones cartográficas.

Loscroquis de López, los mapas de los párrocos y el mapa de Coello serían esas representaciones no oficiales o técnicas que comienzan a definir las invariantes regionales, su marcada topografía y la importancia de su red

hidrográfica; aunque ya localizan molinos hidráulicos, no alcanzan la rigurosidad y precisión que se logra con la institucionalización de la cartografía a finales del XIX; son las Minutas planimétricas el instrumento cartográfico más útil para esta investigación por la abundante información que aportan y su valor cualitativo y cuantitativo como instrumento activo en la localización de los molinos hidráulicos, extrapolables a otras arquitecturas rurales dispersas, y en las lecturas, tanto comprensivas como explicativas, del territorio y sus paisajes. Se hace evidente la ausencia molinar en los mapas más recientes. Su invisibilidad institucional puede ser causa de su desaparición y, con ello, de prescindir y silenciar una huella que ayudó a definir la identidad de esta región.

Aunar estas visiones cartográficas abre vías a reflexionar sobre la utilidad y fiabilidad de las fuentes consultadas, a la vez que generara una sinopsis gráfica que desvela la configuración esencial del territorio y sitúa los vestigios de estas arquitecturas olvidadas, facilitando sus consideraciones futuras.

Bibliografía:

ACOSTA BONO, Gonzalo. Cartografía y patrimonio en perspectiva. *Revista PH. Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, Sevilla, nº 77 (Especial Monográfico: Cartografía y patrimonio), pp. 4-11, febrero 2011.

ÁLVAREZ LLOPIS, Elisa. El molino hidráulico en la sociedad hispano medieval, siglo X-XIII. In: CARA BARRIONUEVO, Lorenzo (Coord.). *El agua en zonas áridas. Arqueología e historia. Hidráulica tradicional de la provincia de Almería*. Almería: Instituto de Estudios Almerienses, 1989. Pp. 655-680.

CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE EL PATRIMONIO INDUSTRIAL (julio 2003). Ratificada por los delegados reunidos en la Asamblea Nacional del TICCIH, de carácter trienal, que tuvo lugar en Moscú el 17 de julio de 2003. Disponible en: https://www.icomos.org/18thapril/2006/nizhny-tagil-charter-sp.pdf

CHÍAS, Pilar; ABAD, Tomás. El arte de describir el territorio: mapas y planos históricos en torno al puente de Alcántara (Cáceres, España). *Informes de la construcción*, [S.l.], vol. 64, nº Extra, pp. 121-134, diciembre 2012.

CORTÉS JOSÉ, Joaquín. Los mapas de Andalucía, noticias antiguas del territorio. Reconocimiento y evaluación de los archivos cartográficos con información sobre Andalucía. *Revista PH. Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, Sevilla, nº 77 (Especial Monográfico: Cartografía y patrimonio), pp. 12-19, febrero 2011.

CRUZ, Linarejos (coord.). *Plan Nacional de Patrimonio Industrial. Actualización de 2016*. [S. I.]: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2016. Disponible en: http://www.mecd.gob.es/planes-nacionales/textos.html

ESCALERA REYES, Javier. Los molinos de agua en la Sierra de Cádiz (Primera campaña). *Etnografía española*, Madrid, nº 1, pp. 267-374, 1980.

HARLEY, J. Brian. Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas. In: HARLEY, J. Brian; LAXTON, Paul (Comp.); ANDREWS, J.H. (Int.). *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005. Pp. 59-78.

ISHAM, Norman Morrison; BROWN, Albert F. *Early Rhode Island Houses: AnHistorical and ArchitecturalStudy*. Providence: Preston and Rounds, 1895.

JACKSON, John Brinckerhoff. *DiscoveringtheVernacularLandscape*. New Haven: Yale UniversityPress, 1984.
KIMBALL, Fiske. *DomesticArchitecture of the American Colonies and of theEarlyRepublic*. New York: Charles Scribner'sSons, 1922.

LÓPEZ GÓMEZ, Antonio. El método cartográfico de Tomás López. El interrogatorio y los mapas de España. *Estudios Geográficos*, [S.l.], vol. 57, nº 225, pp. 667-710, 1996.

LÓPEZ GÓMEZ, Antonio. El método cartográfico de Tomás López: el interrogatorio de Albacete. *Cuadernos de Geografía*, [S.l.], nº 71, pp. 1-10, 2002.

NADAL, Francesc; URTEAGA, Luis. (1990). Cartografía y estado: los mapas topográficos nacionales y la estadística territorial en el siglo XIX. *Geocrítica, Cuadernos Críticos de Geografía Humana*, Barcelona, vol. XV, nº 88, 86 p., julio 1990.

NADAL OLLER, Jordi. *Moler, tejer y fundir: estudios de historia industrial*. Barcelona: Ariel, 1992.

NÚÑEZ DE LAS CUEVAS, Rodolfo. El poder de los mapas. *Estudios geográficos*, [S.l.], vol. 73, nº 273, pp. 581-598, julio-diciembre 2012.

OLIVA SERRANO, Jesús. Estructuración y reestructuración de espacios y sociedades rurales. Nuevas reflexiones sobre unos procesos no esperados. *Zainak. Cuadernos de Antropología-Etnografía*, Sebastián-Donostia, Gipuzkoa, nº 14, pp. 321-337, 1997.

PICKLES, John. Texts, Hermeneutics, and Propaganda Maps. In: BARNES, T.J.; DUNCAN, J. S. (Eds.). *WritingWorlds: Discourse, Text, and Metaphor in theRepresentation of Landscape*. London and New York: Routledge, 1992. Pp.193-230.

PICKLES, John. *A History of Spaces: cartographicreason, mapping and the geo-coded Word*. New York: Routledge, 2004.

QUIRÓS LINARES, Francisco. La cartografía de la metrópoli en el Atlas de España y sus Posesiones de Ultramar (1847-1870), de Francisco Coello. Características, fuentes y colaboradores. *Ería: Revista cuatrimestral de geografía*, [S.l.], nº 81, pp. 63-92, 2010.

RAMOS-CARRANZA, Amadeo; RIVERO-LAMELA, Gloria. El valor de las arquitecturas menores: Los molinos hidráulicos del Parque Natural Sierra de Grazalema en la Sierra de Cádiz. *Estoa, Revista de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Cuenca*, Ecuador, vol. 7, nº 13, pp. 85-99, julio-diciembre 2018.

RIVERO-LAMELA, Gloria. Construcción del paisaje de la Sierra de Cádiz a través de su arquitectura rural: los molinos hidráulicos. *Ge-Conservación*, [S.l.], vol. 1, nº 14, pp. 64-76, diciembre 2018.

RIVERO-LAMELA, Gloria; RAMOS-CARRANZA, Amadeo. Drawing and interpretingPlanimetricsurveys: rural landscape and oldproductivearchitectures in Sierra de Cádiz. *DISEGNARECON*, University of L'Aquila, vol. 12, nº 22 ("Drawingtheterritory and thelandscape"), pp. 6.1-6.23, 2019.

SAMBRICIO, Carlos. *Territorio y ciudad en la España de la Ilustración*. Madrid: Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo, Centro de Publicaciones, 1991.

SCOTT, George Gilbert. Remarkson Secular and DomesticArchitecture, Present and Future. London: J. Murray, 1857.

UPTON, Dell. OutsidetheAcademy: A Century of VernacularArchitectureStudies, 1890-1990. In: MACDOUGALL, Elisabeth Blair (ed.). *TheArchitectural Historian in America* (serie *Studies in theHistory of Art*, vol. 35). Washington DC: NationalGallery of Art, 1990. Pp. 199-213.

ZAMBRANA PINEDA, Juan Francisco. *El sector primario andaluz en el siglo XX*. Sevilla: Instituto de Estadística de Andalucía, 2006.



Toponímia e cartografia histórica de Minas Gerais – ampliando e revisando registros de um repositório digital de dados, do setecentos ao oitocentos joanino

Márcia Maria Duarte dos Santos
UFMG,mdsantosy@yahoo.com.br

Antônio Gilberto Costa
UFMG, ag.costa@uol.com.br

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra
UFMG, candidaseabra@gmail.com

Mariana De Franco Guedes
UFMG,marianna.de.franco@hotmail.com

Sandra Maria Lucas
UFMG, sandralucasgeo@yahoo.com.br

Amanda Guerra
FIBGI, aegigc@yahoo.com.br

Maria Dulce de Faria
FBN, mariadulcedefaria@gmail.com

Resumo:

Mapas, fontes de dados valorizadas por estudos geográficos e linguísticos, tem sido objeto de estudos recorrentes, relacionados ao território mineiro, pelo grupo de pesquisa Cartografia Histórica do Brasil e pelo Grupo Mineiro de Estudos Linguísticos, ligados à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O levantamento e o tratamento de dados daquelas fontes, com vistas ao conhecimento da toponímia e da geografia de Minas, foram, entretanto, impulsionados com o desenvolvimento do projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino,* entre 2014 a 2016. O projeto, financiado pelo CNPq (Processo nº 408869/2013-5), explorou quinze mapas e propiciou a identificação e as análises qualitativa e quantitativa, nas perspectivas cronológica e diatópica, de cerca de 2500 topônimos históricos, bem como sua organização em um banco de dados. O banco de dados, por sua vez, concernentemente aos objetivos da pesquisa, foi estruturado para armazenar os resultados das análises, que versaram sobre: os tipos de assentamentos da população (feições geográficas), encontrados nas terras mineiras, a par da identificação da população indígena não aldeada pelos luso-brasileiros; os padrões motivadores do ato de nomear, referentes aos

assentamentos populacionais e aos indígenas; as camadas dialetais presentes no conjunto desses nomes; e a permanência dos topônimos no território mineiro, hodierno, considerando a atualização dos mesmos. Sua organização foi considerada fundamental para, como se planejou, elaborar uma produção bibliográfica variada – comunicações em eventos científicos e de divulgação científica, artigos, atlas digital e exposições temáticas, no Centro de Referência em Cartografia Histórica, do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. A produção relacionada à pesquisa citada não esgotou o potencial das informações reunidas sobre os topônimos de Minas Gerais. Por essa razão, e pelo fato de ser sempre possível uma releitura dos dados levantados e interpretados, ponderou-se sobre a relevância de se disponibilizar tais informações aos interessados na cultura, na língua, na geografia e na história do território mineiro. Essas considerações ensejaram a reorganização do banco de dados e sua apresentação em um repositório digital, intitulado *Toponímia Histórica de Minas Gerais, Registros em Mapas dos Setecentos aos Oitocentos Joanino*, disponível em ambiente *web,* a partir de agosto de 2017. Neste trabalho, pretende-se apresentar, os resultados já alcançados com vistas à organização da segunda edição, ampliada e revista, do Repositório em questão, prevista para ser apresentada ao público em dezembro de 2019. No seu desenvolvimento, serão destacados a fundamentação teórica e os desafios metodológicos e técnicos, considerando, principalmente, algumas fases do tratamento dos dados, referentes ao uso de taxionomias: geográficas (definição dos tipos de acidentes e do seu posicionamento em circunscrições territoriais, político- administrativas, datadas historicamente, e as correspondentes atuais; e linguísticas (o estabelecimento da natureza, motivação e da origem dos topônimos). Serão enfatizadas, também, as razões, de ordem técnica, entre outras, relacionadas ao conteúdo do banco de dados e sua apresentação digital que determinaram a revisão da primeira edição. Por fim, será ressaltada a oportunidade representada pela identificação de oito novos mapas históricos sobre o território mineiro, que propiciou a ampliação da amostra das fontes de dados e do conhecimento toponímico, relativo aos períodos estudados.

Palavras- Chave:
Toponímia Histórica Mineira; Cartografia Histórica Mineira;Banco de Dados Históricos**;** Repositório Digital

Vila Rica, em poema e mapa de Cláudio Manuel da Costa?

Márcia Maria Duarte dos Santos
UFMG, mdsantosy@yahoo.com.br

Maria Dulce Faria
Biblioteca Nacional,RJ, mariadulcedefaria@gmail.com

Antônio Gilberto Costa
UFMG, agcosta@uaol.com.br

Resumo

Cláudio Manuel da Costa foi uma personalidade insigne nos Setecentos das Minas Gerais. Filho de uma família com posses e bem relacionada com os notáveis da época, ele nasceu, em 1729, no termo da Vila de Ribeirão do Carmo (Munícipio de Mariana, MG), na Comarca de Vila Rica e na Capitania de Minas Gerais. Nas Minas, ele permaneceu até 1744, quando foi enviado para estudar com os jesuítas, no Rio de Janeiro, e,em 1749, para cursar Direito, na Universidade de Coimbra, voltando para o Brasil,nos anos cinquenta dos Setecentos. Como um jovem culto da sua época, e, sobretudo, talentoso, dedicou-se também à literatura, particularmente à poesia. Radicado na Capitania de Minas Gerais,Cláudio se ocupou com os negócios da família – mineração e agricultura, mas também trabalhou como advogado. A par disso, desempenhou cargos públicos – jurídicos e administrativos, a saber, os de procurador da Coroa Portuguesa, desembargador e Secretário de Estado. Entretanto, ele não se descurou de sua obra poética, acrescentando novas produções as que tinham sido publicadas em Portugal, ainda quando estudante. Sua produção o afirmou, dentre os poetas mineiros coevos, como um dos mais relevantes, além delhe ter propiciado o título de introdutor do Barroco no Brasil. No processo de devassa do movimento da Inconfidência, foi, em 1780, acusado como réu,e, na sequência, preso. Morreu, noveanos depois, na prisão em Vila Rica, oficialmente dado como suicida.Em razão de uma vida tão plena, com tantas realizações, e da sua participação em um movimento, como o da Inconfidência Mineira, a par da sua obra literária, Cláudio Manuel da Costa tem sido muito estudado. Lima Júnior abordou, em 1961, uma outra faceta do advogado, servidor da Coroa, advogado, literato e inconfidente, dentre outros epítetos, desse ilustre mineiro dos Setecentos, a saber, a de autor de um mapa do termo de Vila Rica, da Comarca homônima. Trata-se do mapa [COSTA, Cláudio Manuel da]. Carta geográfica do termo de Villa Rica em que se mostra que os arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava e Carigóes lhe ficão bem mais perto q. ao da Villa de S. José a que pertecem: e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras q. toca

ao do Sabará, o q. se mostra pela escala ou petipé de 5 léguas. – Escala (ca. 1 400 000]. - [1766]. – carta ms.; color. desenho de bico de pena; 49,6 x 40,3 cm em folha 51, 7 x 42, 1cm.Costa (2017, p.120), baseando-se em Lima Júnior, atribui a autoria do mapa a Cláudio Manuel da Costa, que atendeu, para realizá-lo, a uma solicitação da Câmara de Vila Rica. A datação, atribuída ao mapa, baseia-se em Faria (2011, p.219 e 220) que não reconhece a autoria referida e cita o documento, sob a guarda, atualmente, do Arquivo Ultramarino, em Portugal,acompanhado de uma correspondência assinada, em 1766, pelo administrador da Capitania, - Luís Diogo Lôbo da Silva.Nestacomunicação, propõe-se apresentar resultados relacionados: de um lado, à releitura de documentosque possibilitaram o crédito da autoria do mapa a Cláudio Manuel da Costa e à do próprio mapa. Trata-se, então, de tentar elucidar as circunstâncias que podem ser associadas à elaboração do mapa e à participação de Cláudio Manuel da Costa.

Palavras - Chave:
Termo de Vila Rica, Capitania de Minas Gerais, Cláudio Manuel da Costa, Cartografia Histórica

Railways on maps: local economy and multiple interactions in Minas Gerais

Luciane Scarato
Maria Sibylla Merian Centre of Advanced Studies conviviality-inequality in Latin America/University of Cologne, lcscarato@gmail.com

Resumo

This communication takes maps as starting points to analyse the connection between agricultural activities and the implementation of the railway in Minas Gerais between the late-nineteenth and early-twentieth centuries. In doing so, it sets out to use maps as main primary historical sources, not illustrations or add-ups. Scholarship has recently demonstrated that the introduction and expansion of railroads in Minas Gerais from the 1880s was not always tied up to coffee plantation. Contemporary maps lend weight behind this argument. They corroborate, for example, that while the foundation of the *Leopoldina* Railway Company (1874) is interwoven with coffee exportation, similarly to São Paulo, the *Ouro Minas* Railway (1881) bears a strong connection with the regional market. The *Leopoldina* was located in Zona da Mata, the first biggest coffee production area in Minas Gerais, as a merge between *União Mineira* (1871) and *Pedro II* (1864) (Blasenheim 1994). It was a private investment that counted with national political support, being a coffee railroad until the 1920s, when dairy became the primary product of the area (de Oliveira Birchal 2001). On the other hand, the *Oeste de Minas*, inaugurated in 1881, serviced local transportation of agricultural goods. It followed the pedestrian road that connected Minas Gerais to the south of the state and Bahia, playing a pivotal role in the national integrationist policy. However, maps also suggest that there was not a clear-cut division between agricultural areas in Minas, which allows visualisation of contact and merging zones where local and exportation activities interacted as in trading zones. According to physician and historian of science Peter Galison, in a trading zone “distinct cultures that live near enough to trade, sharing many activities while diverging on other” collaborate to maintain successful and continuous communication and exchange (Galison 1997, 803, Long 2015). Since communication improvement to serve commerce stands as one of the main motivations of railway construction, alongside territorial expansion and national integration – the idea of trading zones sheds light on how people that lived in proximity could overcame social, technological, and economic asymmetries. Railways thus emerge as multiple trading zones where interactions between diverse groups unfolded. These groups followed similar behavioural patterns despite their differences because they “depend[ed] on exchange for survival” (Galison 1997). All the maps in this communication are held at the Ibero-American Institute in Berlin and come from the *Society of National Agriculture* (1908), under the organisation of Paulino Cavalcanti, and

from *Atlas do Brazil* (1909) by Barão Homem de Mello and Francisco Homem de Mello. Another map (1936) belonged to the *Ministério Nacional do Trabalho, Indústria e Comércio*. President Getúlio Vargas created this department in 1930, after leading a coup d'état that started a new Republican period in Brazil. This map reveals the extent to which Vargas considered issues related to structural development essential to political propaganda, as the map mentioned above emphasises, among others, the evolution of the Brazilian railway system. This communication, therefore, spans from two different political regimes – monarchy and republicanism – and three different historical periods, namely the Second Empire, the First Republic, and the Second Republic. As such, the analysed maps contain information that goes beyond the economy and encompasses immigration policies, ideological propaganda, and external relations. For this reason, in addition to maps, this communication includes other sources, such as reports, *post-mortem* inventories, and *ex-votos*. *Ex-votos* are religious paintings on small wooden boards meant to be public demonstrations of gratitude and faith (Castro 1994, Barragán-Solis and Castro-García 2011, Giffords 1974, Graziano 2016). Often displayed on churches' walls or chapels, *ex-votos* recreated a dramatic scene that had a happy ending, usually ill people on beds who had asked for the miracle of cure and received it (Castro 1994, Oliveira 2017). The *ex-votos* examined in this communication reveal interactions between humans, machines, and the spiritual world, reinforcing the argument that trading zones involve more that trading activities, as people interact and negotiate the terms of living together in these areas. In the end, this communication hopes to contribute to not only to our understanding of the connection between agriculture and the expansion of railroads in Minas Gerais but also of how people interacted within the trading zones that railways created or expanded.

Palavras - Chave:
Railways, Minas Gerais, economy, agriculture, conviviality

Entre mapas e invenções: a cartografia do Nordeste do Brasil e os estudos urbanos

Maria Angélica da Silva
Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas
Bolsista de Produtividade do CNPq, mas.ufal@gmail.com

Fábio Nogueira
Professor do Centro Universitário Tiradentes, Doutorando doPrograma de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, fabiohenriqui@gmail.com

Jaianny Duarte
Mestre pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, jaiannyduarte@gmail.com

Resumo:

Há duas décadas o material cartográfico tem sido a base das investigações realizadas pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, vinculado ao programa de pós graduação da Universidade Federal de Alagoas. Busca-se extrair exaustivamente conteúdos dos mesmos e contrapô-los a fontes primárias textuais bem como as informações advindas dos trabalhos de campo. Estes três vértices têm norteado os diversos projetos de pesquisa, entre eles, os estudos dos primeiros povoados, vilas e cidades implantados no Nordeste do Brasil, nos dois primeiros tempos coloniais, ou seja, os séculos XVI e XVII, objeto deste artigo.

As fontes textuais, em geral relatos de viajantes, geraram a construção de uma antologia, essencialmentebaseadaem publicações produzidas nesses dois séculos. Quanto às fontes cartográficas, elas foram buscadas em diversos arquivos. A título de exemplo, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo Público Nacional, bem como nos vários acervos dos estados visitados. Também foram acessadas fontes em Portugal, como no Arquivo Ultramarino e no da Sociedade de Geografia de Lisboa. Na Holanda, foi consultado diversas vezes o Arquivo Nacional de Haia. Das coletas durante as inúmeras viagens de estudo realizadas em vários estados do Nordeste Brasileiro, além do material cartográfico, produziu-se em campo um amplo acervo fotográfico, que foi fundamental para os estudos.

A partir deste longo processo de pesquisa, buscar-se-á expor os aspectos que se salientaram como possíveis parâmetros para a implantação dos núcleos de urbanização, a partir do contraponto realizado entre dez exemplares eleitos como base ao estudo: Recife, Olinda, Penedo, Marechal Deodoro, Igarassu, João Pessoa, Salvador, Sirinhaém, Cabo de Santo Agostinho e Vila Velha na Ilha de Itamaracá.

Estas localidades, foram comparadas, não apenas em busca de aproximações mas também extraindo conteúdos dosseus pontos de divergência, desconexão bem como de silenciamentos.

Os estudos em tela ganharam novo fôlego quando aos métodos de pesquisa foram integrados ferramentas e dispositivos digitais. Utilizou-se das vistas aéreas disponibilizadas pela redes, cotejadas com os mapas. Portanto, contrapôs-se as atividades de trabalho ligadas a uma visão terrestre do campo realizada cartógrafo no passado e norteada pelas informações celestes, à mirada ao longe, proporcionada na atualidade pelos satélites.

Mapas, desenhos gráficos e vistas foram examinados detidamente e muitas vezes a informação principal veio de um pequeno detalhe. Desta forma, as informações imagéticas disponibilizadas com alta resolução foram fundamentais para o estudo. Por sua vez, os resultados obtidos quando o conjunto de imagens coletado foi submetido à manipulação digital, resultou de fato, em mais um novo substrato de fontes, que por sua vez, levou a uma revisita ao material anteriormente utilizado.

A investigação reuniu uma equipe de trabalho de cerca de vinte pesquisadores, entre arquitetos e designers, e resultou na publicação de um livro. A pesquisa, durante todos estes anos, teve o apoio do CNPq e de outras agências de fomento.

Ao final, neste dobrar de imagens umas sobre as outras, foi possível arregimentar um conjunto de dados que se apresentam comoum balanço da leitura imagética comparada destes núcleos urbanos. Um balanço de resultados que se encaminha para sedimentar a hipótese de um"inventar" da cidade que acontece na colônia portuguesa na América, visto a ausência de gestos urbanos anteriores. Ma o ineditismo da experiência não a livraria dos processos trazidos pelo tempo. Ampliações, crescimentos, mas também gestos distintos do da criação, como o das destruições, através das guerras, dos desmontes, das ruínas, deixaram marcas, num processo contínuo de transformações.

Por outro lado, os mapas, instrumentos compromissados com a realidade que pretendem representar, quando considerados como imagens, tambémsão capazes de exercer a função de inventar. E este é um outro ponto a ser apreciado. Frente a frente, nesta função de espelho e miragem, entre o contraponto entre o que é mirado e o que é retratado, outras realidades e outras possiblidades de interpretar e de inventarvão surgindo. Um fluir que ao mesmo tempo que revela e informa, deixa em aberto o continuar do caminho interpretativo quase ao infinito -tão próprio das fontes imagéticas- disponível aos seus futuros observadores.

Palavas-chave

história urbana – cartografia comparada – ferramentas digitais

Análise multi-temporal do território de Pernambuco, Brasil, através de mapas históricos

Carlos Fabrício Assunção da Silva[1]
carlosfew@outlook.com

Bruna Araujo Candeia[1]
bruna.acandeia@gmail.com

Ana Cláudia Albuquerque Borborema de Andrade[1]
anacborborema@gmail.com

Lucilene Antunes Correia Marques de Sá[2]
lacms@ufpe.br

Simone Sayuri Sato[2]
simone.s.sato@gmail.com

Resumo:

As grandes navegações mostraram-se a necessidade de conhecer os caminhos por onde seguir para chegar ao destino desejado. Quando o Brasil foi descobertomapear era uma necessidade para manter a colônia. Muitas foram as tentativas de obter uma parte da Colônia Portuguesa por países europeus. Os primeiros mapeamentos do território do Brasil ocorreram quando foram criadas as capitanias hereditárias. A capitania de Pernambuco possuía uma localização privilegiada por ser mais próximo da Europa, além de ter prosperado dentro do sistema. Inicialmente, contava com 90 léguas. Quando a Coroa Portuguesa veio viver no Brasil por causa da guerra na Europa, a capital tinha deixado de ser Salvador e era o Rio de Janeiro. O Norte perdia prestígio e surgiu no povo o espírito de nação. Os limites de Pernambuco foram alterados à medida que seu povo aguerrido lutava pela liberdade. O objetivo deste estudo é mostrar através de mapas e eventos históricos como os limites de Pernambuco. O conjunto dos mapas foram adquiridos através do acervo digital da Biblioteca Nacional do Brasil e Portugal, Institut Cartogràgrafic i Geològic de Cataluny, Library of Congress e Câmara do Senado do Brasil.O primeiro mapa estudado foi elaborado por Luís Teixeira em 1534. A Capitania de Pernambuco, contava com 60 léguas, e foi passada pela Coroa Portuguesa ao capitão donatário Duarte Coelho Pereira.A capitania de Pernambuco na tentativa de tornar-se uma república independente de Portugal uniu seu território com o território da Paraíba, Ceará e do Rio Grande do Norte na criação da Capitania Geral de Pernambuco, não obteve êxito. A punição aplicada por Dom Pedro II era reduzir o seu território, desconstruindo a Capitania. Os mapas conseguiram expressar visualmente este processo, mostrando a sua importância no desenvolvimento das civilizações.

Palavras Chave:
Evolução temporal; Mapas Históricos; Escrita; Cartografia.

[1] Universidade Federal de Pernambuco. Pós-Graduação em Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação.
[2] Universidade Federal de Pernambuco. Pós-Graduação em Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação. Departamento de Engenharia Cartográfica

Abstract:

The great navigations showed the need to know the ways to go to reach the desired destination. When Brazil was discovered mapping was a necessity to maintain the colony. There were many attempts to obtain a part of the Portuguese Colony from European countries. The first mappings of the Brazilian territory occurred when the hereditary captaincies were created. The captaincy of Pernambuco had a privileged location for being closer to Europe, and prospered within the system. Initially, it had 90 leagues. When the Portuguese Crown came to live in Brazil because of the war in Europe, the capital had ceased to be Salvador and was Rio de Janeiro. The North was losing prestige, and the spirit of nation arose in the people. Pernambuco's boundaries changed as its fierce people fought for freedom. The purpose of this study is to show through maps and historical events as the limits of Pernambuco. The set of maps were acquired through the digital collection of the National Library of Brazil and Portugal, the Institut Cartographic Geographic Institute of Catalonia, the Library of Congress and the Brazilian Senate Chamber. The first map studied was made by Luís Teixeira in 1534. The Captaincy of Pernambuco, with 60 leagues, was passed by the Portuguese Crown to the donating captain Duarte Coelho Pereira. The captaincy of Pernambuco in an attempt to become an independent republic of Portugal united its territory with the territory of Paraíba, Ceará and Rio Grande do Norte in the creation of the Pernambuco General Captaincy, was unsuccessful. The punishment imposed by Dom Pedro II was to reduce its territory, deconstructing the Captaincy. The maps were able to visually express this process, showing its importance in the development of civilizations.

Keywords:
Temporal evolution; Historical maps; Writing; Cartography.

Introdução

Segundo Paulo Miceli (2002, p. 59), os mapas persistiram à passagem dos séculos, trazidos à tona pela arqueologia. Até a segunda metade do século XX, acreditava-se que o mapa mais antigo conhecido era uma tábua de barro, descoberta em 1930, em escavações em Kirkuk, no Iraque -, esculpida entre 3800 a.C. e 2500 a.C., aproximadamente. Em 1963, foi descoberto o mapa de Catal Hyük, antiga Anatólia, esse mapa foi desenterrado nas escavações de Ancara, Turquia, pintado na parede de uma caverna datado de 6.200 a.C.

O mapa evoluiu junto com a humanidade, e foi com as grandes navegações que se transformou em instrumento preponderante para o conhecimento do território onde os povos antigos habitavam. A cartografia veio evoluindo de maneira significativa juntamente com o desenvolvimento das tecnologias computacionais aplicadas na execução do processo de mapeamento e construção de mapas para o conhecimento do território.

Segundo Haesbaert (2009, p. 42), o território é um fragmento do espaço geográfico onde se manipulam as ligações de suporte materialista quanto idealista. A firmação destas relações se dá por diferentes maneiras, mas na sua compreensão e entendimento utilizam-se instrumentos de comunicação, sendo a cartografia um destes instrumentos. A evolução dos mapas está ligada a humanidade, e foi durante as grandes navegações que se transformou em um instrumento determinante para o conhecimento.

Para apoderar-se de alguma coisa é necessário conhecê-lo, e o mapa permite esse conhecimento, por disseminar a história dos espaços geográficos, proporcionando amplas leituras e interpretações das formas de organização, da dinâmica e dos processos significativos de transformação do território. É por meio dos mapas

que se aprende sobre a configuração do território, sua composição e os agentes responsável por sua transformação. Enquanto, no território se designa limites, poderes, usos e ocupações, o mapa serve como uma ferramenta de representação de tudo aquilo que está contido no espaço.

O estado de Pernambuco, localizado no Nordeste do Brasil, foi durante os anos do Império Português ocupado por um povo revolucionário que lutou contra a Coroa em diversas situações. O imperador D. Pedro II em face das revoluções ocorridas em Pernambuco foi reduzindo seu território no sentido penalizar o estado e seu povo.

O presente estudo pretende mostrar a modificação do território Pernambucano ao longo dos séculos XVI e XXI, sob a visão da cartografia, através de mapas antigos, elementos marcantes dessas modificações relacionando aos eventos históricos.

A realização da pesquisa teve como base uma pesquisa bibliográfica integrativa, onde foram utilizados livros, artigos científicos, dissertações, teses e mapas históricos. Os mapas históricos de Pernambuco de: 1574, 1689, 1800, 1823, 1838, 1930 foram adquiridos em acervo digital das bibliotecas Nacional do Brasil, Institut Cartogràgrafic i geològic de Cataluny, Library of Congress, Câmara do Senado do Brasil,David RumseyHistorical Map Collection, e Da Ajuda, em Portugal. Os metadados dos mapas foram compostos por: autor, ano de publicação, assuntos abordados, objetivos dos mapas, percepção dos autores, convenções cartográficas, toponímia e, representações de elementos conformadores do território pernambucano. A História foi empregada na investigação dos agentes transformadores do território.

Evolução do território pernambucano a partir do século XVI

Os mapas são instrumentos de propagação do conhecimento ao sintetizar e sistematizar os elementos existentes compostos no espaço geográfico a serem representados, com objetividade e clareza de informação. Por apresentar uma visão subjetiva do cartógrafo, que aborda desde aspectos físicos e naturais como culturais. Para Loch (2006), afirma que pode-se representar em um mapa, o passado, o futuro imaginado, o científico e a arte, os fatos e a ficção.

Com as grandes navegações, proveniente da Península Ibérica e da região mediterrânea, houve uma grande revolução na cartografia, alcançando significativos avanços nos séculos XV e XVI. Com as viagens dos portugueses e espanhóis proporcionaram experiências que superaram antigas crenças sobre o território. Segundo Dreyer-Eimbcke (1992), os mapas-múndi necessitavam ser corrigidos e modificados, pois muitos cartógrafos da época se sentiram instigados a tirar suas próprias conclusões da Terra com os novos descobrimentos através das grandes navegações.

O grande marco fundamental das mudanças foram dois: O descobrimento da América feita por Cristóvão Colombo, no ano de 1492; e a chegada de Vasco da Gama às Índias, no ano de 1498. Esses dois acontecimentos fizeram com que os povos daquela época começassem a formar uma nova percepção do novo

mundo, daí novas expedições começaram a serem realizadas. Segundo Alegria *et all* (1998, p. 56), o conhecimento que foi obtido com as grandes navegações cooperou para competir com as antigas crenças, e em muitos aspectos, superando-as.

O primeiro mapa estudado foi elaborado por Luís Teixeira em 1574 (Figura 1), segundo Cintra (2015) Para a elaboração de seu atlas, Luís Teixeira coletou seus dados pessoalmente no Brasil, como narra em um manuscrito de Gaspar Reimão, piloto-mor do reino, datado de 1612. Nesse manuscrito, deduz que a coleta dos dados foi realizada em 1574. Como data mais provável para o mapa, aponta o ano de 1586, exatos 50 anos após a distribuição das últimas capitanias.Luís Teixeira é qualificado como o último dos grandes cartógrafos portugueses, cuja atividade vai de meados do século XVI às duas primeiras décadas do século seguinte. Herdeiro da melhor tradição cartográfica da época vê surgir uma nova hegemonia, a cartografia flamenga. Filho, pai, avô e bisavô de cartógrafos, formou escola. Recebeu sua carta de ofício em 1564, tendo sido examinado pelo célebre Pedro Nunes. Trabalhou como cartógrafo de Estado, o que seria um indício de méritos. O período ao qual Luís Teixeira retratou sua obra diz respeito a uma das primeiras delimitações territoriais do Novo Mundo, a definição das quatorze Capitanias Hereditárias do Brasil.

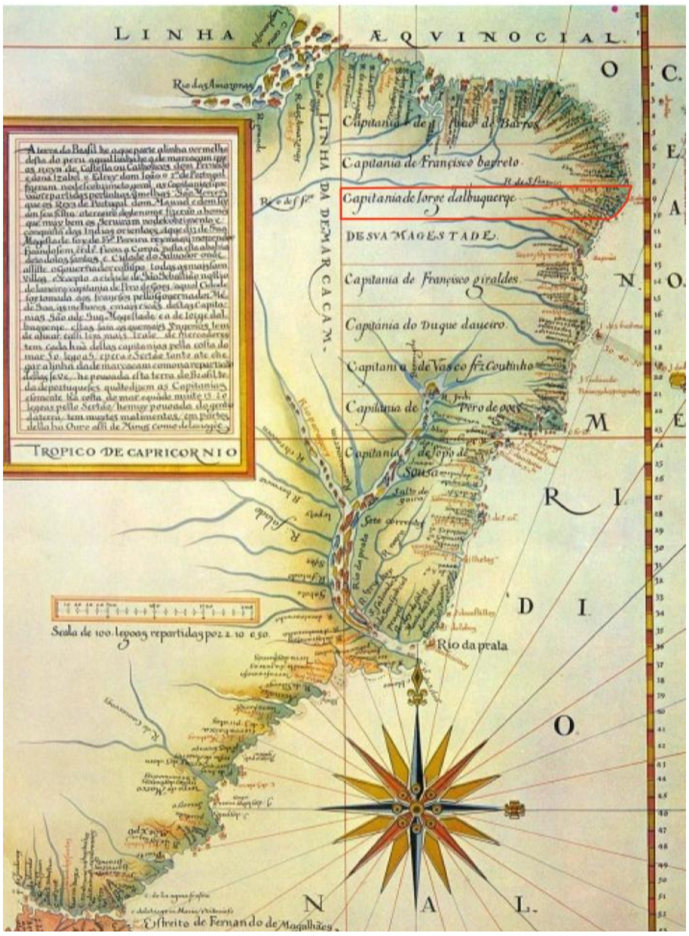


Figura 1 – Mapa das capitanias hereditárias: Carta geral do Brasil, inserida em Roteiro de todos os sinais, de Luís Teixeira, c. 1574. Acervo da Biblioteca Nacional da Ajuda, Lisboa.

A partir de 1534, foram concedidas as quatorze capitanias, reservando à Martim Afonso de Sousa 100 léguas de costa, compreendendo Rio de Janeiro e São Vicente, e a seu irmão Pero Lopes de Sousa três lotes, sendo eles Santo Amaro, Santana e Itamaracá. Duarte Coelho Pereira foi o primeiro a receber a concessão régia, tendo se destacado por missões em outros domínios portugueses, a carta de doação e o foral conferem a ele a capitania de Pernambuco com 60 léguas.

Duarte Coelho Pereira, foi o primeiro donatário da capitania de Pernambuco, que faleceu em 1554. Logo após a sua morte, o seu filho Duarte Coelho de Albuquerque foi o segundo donatário, ainda menor de idade, pelo que a viúva, D. Brites (Beatriz) de Albuquerque, governou e administrou, como tutora de seu filho. Este seu primeiro filho e o segundo, Jorge de Albuquerque Coelho, acompanharam D. Sebastião na batalha de Alcácer Quebir (ocorrida em 04 de agosto 1578). O primogênito, solteiro, ferido na batalha, morreu em 1579, como consequência dos ferimentos. O segundo, Jorge de Albuquerque Coelho, que havia cedido seu cavalo ao rei D. Sebastião durante a batalha, também ferido, feito prisioneiro, e resgatado. Foi herói em um naufrágio que sofrera. Tornou-se o terceiro donatário da Capitania de Pernambuco, e seu nome consta no mapa (Figura 1). A notícia da morte do irmão mais velho chegou a Lisboa em 1580, e ele recebeu a confirmação do rei como donatário em 15 de maio de 1582, coisa que é compatível com a data de 1584 para o atlas. Foi sucedido por seu filho Duarte de Albuquerque Coelho, com carta real de confirmação de 1603.O sistema de Capitanias Hereditárias vigorou até o ano de 1759, quando foi extinto pelo Marquês de Pombal.

O segundo mapa, Figura 2, representa o período de 1654 e é de autoria do cartógrafo holandês Johann Blaeu, tendo sido publicado em Amsterdam, Holanda, no ano de 1689. Segundo Buve (2011), a escola cartográfica holandesa evoluiu a partir de 1580, o desenvolvimento ocorreu da necessidade de mapear os portos do Norte da Holanda como Enkhuizen e Edam, foram construídos mapas de navegação para as águas europeias, a região do Caribe e as Índias Ocidentais, baseado também em informação de barqueiros portugueses.

A Figura 2, com o mapa do Brasil, foi estudado na pesquisa, e é de Joan Blaeu (1596-1673), um dos mais importantes cartógrafos holandeses. Originalmente formado em direito, Blaeu associou-se aos negócios do seu pai, o cartógrafo Willem Blaeu (1571-1638), em Amsterdam. Com seu pai e irmão Cornelis (falecido em 1648), Joan Blaeu publicou o *Atlas Novus* (Nova Atlas), uma obra com 11 volumes constituída de 594 mapas. Mais tarde, Joan Blaeu tornou-se o cartógrafo oficial da Companhia das Índias Orientais Holandesa. Durante o século XVII, a Holanda tornou-se uma grande potência naval e comercial, e seus mapas refletiam sua perícia marítima e comercial. A maior parte dos mapas holandeses do período é obra de empresas de família.

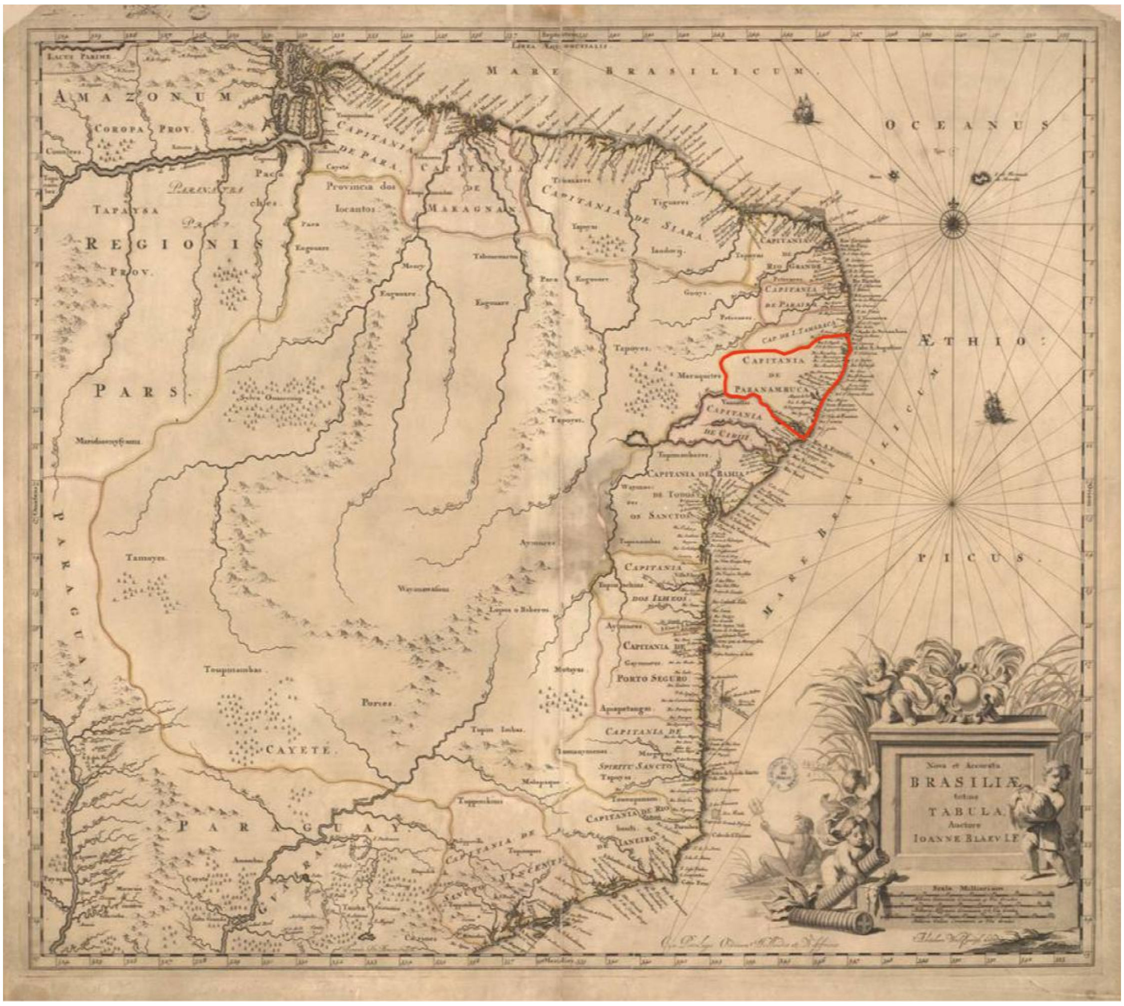


Figura 2 – Mapa do Brasil de 1654. Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil, 2019.

As invasões holandesas ao Brasil se deram durante o período em que Portugal e o Brasil estavam sob o domínio do reino da Espanha. A Holanda, que também estava sob o domínio do reino da Espanha, declarou a sua independência em 1579. A Espanha não reconheceu a independência holandesa e a guerra entre as duas nações prosseguiu até 1648. Em 1649, a Holanda ficou independente da Espanha. Filipe II, rei da Espanha, assumiu o trono de Portugal, logo todas as suas colônias, inclusive o Brasil, passaram a ser de domínio espanhol (1580-1640).

Devido aos conflitos políticos e militares com a Holanda, o governo espanhol impôs o rompimento do acordo entre Portugal e Holanda, o que possibilitava o acesso ao açúcar brasileiro, produzido no litoral nordestino. A Holanda perdeu um excelente negócio: revender o açúcar brasileiro na Europa. Como primeira reação ao embargo, os holandeses criaram, em 1602, a Companhia das índias Orientais, para a exploração mercantil na África e Ásia. A Holanda animada com o sucesso da Companhia das índias Orientais, organizou, em 1621, uma outra expedição - a das Índias Ocidentais - sua maior companhia de comércio, para a exploração mercantil das colônias na América, principalmente o Brasil. Desta forma, a Holanda assegurou o comércio exclusivo na América e outras áreas, por vinte e quatro anos.

Entre 1630 e 1654, quase todo o Nordeste do Brasil esteve sob o domínio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, apesar da resistência constante de pequena parcela da população. Vale ressaltar que, o fim do domínio espanhol, em 1640, não significou uma mudança neste quadro, face a assinatura de um tratado de paz entre Holanda e o novo governo português, no qual ficou estabelecida uma trégua de dez anos, continuando os revoltosos da colônia, pelo menos oficialmente, sem os recursos necessários para consolidar a expulsão do invasor holandês.

O conde alemão Maurício de Nassau era respeitado e admirado por sua forma administrar, quando partiu definitivamente em 1644, o espírito de brasilidade acendeu. O Movimento denominado Insurreição Pernambucana (1645), estimulado o sentimento anti-holandês, especificamente pelos senhores de engenho forçados a quitarem suas dívidas, culminou com a Batalha dos Guararapes, em 1648 e 1649, e a expulsão definitiva dos holandeses da região Nordeste do Brasil. Com sacrifícios indescritíveis e usando processos de combate inusitados, genuinamente brasileiros, criaram condições para a recuperação de Pernambuco, além de preservarem a unidade física e cultural do Brasil. A Insurreição Pernambucana é considerado um marco para a formação da nacionalidade brasileira e uma das origens do Exército.

Segundo Chaves Junior (2017, p. 111) a expulsão dos holandeses do território do Brasil teve um impacto danoso para a economia da época. No decorrer do período em que permaneceram na região Nordeste, os holandeses detiveram do conhecimento do ciclo da produção do açúcar e conseguiram aperfeiçoar as questões técnicas e organizacionais do empreendimento. Os holandeses expulsos do Brasil, foram para Antilhas, ilhas que estão localizadas na região da América Central, fechando o ciclo do período holandês no Brasil.

Segundo Velez (2016), o anexo da capitania de Itamaracá à de Pernambuco não foi algo simples como a historiografia demonstrou ao longo dos séculos, nem mesmo convencional, como se passou nas capitanias da Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. É de senso comum que devido ao cenário dos donatários que estavam ausentes, essas capitanias eram consideradas problemáticas. Particularmente a capitania de Itamaracá, que teve sempre dificuldades de jurisdição em relação as outras capitanias limítrofes. Para Velez (2016) a capitania considerada fracassada pela ausência de seu donatário e por rendas insignificantes.

Segundo o IBGE (1958) existe várias informações do surgimento das construções, relatos em documentos sobre o território de que houve naufrágios portugueses e piratas franceses, anos antes do descobrimento do Brasil. Em 1526 no local hoje conhecido por Vila Velha, à margem esquerda do canal de Santa Cruz, já eram celebradas missas na igreja de Nossa Senhora da Conceição, pelo padre Francisco Garcia. Em 1530 a povoação já contava com mais de 100 habitações e uma Casa de Misericórdia.

No mapa (Figura 3) é um mapa do Brasil produzido pela Gras y Companhia Editores Madrid, que retrata do território de Pernambuco em 1763, com a incorporação da capitania de Itamaracá.



Figura 3 - Mapa do Brasil de 1756. Fonte: Institut Cartogràgrafic i geològic de Cataluny.

Quando a capital da América portuguesa foi transferida para o Rio de Janeiro, em 1763, em 1808 a Coroa portuguesa é instalada nesta cidade. A região onde fica Pernambuco, perdeu importância e passou a ser chamada, genericamente, de Norte. As tensões e disputas começaram a acontecer. A explicação regional não

foi a única para crises que se seguiram. A diversidade social interna entre os integrantes e a formação de uma cultura política moderna, liberal e democrática motivou a tentativa de ruptura nos moldes revolucionários.

Em 1817 ocorreu a Revolução Pernambucana, com a participação de Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, o centro foi Pernambuco, a área incorporada é representada na Figura 4. A Revolução observou as correlações entre capitanias e respectivas atividades econômicas. O império luso-brasileiro encontrava-se ascendente. O movimento rompeu ao mesmo tempo com a forma de governo monárquica e com a dominação portuguesa. A instauração da República de 1817 durou cerca de três meses e teve como inspiração as matrizes do Diretório da Revolução Francesa, o federalismo norte-americano e as guerras de independência na América hispânica. A Figura 4, o mapa de 1825, apresenta a região onde foi existiu a República de 1817 de autoria autoria de Henry Schenck Tanner, retratado a região do Nordeste brasileiro no ano de 1823.



Figura 4 – Mapa de 1825. Fonte: David RumseyHistorical Map Collection,2019.

As discussões sobre a separação entre os reinos do Brasil e de Portugal começaram na década de 1810. Embora já se disseminasse em palavras, projetos, atitudes e leituras, pelo menos desde fins do século XVIII. Em 1817, a crise se mostra mais aguda contra o império português e a conspiração é descoberta por Portugal. Os tiroteios nas ruas, a palavra revolução andando de boca em boca, ocasionaram a liberação de atitudes e expressão de ressentimentos e resistências que dificilmente poderiam vir à tona em outras ocasiões.

No dia 6 de março de 1817, o movimento separatista eclodiu. No dia em que ocorreu o levante os militares envolvidos estavam no quartel, resultando na morte de um oficial de alta patente e na captura do governador de Pernambuco, o português Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que havia se refugiado no forte do Brum. No forte das Cinco Pontas os militares libertaram um dos líderes do movimento, Domingos José Martins e todos os civis acusados de conspirar contra a Coroa Portuguesa. No entanto, em maio de 1817 o exército Imperial Português invadiu Pernambuco e desmontou o movimento revolucionário. Como pena os pernambucanos perderam a província do Alagoas, que tornou-se uma nova capitania.

A repressão à República de 1817 foi violenta, desmedida, e com lances de maus tratos, torturas, prisões prolongadas e mortes cruéis, causando um trauma político que demorou a cicatrizar. Mas, o povo pernambucano aguerrido e libertário continuou com seus ideais, cinco anos depois estaria participando da Independência do Brasil de Portugal. E em 1824, as mesmas províncias rebeldes da República de 1817, fazem outro levante conhecido como a Confederação do Equador, a luta é contra os rumos centralizadores e autoritários do nascente Império brasileiro.

A Figura 5 apresenta um dos mapas do New Universal Atlas, publicado em 1846, por Henry Schenck Tanner, disponível na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. No mapa Pernambuco apresenta uma área distinta das encontradas em outros mapas. O limite de Pernambuco chega ao estado de Goiás e Minas Gerais, englobando o de Alagoas, que leva a crer que o período em que ocorreu o mapeamento é antes da Confederação do Equador.

Henry Schenck Tanner (1786 - 1858) foi um dos cartógrafos e editores de mapas americanos do início do século XIX, considerada a era de ouro americana na publicação de mapas. Nascido em Nova York, mas com sede na Filadélfia, Tanner dedicou mais de quarenta anos no desenvolvimento de trabalho cartográfico. No início da carreira, Tanner fez uma parceria com seu irmão Benjamin, para gravar os trabalhos de John Melish, e de outros editores como Lucas Fielding (Baltimore), A. Bourne, Jason Torey, Samuel Harrison e Samuel Lewis. Em 1818, Tanner convenceu os colegas editores a financiar uma compilação de um Novo Atlas Americano. O atlas foi vendido por assinatura e surgiu lentamente entre 1819 e 1823. O Novo Atlas Americano foi auge da cartografia americana do século XIX, com atualizações até 1839, Geographicus - Rare Antique Maps (2019).



Figura 5 - Mapa do Brasil publicado em New Universal Atlas, datado de 1846 Fonte: Library of Congress, 2019.

De acordo com Leite (1996, p.5) logo após o episódio da Revolução Pernambucana de 1817, Pernambuco ficou conhecido como uma província rebelde. Naquele momento já existia um receio por uma parte do Império, que em algum momento, fosse acontecer novamente outra revolta de cunho republicano, com intuito de separar a região do resto do País. As províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, tinham simpatia pelas ideias

que eram propagadas pela população da província de Pernambuco, deixando claro que os pernambucanos tinham influência política entre a população das outras províncias.

A Confederação do Equador foi um movimento separatista, liberal e republicana, uma replicação ao caráter centralista de Dom Pedro I, efetivado pela outorga da constituição de 1824. A revolta tinha como objetivo de questionar a Constituição de 1824, que na visão dos revolucionários, centralizava o poder, apesar das ideias de liberalismo. Desde a Revolução Pernambucana em 1817, um grupo de pernambucanos continuou a preparar um movimento com características antimonaquista, que veio tomando proporções após as crises da economia regional e exorbitantes cargas tributárias impostas pelo Império.

Segundo Alarcão (2006, p.56) a demissão do governador Manuel de Carvalho Paes de Andrade, que foi escolhido pelos pernambucanos foi o estopim para a eclosão da Confederação do Equador, nome escolhido pela aproximidade com a linha do Equador. A revolução foi liderada por populares pernambucanos, o movimento teve adesão de outros estados do Nordeste. Os revolucionários buscaram criar uma Constituição Republicana e liberalista.

Manuel de Carvalho proclamou a Confederação do Equador no dia 2 de julho de 1824, apoiado por uma base elitista, instituiu um governo constitucional e de forma representativa. Esse acontecimento foi considerado na época um ato rebelde pelo Império, que comprometia seriamente a unidade nacional. Manuel foi eleito presidente, e dispondo de Frei Caneca como um aliado e mentor ideológica da revolução.

Desta maneira, os pernambucanos buscavam enfraquecer a influência do Império nos assuntos regionais, acabar com o tráfico de escravos, aparelhar movimentos de resistências populares contra o Império e formar um governo independente. Nesse período, os grandes nomes foram Frei Caneca, Emiliano Munducuru e Cipriano Barata, eles defendiam as reformas sociais da época e a expansão dos direitos políticos. Enquanto isso, o Império aprovou medidas contra os separatistas, entre elas a contratação de mercenários de origem inglesa para lutarem contra os separatistas.

De todo modo, com todas as lutas, a Confederação do Equador não resistiu. O imperador Dom Pedro I tratou de conter a revolta. O ataque foi executado em agosto de 1824, com a rendição em setembro. Logo depois da derrota, as outras províncias se enfraqueceram, sendo que a província do Ceará, a mais valente, foi a última a desistir contra as investidas militares, vindo a ser derrotada no mês de novembro. A Confederação teve o seu fim com a pressão imperial e seus integrantes foram executados. Como parte da punição, a província de Pernambuco perdeu parte do seu território, como pode-se visualizar na Figura 6. O mapa retrata a perda do território, boa parte desse estava à margem esquerda do rio São Francisco.

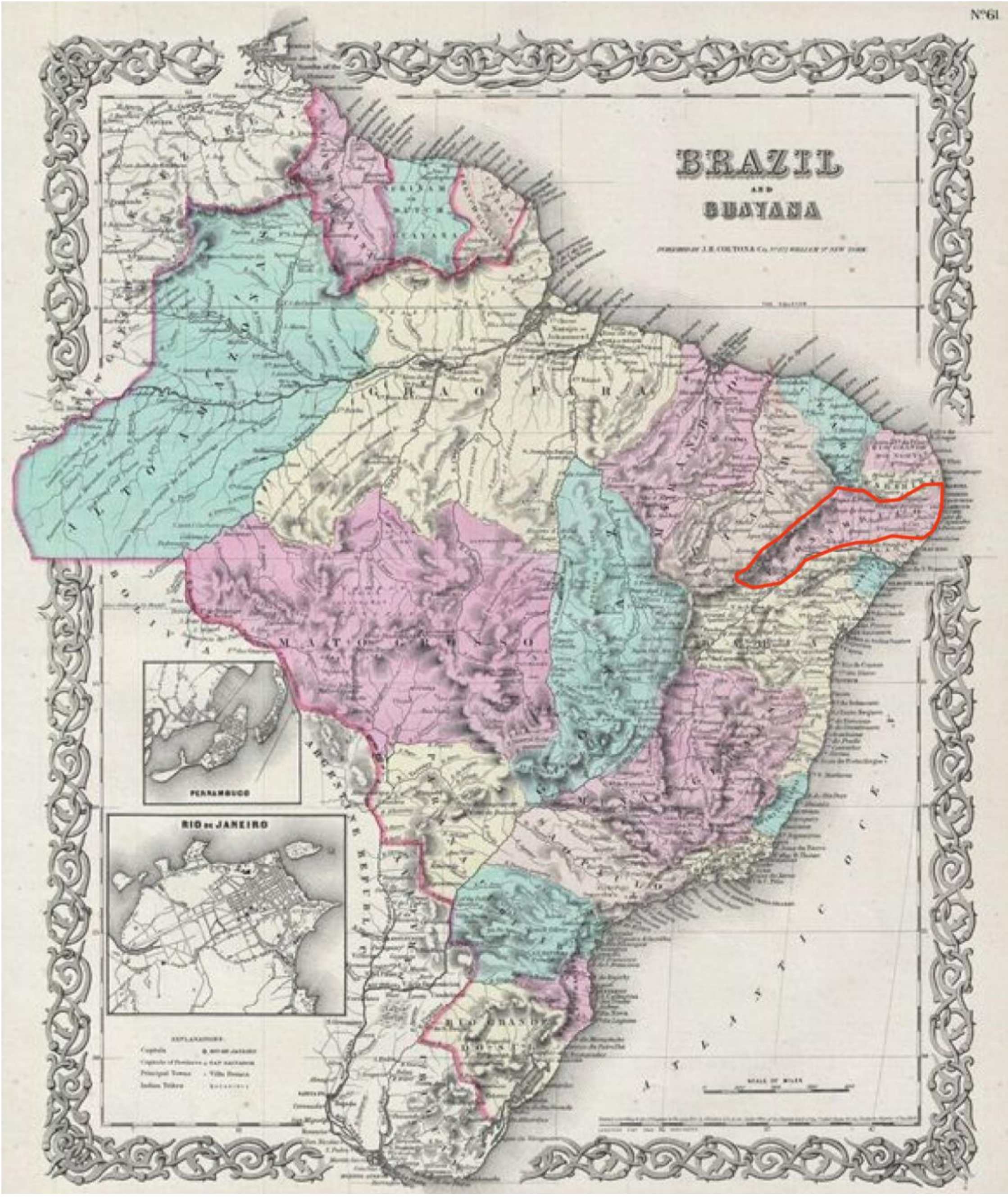


Figura 6 - Mapa do Brasil de 1856. Fonte: Fonte: David Rumsey Historical Map Collection,2019.

No sétimo mapa de Cândido Mendes, de 1868 (Figura 7), observa-se que o território do Brasil e de Pernambuco se encontra quase em seu tamanho atual, no referido mapa observamos ainda que o estado do Acre ainda não encontra-se anexado ao território do Brasil, acontecendo somente em 1903 após o Brasil vencer a chamada Revolução Acreana.



Figura 7. Mapa do Brasil de 1868. Fonte: Biblioteca da Câmara do Senado do Brasil, 2019.

Na Figura 7 está um dos mapas do primeiro Atlas do Brasil confeccionado por Cândido Mendes, esse trabalho foi um marco da cartografia brasileira. O referido Atlas serviu como base para a confecção de mapas posteriores. Além dos mapas das províncias brasileiras, o Atlas retrata questões das fronteiras do Brasil. Apresenta as informações geográficas, contempla estatísticas da população brasileira, e diversos dados administrativos,

eleitorais e eclesiásticos, de cunho histórico, acerca das províncias da época e de suas comarcas, que são até hoje relevantes para a compreensão e estudo do Brasil.

A elaboração do Atlas teve por base mapas do território brasileiro produzidos desde séculos anteriores. Ressalva se faz ao fato de Cândido Mendes ter procedido um acerto nas fronteiras e limites do Brasil, o que bem se justifica pela falta de definição precisa dos limites internos e externos do País, questões que se resolveriam, mais tarde, no final do século XIX início do século XX.

Na Figura 8 pode-se observar o território de Pernambuco em 1868, onde foi criado o primeiro mapa de Pernambuco, que consta do Atlas de Candido Mendes. Na Figura 8 pode-se observar que o território se encontra em evolução.

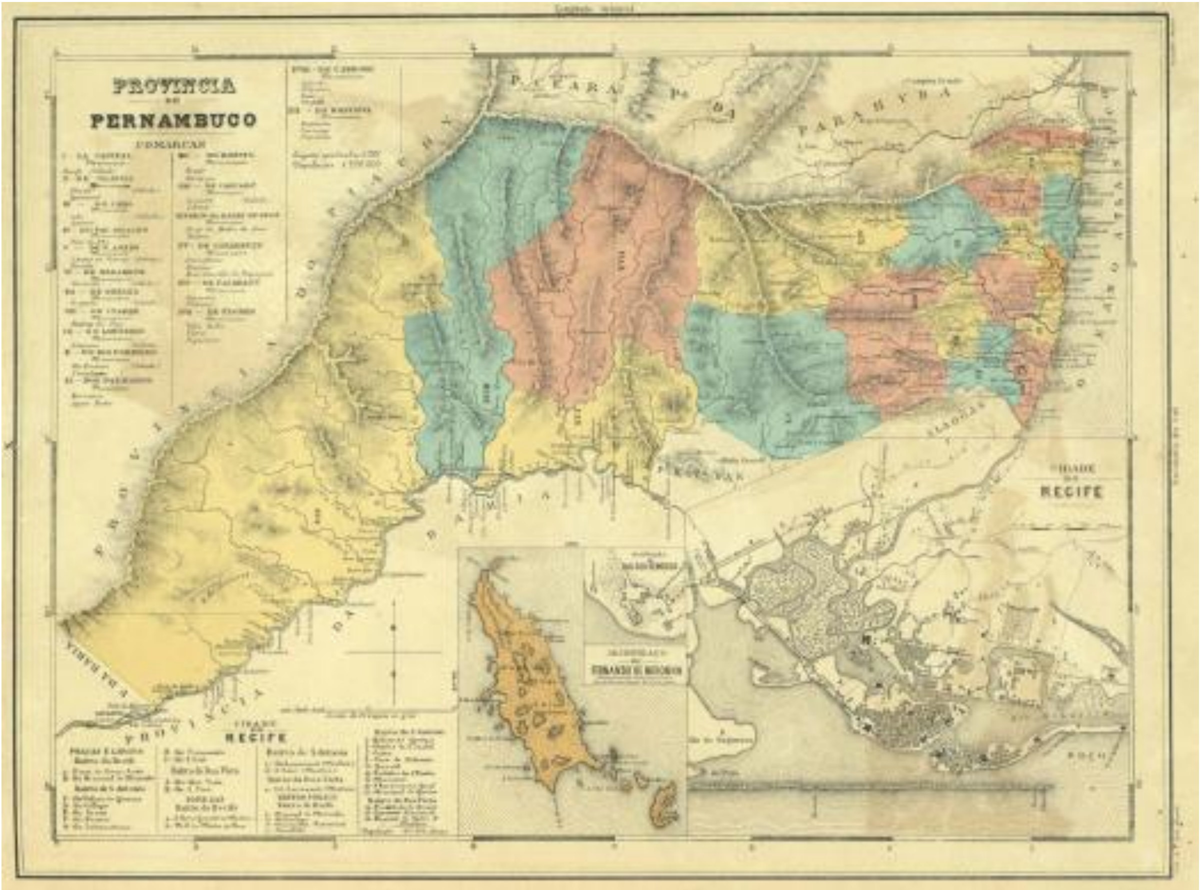


Figura 8. Mapa de Pernambuco de 1868. Fonte: Biblioteca da Câmara do Senado do Brasil, 2019.

Na Figura 9 apresenta-se um mapa do século XXI com seu território consolidado. O referido mapa foi construído por engenheiros cartógrafos doIBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ano de 2018. Atualmente, o estado de Pernambuco possuí 98.076km^2, dividivo em 184 municípios. A população estimada pelo IBGE é de 9.557.071 habitantes.



Figura 9. Mapa do Brasil de 2018. Fonte Alterada: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

Considerações finais

Baseado nas observações das referências bibliográficas que foram levantadas para esta pesquisa, em combinação do resgate histórico das publicações cartográficas sobre o estado de Pernambuco a partir do século XVI até o século XXI, pode-se observar o processo da evolução do território e os seus importantes agentes transformadores, como exemplo, das principais revoltas que fizeram parte da história do estado de Pernambuco e do Brasil.

As atividades econômicas desenvolvidas no território da província de Pernambuco, as grandes revoltas em função dos altos impostos exigidos pela Coroa, e logo depois,pelo Império, esses agentes foram responsáveis pela transformação, redução e ampliação dos seus limites, que os mapas conseguiram comunicar visualmente. Em vários momentos da história, o território foi expandido, ora fora usurpado, em vários momentos foi explorado de maneira exacerbada, levando a sua população a enfrentar muitas tragédias. Porém, Pernambuco conseguiu sempre se reerguer, pois o seu povo se destacou no cenário social e econômico.

Os agentes transformadores de Pernambuco não foram somente responsáveis pela geração de riquezas e pela modelagem dos limites do território pernambucano, foram responsáveis, acima de tudo, por uma sua diversidade territorial e cultural. O gado, a cana, a mandioca e o algodão, juntamente com o povo valente, teceram a trama

da diversidade pernambucana, promovendo as territorialidades e apropriações identitárias por meio da luta e do amor ao lugar em que vive, o lugar chamado Pernambuco.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação, ao Laboratório de Tecnologias e Geoinformação - LaTecGeo, do Departamento de Engenharia Cartográfica na Universidade Federal de Pernambuco e à CAPES pela concessão de bolsa de estudo para Carlos Fabrício Assunção da Silva.

Referências

ALARCÃO, J. P. S. O saber e o fazer: República, Federalismo e Separatismo na Confederação do Equador. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

ALEGRIA, M. F.; et al. "Cartografia e Viagens". In: Bethencourt, F. &Claudhuri, K. (dir.). História da Expansão Portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

BUVE, R. Mapas neerlandeses do Brasil conquistado 1624-1654 do Arquivo Nacional, da Biblioteca Real e da Universidade de Leiden. Paraty: Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011.

CHAVES JÚNIOR, J. I. As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América Portuguesa (Século XVIII). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017.

CINTRA, J. P. As capitanias hereditárias no mapa de Luís Teixeira. São Paulo:Museu Paulista, 2015.

DREYER-EIMBCKE, O. O descobrimento da Terra: história e histórias da aventura cartográfica. São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1992.

HAESBAERT, R. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Brasília: IBGE, 1958. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/dtbs/pernambuco/ilhadeitamaraca.pdf

LEITE, G. L. Guerras e revoluções brasileiras: A Confederação do Equador. São Paulo: Editora Ática, 1996.

LOCH, R. E. N. Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006.

MICELI, P. As Imagens do Mundo. In: Paulo Miceli (Org.). Op. Cit. 2002.

VELEZ, L. C. B. Donatários e Administração Colonial: A capitania de Itamaracá e a casa de cascais (1692-1763). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.



A cartografia histórica do Recife à luz dos factos - período de 1688 a 1955

Alice Soares da Silva
Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Universidade Federal de Pernambuco,
aliceesooares@gmail.com

Lucilene Antunes Correia Marques de Sá
Departamento de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Universidade Federal de Pernambuco
lacms@ufpe.br

Resumo

O estudo de documentos cartográficos, na compreensão das mudanças espaciais que ocorrem ao longo dos anos, em especial sua estrutura física territorial é um trabalho importante para prever o futuro. A pesquisa apresenta o que ocorreu por Recife e pode ser extrapolada para outras regiões, bem como o aprofundamento do estudo em uma determinada área. Busca-se estabelecer um elo entre o passado registrado em documentos cartográficos e a história vivenciada no período. Ficou definido que a pesquisa seria desenvolvida no período pós-holandês, que ocorreu entre 1630-1654, foi tomada como principal fonte dos arquivos o sítio da Biblioteca Nacional,no seu acervo foram adquiridos os documentos cartográficos, como mapas, plantas e fotografias históricas, datados de diversos períodos. Após o armazenamento dos arquivos, foi executada a catalogação e a seleção dos documentos. A organização foi feita de acordo com as datas, os arquivos organizados na forma cronológica, e com isto, foi possível realizar uma análise individual e identificar as principais mudanças ocorridas de uma década para outra.

Palavras–chave: Cartografia Histórica; Recife e arredores; Evolução urbana.

Abstract

This paper aims to show how important is the study of cartographic documents, in understanding the spatial changes thatoccur over the years, especially their physical structure. A survey took place by Recife, but other regions can be explored as well as further study in a specific area. We seek to define a link between the past recorded in cartographic documents and a history lived in the period. Defining that the data collection would be a post-Dutch period, which occurred between 1630-1654, was as the main source of archives or the National Library website, none of which was purchased by cartographic documents, can also be found in its various set. maps, plans and historical photographs, data of various variations. After storing the studied files, according to data, the files were organized chronologically, so that it was possible to perform an individual analysis and identify the main changes that occurred from one decade to another.

Introdução

Mudanças constantes ocorrem no processo de formação de uma cidade ao longo de sua história, provocando grandes alterações no espaço urbano. Essas remodelações não apenas modificam a estrutura física territorial, mas são capazes de modificar o papel social ou econômico de uma área. Portanto, a análise

dessas modificações se torna fundamental para compreendermos como ocorreram, quem foram os agentes e quais foram as consequências na dinâmica do espaço.

A cidade do Recife, logo, pode ser tida como um bom exemplo, visto que já teve sua estrutura modificada inúmeras vezes. Umas das cidades mais antigas do Brasil, fundada em 1537, está prestes a completar 500 anos, assumiu seu papel de comércio e cidade defesa e, é claro que, para facultar essas funções houveram a necessidade de muitas transformações.

Segundo Alves (2013) a Cartografia Histórica provê um suporte sólido e essencial para o estudo da evolução do espaço, sendo útil para analisar as modificações ocorridas, não como meras observações, mas com o propósito de compreender o contexto delas, suas significações e consequências.

O resgate histórico dos documentos cartográficos da cidade do Recife é pertinente neste momento em que Olinda e Recife estão prestes a comemorar seu quingentésimo aniversário.Geralmente, mudanças mais expressivas ocorrem em períodos de grandes revoluções e mudanças de governo.

Os arquivos analisados ocorreram em momentos importantes para a construção da cidade, pode-se tomar como destaque inicial o Período Holandês, (1630 – 1654), Guerra dos Mascates, (1710-1711), a Revolução Pernambucana, (1817), Constituição de 1824, Insurreição Praieira, (1848), Constituição Republicana (1891), dando início ao regime político, presidencial. A presente pesquisa pretende, portanto, analisar através de mapas históricos, algumas transformações físicas territoriais da cidade do Recife, relacionado com o seu contexto histórico.

Metodologia

A metodologia teve como uma das etapas o embasamento teórico, que esteve presente em todas as fases da pesquisa, desde o estudo do contexto histórico do Recife, até o estudo da cartografia. Foram utilizados alguns artigos, livros e sites para tomar como referência. Outra etapa presente foi a aquisição dos materiais, que utilizou como fonte principal os arquivos encontrados no acervo da Biblioteca Nacional, onde foram encontrados diversos mapas, plantas e fotografias históricas para a realização do estudo, todos datados de diversos períodos.

A primeira fase do trabalho compreendeu a análise dos materiais e após o armazenamento dos arquivos a serem estudados, de acordo com as datações, a organização dos arquivos de forma cronológicaAordem cronológica possibilitou realizar uma análise individual e identificar as principais mudanças ocorridas de um período para o outro. É possível observar as construções de novas edificações, portos, cemitério, pontes, vias, entre outras mudanças que ocorreram ao longo dos anos.

A segunda fase do trabalho foi a realização de metadados, são dados tomados como referência para descrição e identificação sucinta de informações sobre um determinado conteúdo. Foi elaborada então, a

partir dos mapas selecionados, um relatório de metadados em ordem cronológica identificando o nome do arquivo, quem construiu, o cartógrafo, o idioma empregado, a escala em que foi confeccionado, o ano, o *link* de acesso do arquivo e uma descrição sucinta da análise de cada mapa.

Materiais

Os mapas históricos são utilizados na representação de um contexto do período, para que se possa compreender quando, onde e como, ocorreram as modificações. Recife é uma cidade com um acervo cartográfico considerável, então foi escolhido como recorte temporal do período pós-holandês. O período pesquisado compreende,precisamente, os anos de 1688 a 1955.

Para o estudo foram selecionados os mapas com algum distanciamento temporal a fim de que as modificações mais expressivas fossem melhor representadas. Foram selecionados seis mapas, dos seguintes anos: 1698, 1817, 1848, 1873, 1952, 1955.

Contexto

Para que haja uma compreensão do presente é necessário que ocorra um estudo do passado, através de uma análise sucinta do contexto histórico é possível compreender mudanças no cenário social, físico territorial de uma região.

O Recife holandês (1630 – 1654)

O chamado Recife holandês era constituído de um núcleo urbano, do porto e da Cidade Maurícia (Figura 1). Antes do estabelecimento do domínio neerlandês, o Recife era apenas um povoado submetido ao controle da Vila de Olinda e que tinha sua vida marcada pelas funções portuárias, sendo por isso chamado arrecife dos navios (GESTEIRA,2004)

Neste período da história de 1630 a 1654, Recife passa pelas maiores transformações em seu espaço físico, mangues são aterrados, pontes são construídas, camboas são drenadas e com todas estas melhorias empregadas, o Recife passa a ser de fato a Capital de Pernambuco. Olinda é destruída por um incêndio em 1630. (VASCONCELOS, 2011).



Figura 1 - Pianta della cittá Maurizea e del Recife.(Acervo Biblioteca Nacional,RJ)

Descrição: Após as invasões holandesas Recife passou a ser estruturada ao modo dos invasores, em especial o conde alemão, Mauricio de Nassau-Segem, governador na época. Foi então erguida sob os moldes norte-europeus e a chamada Cidade Maurícea, construída sobre a ilha de Santo Antônio. Na Ilha pode-se observa a representação de algumas fortificações: Fort Frederick Hendrik (1), atual forte das Cinco Pontas, o Fort Erenest (5), residência do conde Maurício de Nassau, e o Fort Warden Bech (2), banhados pelo rio Capibaribe (3). Nassau durante seu governo construiu pontes, a primeira grande ponte do País, denominada ponte do Recife (6) ligava a Recife à ilha de Santo Antônio, em seguida, foi construída a ponte Holandesa da Boa Vista, ligando o continente a ilha de Santo Antônio (7). Pode-se observar o traçado holandês Recife (8). Um dos destaques da época é a construção de sistemas de canais (4) e diques.

Autor: Orazi, Andrea Antonio

Ano:1698

Idioma: Italiano

Arquivado em: Coleção/Fonte: Diogo Barbosa Machado

Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=31558

Guerra dos Mascates (1710 – 1711)

A Guerra dos Mascates foi um dos acontecimentos históricos mais polêmicos na evolução pernambucana, caracterizou-se por uma luta entre Recife, cidade dos mercadores portugueses, chamados mascates, e Olinda, a velha capital criada por Duarte Coelho (o primeiro donatário da capitania de Pernambuco) e centro dos senhores de engenho.

A causa da guerra foi ocasionada após o enfraquecimento do preço do açúcar na Europa, fazendo com que os senhores de engenho fizessem altas dívidas com os comerciantes de Recife, que estavam enriquecendo. Embora fossem ricos, os comerciantes não possuíam poder político, pois estavam sob o poder da Câmara de Olinda. Os comerciantes então pediram ao Rei que elevassem seu povoado a vila, assim teriam sua própria câmara. Em 1710, o rei aceitou o pedido dos comerciantes, que se apressaram para erguer o pelourinho, coluna de pedra ou madeira, que indica a autonomia do local. Inconformados, os proprietários de Olinda se armaram, invadiram Recife e destruíram o pelourinho, iniciando assim a Guerra dos Mascates. (BOULOS, 2018)

Revolução pernambucana (1817)

Em Pernambuco, além de reclamar dos altos impostos, a população criticava o controle dos portugueses sobre o comércio varejistas e a preferência dada a eles quando havia promoção de militares. Em 1816, a insatisfação na província cresceu devido a uma seca que prejudicou a produção agrícola, gerando aumento no preço dos alimentos e fome nas cidades. (BOULOS, 2018). Este momento está representado na Figura 2.

De acordo com Boris Fausto (1994, p.81) por volta de 1817, quem dissesse que dentro de cinco anos o Brasil se tornaria independente estaria fazendo uma previsão muito duvidosa. A Revolução Pernambucana, confinada ao Nordeste, fora derrotada. Por sua vez, a Coroa tomava medidas no sentido de integrar Portugal e Brasil como partes de um mesmo reino.

> "Este movimento de 1817 que vigorou por cerca de três meses inspirava-se, na forma de governo, em matrizes como o Diretório da Revolução Francesa (com sua República colegiada e repúdio simultâneo ao absolutismo tradicional e ao radicalismo revolucionário), bem como no federalismo norte-americano (republicano e híbrido entre aristocracia escravista e democracia política), sem esquecer a evidente sintonia com as guerras de independência na América hispânica." (MOREL, 2018).

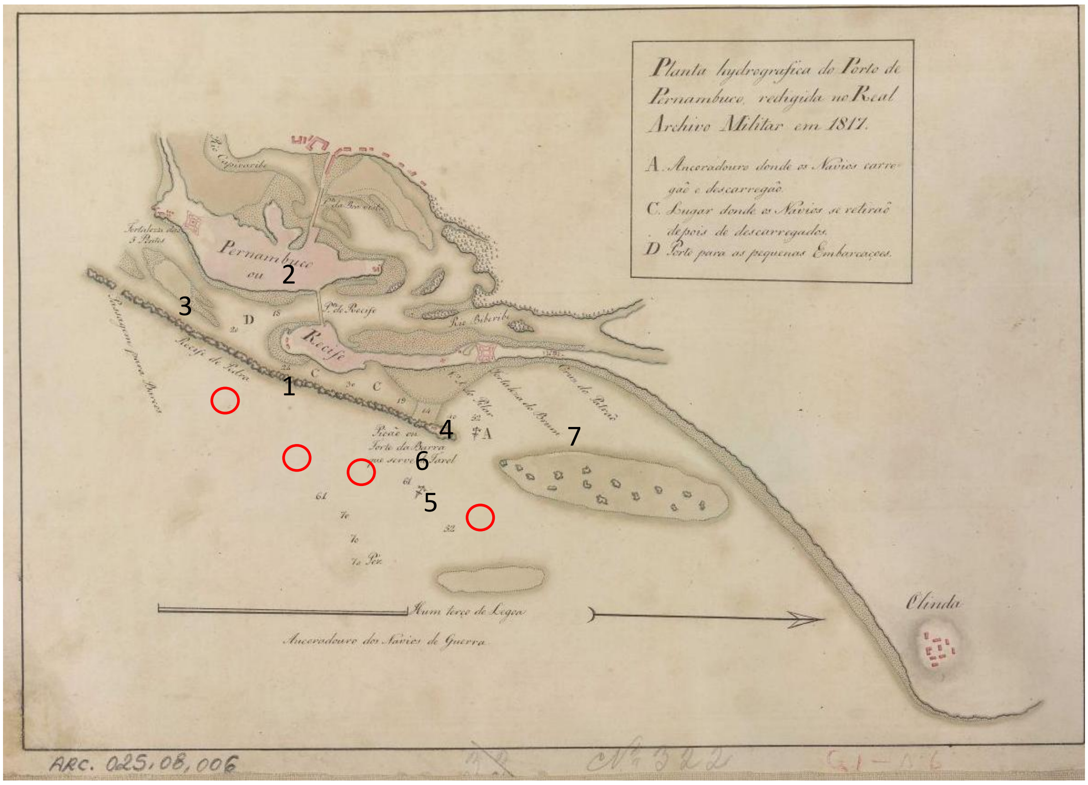


Figura 2 - Planta hydrografica do Porto de Pernambuco, redigida no Real Archivo Militar. (Acervo Biblioteca Nacional,RJ)

Descrição do mapa: O mapa construído no período da Revolução Pernambucana, representa o porto doRecife, a ilha de Santo Antônio denominada de Pernambuco, e Olinda. Destaca-se: A – o ancoradouro, onde os navios carregavam e descarregavam as mercadorias, em C – o local por onde os navios se retiravam após descarregarem e em D – o porto para pequenas embarcações. As pontes do Recife (1) e da Boa Vista (2). Apresenta três fortalezas: Cinco Pontas (3), antigo Fort Frederick Hendrik é representado com quatro pontas, sua estrutura atual, após a destruição e sua reconstrução; Brum (4); e o Forte do Picão (5) ou Forte da Barra, que servia de farol.A toponímia chama atenção tanto pela grafia quanto pelo significado rio Beberibe escrito como rio Biberibe, o significado é polêmico da palavra uns afirmam que surgiu do tupi labebier-y, que significa rio das raias, dos peixes chatos; e outro que vem de bebé e ribe, que significa voar em bando; e rio Capibaribe escrito comorio Capivaribe, sua origem vem da língua tupi e significa rio das Capivaras ou dos porcos selvagens. É possível observar também a Igreja Nossa Senhora do Pilar (6) e a Cruz do Patrão (7), seu nome provém de um timoneiro de embarcações, Patrão Mor, essa Cruz servia como ponto de referência da entrada dos cais interiores do Recife.

Autor: Serviço Militar

Ano: 1817

Idioma: Português

Unidade de Medida: Léguas

Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=89761

Constituição de 1824

Durante o primeiro reinado, do imperador D. Pedro I, surge o pensamento de que se o Brasil fosse independente de Portugal podia fazer suas próprias leis.Em 1823, deputados de várias províncias se reúnem, na chamada Assembleia Constituinte, para elaborar uma constituição para o Brasil. O projeto limitava o poder do Imperador, proibia-o de dissolver a Câmara dos deputados. (BOULOS, 2018).

D. Pedro I, nada satisfeito age com autoridade, mandou fechar a Assembleia, logo depois mandou elaborar um projeto de Constituição, que resultou na primeira Constituição do Brasil, outorgada em 25 de Março de 1824.A Constituição representava um avanço ao organizar os poderes, fora criado o poder Executivo, Legistativo, Judiciario e Moderador, definir atribuições, garantir direitos individuais. Definiu o governo como monárquico hereditário, ou seja, exercido por um soberano e transmitido ao seu herdeiro. (FAUSTO, 1994).

Insurreição praieira (1848)

A Insurreição Praieira, iniciada em Pernambuco, em 1848, é geralmente tratada como a revolta que encerrou os ciclos de conflitos internos brasileiros iniciados com a Independência do País, em 1822. Ela ocorreu também no mesmo ano em que revoluções eclodiram em solo europeu, no evento conhecido como a Primavera dos Povos. (PINTO, s/d)

A Praieira está enraizada nas disputas das elites locais pelo governo de Pernambuco, que começaram na Independência do Brasil. Mas, também teve raízes nas disputas parlamentares na Corte. Na década de 1840, havia duas facções competindo pelo poder na província. Ambas tentaram mobilizar a população urbana e os proprietários rurais. (CARVALHO,2008)

A Primeira Constituição Republicana - Presidencialismo

A Constituição da República, promulgada em 1891, inspirou-se no modelo norte-americano, consagrando a República Federativa liberal, considerada a chave da autonomia dos Estados. Os estados passaram a ter poderes e direitos, puderam exercer diversas atribuições, como contrair empréstimos no exterior e organizar suas próprias forças militares. A Constituição estabeleceu três poderes: o Executivo, antes exercido pelo Imperador, agora por um Presidente da República, eleito por período de quatro anos, o Legislativo, dividido em Câmara dos Deputados e Senado e o Judiciário. O sistema presidencialista foi estabelecido no Brasil. (FAUSTO, 1994)



Resultados e discussões

A Figura 3 é o Plano Topo-Hidrographico – Porto e Cidade de Pernambuco, datado de 1848.

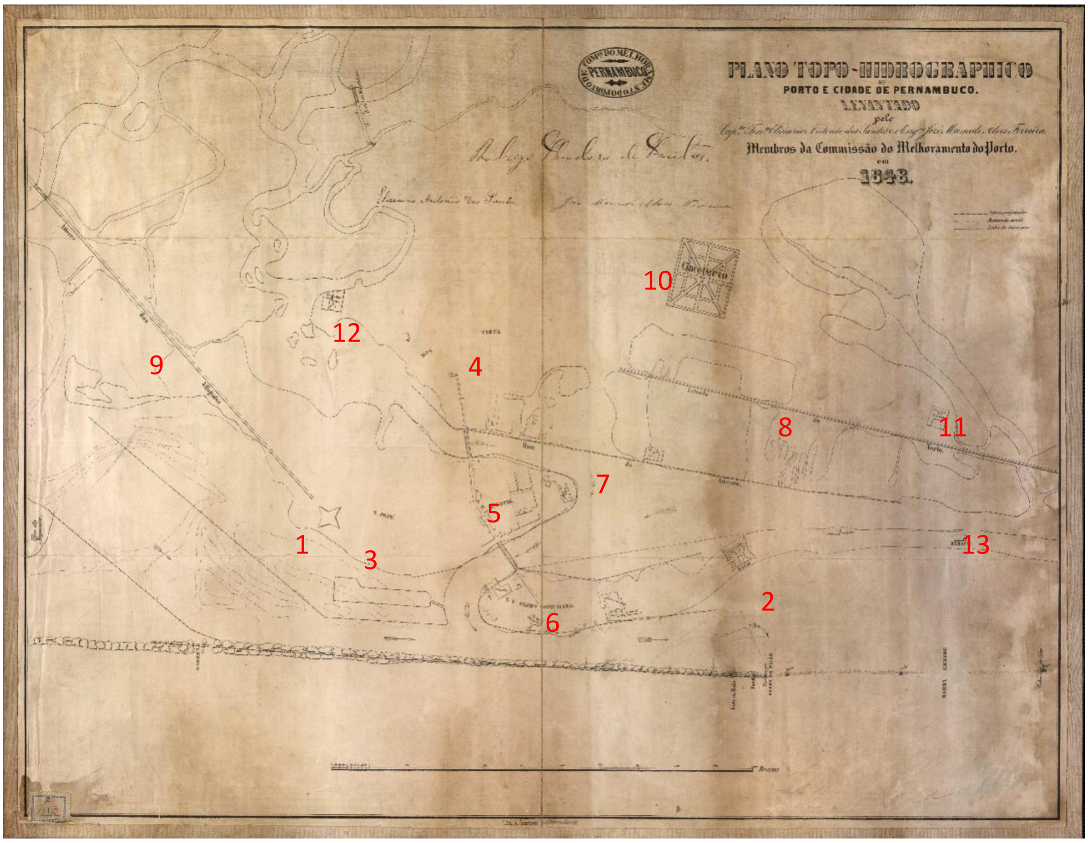


Figura 3 - Plano topo-hidrographico (Acervo Biblioteca Nacional,RJ)

Descrição:O mapa traz um croqui de algumas construções, como do forte das Cinco Pontas (1) e do Brum (2). Pode ser observado que a cidade chamada Recife, como visto na Figura 2, foi dividida em bairros denominados São Jozé (3), Boa Vista (4), Santo Antônio (5) e São Frei Pedro Gonçalves (6). O mapa informa o nome de algumas vias como a rua da Aurora (7), a estrada do Norte (8), e estrada dos Aphogados (9). Novas edificações foram erguidas, como o Cemitério dos Ingleses (10), cuja grafia no mapa é Cimeterio, construído em 1814, o Hospital dos Lázaros (11), fundado em 1789, destinado ao tratamento da hanseníase popularmente conhecida como lepra, e Hospital Pedro II (12) construído para tratar de enfermidades mentais, teve seu projeto elaborado por José Mamede Alves Ferreira em 1847, sua inauguração ocorreu em 1861. Mais à direita a representação do forte do Buraco (13) ou forte Madame Bruyne, construído entre 1630 e 1632.

Autor: Freitas, Rodrigo Teodoro de, 1801/1876 Ferreira, José Mamede Alves/ 1820-Santos, Elisiario Antonio dos. (Comissão de Melhoramento do Porto de Pernambuco)

Ano: 1848

Idioma: Português



Unidade de medida: Braças

Escala: Escala gráfica de 1000 braças

Arquivado em: Biblioteca Nacional (Brasil). Coleção: Thereza Christina Maria

Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=64225**.**

A Figura 4 é a planta de acompnhamento do Porto de Pernambuco datada de 1873.

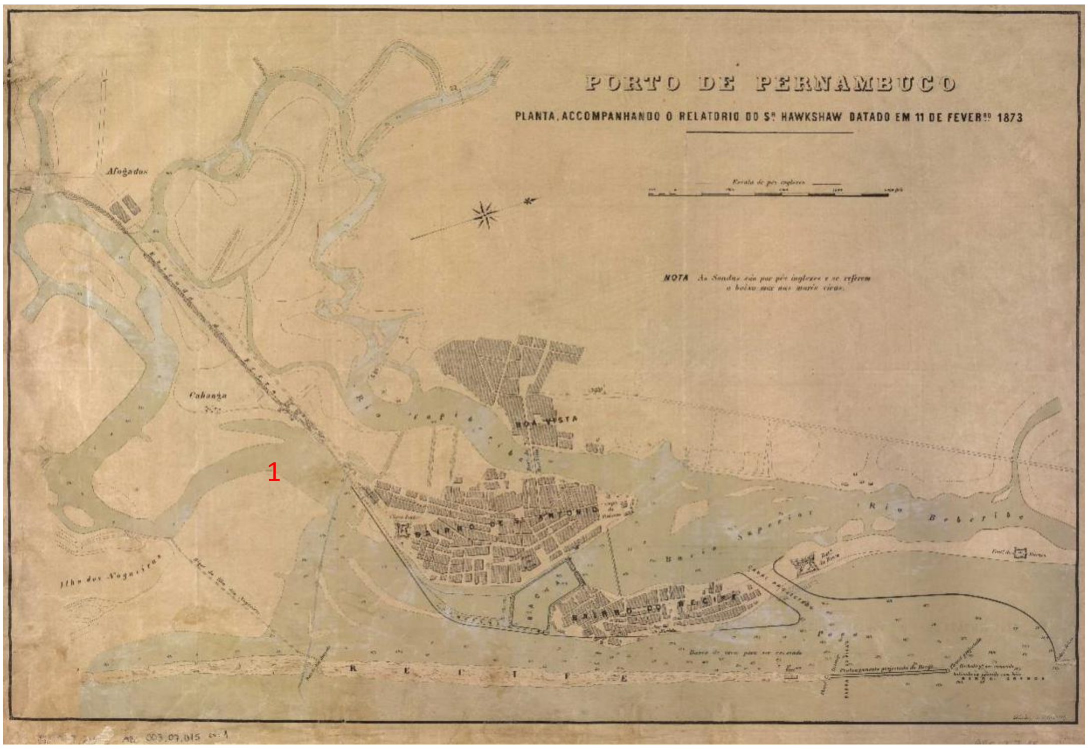


Figura 4 - Porto de Pernambuco. (Acervo Biblioteca Nacional,RJ)

Descrição:O mapa apresenta o início da urbanização dos bairros, principalmente no entorno do porto. A modernização representada principalmente pela linha ferroviária, estrada de Ferro, e sua estação (1) localizada próximo ao forte das Cinco Pontas, inaugurada em 1858, foi a segunda a ser construída no Brasil e o aparecimento de armazéns no Porto, destinados principalmente para o armazenamento do açúcar, principal produto de comercialização na época. O mapa mostra também o bairro Cabanga, que surgiu em uma área denominada Sítio Cabanga e mais à esquerda a ilha dos Nogueiras. Observa-se além disso o aparecimento de dois arsenais, localizados no bairro do Recife, Arsenal da Marinha e Bairro de Santo Antônio, Arsenal de Guerra.

Autor: Hawkshaw, John

Ano: 1873

Escala: Escala gráfica de 4000 pés ingleses (=17,2cm.)

Idioma: Português

Unidade de medida: Pés Ingleses

Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=64226

A Figura 5 é a planta da Cidade do Recife e Arredores, na escala 1:20 000, data de 1952.

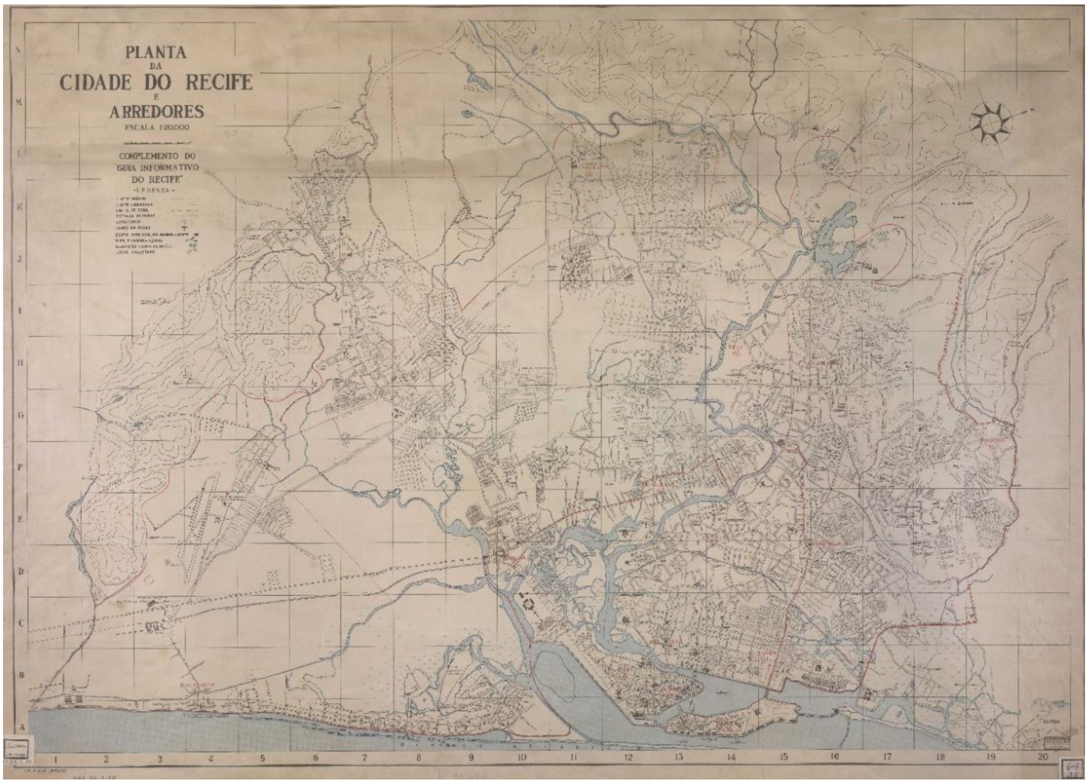


Figura 5 - Planta da cidade do Recife e Arredores. (Acervo Biblioteca Nacional,RJ)

Descrição: O mapa é detalhado e apresenta umRecifebastanteurbanizado,muitas construções e vias. Pode-se observar a localidade dos bairros da Várzea, Casa Amarela, Santo Antônio, Afogados, Boa Vista, Santo Amaro, Recife, São José, Graças, Encruzilhada, Madalena, Poço, Tejipio e Boa Viagem. Aponte do Recife possuía uma estrutura precária e cedeu em 5 de Outubro de 1815, uma outra em estrutura de ferro foi construída e inaugurada em 7 de Setembro de 1865, mas teve pouca durabilidade devido a maresia. Em 1917, na administração do governador de Pernambuco, Manoel Borba, mandou construiruma ponte em concreto, que recebeu o nome de Maurício de Nassau, e sua inauguração foi 18 de dezembro de 1917. Novas pontes surgem e outras passam a ser representadas entre elas a ponte Buarque de Macêdo, inaugurada em 1890, a ponte Princesa Isabel, construída em 1863, a ponte do Pina, construída em 1920, ponte Duarte Coelho, em homenagem ao primeiro donatário das Capitanias Hereditárias, construída em 1943. A urbanização se deu á Oeste, como é possível observar no mapa.

Autor: Paulo de Souza Rodrigues/ Fernando de Souza Barros/ Luiz Gonzaga de Oliveira

Ano: 1952

Escala: 1:20.000 e escala gráfica de 1km.

Idioma: Português

Unidade de medida: Quilometro.

Arquivado em: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Brasil)

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart212508/cart212508.JPG

A Figura 6 apresenta um planejamento para o Recife.

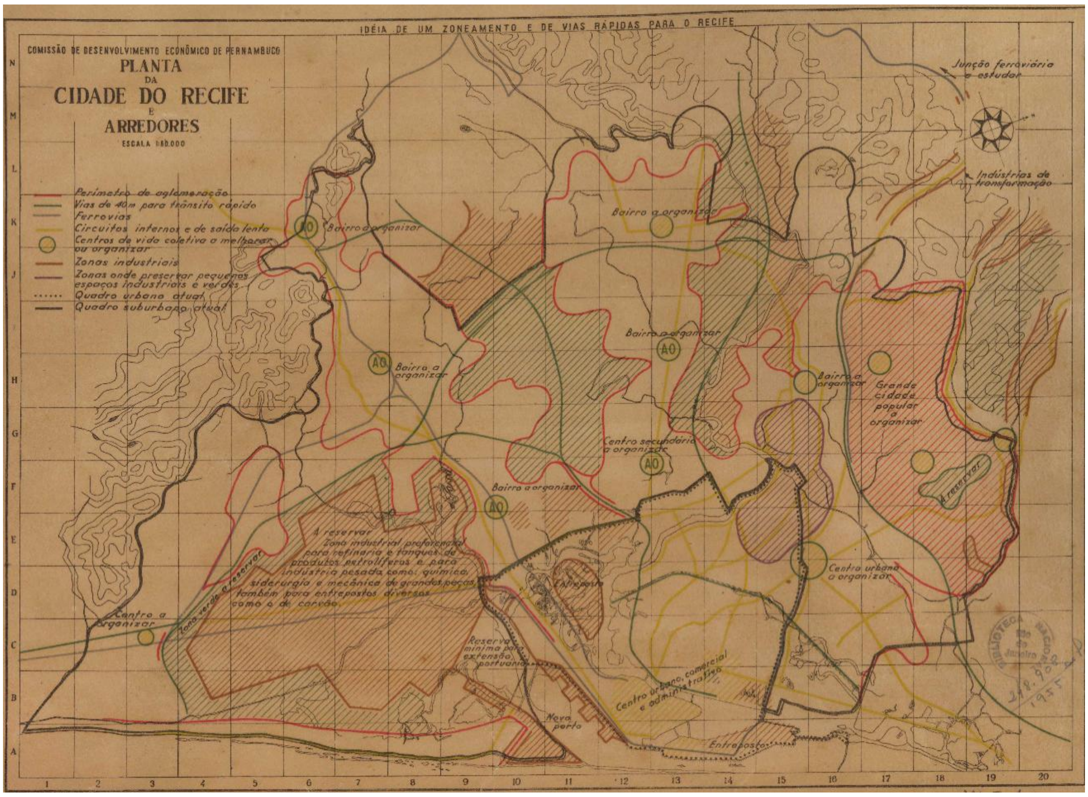


Figura 6 - Planta da cidade do Recife e arredores. Ideia de um zoneamento e de vias rápidas para o Recife. (Acervo Biblioteca Nacional,RJ)

Descrição: Ano de eleição no Brasil, este o mapa surge como uma proposta, projeto, para a cidade do Recife, quanto a preservação de áreas, ocupação e o cadastro viário, que precisam ser organizados. O Recife começa a crescer desordenadamente, principalmente em torno do porto. Então conhecer os locais de maior adensamento populacional e criar modelos de organização é essencial para oplanejamentourbano de uma cidade. O mapa delimita os pontos chaves que precisam de um zoneamento, áreas individualizadas, segundo suas características, dando destaque para perímetro de aglomeração, vias de 40m para trânsito rápido, ferrovias, circuitos internos de saída lenta, centros de vida coletiva a melhorar ou organizar, zonas industriais, zonas onde preservar pequenos espaços industriais e verdes, quadro urbano atual e quadro suburbano atual. O mapa, no entanto, não nos traz edificações e topônimos, atendo-se somente a proposta de zoneamento.

Autor: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco

Ano: 1955

Escala: 1:50.000

Idioma: Português

Arquivado em: Biblioteca Nacional (Brasil)

Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=33069

Construções presentes no século XXI

Algumas construções são bem evidentes e destacadas em quase todos os mapas analisados e foram de fundamental importância, em todo contexto histórico de formação da cidade do Recife, estando presentes até os dias atuais, no chamado Recife Antigo, preservam uma memória histórica. Entre essas construções serão destacadas:

Forte do Brum

O Forte do Brum, como é conhecido atualmente, teve sua construção iniciada em 1629 pelos portugueses, com o principal objetivo de segurança e proteção da barra do porto e da povoação do Recife. Em 1630 ainda em fase de construção o forte é invadido pelos holandeses, que dão continuidade a sua construção. O forte do Brum é um monumento que testemunhou inúmeros acontecimentos históricos, invasões, revoluções, registrados em Pernambuco, no Brasil e no mundo. (MACHADO, 2003).

Atualmente o prédio é tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional, onde funciona o Museu Militar, que abriga documentos históricos e peças valiosas, de várias épocas, que vão desde a construção do forte, passando pela Insurreição Pernambucana, Revolução de 1817, Confederação do Equador, Independência do Brasil entre outras. (CAVALCANTI, 1998).

Forte das Cinco Pontas

Devido grande necessidade de água potável, os invasores holandeses, construíram em local estratégico, encontro do rio Capibaribe com o mar e engenhos com abastecimento de água potável, o anteriormente denominado Fort Frederick Hendrik, em homenagem a um príncipe holandês. Em seguida passou a se chamar Fortaleza São Tiago das Cinco Pontas e depois Forte das Cinco Pontas, recebeu esse nome devido sua estrutura física ser pentagonal com baluartes nos vértices, nome atual do forte. (CAVALCANTI, 1998)

Os objetivos mais relevantes daquela fortaleza eram os de garantir à população o suprimento de água potável, e impedir que os navios inimigos circulassem pelas águas do rio Capibaribe, e se evadissem com os barcos carregados de açúcar. (VAINSENCHER, 2008)

Em 1654, as forças de resistência portuguesas ocuparam o forte, que fora destruído nas tentativas de invasão. No entanto, os portugueses após tomarem o forte iniciaram uma grande reforma, agora reconstruído em formato regular, com apenas quatro pontas. A obra foi finalizada em 1684, apesar de apenas quatro pontas o seu nome permanece como forte das Cinco Pontas. Com a expansão de Recife, a fortaleza perdeu o sentido de defesa e passou a ter novos usos. No início do século XX, tornou-se quartel militar. Em 1938 foi tombado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,e atualmente, funciona como Museu da Cidade do Recife. (MARTINS, 2017)

Cemitério dos Ingleses

Em Recife, os cemitérios eram administrados pela Igreja Católica ou Irmandades Religiosas. O fato dos ingleses serem anglicanos, fez com que os católicos impedissemosseus sepultamentos. Sem locais para sepultar os seus mostos, os anglicanos viram-se na na necessidade de providenciar seu próprio cemitério. Em 1813, a pedido dos seus súditos britânicos em Recife, que solicitavam uma área para o sepultamento dos ingleses, o príncipe Regente D. João VI, mandou demarcar um terreno que fosse adequado para os fins de instalação de um cemitério, o Cemitério dos Ingleses. (TAVARES, 2017)

Armazéns do Porto

Passada a ruína econômica motivada pela guerra contra os holandeses, o Recife começa a se reerguer. A produção açucareira começa a se estabilizar, trazendo de volta o crescimento urbano a partir da necessidade de novos armazéns, novas habitações, novos serviços. (NEVES, 2012)

Durante três séculos o Porto do Recife retratou o cotidiano público e privado da sociedade pernambucana. Muitas pessoas frequentavam as áreas da Alfândega.Devido a movimentação foram construído armazéns para estocar açúcar, propriedades urbanas e estabelecimentos comerciais, cujas construções são preservadas até hoje.Os armazéns que compunham o complexo portuário do Recife, atualmente são utilizados como centros de atividades gastronômicas e culturais de grupos de dança, teatro, bibliotecas virtuais, exposições, feiras artesanais, lojas e shoppings. (MACHADO,2009)

Ponte do Recife

Era fundamental que a Cidade Maurícea tivesse sua área ampliada, unindo-se ao istmo, porção de terra estreita cercada por água, à sua frente, onde se localizava o Porto. Para isto, era necessário a construção de uma ponte. Foi então construída a ponte do Recife, a primeira ponte do Brasil. (DA SILVA, 2011)

A ponte emoldurava-se por dois arcos com nichos: do lado da Cidade Maurícia, o arco de Santo Antônio, na outra extremidade, o de Nossa Senhora da Conceição, tornando-se um local de expressão de religiosidade. Os arcos foram destruídos entre 1913 e 1917. Ao longo dos anos a Ponte passou por diversas reformas e foi reconstruída por duas vezes. Atualmente, possuiquatro estátuas de bronze, duas de cada lado, figuras representando quatro divindades, Deusa da Sabedoria e da Inteligência, Deusa da Agricultura, Deusa da Sabedoria e Deusa do Comércio e Justiça. A ponte inaugurada em 1917 recebeu a denominação atual é, Ponte Mauricio de Nassau. (CAVALCANTI, 1998)

Ponte da Boa Vista

A ponte surgiu quase simultaneamente com a primeira, e foi erguida no período holandês. Maurício de Nassau mandou construir uma ponte para os moradores, que assim poderiam atravessar o rio Capibaribe*, do continente para a ilha de Santo Antônio, e desta para o Recife, indo e voltando continuamente. O seu promeiro nome foi ponte holandesa da Boa Vista, expulso os holandeses, passou a ser chamada de ponte da Boa Vista, liga o bairro da Boa Vista ao de Santo Antônio. (GASPAR, 2005),*

A ponte foi construída de madeirae formava um ângulo obtuso, o que não era comum. Apenas em 1876 foi edificada a ponte com as características atuais, seu material de construção, ferro inglês, foi adquirido da Inglaterra pela Governador da Província Henrique de Lucena, o Barão de Lucena. (CAVALCANTE, 1998).

Conclusões

O estudo de documentos cartográficos é de suma importância na análise da evolução do espaço, junto a isso o estudo do contexto histórico para ligar as mudanças do espaço com as mudanças sociais, afinal, para que haja uma compreensão do presente é necessário que ocorra um estudo do passado.

O período holandês, foi um dos momentos que mais ocorreram mudanças estruturais, um período de muitas revoluções, contribuíram para mudar todo cenário nacional. Enquanto Maurício de Nasssau administrou realizou grandes feitos, como, melhorar o sistema de produção de açúcar e no que tange a modernização realizou diversas construções como pontes, palácios, canais e além de modernizar urbanisticamente Recife.

Nos mapas selecionados para análise as construções mais presentes desde o primeiro arquivo (Figura 1) foi o forte do Brum, iniciada sua construção pelos portugueses, quando ainda inacabado fora invadido pelos holandeses, que deram continuidade a sua construção, o forte das Cinco Pontas que teve sua construção iniciada em 1630 pelos holandeses e continuada pelos portugueses quando esses conseguiram retomar a cidade, a ponte do Recife, atual ponte Mauricio de Nassau, primeira ponte do Brasil e a ponte da Boa Vista que surgiu quase simultaneamente com a primeira.

Os anos seguintes do período holandês, o considerado período pós-holandês, foram marcados por diversos conflitos entre eles a Guerra dos Mascates, ocorrido por entre 1710 e 1711, a Revolução Pernambucana, em 1817, considerada um dos mais importantes movimentos de caráter revolucionário do período colonial

brasileiro, a Constituição de 1824, a Insurreição Praieira, em 1848, geralmente tratada como a revolta que encerrou os ciclos de conflitos internos brasileiros e a Primeira Constituição Republicana, em 1891, trazendo o presidencialismo, como novo regime político.

Com tantos movimentos revolucionários no local, não nos surpreende que assim como elementos da paisagem, as representações das construções de defesa sofressem mudanças ao longo do tempo, tais mudanças, puderam ser observadas no mapa e descritas baseando-se no contexto histórico. Foi observado nos mapas mudanças na toponímia, surgimento de pontes, para facilitar o acesso,o surgimento de novas áreas povoadas, urbanização, principalmente próximo ao porto, devido ao fato de ser uma área de comércio e entrada e saída de mercadorias e devido a isso a preocupação em desenvolver projetos de vias e zoneamentos, classificando cada área de acordo com seu uso.

Referências

ALVES, S.L.P. ; Cardoso, R.S.C.P.; Menezes, P.M.L.Evolução Da Cidade Do Rio De Janeiro Entre Os Séculos XVIII E XIX Sob Uma Perspectiva Histórico-Cartográfica. V Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro, 2013.

BOULOS Júnior, Alfredo. História sociedade & cidadania: 8º ano. São Paulo 4. Ed. FTD, 2018.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra, 1949 – O recife e seus bairros/ Carlos Bezerra Cavalcanti. – Recife : Câmara Municipal do Recife, 1998. 166 p.

DA SILVA, Maria Angélica. A ponte no papel: atravessando a história de Recife nos mapas dos séculos XVII e XVIII. 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia histórica. Paraty- RJ, 2011.

DE CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A insurreição Praieira. Almanack Braziliense, n. 8, p. 5-38, 2008.

FAUSTO, Boris; FAUSTO, Sergio. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1994.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Acervo Digital. Disponível em: < http://www.bn.br/portal/>. Acesso em: 15 Dez. 2017.

GATTO, A. F.; NAUE, A.; ALEXANDRE, T.; MENEZES, P. M. L. Rio de Janeiro, do Porto ao Aeroporto: transformações da paisagem urbana sob a ótica da cartografia histórica. In: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica.

GASPAR, Lúcia. *Ponte da Boa Vista.* **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 21 Set. 2019.

GESTEIRA, H. Maria. O Recife Holandês: história natural e colonização neerlandesa (1624/1654). Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 6-21, 2004.

MACHADO, Regina Coeli Vieira. *Forte do Brum*. **Pesquisa EscolarOnline**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 24 Set. 2019.

MACHADO, Regina Coeli Vieira. *Porto do Recife.* **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 24 Set. 2019.

MARTINS, Andre.A beleza e história do Forte das Cinco Pontas, em Recife. Ministério do Turismo. Disponível em : <http://www.turismo.gov.br/>. Acesso em: 24 Set 2019.

NEVES, André Lemoine; DE MENDONÇA JÚNIOR, Josué Luiz. Os edifícios religiosos e a estrutura urbana dos Bairros de Santo Antônio e São José–1654-1800. REVISTA HUM@ NAE, v. 2, n. 1, 2012.

PINTO, Tales. Insurreição Praieira de Pernambuco (1848). Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/insurreicao-praieira-de-pernambuco-1848.htm> Acesso em: 21 Set 2019.

TAVARES, D.K.; COLVERO, R.B. Ingleses no Brasil: estilo de viver, estilo de morrer. Seminário de História da Arte-Centro de Artes-UFPel, n. 5, 2017.

VAINSENCHER, S.A. Forte das Cinco Pontas. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 24 Set 2019.

VASCONCELOS, T.L.; SÁ, L.A.C.M. A Cartografia Histórica da Região Metropolitana do Recife.1º Simpósio Brasileiro de Cartografia histórica. Paraty- RJ, 2011.

Braga Primas de André Soares

Domingos Tavares
Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (Grupo Atlas da Casa), domingos@dafne.pt

Resumo:

O «Mappa da Cidade de Braga Primas», de 1756, assinado por André Ribeiro (Soares da) Silva, suscita algumas questões quanto aos sistemas de representação urbana. O século XVII tinha revelado um novo impulso na cartografia portuguesa, na sequência da habilitação da engenharia militar e do papel de Manuel de Azevedo Fortes na defesa de competência científica em matérias de geografia e cartografia, como instrumentos de apoio à guerra nas fronteiras.
Na representação pública de cidades a circulação de imagens era aberta, em livros de gravuras, liberta de constrangimentos militares. Tomavam-se vistas frontais, como o viajante que recebe um impacto e o procura transmitir através de registos desenhados. Lógica de intermediação de culturas que alimentava o orgulho dos cidadãos. Vulgarizaram-se os livros de cidades, de que o mais conhecido foi o «Civitas Orbis Terrarum», (Colónia 1572/1618), onde figurava o mapa de Braga, a conhecida planta de Braun.
O que terá motivado a realização deste trabalho de desenho urbano, o único de um autor que sempre desenvolveu a sua actividade na especificidade do «risco» para arquitecturas objectuais? A hipótese é de que se pretendeu fixar um retrato da cidade dos arcebispos para preservação da memória futura, perante o medo de uma destruição como a provocada pelo Terramoto do ano anterior, que devastou Lisboa e grande parte do Algarve.
Pode estabelecer-se uma relação entre o mapa de André Soares e a planta de Braun. Adota o mesmo ponto de vista e sugere um núcleo central amuralhado com idêntico valor relativo na definição da urbanidade dos lugares. Mas, em contrapartida, confere uma legibilidade mais rigorosa ao dimensionamento das partes, onde a relação de escala entre edifícios principais a destacar e construções correntes na definição de ruas se apresenta mais equilibrada, sugerindo uma melhor identificação com a realidade.

Palavras-chave: Cartografia Urbana; Arte Barroca; Cidade de Braga.

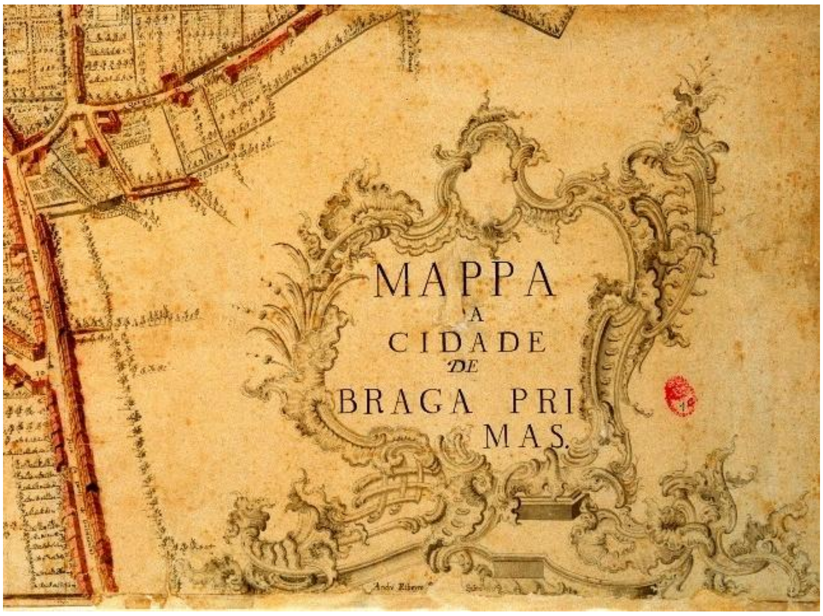
Summary:

From 1756, the «Mappa da Cidade de Braga Primas», signed by André Ribeiro (Soares da) Silva, raises some questions about urban representation systems. The 17th century had revealed a new impetus in Portuguese cartography, following the qualification of military engineering and the role of Manuel de Azevedo Fortes in the defense of scientific competence in geography and cartography, as instruments to support the war in the borders.
In the public representation of cities, the circulation of images was open, in picture books, free from military constraints. Front views were taken, as the impacted traveler seeks to transmit it through drawn records. Logic of culture intermediation that fed the pride of the citizens. The city books were popularized, of which the best known was the 'Civitas Orbis Terrarum' (Cologne 1572/1618), which featured the Braga map, the well-known Braun plant. What motivated this urban design work, the only one of an author who has always been active in the specificity of 'risk' for objective architectures? The hypothesis is that it was intended to fix a portrait of the city of the archbishops to preserve future memory, in the face of fear of destruction, like the one caused by the previous year's earthquake that devastated Lisbon and much of the Algarve. A relationship can be established between André Soares's map and Braun's plan. It takes the same point of view and suggests a walled central core of equal relative value in defining the urbanity of places. However, on the other hand, it gives a more accurate readability to the dimensioning of the parts, where the scale relation between main buildings to be highlighted and current constructions in the definition of streets is more balanced, suggesting a better identification with reality.

Key-Words: Urban Cartography; Baroque Art; Braga City.

Um mapa de Braga

De André Soarres (1720-1769), ilustre clérigo com ordens menores, riscador de retábulos e arquitecturas que marcaram indelevelmente o Tardobarroco no norte de Portugal, sobreviveram dois documentos que nos dão testemunho da qualidade do desenhador de elevado nível de cultura artística e sentido de valorização dos factos urbanos: interessa-nos, particularmente, o «Mappa da Cidade de Braga Primas» como testemunho para aferir as competências deste artista, não só quanto ao domínio das técnicas do desenho, mas também uma atenção evidente para a interpretação das estruturas físicas que compõem a cidade como um todo;[1] já em 1747, então na casa dos vinte e sete anos de idade, André Soares tinha executado o desenho que compõe a portada dos estatutos da Irmandade do Bom Jesus e Sant'Ana, exercício de composição gráfica que era expressão e testemunho da sensibilidade para interpretar a nova corrente da moda europeia, designada de Rococó.



1 - André Soares – Cartela

O «Mappa da Cidade de Braga Primas»[2] é datável de 1756, com assinatura por extenso de André Ribeiro (Soares da) Silva. Não constituindo a primeira representação da cidade de Braga, suscita algumas interessantes questões quanto aos sistemas de identificação da imagem verdadeira tomada por um artista do campo criativo. Agia sob o estímulo da sua própria sensibilidade, conferindo ao objecto criado valores interpretativos que, sem desvirtuar a tentação realista do retrato, marcava a ideia de um burgo

[1] SILVA, André Ribeiro S., *Mappa da Cidade de Braga Primas*, ms, Lisboa, Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda.
[2] Biblioteca da Ajuda, Manuscritos de Cartografia

homogéneo e popular, tutelado de algum modo pela sempre presente autoridade eclesiástica. Esta ideia resulta devidamente expressa na posição particular das igrejas e conventos, tomados como organizadores da estrutura, e uma evidente compreensão dos casarios intermédios com forte sentido qualificador dos ambientes representados. Trata-se, de modo mais nítido, da visão de um arquitecto da cidade do que de um geógrafo.

O século XVII tinha revelado um novo impulso na cartografia portuguesa, na sequência da habilitação da engenharia militar e do papel de Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749) na defesa de competência científica em matérias de geografia e cartografia, como instrumentos de apoio à guerra nas fronteiras. Todo o desenvolvimento da competência cartográfica portuguesa assentara, no que diz respeito à representação de cidades, em objectivos de natureza militar. Desde o roteiro de Duarte d' Armas, realizado à vista para determinar as fragilidades defensivas dos castelos fronteiriços no início do século XVI, às fortalezas de frente marítima levantadas no processo da colonização portuguesa em África, Brasil ou Índia. A procura do rigor no tratamento dos dados informativos sobre o território enquanto teatro de guerra, foi conduzindo a cartografia para técnicas de explicitação das realidades no terreno em sistemas de projecção horizontal com escalas controladas.

Numa outra direcção, mais apontada à valorização dos valores humanistas em crescendo nas sociedades burguesas pósmedievais, cresceu a consciência do valor da *civitas*[3] para a organização da vida urbana. Esta foi uma característica da Idade Moderna que acompanhou os planos de concentração do poder por parte dos representantes vitoriosos das burguesias das repúblicas italianas. Das dinâmicas intercepções sucessivamente estabelecidas entre os principais estados europeus, ressaltou o interesse pelas fórmulas do exercício de autoridade dos senhorios instituídos em terras como Florença ou Veneza. As forças dominantes nestas comunidades mais ou menos alargadas, foram investindo na qualificação dos espaços públicos centrais e sua relação com igrejas e palácios, nobilitando a vida colectiva. A grandeza e importância das cidades acompanharam as capacidades próprias de criar riqueza, não dispensando a contribuição dos moradores no exercício das actividades cívicas.

[3] *Civitas*, aqui entendida como cidade, onde o corpo social dos cidadãos unidos pela lei confere responsabilidades e direitos de cidadania, formando um sentido de pertença à cultura colectiva.



2 - André Soares – *Mappa da Cidade de Braga Primas*

Nestes casos, em matéria de identificação de vistas das principais cidades do continente europeu, prevaleciam os critérios renascentistas de circulação aberta das imagens em livros de gravuras, tomando vistas frontais de conjunto ou parciais, numa lógica de viajante que recebe um impacto visual e o procura transmitir aos povos através de registos desenhados. Tratava-se de uma lógica de intermediação de culturas, enquanto se alimentava o orgulho dos cidadãos. Com a invenção da imprensa e a reprodução mecânica de livros, enriquecidos com as técnicas de gravação em madeira ou cobre desenvolvidas nos finais do século XV, popularizou-se a circulação de imagens incluindo as representações de cidades. Começaram a vulgarizar-se livros de cartografia urbana, alimentando o orgulho dos cidadãos. Um dos primeiros e mais conhecido foi o *Civitas Orbis Terrarum*, no qual figura a *Nova Bracarae Auguste Descriptio*, o conhecido Mapa de Braun, datável de 1594.[4]

[4] BRAUN, Georg e HOGENBERG, Franz, *Civitates Orbis Terrarum Quintum*, Kholn, 1598 (planta nº 3). George Braun, cónego da catedral de Colónia, cartógrafo e geógrafo, foi o responsável pela edição desta obra, contendo perspectivas e mapas de cidades de todo o mundo, incluindo Braga.



3 - Mapa de Braun - *Nova Bracarae Auguste Descriptio*

Pontuando todo o processo de renovação estilística que percorreu a Europa em tempo de Renascimento da cultura clássica, ganha importância a acção dos bispos que, após uma estadia como dignatários na Cúria Romana, regressaram às suas dioceses com os olhos cheios das cidades de Itália. Assim aconteceu com a nomenclatura religiosa em Portugal e Diogo de Sousa (1461-1532) foi um desses personagens fortemente marcados pela cultura humanista, protector das artes e das letras, espírito iluminado e empreendedor no seu tempo. Ele fora sucessivamente capelão da raínha e bispo do Porto durante nove anos, quando tomou o lugar de arcebispo de Braga em 1505. A primeira viagem a Roma, em que participou, foi em 1493, acompanhando o bispo eleito de Ceuta, que, em nome do rei de Portugal prestou obediência ao papa recentemente eleito, Alexandre VI. Mais tarde chefiou a embaixada que o rei D. Manuel enviou a Roma em 1506 e voltou a integrar outra embaixada portuguesa em 1513.

Em Braga ensaiou expandir esse sentimento colectivo de amor-próprio pela cidade com a realização de importantes transformações urbanas. Promoveu a construção da nova capela-mor da Sé e encetou um plano de ruptura da muralha medieval abrindo ruas largas no interior da malha antiga, completado por alamedas e terreiros no exterior das portas das muralhas. Começou o tempo de abertura a conventos e recolhimentos, da chegada de freiras e frades e do desenvolvimento de indústrias ligadas às actividades religiosas. Neste afã de modernidade reorganizou os recintos exteriores às portas da cidade, criando o Campo dos Remédios e o caminho da ponte para Guimarães, o Campo de Santana na extensão para nascente, o Campo da Vinha a norte e o Largo das Carvalheiras no contorno poente. Levantou capelas, cruzeiros e fontes. Consolidou uma urbe de pedra de espaços abertos, de que o Largo do Paço do Arcebispo junto à primeira rua comercial à margem da Sé, se firmou como o verdadeiro centro cívico.

Braga presume-se então em concorrência com Évora como uma nova Roma e não admira que tenha sido representada, a par de Lisboa, Coimbra e Cascais, no livro de gravuras publicado por George Braun, provavelmente em desenho realizado por Manoel Barbosa em 1594.[5] Esta *Nova Bracarae Auguste Descriptio* expressa uma vista simplificada "a voo de pássaro" tomada de sul para norte, definindo elementos de contorno que permitem identificar a cidade como um todo. Representa o rio Este contornando a mancha edificada pelo sul, enquanto os terreiros, extensos, apontam os limites do construído fora de muralhas, com algum casario colado aos muros a norte e poente. Destaca-se a marcação voluntária de cruzeiros ou fontes assinalando os lugares referenciais da vida pública, com total ausência de arborização de sombreamento nas ruas do interior urbano. No centro da figura destaca-se o perfil da Sé rompendo a escala para oferecer a percepção do monumento ordenador de todo o conjunto.

Cerca de cento e vinte anos passados da publicação da planta de Braun, em 1728, foi realizada uma outra representação da cidade de Braga, devida a Frei Luís de São José (c.1680-1755), um monge de Cister, natural de Braga, que dividiu a sua vida entre o Mosteiro de Alcobaça a que devia obediência e as cortes do rei D. João V (1689-1750) em Lisboa e a do arcebispo D. José de Bragança (1703-1756), irmão do rei, que ensaiou em Braga a cópia de um estilo cortesão ao serviço do clero. Este monge foi considerado homem célebre no seu tempo. Do mapa que realizou para Braga só existem referências e, tanto quanto sabemos, está considerada desaparecida. Esse trabalho terá sido do conhecimento de André Soares, pela proximidade de tarefas que desenvolveram, ao serviço do Arcebispo ou na realização de altares na Sé, quando André debutava nas artes do desenho e o monge, muito activo na cidade, realizava em 1748 o altar da Confraria de São Tomás de Aquino.

Existe uma evidente coincidência entre o percurso cultural e artístico de Frei Luís, identificado desde a segunda década de setecentos, e o de André Soares, eventualmente seu discípulo em muitas matérias da actividade criativa a que ambos se dedicaram. André recebeu ordens menores vinte e três anos depois da obra do frontão da igreja de São Vicente, traçada pelo monge cisterciense. A prática do risco como pensamento prévio do projecto de que outros seriam executantes e a sensibilidade para a interpretação livre das linhas clássicas suportando o desenho bem trabalhado, são características comuns aos dois autores. Ambos, representantes de um tardobarroco presente no desenho da cidade, tomaram o fachadismo e a absorção das relações do lugar com o observador enquanto pensamento condutor da sua criatividade. Seria, assim, importante matéria de estudo confrontar o mapa de Frei Luís com o Mapa da Cidade de Braga Primas.

A qualidade do mapa de Frei Luis foi elogiada pelo rei e seus conselheiros, que lhe pediram a realização de trabalhos semelhantes, representando de outras cidades portuguesas. É referida, nessa linha, a existência de um desenho representando a cidade do Porto. A ausência de informação concreta quanto à

---

[5] BANDEIRA, Miguel, *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*, Porto, Edições Afrontamento, 2000 (p. 46).

obra produzida neste domínio por Frei Luis de São José, constitui um eventual vazio no que se refere ao conhecimento de um mais algum exemplo de um vasto leque de visualização urbana referida às cidades do reino na primeira metade do século XVIII. Como forma bastante distinta de representação visual da cidade, há a assinalar a relevância que assume o Mapa das Ruas de Braga, de 1750, mandado executar pelo Cabido da Sé como instrumento de gestão, para aferir os rendimentos que lhe eram de direito provenientes das rendas das casas que constituíam o património edificado da propriedade original da Mesa Capitular.[6]

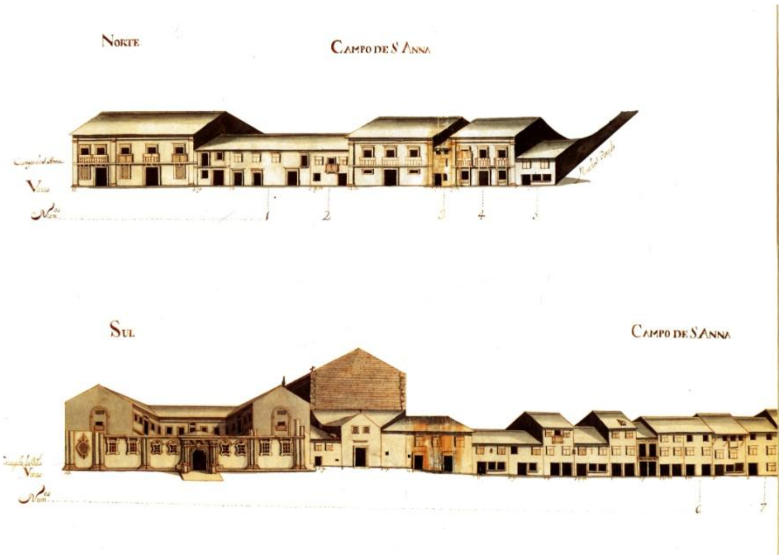


4 - *Mapa das Ruas de Braga* - Frontespício

Desenhado pelo padre Ricardo da Rocha (1702-1767), o trabalho consubstanciou-se sob a forma de livro, utilizando longas folhas de papel, dobradas, com as sequências de alçados das casas de ambos os lados de cada rua ou praça da cidade. Assinalando linhas verticais coincidindo com as empenas de separação das casas, o desenho das fachadas apresenta-se com o rigor capaz de assinalar a importância relativa das moradias, respeitando a intenção cadastral da encomenda e a possibilidade de lhes atribuir valor. No longo correr das ruas, reconhece-se a largura de cada frente, o número de andares, a posição das portas e das janelas e, até, as particularidades das caixilharias de madeira, onde se pode distinguir a presença de varandas de sacada ou a riqueza das janelas de crivos. Todo este rigor de representação urbana,

[6] VASCONCELOS, Maria da Assunção, «O Mapa das Ruas de Braga de 1750, breve apontamento sobre a situação do Cabido Bracarense no século XVIII», *Forum*, Braga, nº 4, Out., Universidade do Minho, 1988 (p. 91-101).

apesar de não referenciar o carácter organizativo da cidade como um sistema, não deixou de contribuir para a cultura de imagem verdadeira que caracteriza, igualmente o Mapa da Cidade de Braga Primas.



5 - *Mapa das Ruas de Braga* - Alçados

Que razões levaram à realização da planta perspectivada de André Soares em 1756? No inventário realizado por morte do arcebispo D. José de Bragança, ocorrida no início de Junho de 1756, referem-se dois mapas da cidade, encaixilhados, o que poderia constituir indicação de que um deles pudesse ser o desenho de André Soares que, pela sua dimensão e acabamento, poderia constituir objecto a valorizar no arranjo das instalações do prelado. Original desenhado sobre papel, que nunca mereceu edição gravada, tem cerca de 1,30x0,80m como resultado da colagem de sete peças menores para constituir a unidade de representação pretendida.[7] Mas não é seguro que um deles se trate do trabalho de André Soares, que por essa época se vinha dedicando a tarefas distintas da encomenda do arcebispo. A ser resposta a pedido do prelado, teria como data limite o final de Maio de 1756, sem tempo para o encaixilhar e dependurar na parede.

Há que atender ao facto de o seu autor se relacionar de modo muito intenso com os jesuítas do Colégio de São Paulo, a ponto de ter realizado o projecto para o altar de Nossa Senhora da Torre quando os padres de Jesus, perante notícias da destruição provocada pelo terramoto de 1755 que arrasou Lisboa e outras localidades do Algarve, clamaram por orações à Virgem junto do povo devoto. E bem se justificava tratar de fazer um perfeito retrato da cidade dos arcebispos para preservação da memória futura, antecedendo que igual tragédia pudesse vir a acontecer por terras do norte, afectando a grandeza monumental de Braga. Esta especulação apontaria para a sua realização já no ano de 1756 (posterior a

[7] Arquivi Distrital de Braga, Inventário por morte de D. José de Bragança, fls 34.

Novembro do ano do terramoto). O desenho apresenta-nos a Casa do Raio já completa, com jardins tratados e anexos ordenados, sendo que a obra do próprio autor do mapa se terá concluído nesse ano de 1755, tal como o sector sul da Casa Da Câmara, já perfeitamente definido no desenho.



6 - André Soares – Pormenor do Mapa com a Casa do Raio

As formas de representação urbana vinham registando notáveis progressos por toda a Europa, em particular na procura da imagem verdadeira no desenho das cidades. Para além das representações imaginárias dos pintores da Renascença, são conhecidos desenhos de Florença, Roma, Urbino ou Veneza identificando a cidade global em voo de pássaro desde o século XV. O século XVI viu generalizar-se o interesse pelas vistas globais de cidades com a acção de gravadores alemães e holandeses. Em Portugal destacam-se as vistas frontais de Lisboa, Coimbra e Porto realizadas em 1669 por Pier Maria Baldi (1630-1686),[8] ou mesmo a gravura do Porto de H. Duncalf, datada de 1736.[9] Estas, porque são vistas tomadas a partir de pontos situados no terreno, não têm a analogia com as plantas obtidas por cobertura em superfície, como são os dois exemplos conhecidos de Braga, que se aproximam de um método de topografia perspectivada mais frequente nas gravuras europeias..

[8] Pier Maria Baldi, pintor e arquitecto florentino, acompanhou a viagem de Cosme de Medicis pela Europa nos anos de 1668 e 1669, desenhando vistas das cidades visitadas, que constitui uma colecção guardada na Biblioteca Laurenziana, em Florença.
[9] Arquivo Histórico Municipal do Porto, D-PIN/b-30(2).

No quadro de conhecimento que dispomos, importa estabelecer uma leitura comparativa entre o mapa assinado por André Ribeiro (Soares da) Silva, e a planta de Braun. Adopta o mesmo ponto de vista e sugere um núcleo central amuralhado com idêntico valor relativo na definição da urbanidade dos lugares. Mas, em contrapartida, confere uma legibilidade mais rigorosa ao dimensionamento das partes, onde a relação de escala entre edifícios principais a destacar e construções correntes na definição de ruas se apresenta mais equilibrada, sugerindo uma melhor identificação com a realidade. E, em especial, estabelece uma relação de continuidade formal interna mais coerente para a configuração do burgo. Leva mais longe a leitura das periferias, a ponto de afastar o percurso do Rio Este para fora do quadro, em favor de uma interpretação plausível das saídas para sul, tomando com outra clareza os caminhos da ponte para Guimarães e da variação para a estrada do Porto.

É certo que o desenho de André Soares se refere a uma época onde foi intensa a expansão através dos principais arruamentos de entrada ou saída da cidade, facto que merece uma clara preocupação do autor, ao conferir verosimilhança aos alinhamentos de casario. Em particular quando estes se apresentam frontais na orientação escolhida para a planta, optando, nesses casos, por representações cuidadosamente não esquemáticas. Curioso o exemplo da pequena capela no meio do Campo de Santana, em frente à Igreja e Convento dos Congregados. Estes ainda sem os corpos frontais iniciados em 1761 sob projecto de André Soares, repondo o alinhamento à face de rua. A capela, versão quinhentista de planta centralizada quando aparece na representação de Braun, é dada no desenho de André Soares com uma clara, mas mais complexa corporização barroca, mostrando a obra refeita na primeira metade desse século por Frei Luís de São José.

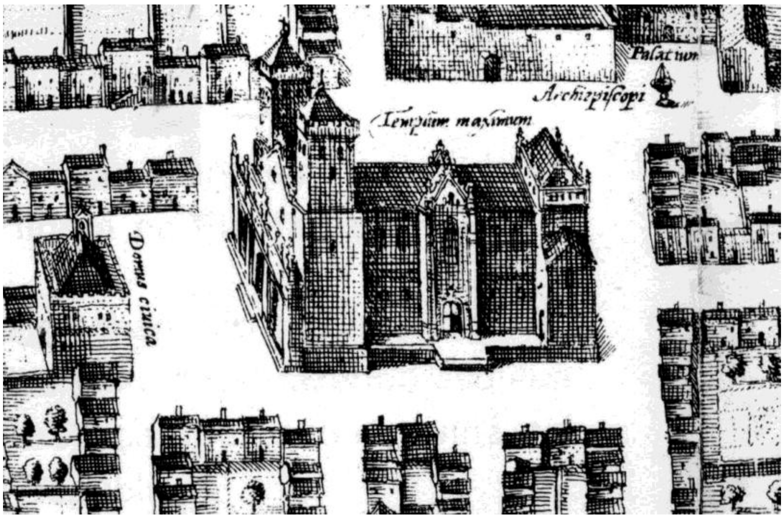


7 - André Soares – Pormenor do Mapa com o Campo de Santana

É com base no pressuposto de que se pretendia fixar a verdadeira imagem da cidade, que se justificam as principais diferenças em relação à planta de Braun. Ao fixar o ponto teórico da vista sobre Braga,

como ponto parado de um voo de pássaro por ausência de elevação no terreno a uma distância útil, André Soares aceita “não ver” todos os edifícios significativos existentes, ou mesmo tomar a notável Igreja da Misericórdia pelas traseiras e reduzindo a de Santa Cruz a uma linha rematada pelas duas torres sineiras. Neste aspecto, e de modo bem diferente, é sintomático que o desenho valorizado da Sé na planta de Braun apresente a fachada principal, orientada a poente, claramente torcida de modo a permitir a leitura da sua composição. O Mapa Braga Primas também toma a reposição de uma mais correcta largura das ruas, não desvalorizando a compacidade dos quarteirões, nomeadamente no sector sul, onde se continuava a concentrar a maior densidade residencial.

Enquanto leitura global da unidade urbana, como ela se apresentava no final do século XVI, a visão do Mapa de Braun é a de uma cidade circular, cingida por uma muralha defensiva. Os muros estavam já parcialmente tomados por um casario miúdo caracterizando a cinta exterior na proximidade dos rossios de Diogo de Sousa como espaços mais humanizados, percebendo-se a tradição medieval de usar os muros públicos como suporte do casario popular. Sobre a representação tendencialmente redonda, impõem-se dois eixos ortogonais: uma via sul-norte com predominância do sector sul, travado pela presença da Sé; cruza com a linha poente nascente entre portas ainda mal definidas. Ao contrário, a visão de André Soares é perfeitamente horizontal, deixando ler a Rua de um Souto, originalmente marginal, como o grande eixo urbano da predominância comercial e cívica, de extensão indeterminada para o lado nascente.



8 - *Mapa de Braun* – pormenor da Sé de Braga

Em obras que teriam para o autor um olhar de significado particular, visto que por si desenhadas como o Palácio Arquiepiscopal ou a Câmara Municipal, ignora as respectivas fachadas orientadas para o espaço público, objecto primordial da respectiva concepção, para se sintonizar com o caracter cívico do terreiro então designado Campo de Touros, privilegiando as casas da frente orientada para sul, que se supõe

serem devidas ao risco de Frei Luís de São José. A Casa do Raio, outra obra de André em cujo projecto ele esteve particularmente atento à nova definição do lugar enquanto processo de caracterização urbana, foi representada na configuração do mapa pelo lado dos jardins e anexos. Apesar da sua condição de responsável pela arquitectura do prédio, não pretendeu destacar a componente de invenção pessoal no domínio do risco, ou os pressupostos formais de que se serviu para concretizar os objectivos principais desse projecto, a não ser dar a perspectiva visível do realizado.

Neste caso, ao desligar a amostragem da cidade dos seus próprios programas pessoais para a caracterização do sítio particular quando da realização da obra, permite que a visão conjunta do sistema urbano ponha em evidência a dimensão original do novo palacete para um burguês filantropo de Braga, o qual surge perfeitamente integrado na configuração final do mapa. Dos vários projectos realizados por André Soares na área urbana da cidade Barroca, o da Casa do Raio foi mesmo o único que mereceu condições para ser razoavelmente mostrado. Beneficia da posição em primeiro plano, mas evidencia que o desenhador se concentrava no tema geral, remetendo-se ao enunciado de princípio, o de tomar a cidade como um todo. Mesmo os principais monumentos e torres serviam para referenciar uma urbe coerente, ainda que em muitos casos o respectivo retrato resulte do abandono das fachadas, restando a representação das trazeiras, como acontece com o Seminário no Campo da Vinha.

O que se destaca, neste trabalho de reformulação do mapa de Braga realizado por André Soares, é a plena consciência da cidade como estrutura, numa composição que valoriza a dimensão urbana no jogo relacionável entre ruas, praças e terreiros, onde os edifícios notáveis suportam a identificação das partes. Por sua vez, os alinhamentos de casario procuram alguma particularidade própria no núcleo central, servindo-se, talvez, da informação publicada do levantamento que o padre Ricardo da Rocha realizou a pedido do Capítulo da Sé, o referido Mapa das Ruas de Braga. E neste caso, quando a correnteza de casas se afasta do núcleo central urbano dentro da muralha, acompanhando as estradas de saída da cidade, a representação neutraliza-se em fiadas descaracterizadas até encontrar uma praça ou uma capela, que lhe confere a importância de um ponto especial, servindo de remate à dimensão urbana na passagem para os campos agrícolas da periferia.

Assim acontece no fecho a sul com o Campo das Religiosas de Nossa Senhora da Conceição, destacando expressivamente a igreja e instalações conventuiais. Discretamente, no extremo sudoeste, aparece a Igreja de São Pedro de Maximinos. A norte, para além do casario, estão os religiosos do Carmo com o templo em franca evidência. E a nordeste vê-se a Igreja de São Vicente, antes da parte apagada do mapa. Seria nesse vazio a nascente que, percebe-se, seria a representação perdida do desenho original que levaria à Igreja de Nossa Senhora a Branca e a São Victor, como assinalado na legenda com os números 14 e 15. Não faltando também referência à Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, assinalada com o número 19. Acontece o mesmo com a Rua das Cónegas, cujo remate

surge igualmente apagado no documento sobrevivente. São referenciais de um conjunto desta memória estruturada onde sobrevive a hierarquia urbana.



9 - André Soares – Pormenor do Mapa com a Sé e o Largo do Paço

Destaca-se ainda a importância do tratamento das quintas e quintais interiores aos quarteirões centrais, fornecendo informação relativa à dimensão de senhorios tutelando palácios integrantes da imagem urbana. É maior a densidade do construído no sector sudoeste por dentro da muralha medieval, revelando estratégias persistentes de cidade antiga nas ruas cruzadas, transformadas por casario de dois e três sobrados. Expressão do crescimento populacional pós-renascentista valorizando pequenas praças e largos, fornece a ideia de uma intensa vida pública. Em contraponto são amplos os rossios e terreiros pontuando as entradas da cidade, assinaladas pelas torres defensivas já sem evidência militar. E deixa perceber esses amplos espaços abertos como princípio de novas urbanidades fora de portas, quase sempre enriquecidos por vistosas fontes que levam, com a água, vida a esses lugares. Em terra de arcebispos, não faltam também cruzeiros, memoriais e obeliscos.



10 - André Soares – Capela de Nossa Senhora da Torre (Foto Domingos Tavares)

Na Capela da Torre, exercício puro de desenho urbano, o risco de André Soares, solução inventada que decorre do exercício barroco para o domínio do espaço público, é onde melhor se manifestam os sinais do arquitecto inventivo, capaz de revolucionar a imagem da cidade. À severidade jesuíta expressa na fachada maneirista, rígida e fria, da Igreja de São Paulo, foi contraposta a imagem vibrante do altar da praça, suspenso da velha torre medieval de Santiago, entretanto transformada para servir de sineira. Foi um sinal de mudança na linguagem formal da arquitectura de André Soares, que não abdicando quando entendeu necessário do seu entusiasmo pela moda erudita do Rococó, começou a dar prioridade aos aspectos conceptuais no sentido de conferir eficácia aos valores da imagem pública. No Mapa da Cidade de Braga Primas, deixou na cartela e na rosa dos ventos a marca desse gosto pelo recorte naturalista desse Barroco florido.

O Mapa, executado e assinado em data anterior à realização da Capela da Torre, privilegia já a eficácia objectiva do desenho, exprimindo pela delicadeza de um traço seguro a representação dos mais ínfimos detalhes. Desenhado a pincel com tinta sépia ou verde sobre papel, em finas e seguras linhas na condução de curvas e paralelas, o trabalho é completado por manchas aguadas em cinza para marcação dos planos de sombra na acentuação do volume dos edifícios e no destaque com a cor carmim sobre os telhados de maior significado. São artifícios utilizados como referências principais para a percepção do

plano urbano. Mesmo que se aceite a repetição da estratégia usada por Georgius Braun quanto à perspectiva utilizada e alguma outra informação disponível a partir do mapa de Frei Luís de São José, de 1729, ou do Livro das Ruas de Braga, de 1750, não se questiona a originalidade das leituras, para registo da identidade dos locais representados.

Alguns dos complementos do mapa revelam pormenores de estilo que acompanharam André desde os primeiros ensaios de absorção da nova arte religiosa oriunda da Alemanha ou da expressão cortesã dos interiores palacianos franceses. São disso exemplo a cartela identificadora, em baixo à direita, com a envoltura delirante de linhas sinuosas e fartos motivos vegetais enrolados. Ou mesmo a rosa-dos-ventos assinalando o Norte, encaixada no vazio interior de um quarteirão a sul e a letra redonda da legenda, na base à esquerda, enumerando a totalidade das instituições religiosas que justificam o dito de “cidade dos arcebispos». Mas a configuração da cidade com o realismo das ruas e construções, identificando com absoluta certeza as diferentes peças monumentais da Braga barroca do seu tempo, revelam o artista atento e profundamente conhecedor do meio em que vive e trabalha.



11 - André Soares – Pormenor do Mapa com a Rosa-dos-Ventos

As Praças Portuguesas na Cartografia Urbana Histórica

Manuel C. Teixeira
CIAUD – Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitectura
Universidade de Lisboa, manuelteixeirafa@gmail.com

Resumo:

As praças são os espaços nobres das cidades portuguesas, elementos ordenadores do desenho urbano, construídas em locais singulares, associadas a funções centrais e apropriadas pela população, constituindo um dos principais elementos definidores do seu carácter. As praças concentram em si as razões de natureza política, social, económica que conduziram ao aparecimento e estruturação das cidades e que constituem a própria essência do fenómeno urbano.

A importância das praças expressa-se na diversidade de nomes que existem na língua portuguesa para caracterizar este tipo de espaços públicos. Sob a designação genérica de praça engloba-se uma grande variedade de espaços urbanos, com diferentes nomes, de que os mais habituais são praças, largos, adros, terreiros, campos ou rossios. Cada um destes termos tem uma etimologia diferente, que nos remete para as suas distintas naturezas, e a multiplicidade de designações traduz a riqueza das praças e corresponde à sua diversidade.

Aspraças são locais intensos de vida e contraditórios. Locais de confluência e de aglomeração, de actividades e de tráfego, agitados pela vida que nela se desenrola, locais de encontro e de troca, de pessoas, de bens e de ideias, nas quais se verte e se cruza a vida das ruas circundantes e de toda a cidade, as praças são ao mesmo tempo locais de paragem e de pausa, de descanso e de observação do que se passa em volta. É esta ambiguidade e contradição que torna as praças atractivas. A partir de meados do século passado assiste-se no entanto ao desaparecimento deste tipo de espaços nas novas malhas urbanas, substituídas por espaços abertos sem desenho reconhecível tipologicamente, localizados aleatoriamente ou sem critério perceptível, por vezes meros espaços sobrantes ou intersticiais entre edifícios.

As praças devem readquirir o seu papel como principais elementos ordenadores dos espaçosurbanos, localizadas em pontos fulcrais, articulando as principais vias e distintas unidades urbanas, locais de implantação das principais funções urbanas e de edifícios singulares, geradoras de actividade urbana e de vida social. As praças devem voltar a ser desenhadas, serem reconhecíveis pela sua forma e terem funções específicas associadas. Para tal, torna-se necessário entender os princípios que estiveram na base da estruturação das cidades tradicionais e reaprender o papel das praças na organização urbana,

tornando-as um elemento fundamental em todas as operações de reabilitação ou de construção de novos espaços urbanos, renovando os laços com a nossa cultura urbana. O objectivo não é reproduzir, copiar ou mimetizar morfologias urbanas tradicionais, mas tentar compreender os seus princípios subjacentes e reinterpretá-los à luz das condições e das necessidades contemporâneas. A preservação deste património arquitectónico e urbanístico herdado do passado é essencial para assegurar a continuidade de relação com a nossa cultura.

As praças resultam da sedimentação histórica e da síntese de múltiplos processos de construção, transformação e consolidação que se vão acumulando e que estão presentes e legíveis na sua organização formal, nas suas relações com as malhas urbanas em que se localizam, nos seus edifícios e elementos singulares, nos seus usos. As praças são palimpsestos da história e da vida das cidades, em que as sucessivas camadas que as vão compondo nunca apagam inteiramente o que está por debaixo, e que subtilmente persistem, permitindo-nos a leitura simultânea dos sucessivos estratos culturais, formais e funcionais que lhes deram origem e as vão construindo. A sua imagem é uma imagem compósita, de elementos de natureza e tempos distintos aos quais se agarram memórias, nem sempre conscientemente apercebidas.

Centrando-se num conjunto de praças portuguesas, a comunicação ilustrará o modo como a cartografia urbana histórica é uma fonte de informação fundamental para a compreensão dos processos de construção dos espaços urbanos da cidade, e para o estudo de praças construídas em diferentes situações históricas e geográficas: a sua relação com o sítio e com o traçado urbano, os elementos de referência em relação aos quais se desenvolveu, a lógica de implantação e o seu papel na estrutura morfológica da cidade, a sua forma, dimensões e proporções, a relação com a arquitectura envolvente, a identificação de edifícios singulares e as direcções que estes introduzem na praça, os eixos de composição, as relações com as ruas, as malhas urbanas envolventes e outros espaços urbanos exteriores.

Palavras-chave:

Cartografia urbana, Praças portuguesas, Desenho urbano



A importância da cartografia na construção de um Itinerário Cultural – A Via Antiqua de Braga a Astorga

Daniel Vale
Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, Portugal, dvale@arq.up.pt

Resumo.

O objectivo da presente comunicação é discutir e compreender a importância da cartografia que se tem produzido até à data ao longo dos anos, para a leitura do território e da paisagem patrimonial que é definida pela Estrada Romana de Braga a Astorga. Construída em época do Imperador Augusto (Século I), como gesto ao serviço dos propósitos económicos, políticos, sociais e financeiros do império, no tempo longo, a *Via Antiqua* constituiu-se como um eixo patrimonial de absoluta importância e relevância no contexto peninsular, tendo desempenhado um papel fundamental na organização do território, no desenho de cidades e vilas e na conformação da paisagem milenar que atravessa.

A comunicação apresentada faz parte do projecto de investigação em curso, no âmbito de doutoramento em arquitectura na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, que tem como finalidade perceber de que forma a Arquitectura, enquanto disciplina, pode e deve contribuir para tornar visível uma paisagem patrimonial que se tornou invisível. Nesse sentido e atendendo à consciência de que, apesar de estruturante, a *Via Antiqua* representa, na actualidade, um de vários valores patrimoniais da paisagem cultural e patrimonial que atravessa e que, por isso, poderá haver uma infinidade de leituras possível sobre esse território, a comunicação procurará perceber como é que a cartografia poderá ser utilizada para destacar a antiga estrada romana como um dos eixos culturais e patrimoniais mais relevantes e singulares do norte de Portugal.

Percorrendo uma paisagem onde o tempo e a memória são materiais fundamentais que depositaram várias camadas estratigráficas sobre o entorno natural, a cartografia da *Via Antiqua* é também um instrumento ao serviço do património e da necessidade de identificar os vestígios existentes de um Itinerário Cultural de valor transnacional, conforme definido na Carta dos Itinerários Culturais do ICOMOS, ratificada em 4 de Outubro de 2008 no Québec, Canadá. Um Itinerário Cultural é uma via de comunicação determinada materialmente, com uma dinâmica e funções históricas próprias, ao serviço de um objectivo concreto e determinado. Deve igualmente ter integrado, num sistema dinâmico, as relações

históricas e os bens culturais associados à sua existência. A cartografia é um instrumento valioso na identificação dos bens culturais materiais associados à existência da *Via Antiqua*.

Será utilizada igualmente como auxílio de representação arquitectónica deste território, como instrumento de desenho e onde poderemos tornar visíveis e realçar aqueles elementos patrimoniais que considerarmos mais relevantes.

Palavras-Chave:

Cartografia, Estradas Antigas, Paisagem Patrimonial, Itinerário Cultural.

Planta de Londrina (1932) e as Duas Ferrovias no Norte do Paraná revisitadas

Humberto Yamaki
Laboratório de Paisagem, Universidade Estadual de Londrina, yamaki@uel.br

Resumo:

O artigo trata da reinterpretação da Planta de Londrina (1932), considerado até então o primeiro patrimônio projetado ao longo de ferrovia no empreendimento da Companhia de Terras Norte do Paraná. Vários viajantes andaram pela chamada “boca do sertão” do Paraná na década de 1930. Os geógrafos franceses Pierre Monbeig (1935, p.17) e Pierre Deffontaines enfatizaram nas suas observações a regularidade de distancias entre as estações / patrimônios ao longo da ferrovia São Paulo Paraná, a “implantação de cidades determinadas por condições exclusivamente locais e intimamente ligadas ao meio natural”, e a monotonia de plantas em forma de tabuleiro de xadrez. O antropólogo belga Levi Strauss(1999, p.114), por sua vez, afirmou: “nesses quadriláteros de maneira arbitrária cavados no coração da floresta, as ruas em ângulo reto são, de início, todas parecidas; traçados geométricos...”. Em entrevista no final da vida o próprio projetista de Londrina, o russo Alexandre Razgulaeff, afirmou que Londrina era um “mau projeto” visto que fora obrigado a reduzir a largura de ruas e avenidas. Os integrantes da caravana inicial (1929) da Companhia de Terras descreveram que “identificaram um alto que era favorável à implantação de uma cidade”. Reforçam a imagem de improviso e precariedade de frentes pioneiras. Sobre a chamada “fase inglesa da colonização”, os panfletos distribuídos pela Companhia de Terras falavam em terras férteis, abundância de água, facilidade de comunicação e títulos certos e facilidade de pagamentos. Uma publicação comemorativa do cinqüentenário da Companhia de Terras Norte do Paraná (1975, pp.77-79) reforça a questão das “diretrizes de patrimônios a cada 10 a 15 quilômetros, um cinturão verde ao redor das áreas urbanas e lotes rurais de 10,15 ou 20 alqueires”. Criaram o mito do Norte do Paraná colonizado por uma Companhia Inglesa e que, para alguns pesquisadores, vem da expertise da própria CTNP no parcelamento de terras e de inspirações em colônias britânicas além mar. Neste trabalho retomamos as clausulas de Decretos de Colonização (1907), de Concessão de Ferrovias (1922, 1925, 1928) pouco consideradas até agora. Confrontamos com os recém descobertos Planos de Viação do Estado do Paraná (1922, 1925) e o projeto Planta Geral da Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná (1928-32). Constitui as bases do planejamento e de definição da paisagem de todo o empreendimento. No resgate de Planos de Viação identificamos a existência de uma ferrovia esquecida: a Estrada de Ferro Central do Paraná EFCP (1922, * 1925). A Linha Tronco da

EFCP parte entre Iraty e Nova Restinga e segue o vale do rio Ivahy .O ramal 2 da ferrovia partia de ponto conveniente e seguia entre os rios Pirapó e Ivahy até o rio Paranapanema. Essa ferrovia nunca foi apresentada em publicações da CTNP ou considerada por pesquisadores de ferrovias no Paraná. A história de frentes pioneiras e os mapas apresentam silêncios e distorções (Harley, 2009 pp9-13). Criam mitos difíceis de serem anulados. Assim, ao invés da usual afirmação de prolongamento da Ferrovia de Fazendeiros para oeste (CFSPP), identificamos e resgatamos outra ferrovia, a EFCP ajustada. O distanciamento de estações/patrimônios era definido pelo módulo Núcleo Colonial dos Decretos de Colonização (1907): mais de cinqüenta lotes rurais num raio de sete quilômetros e a Sede do Núcleo Colonial (patrimônio). Não menos importante era necessidade de paradas para abastecimento de água e lenha. A declividade de no máximo 2%, curvas de raio mínimo de 150 metros, uma reta plana para a estação, entre outras questões iam delineando o projeto dos trilhos e implantação de patrimônios. No projeto da ferrovia eram inventariados os caminhos e picadas, que, na medida do possível eram aproveitadas e incorporadas como estradas de automóveis ou estradas de construção da ferrovia. Tinham preferência para localização de paradas e estações, os locais que tivessem um “alto” nas proximidades. A reinterpretação da Planta da Cidade de Londrina (1 maio 1932) através da análise de Decretos de Colonização Relatórios de Governo e dos Projetos de Viação permite reconhecer as grandes diretrizes que definiram a implantação e os detalhes do projeto de Londrina, a filha de Londres. Londrina foi projetada no cruzamento de duas ferrovias, nos sentidos Norte Sul e Leste Oeste e incorpora caminhos preexistentes e condicionantes da ferrovia e de sede de núcleo colonial. Os estudos comparativos de trilhos nas frentes de colonização no Estado de São Paulo: Sorocabana, Noroeste e Paulista que desenvolvemos, permitem confirmar a tese de decretos de colonização e concessão de ferrovias definindo as características do território, patrimônios e paisagem.

Palavras Chave:
Planta de Londrina, CTNP, colonização, paisagem, ferrovias EFCP e CFSPP